

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

EDUARDO ASSUNÇÃO FRANCO

**DISCURSO RELIGIOSO E JORNALISMO:
Estudo contrastivo de jornais católico e evangélicos**

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2018

EDUARDO ASSUNÇÃO FRANCO

**DISCURSO RELIGIOSO E JORNALISMO:
estudo contrastivo de jornais católico e evangélicos**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Análise do Texto e do Discurso.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso

Linha de Pesquisa: Análise do Discurso

Orientador: Prof. Dr. Wander Emediato de Souza

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2018

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

F825d

Franco, Eduardo Assunção.

Discurso religioso e jornalismo [manuscrito] : estudo contrastivo de jornais católicos e evangélicos / Eduardo Assunção Franco. – 2018.

285 f., enc.; il., facsims., tabs., p&b.

Orientador: Wander Emediato de Souza.

Area de concentração: Linguística do Texto e do Discurso.

Linha de pesquisa: Análise do Discurso.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 273-285.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Discurso jornalístico – Teses. 3. Discurso religioso – Teses. 4. Discurso midiático – Teses. 5. Ética – Teses. I. Souza, Wander Emediato de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: 418



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS



FOLHA DE APROVAÇÃO

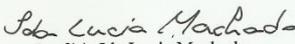
DISCURSO RELIGIOSO E JORNALISMO: Estudo contrastivo de jornais católico e evangélicos

EDUARDO ASSUNÇÃO FRANCO

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, área de concentração LINGÜÍSTICA DO TEXTO E DO DISCURSO, linha de pesquisa Análise do Discurso.

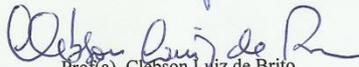
Aprovada em 31 de janeiro de 2018, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Gláucia Muniz Proença Lara – Presidente da banca/Representante do orientador
UFMG


Prof(a). Ida Lucia Machado
UFMG


Prof(a). Paulo Henrique Aguiar Mendes
UFOP


Prof(a). Maria Carmen Aires Gomes
UFV


Prof(a). Clebson Luiz de Brito
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2018.

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese à UFMG que, em 2017, completou 90 anos, e que foi determinante na minha formação, já que nela estudei, fiz estágio e trabalhei. Costumo brincar que a UFMG é uma das minhas “mães”. Também dedico esta tese ao Núcleo de Análise do Discurso (NAD), na pessoa da professora doutora Ida Lúcia Machado, que desbravou espaço para que a AD se instalasse e, junto com outros visionários, se tornasse grande no cenário acadêmico brasileiro e mundial. No NAD me senti acolhido, aprendi que quanto mais se estuda menos a gente sabe e que o meio acadêmico pode ser um espaço de construção do conhecimento e também de prazer. Por fim, dedico esta tese a Dominique Maingueneau, por sua grande contribuição à Análise do Discurso e, especialmente, pelo pioneirismo de seus estudos sobre o discurso religioso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, professor Doutor Wander Emediato, por me apontar o caminho a ser seguido, porém me dando autonomia para que eu o trilhasse por minha conta e risco. É bom ressaltar que sempre pude contar com ele para vencer os obstáculos e fazer opções nas encruzilhadas que surgiram durante a jornada. Foram também muito boas nossas reuniões com familiares e amigos para conversar, tocar e cantar.

Agradeço aos integrantes da Banca Examinadora da minha defesa: Prof^ª. Dra. Glaucia Muniz Proença Lara (UFMG), que a presidiu, já que meu orientador o Prof. Dr. Wander Emediato de Souza se encontra na Universidade de Lyon II (França) fazendo mais um Pós-Doutorado; Prof^ª. Dra. Ida Lúcia Machado (UFMG); Prof. Dr. Paulo Henrique Aguiar Mendes (UFOP); Prof^ª. Dra. Maria Carmen Aires Gomes (UFV); Prof. Dr. Clebson Luiz de Brito (UFRN); Prof. Dr. Bruno Focas Vieira Machado (UFMG); e Prof^ª. Dra. Crístia Rodrigues Miranda (UFOP). Foi uma honra submeter minha tese à apreciação de vocês, aos quais admiro e respeito pela vasta experiência em Análise do Discurso e competência no meio acadêmico.

Agradeço ao CNPq pela bolsa de estudos que permitiu que eu dedicasse meu tempo, exclusivamente, à pesquisa. Procurei me empenhar ao máximo, lendo, escrevendo, participando de eventos científicos e publicando artigos. Espero ter correspondido às expectativas.

Agradeço à minha mulher Marta, por seu imenso amor que é recíproco e sustenta nossa relação. Também sou grato a ela pela motivação para que eu enfrentasse os desafios da carreira acadêmica. Aos nossos filhos Mateus e Carolina agradeço e peço desculpas pelas ausências no nosso convívio e pelo período de “vacas magras” em nossas finanças, que é natural nesta fase de estudos. Espero que esse meu prazer pelos estudos sirva de exemplo para eles.

Agradeço à minha mãe, Teresinha, que iniciou a minha alfabetização quando era professora rural, me revelou o mundo mágico da leitura e me fez ver que estudar pode ser prazeroso e abrir novos horizontes. Aos meus irmãos Maria Teresa, Marcelo e Fernanda, cunhados (as) Danilo, Lucimar e Marco Túlio, sobrinhas (os) e sobrinhas-netas por me incentivarem e valorizarem minha opção tardia pela carreira acadêmica. Lembro com saudade do meu pai, Sebastião (Teco), falecido em 1992, que é exemplo de simplicidade, honestidade e bom humor para nós. Agradeço a ele o incentivo que me deu quando decidi deixar a minha querida terra-natal, São Gotardo, aos 16 anos de idade, para me mudar para Belo Horizonte e poder avançar nos estudos.

Agradeço aos meus queridos mestres e amigos do POSLIN, aos quais peço licença para citar sem seus títulos de professores doutores: Ida Lúcia Machado, Gláucia Lara, Emília Mendes, Helcira Lima, Renato de Melo e Eliana Amarante. Também a outros professores que participaram da minha formação como Jacyntho Brandão, Paulo Henrique Aguiar Mendes, William Menezes, Bruno Focas, entre outros.

Agradeço às professoras Carla Viana Coscarelli e Luana Lopes Amaral, juntamente com os colegas da Oficina de Leitura e Produção de Textos (*on-line*) da

FALE, da qual fui tutor durante quatro semestres. Apreendi muito e lá tive o enorme prazer de ser chamado pela primeira vez de “professor” por alunos que acompanhei.

Agradeço aos queridíssimos colegas com os quais convivi durante o curso, aprendi e me diverti em longas conversas na cantina da Letras. São eles: Alex Fabiani, Fábio Arcanjo, Carlos Fernandes, Letícia Alves, Jaqueline Soares, Karina Novais, Magali Simone, Bruna Toso, Bárbara Amaral, Graciele Martins, Rodrigo Seixas, Aurélio Agostinho, Crístia Miranda, André Assis, Poliana Arantes, Tatiana Emediato e Ludmila Salomão. Foram muito bons também os almoços com os amigos Gervásio Lara, Suzana Gomes e Júlio Anselmo.

Agradeço aos meus colegas do curso de Comunicação Social da UFMG/1987, que completaram junto comigo 30 anos de formatura em 2017. Especialmente a Janeth Pereira, Eurico Martins, Estêvão Pedroso, Lourivaldo Duarte, Cláudia Fonseca, Suzana Diniz, Iliana Lobo, Alexandra Vilela, Eleonora Mendes, Cármem Miranda, Elisabete de Araújo, Marilene Pereira, Simone Pio, Denise Cunha e Renato Athayde.

Também não poderia me esquecer de meus amigos jornalistas da mídia religiosa Vânia Queiroz, Graziela Cruz, Nancy Alves, Mary Lane Vaz, Leo Mendes, Marília Prates e Kátia Gontijo. Lembro ainda de outros amigos que fiz durante a vida como Giomar Pestana Rego Júnior, Júlio César Palhares, Luiz Rezende, Marcelino Pedroso, Marcelo Lopes de Castro, Fernando Lino (Cachoeira), Beto Carioca, Rafael Ferreira e Juliana Saiani.

Um agradecimento especial às amigas Cristina Maia e Marta Maia, que me ajudaram a recuperar a formatação desta tese. Lembro também de Ângela Salgueiro, que me incentivou para que eu prosseguisse com meus estudos.

Agradeço ainda aos amigos do Colégio São Paulo da Cruz, Carlos Cotta, Romilda Nascimento, Elizabeth Alves, Janeth Ferreira, padre Aurélio Miranda, Elianil Costa, Alberto Cruz, Simone Oliveira, Marta Matos, Márcia de Holanda, Rafaela de Souza, Renata Aganetti, Cristina Domingos, João Correa, Cleudimar Costa, além de todo o corpo docente, funcionários e alunos.

No âmbito religioso, eu, como católico não praticante, agradeço ao cardeal dom Serafim Fernandes de Araújo e à sua secretária Áuria Falchetto, Rosinha Borges, Adelaide Baeta, José Silvério, Cristina Bove, Irene Adams, padre Johan Konnings, padre Mário Pozzoli e Eduardo Machado pela amizade e carinho. Lembro ainda dos saudosos padre João Batista Libanio, o advogado Fábio Alves dos Santos e o bispo dom José Maria Pires, que foram exemplos de fé encarnada nas questões políticas e sociais em defesa dos pobres e outros grupos de excluídos.

Por fim e antes de todos, agradeço a Deus, que sempre me protegeu escandalosamente!

“Chegaram a Jerusalém, Jesus entrou no Templo e começou a expulsar os que vendiam e os que compravam no Templo. Derrubou as mesas dos cambistas e as cadeiras dos vendedores de pombas. Ele não deixava ninguém carregar nada através do Templo. E ensinava o povo, dizendo: “Não está nas Escrituras: ‘Minha casa será chamada casa de oração para todos os povos?’ No entanto, vocês fizeram dela uma toca de ladrões”. Os chefes dos sacerdotes e os doutores da Lei ouviram isso e começaram a procurar um modo de matá-lo. Mas tinham medo de Jesus, porque a multidão estava maravilhada com o ensinamento dele.” (Mc. 11, 15-18).

DISCURSO RELIGIOSO E JORNALISMO: Estudo contrastivo de jornais católico e evangélicos

RESUMO

Verificamos, nesta tese, nossa hipótese inicial de que os jornais impressos *Mensageiro da Paz*, *O São Paulo* e *Folha Universal*, controlados, respectivamente, pela Assembleia de Deus, Igreja Católica e Igreja Universal do Reino de Deus, se apropriam de elementos da imprensa de referência para tentar atingir seus objetivos de comunicação e evangelização, entre outros. Gêneros da imprensa de referência, como reportagens, editoriais, artigos de opinião, rubricas e nomenclaturas são utilizados pelos três jornais analisados. Isso confirma a imbricação do discurso religioso com o discurso midiático. Uma das diferenças entre os jornais da mídia religiosa e os da mídia de referência é que os primeiros realizam a problematização dos temas que abordam considerando a ética religiosa, ou seja, as normas, dogmas e doutrinas das igrejas que os controlam, sem levar em conta a ética cidadã postulada por Emediato (2009). Verificamos ainda semelhanças e diferenças entre os três jornais na escolha de temas e problematizações. Essas diferenças têm como base, em grande medida, as orientações religiosas das igrejas, que se refletem na configuração de seus jornais. Na tese, apresentamos um histórico da mídia religiosa no Brasil, discorremos sobre as características do discurso religioso e o discurso midiático, além de tratarmos de algumas teorias do discurso, com destaque para a Teoria Semiolinguística (TS), de Charaudeau (2009). Postulamos a existência do “sujeito da religião”, que teria visão crítica em relação às determinações das igrejas e se equipara ao sujeito interpretante (TUi) proposto por Charaudeau. Na evangelização ou difusão da fé que muitas igrejas realizam utilizando, entre outros recursos, a mídia religiosa, teólogos como Comblin (1990) alertam que não é dado espaço para o diálogo e a participação efetiva dos fiéis. Nossa pesquisa mostra, com efeito, que a gestão das vozes é feita de modo a privilegiar certos atores das próprias igrejas em questão. Nossa metodologia consistiu em selecionar 13 exemplares dos três jornais da mídia religiosa, coletados em 2015, e analisá-los utilizando como categorias de análise os modos de organização do discurso da TS. Além dos estudos de Charaudeau (2004, 2007, 2008, 2009, 2010, 2015), o referencial teórico que utilizamos é composto por trabalhos de Maingueneau (2005, 2008, 2009), Emediato (2007, 2008, 2009, 2010, 2013, 2017), Mouillaud (1997), Machado (1995, 2001, 2005), Fonseca (1995, 2003), Carranza (2011), Libanio (1984, 2004, 2008), Mariano (1999) e Campos (1997, 2011, 2013), entre outros.

PALAVRAS-CHAVE

Mídia religiosa; imprensa de referência; apropriação; imbricação; ética cidadã; ética religiosa.

RÉSUMÉ

Nous avons vérifié dans cette thèse notre hypothèse initiale selon laquelle les journaux imprimés « Mensageiros da Paz, São Paulo et Folha Universal », publiés respectivement par l'Assemblée de Dieu, l'Église Catholique et l'Église Universelle du Royaume de Dieu, s'approprient des éléments génériques de la presse de référence pour essayer d'atteindre à la fois leurs objectifs de communication et d'évangélisation, entre autres. Les types de textes de la presse de référence, tels que les reportages, les éditoriaux, les articles d'opinion, les titres et les nomenclatures sont utilisés par les trois journaux analysés. Cela confirme l'imbrication du discours religieux avec le discours médiatique. L'une des différences entre les journaux religieux et de référence est que les premiers pratiquent la problématisation des thèmes par l'éthique religieuse, à savoir les règles, les dogmes et les doctrines des églises, qui domine sur l'éthique citoyenne postulée par Emediato (2009) par rapport à la presse de référence. Nous avons également observé des similitudes et des différences entre les trois journaux dans le choix des thèmes et des problématisations. Dans la thèse, nous présentons un historique de la presse religieuse au Brésil, ainsi que les caractéristiques du discours religieux et du discours médiatique. Nous avons également traité de certaines théories du discours, mettant en relief la Théorie Semiologique (TS) de Charaudeau (2009). Nous postulons l'existence du «sujet de la religion», qui peut porter un regard critique sur les déterminations des églises et qui équivaut au sujet interprétant (TUi) proposé par Charaudeau. En analysant le travail de diffusion de la foi par des ressources médiatiques, des théologiens comme Comblin (1990) mettent en cause l'espace assez rare dédié au dialogue et à la participation effective des fidèles. En effet, notre recherche montre que la gestion des voix dans la presse religieuse privilégie certains acteurs autorisés des églises au détriment des fidèles. Notre méthodologie consistait à sélectionner 13 éditions des trois journaux de la presse religieuse collectés en 2015, et de les analyser en utilisant comme catégories d'analyse les modes d'organisation du discours de la TS. En plus des études de Charaudeau (2004, 2007, 2008, 2009, 2010, 2015), notre cadre théorique est composé des études de Maingueneau (2005, 2008, 2009), notamment sur les discours constituants, les travaux de Emediato (2007, 2008, 2009, 2010, 2013, 2017), sur les discours médiatique, et aussi ceux de Maurice Mouillaud (1997), Machado (1995, 2001, 2005), Fonseca (1995, 2003), Carranza (2011), Libanio (1984, 2004, 2008), Mariano (1999) et Campos (1997, 2011, 2013), entre autres.

MOTS-CLÉS

Discours médiatique, médias religieux ; presse de référence; imbrication; éthique citoyenne ; éthique religieuse.

ABSTRACT

In this paper, we set out to prove our starting hypothesis that the printed newspapers *Mensageiro da Paz*, *O São Paulo* and *Folha Universal*, controlled by *Assembleia de Deus*, *Igreja Católica* and *Igreja Universal do Reino de Deus* respectively, employ elements of the standard press in order to try to achieve their communication and evangelization goals, among others. Genres of the standard press, such as reports, editorials, opinion pieces, commentary and nomenclature are utilized by the three newspapers analyzed. This confirms the overlap of religious discourse with media discourse. One of the differences between religious media newspapers and the standard media is that the former engages with the topics in question from a religious ethics perspective, namely, according to the rules, dogmas and doctrine of the churches that control them, without considering the civic ethics put forward by Emediato (2009). Furthermore, we noted similarities and differences between the three newspapers in their choice of themes and arguments. In our paper, we provide the background to religious media in Brazil, while discussing the characteristics of religious discourse and media discourse, and reflect on some theories of discourse, with an emphasis on Semilinguistic Theory (ST), as per Charaudeau (2009). We postulate the existence of the “subject from religion”, who has a critical view in relation to the churches’ determinations and equates to the interpreting subject (TU_i) proposed by the French author. In the evangelization or propagation of faith that many churches carry out, they employ the religious media, among other resources, and theologians such as Comblin (1990) give notice that there is no space given over to dialogue and the effective participation of churchgoers. Our methodology involved the selection of 13 samples from three religious media newspapers, collected in 2015, and their analysis using the ST discourse organization modes as categories of analysis. In addition to Charaudeau’s studies (2004, 2007, 2008, 2009, 2010, 2015), the theoretical reference we used is composed of work undertaken by Maingueneau (2005, 2008, 2009), Emediato (2007, 2008, 2009, 2010, 2013, 2017), Mouillaud (1997), Machado (1995, 2001, 2005), Fonseca (1995, 2003), Carranza (2011), Libanio (1984, 2004, 2008), Mariano (1999) and Campos (1997, 2011, 2013), among others.

KEYWORDS

Religious media; standard press; appropriation; overlap; civic ethics; religious ethics.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD – Análise Crítica do Discurso
 AD – Análise do Discurso
 AD – Assembleia de Deus
 ADF – Análise do Discurso Francesa
 CC – Contrato de Comunicação
 CD – Compact Disc
 CEDHAL – Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina
 CERIS – Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais
 CGADB – Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil
 CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
 CNV – Comissão Nacional da Verdade
 CPAD – Casa Publicadora da Assembleia de Deus
 dC – Depois de Cristo
 DVD – Digital Versatile Disc
 EUc – Sujeito comunicante
 EUe – Sujeito enunciador
 FD – Formação Discursiva
 FJU – Força Jovem Universal
 FU – Filhos Universal
 FUNAI – Fundação Nacional do Índio
 Hb - Hebreus
 IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 IBMC – Instituto Brasileiro do Marketing Católico
 INP – Instituto Nacional de Pastoral
 IURD – Igreja Universal do Reino de Deus
 Jo – João
 Lc – Lucas
 Mc - Marcos
 Mt – Mateus
 PSC – Partido Social Cristão
 RCC – Renovação Carismática Católica
 RN – Rio Grande do Norte
 SEPAC – Serviço à Pastoral da Comunicação das Paulinas
 SJ – Sacerdote Jesuíta
 SP – São Paulo
 SPC – Situação Potencialmente Comunicativa
 TFP – Tradição, Família e Propriedade
 TUd – Sujeito destinatário
 TUi – Sujeito interpretante
 TV - Televisão
 UHF –Ultra High Frequency
 UNESP – Universidade do Estado de São Paulo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Estatísticas sobre mobilidade religiosa no Brasil.....	30 e 31
Quadro 2: Igrejas e números de fiéis.....	76
Quadro 3: Igrejas suas TVs e rádios.....	108 e 109
Quadro 4: Forma que chegou à Igreja Universal.....	109 e 110
Quadro 5: Elementos que influenciaram na conversão.....	110
Quadro 6: Ato de linguagem e seus sujeitos.....	173
Quadro 7 – Temas mais tratados nas edições do <i>Mensageiro da Paz</i>	221
Quadro 8 – Temas mais tratados nas edições de <i>O São Paulo</i>	222
Quadro 9 – Temas mais tratados nas edições da <i>Folha Universal</i>	222 e 223
Quadro 10 – Dispositivo de Encenação Narrativa.....	251
Quadro 11 – Motivação intencional.....	252
Figura 01: Primeira página do <i>Mensageiro da Paz</i>	229
Figura 02: Página 2 da <i>Folha Universal</i>	230
Figura 03: Página 07 (Geral) de <i>O São Paulo</i>	232
Figura 04: Grafismo da matéria sobre tecnologia da informação.....	233
Figura 05: Capa da <i>Folha Universal</i> da Edição Especial Rio de Janeiro.....	235
Figura 06: Página 3 da <i>Folha Universal</i>	242
Figura 07: Páginas 4 e 5 do <i>Mensageiro da Paz</i>	243
Figura 08: Nota sobre o papa Francisco e a pedofilia na Igreja Católica.....	247
Figura 09: Ednilson Ribeiro hoje é evangelista da AD.....	253
Figura 10: Cardeal Odilo Scherer conversa com jovens que limpam pichações.....	255
Figura 11: Reportagem sobre pedofilia na Igreja Católica.....	259
Figura 12: Encontro de mulheres da AD.....	265

SUMÁRIO

Introdução.....	18
PARTE 1.....	22
CAPÍTULO 1- O Discurso Religioso e seus aspectos constituintes.....	22
1.1 - Gênese do discurso cristão.....	22
1.2 - “Sujeito da religião”.....	24
1.2.1 - Catequização e os “sujeitos indígenas”.....	26
1.2.2 - Zumbi e outros sujeitos.....	28
1.2.3 - A mobilidade religiosa: mobilidades de sujeitos.....	30
1.3 - Evangelizar e comunicar.....	33
1.4 - Transparência e não-transparência.....	36
1.5 - Evolução do Cristianismo.....	39
1.6 – Um Discurso Constituinte.....	42
1.6.1 – Discurso do Messias.....	47
1.7 - Intolerância religiosa.....	50
1.8 - Arquitextos consagrados.....	52
1.9 - O interdiscurso.....	53
1.10 - Heterogeneidade mostrada e constitutiva.....	54
1.11 - O pregador e o sermão.....	57
1.12 - O sujeito e o ator.....	60
1.13 – Breve história das três igrejas.....	62
1.13.1 - Igreja Católica.....	62
1.13.1.1 - “Santa” Inquisição.....	64
1.13.1.2 - Presença no Brasil.....	65
1.13.1.3 - Concílio Vaticano II.....	65
1.13.2- Assembleia de Deus.....	68
1.13.2.1 - Fundadores da igreja.....	69
1.13.2.2 - Processo de expansão.....	75
1.13.3 - Igreja Universal do Reino de Deus.....	77
1.13.3.1 - Parceria com R.R. Soares.....	80
1.13.3.2 – Diferenças em relação a outras igrejas.....	82
Capítulo 2 - A mídia religiosa.....	85
2.1- Influência da Reforma.....	85

2.2 - Pioneiros da comunicação.....	88
2.2.1 - Participação de intelectuais.....	92
2.3 - Mídia evangélica.....	97
2.3.1 - Rádios evangélicas.....	99
2.4 - Rádios católicas	101
2.5 - Mídia televisiva.....	103
2.6 - Cenário atual	107
2.7 - Mídia e conversão.....	109
2.8 - Avaliação das mídias	112
2.9 - Exponentes midiáticos	114
2.9.1 - Padres cantores.....	117
2.9.2 - Pastores, apóstolos e missionários	121
2.10 - <i>Marketing</i> religioso.....	127
2.10.1 - Campanha publicitária	131
Capítulo 3 – O Discurso Midiático.....	133
3.1 - Características do discurso midiático.....	133
3.1.1 - Validação da informação	141
3.1.2 - Pesquisadores da comunicação	143
3.2 - Apropriação do discurso midiático pelo discurso religioso	146
3.2.1 - Como se dá a imbricação	146
3.2.2 – Ética cívica e ética religiosa	150
Capítulo 4 - Teorias do Discurso.....	154
4.1 – Pêcheux, Foucault e Charaudeau	154
4.1.1 - Pêcheux e suas três épocas.....	154
4.1.2 - Foucault e a formação discursiva.....	157
4.1.3 - Charaudeau e os imaginários sociodiscursivos	160
4.2 - Sujeitos do discurso	162
4.2.1 – A Teoria Semiolinguística.....	164
4.2.2 - O explícito e o implícito.....	166
4.2.3 - O signo em questão.....	169
4.2.4 - Sujeitos da linguagem	170
4.2.5 - Contratos e estratégias	174
4.2.6 – Mídia religiosa e contrato.....	182
4.2.7 - Caráter antropofágico.....	184

4.2.8 - Jogo de comunicação	185
4.3 - Modos de organização do discurso	188
4.3.1 - Modo enunciativo	189
4.3.2 - Modo descritivo	192
4.3.3 - Modo narrativo.....	195
4.3.4 - Modo argumentativo	197
PARTE 2.....	201
Capítulo 5 - Metodologia da pesquisa	201
5.1. – Aspectos metodológicos.....	201
5.1.1 - Categorias e etapas.....	204
5.2 – Objetivo geral.....	204
5.2.1 - Objetivos específicos	205
5.3 - Materiais e categorias de análise: o <i>corpus</i>	205
5.3.1 - <i>Mensageiro da Paz</i>	206
5.3.2 - <i>O São Paulo</i>	208
5.3.3 - <i>Folha Universal</i>	210
Capítulo 6 – Análises	213
6.1 -Análise do <i>corpus</i>	213
6.2. – Estrutura genérica dos jornais	214
6.2.1 – <i>Mensageiro da Paz</i>	214
6.2.2 – <i>O São Paulo</i>	216
6.2.3 – <i>Folha Universal</i>	218
6.3 – Categorias de análise.....	220
6.3.1 - Tematização e problematização	221
6.3.1.1 - Temas mais frequentes.....	221
6.3.1.3 - A temática e a sua problematização.....	224
6.3.2 – Projeto gráfico, diagramação, nomenclaturas e rubricas.....	228
6.3.3 - Modo Enunciativo.....	235
6.3.3.1 - Modalidades alocutivas.....	236
6.3.3.2 - Modalidades elocutivas.....	238
6.3.3.3 - Modalidades delocutivas.....	241
6.3.4 - Modo descritivo	245
6.3.5 - Modo narrativo	249
6.3.6 - Modo argumentativo.....	256

Considerações finais	266
Referências.....	273

Introdução¹

O ano de 2017 tem uma representatividade especial no campo religioso. Nele, a Reforma Protestante, deflagrada por Lutero em 1517, completa 500 anos. A Renovação Carismática Católica (RCC) também atinge 50 anos². No Brasil, a Igreja Católica celebra 300 anos que a imagem de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do país, foi encontrada no Rio Paraíba do Sul (SP). Já a Igreja Universal do Reino de Deus, principal expoente do neopentecostalismo brasileiro, completa 40 anos.

Nossa pesquisa, que se materializa nesta tese, investigou três jornais da mídia religiosa e observou o nível de apropriação do discurso midiático pelo discurso religioso, assim como as suas características próprias. Obedecendo a critérios cronológicos de fundação são eles: *Mensageiro da Paz* (Assembleia de Deus), *O São Paulo* (Igreja Católica) e *Folha Universal* (Igreja Universal do Reino de Deus). A escolha destas publicações considerou a representatividade das instituições religiosas que os controlam dentro do cenário brasileiro.

Nas nossas análises, verificamos o grau de imbricação do discurso religioso com o discurso midiático, ou seja, até que ponto o primeiro se apropria da forma e da construção do sentido do segundo, buscando criar um novo subcampo: a mídia religiosa. Algumas questões que colocamos e nos empenhamos para responder nesta tese foram: quais as semelhanças e diferenças, em termos de conteúdo e estética, dos jornais da mídia religiosa em relação aos da imprensa de referência? Como se dá o processo de tematização e problematização dos textos publicados nos três jornais analisados? Ao usar as bases do discurso religioso, reconhecido como constituinte e considerado perfeito por seus guardiões, para edificar o discurso midiático em seus jornais, as igrejas procuraram distingui-los da mídia de referência?

Nossa tese é composta de seis capítulos, que se iniciam com informações sobre o discurso religioso e seus aspectos constituintes (Cap. 1); história e desenvolvimento da mídia religiosa no Brasil (Cap. 2); passam pelas características do discurso midiático e seu processo de imbricação com o discurso religioso (Cap. 3); as teorias do discurso,

¹ Tese realizada com bolsa de estudos concedida pelo CNPq.

² Conforme o site da RCC no Brasil, o movimento, que inicialmente foi chamado de “Pentecostalismo Católico”, surgiu durante um retiro espiritual realizado em fevereiro de 1967, na Universidade de Duquesne (Pittsburgh, Pensylvania, EUA).

com destaque para a Teoria Semiolingüística (Cap. 4); a metodologia da pesquisa (Cap. 5); e a análise do *corpus* (Cap. 6).

Dentro da Teoria Semiolingüística, postulamos a relação entre comunicação e evangelização, além da figura do “sujeito da religião”. Comunicar e evangelizar são ações que demandam estratégias para atingir o objetivo de levar a mensagem do locutor para o interlocutor. A grande diferença entre elas é que no caso da evangelização existe o advento da fé. Já o “sujeito da religião” se assemelha ao sujeito interpretante (TU-i)³, proposto por Charaudeau (2009). Ele questiona e resiste às estratégias de evangelização, sentindo-se livre para mudar de religião, ter fé e não se afiliar a nenhuma igreja ou ser ateu.

O discurso religioso, assim como os discursos filosófico, literário e científico são classificados por Maingueneau (2008) como constituintes. Isso lhes dá uma distinção especial, já que são “autofundados”, ou seja, não são originários de outros discursos e ainda contribuem para a formação ou são “fiadores” de outros discursos.

Já o discurso midiático se encontra numa posição bem diferente do discurso religioso. Para começar, ele não é um discurso constituinte, ou seja, não desfruta do estatuto de um discurso autofundante e nem é considerado “perfeito”. Longe disso, o discurso midiático precisa de validação da instância de recepção e está fadado a se defrontar com a ética cidadã das pessoas, que irá regular as problematizações que são feitas com os temas.

Emediato (2009, p. 53) entende que “as proposições implícitas nos textos midiáticos, sugerem o reconhecimento, pelo leitor, de uma *ética cidadã* pressupostamente circulante no espaço público”. Para o pesquisador, essa pressuposição dá um caráter de pré-validação à instância de produção, garantindo-lhe legitimidade em relação às formas de tratar a informação, desde que orientadas pela ética cidadã. A ética cidadã considera alguns valores universais, como o respeito ao bem público, a defesa do meio ambiente, da saúde e educação públicas de qualidade e a honestidade e justiça no trato das questões públicas e republicanas. Emediato (2009) postula que a imprensa de referência se vale da ética cidadã para definir as problematizações dos temas que aborda e sua orientação argumentativa.

³ É preciso ter clareza de que assim como o sujeito interpretante, o “sujeito da religião” é uma possibilidade e não uma figura de linguagem que consegue perceber e se livrar de todas as formas de controle.

Como resultado das nossas análises, observamos que na mídia religiosa a ética cidadã cede lugar à ética religiosa nas problematizações dos temas abordados. Isso porque, na maioria das vezes, as problematizações feitas pelos responsáveis por esses jornais consideram em primeiro lugar as normas, dogmas e doutrinas das igrejas que os controlam. Na explicação que dá a um leitor de *O São Paulo*, edição 3.075 (28 de outubro a 03 de novembro de 2015) sobre o que a Igreja Católica pensa sobre as pesquisas com células-tronco, o padre Cido Pereira (2015, p. 4) explica que a instituição não tem nada em contrário, desde que elas não sejam retiradas de embriões vivos. Para o jornal, isso contraria um dogma da Igreja Católica, ao passo que para um jornal da imprensa de referência a pesquisa com células-tronco embrionárias é um avanço da ciência e salva vidas.

Também como resultado de nossas análises, verificamos que os três jornais empregam os mesmos gêneros da imprensa de referência, como reportagens, editoriais, artigos de opinião, entrevistas e notas. Nomenclaturas, rubricas e outros elementos estéticos também tornam as publicações bastante similares aos seus pares da mídia de referência. Uma das diferenças é que o culto excessivo às suas lideranças e a valorização dos eventos religiosos de suas respectivas instituições tornam o *Mensageiro da Paz* e *O São Paulo* mais parecidos com *house organs* (jornais de empresas). A *Folha Universal* se aproxima um pouco mais da imprensa de referência, mas não deixa de reverenciar seus líderes e o trabalho da Igreja Universal, além de aproveitar muitas de suas reportagens e artigos para fazer proselitismo e tentar captar os leitores para seus templos.

A metodologia utilizada nesta pesquisa consistiu na seleção de 13 exemplares dos jornais religiosos coletados no ano de 2015, sendo cinco de *O São Paulo* (semanal), cinco da *Folha Universal* (semanal) e três do *Mensageiro da Paz* (mensal). Para desenvolver esta tese, buscamos caracterizar os modos de apropriação da mídia pelo discurso constituinte religioso, descrevendo e analisando os seus diferentes modos de encenação, ou seja, sua organização discursiva.

Uma vez analisados os modos de organização e suas particularidades no jornalismo religioso, passamos a uma análise contrastiva e interpretativa dos modos de apropriação do discurso jornalístico pelas três igrejas selecionadas: Católica, Assembleia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus. Essa análise nos permitiu observar eventuais regularidades, variantes e especificidades no tratamento da informação jornalística religiosa pelos jornais católico, pentecostal e neopentecostal.

Comprovamos em nossa análise, por exemplo, que a Igreja Católica utiliza *O São Paulo* para reforçar seus dogmas e doutrinas, como fez na edição 3.075 (28 de outubro a 03 de novembro de 2015), ao reafirmar o modelo tradicional de família, composto por um homem e uma mulher. Já a Assembleia de Deus, em alguns casos, se vale do *Mensageiro da Paz* para destacar a imagem da “mulher submissa”, publicando reportagem na sua edição 1.564 (setembro de 2015) de um “Círculo de Oração”, em São Paulo, para um público de 15 mil mulheres, no qual todos os preletores (palestrantes) eram homens. *A Folha Universal*, por sua vez, adota uma postura argumentativa mais erística, procurando sempre associar a Igreja Católica à pedofilia, como fez nas suas edições 1.223 (13 a 19 de setembro de 2015) e 1.238 (27 de dezembro de 2015 a 02 de janeiro de 2016).

O ineditismo da temática pesquisada ficou evidenciado na busca que fizemos, em 2014, ano em que a iniciamos, em portais *online* de teses e dissertações, assim como em sites das principais universidades do Brasil. Neles não localizamos estudos em Análise do Discurso que estabelecessem um contraste entre o jornalismo religioso feito por católicos e evangélicos no Brasil, com o objetivo de observar como esse discurso constituinte se apropria do discurso jornalístico, determinando-o semanticamente e como se dão as variantes discursivas considerando dois segmentos religiosos (católico e evangélico) diferentes. Também não encontramos trabalhos em Análise do Discurso que se interessassem, especificamente, pelo jornalismo impresso realizado pelas igrejas a fim de mostrar a interseção operando entre o discurso jornalístico e o discurso religioso.

O referencial teórico que utilizamos para analisar o discurso religioso e o discurso midiático foi montado com base em estudos feitos por Maingueneau (2005 e 2008), Charaudeau (2004, 2007, 2008, 2009, 2010, 2015), Mouillaud (1997) e Emediato (2005, 2007, 2008, 2009, 2010, 2013, 2016 e 2017). A Teoria Semiolinguística e seus modos de organização do discurso, de Charaudeau (2009), e os estudos de Pêcheux (1988) sobre Análise do Discurso, comentados por Machado (2001 e 2005) e Pauliukonis e Monnerat (2008), além dos de Foucault (2000) sobre formações discursivas, também ocupam espaço considerável desta pesquisa.

Sobre a história da imprensa religiosa no Brasil e no mundo, trabalhamos com pesquisas feitas por Soares (1988), Beltrami (1996), Campos (1997), Pessinatti (1997), Puntel (2005), Ferrari (2007), Alencar (2010), Conde (2011) e Vingren (2011).

PARTE 1

CAPÍTULO 1- O Discurso Religioso e seus aspectos constituintes

1.1 - Gênese do discurso cristão

É difícil precisar a data do surgimento do discurso religioso, que pode ter ocorrido a partir do momento em que o homem teve a noção de fé e passou a acreditar na existência de uma instância transcendente da vida e num ser superior. Fixando-nos no universo cristão, que delimita o interesse desta pesquisa, podemos dizer que, há milhares de anos, o discurso religioso povoa o universo das primeiras comunidades que ouviram os profetas do Antigo Testamento, antes mesmo do nascimento de Jesus Cristo.

De acordo com a Bíblia Sagrada – Edição Pastoral (1990) -, há duas grandes vertentes nas atividades dos profetas: uma que exige a conversão das pessoas e a mudança social para ter uma boa relação com Deus; e outra que transmite esperança e encorajamento aos que perderam suas terras e podiam perder sua identidade. O profeta Isaías (1, 16-17) proclama: “lavem-se, purifiquem-se, tirem da minha vista as maldades que vocês praticam. Parem de fazer o mal, aprendam a fazer o bem: busquem o direito, socorram o oprimido, façam justiça ao órfão, defendam a causa da viúva” (1990, p. 950).

João Batista, um dos seguidores de Jesus que anunciaram que o Messias iria chegar à terra, foi confundido com o filho de Deus. Ele foi questionado sobre o que deveria ser feito para que se encontrasse o caminho da santidade, ao que ele respondeu: “Quem tiver duas túnicas, dê uma a quem não tem. E quem tiver comida faça a mesma coisa” (Lc. 3, 11). Trata-se de um discurso religioso em tom de partilha e solidariedade. Algo que, provavelmente, desagradou aos ricos, que não estavam dispostos a dividir seus bens; e governantes, que deveriam garantir a ordem na sociedade.

Não satisfeito em fazer essa proposta solidária, João Batista ainda ousou repreender o rei Herodes Antipas pelo fato de ele ter se casado com Herodíades, esposa de seu irmão, e também por ter cometido injustiças. Preso, João Batista foi decapitado a pedido da filha de Herodíades, que agradou ao rei com sua dança. “Depois a cabeça foi

levada num prato, foi entregue à moça, e esta a levou para sua mãe” (Mt. 14, 11). Uma prova da ira despertada pela atitude de João Batista.

As palavras de Jesus Cristo, ainda na sua juventude, causavam estranheza entre as pessoas que defendiam o *status quo* da época. Lucas (2, 41-45) relata que, aos 12 anos, Jesus se perdeu dos pais quando a família foi festejar a Páscoa, em Jerusalém. “Três dias depois, encontraram o menino no templo. Estava sentado no meio dos doutores, escutando e fazendo perguntas. Todos os que ouviam o menino estavam maravilhados com a inteligência de suas respostas” (Lc. 2, 46-47).

Durante os seus pouco mais de 30 anos de vida na terra, como consta na Bíblia, Jesus Cristo enfrentou vários momentos de tensão e sofreu perseguições. Houve alguns em que os doutores da lei o questionaram porque ele permitia que os apóstolos comessem sem lavar as mãos, contrariando uma prática judaica. Jesus respondeu: “vocês abandonam o mandamento de Deus para seguir a tradição dos homens” (Mc. 7, 8). Na sua mensagem, o filho de Deus se coloca contra as tradições, ataca os vendilhões do templo, prega o amor, a paz e a fraternidade entre os homens.

Ameaçados, o rei, os doutores da lei e os ricos perceberam que a profecia de João Batista sobre a chegada do Messias e a carnificina patrocinada por Herodes, que mandara matar todos os recém-nascidos do período do nascimento de Jesus por se sentir ameaçado, faziam sentido. Sendo o Messias ou um charlatão, o certo é que aquele homem estava conquistando multidões com suas palavras, atitudes e milagres. Era preciso calar aquela voz.

Preso, Jesus Cristo foi interrogado por Pilatos, que lhe perguntou se ele era rei. O filho de Deus respondeu: “Você está dizendo que eu sou rei. Eu nasci e vim ao mundo para dar testemunho da verdade. Todo aquele que está com a verdade ouve a minha voz” (Jo. 18, 37). Jesus foi crucificado e, como consta na Bíblia, ressuscitou ao terceiro dia (Jo. 20, 17-18). Seus apóstolos e outros seguidores se encarregaram de difundir a sua nova proposta de vida pelo mundo.

Paulo de Tarso, que a princípio era um dos perseguidores dos cristãos e depois se converteu ao Cristianismo, foi um desses homens que visitou várias cidades e escreveu cartas a diversos povos para propagar a mensagem de Jesus Cristo. Assim como outros seguidores de Jesus, ele acabou perseguido e morto por aqueles que se sentiam ameaçados pelo discurso religioso e pelo modelo de sociedade proposto pelo filho de Deus.

1.2 - “Sujeito da religião”

O problema do sujeito é central em toda pesquisa sobre o discurso. Para a nossa pesquisa, é importante refletir sobre o que seria o “sujeito da religião”. Assim como na Análise do Discurso de linha francesa, o sujeito não pode ser visto apenas como uma figura assujeitada, como postulam os estudos de Pêcheux na sua primeira época. Nas diversas religiões, e mais especificamente no Cristianismo, que é nossa área de pesquisa, ele também pode alcançar relativa autonomia. Por mais opressora que seja a confissão religiosa, o sujeito poderá questionar as determinações que lhe são feitas e resistir às imposições, adotando atitudes nem sempre em conformidade absoluta com suas normas, doutrinas e dogmas.

No Cristianismo, Jesus Cristo foi o fundador e, de certa maneira, o primeiro “sujeito da religião” que se posicionou contra a religião dominante. Ele nasceu em Nazaré, em Israel, onde o judaísmo predominava e as injustiças econômicas e sociais floresciam. Jesus falava da existência de Deus, que discordava da miséria, da violência e da opressão. No Sermão da Montanha, ele (JESUS *apud* Mateus 5, 6-8) diz “felizes os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados. Felizes os que são misericordiosos, porque encontrarão misericórdia. Felizes os puros de coração, porque verão a Deus”.

Os milagres praticados por Jesus e que são narrados na Bíblia são outro recurso que ele utilizou para se impor como “sujeito da religião”. Jesus era um ótimo comunicador, como atestam especialistas nessa área, e se valia de recursos linguísticos, como o uso de metáforas e metonímias, para ser melhor entendido por seus interlocutores. Mas só isso não bastava para que sua mensagem fosse acolhida pelo sujeito-destinatário (TUD), elaborado por Charaudeau (2009). Mateus (4, 24) comenta que “a fama de Jesus espalhou-se por toda a Síria. Levaram-lhe todos os doentes atingidos por diversos males e tormentos: endemoninhados, epiléticos e paralíticos. E Jesus os curou”.

Altemeyer Júnior & Bombonato (2011) comentam que Jesus foi comunicador por excelência e deve servir de referência para os cristãos. Além de utilizar recursos linguísticos, como metáforas, que facilitavam sua comunicação, Jesus levava em consideração a opinião dos outros e argumentava com seus opositores. Os pesquisadores (2011, p. 109) assinalam que “a criação do ser humano é o momento em que a Palavra adquire maior intensidade, se personaliza e se converte em diálogo. Deus cria um interlocutor”.

Multidões se deslocavam de várias cidades do Oriente Médio para ouvir as pregações de Jesus e suplicar que ele curasse seus doentes. Isso, claro, incomodou os líderes religiosos da época, que eram os anciãos e sábios que cuidavam dos templos. Marcos (2, 13-17) narra que numa ocasião Jesus aceitou o convite de Levi, um cobrador de impostos, para comer na sua casa junto com outros pecadores. Alguns doutores da lei o questionaram por se sentar à mesa com aquela gente, ao que ele respondeu “as pessoas que têm saúde não precisam de médico, mas só as que estão doentes. Eu não vim para chamar os justos, e sim pecadores”.

Como “sujeito da religião” que questiona a religião e o poder dominante, Jesus Cristo tinha consciência de que corria risco de morte. Sua estratégia foi escolher pessoas de confiança para dar continuidade ao seu trabalho:

Então Jesus constituiu o grupo dos Doze, para que ficassem com ele e para enviá-los a pregar, com autoridade para expulsar os demônios. Constituiu assim os Doze: Simão, a quem deu o nome de Pedro; Tiago e João, filhos de Zebedeu, aos quais deu o nome de Boanerges, que quer dizer “filhos do trovão”; André, Filipe, Bartolomeu, Mateus, Tomé, Tiago, filho de Alfeu, Tadeu, Simão, o cananeu, e Judas Iscariotes, aquele que depois o traiu. (MARCOS 3, 14-19).

Depois que Jesus foi crucificado e ocorreu o milagre da ressurreição, como narra a Bíblia, seus apóstolos e muitos discípulos saíram pelo mundo assumindo o papel de missionários. Muitos deles foram martirizados por motivos religiosos. Durante os três primeiros séculos da era cristã, o Cristianismo ainda era a religião de uma minoria perseguida pelos imperadores romanos. Outros “sujeitos da religião” se incumbiram de levar adiante a proposta de Jesus Cristo, resistindo ao jugo dos representantes da religião dominante e realizando celebrações clandestinas.

Depois que Constantino ascendeu ao poder, no século IV, converteu-se ao Cristianismo e instituiu-o como religião oficial do Estado, a situação se inverteu. Os cristãos que viviam escondidos, tendo que participar de suas celebrações nas catacumbas, puderam assumir sua religião sem medo de serem perseguidos. O Cristianismo se alastrou como fogo sobre a mata no período da seca. Na Idade Média, iniciada no século V, os papas se tornaram tão ou mais poderosos que os reis. A partir daí, os cristãos deixaram definitivamente para trás o papel de oprimidos para se tornarem, muitas vezes, opressores.

Foi a vez de surgirem outros “sujeitos da religião”, que discordavam de ações das lideranças cristãs e buscavam alternativas no campo religioso. Um dos grupos que

se destacou foi o dos cristãos-novos, que nada mais eram que judeus que tiveram que se converter ao Cristianismo. Assim como os cristãos da Igreja primitiva, parte desses judeus cultivava sua religiosidade na clandestinidade para fugir das perseguições.

Muitos deles foram vítimas da Santa Inquisição, cujos representantes permaneciam vigilantes para que as normas, doutrinas e dogmas do Cristianismo fossem seguidos à risca. Vários processos de investigação contra cristãos-novos foram abertos e um número significativo deles foi condenado e queimado vivo. Mulheres adeptas de práticas religiosas distintas do Cristianismo, como as benzedeiras, eram tachadas de bruxas e enfrentavam o rigor dos inquisidores.

Na segunda metade do século XV, quando a Idade Média dava claros sinais de esgotamento, nasceu Martinho Lutero, um “sujeito da religião” que se insurgiu contra a Igreja Católica. Com o advento da Reforma Protestante, que ele deflagrou em 1517 ao fixar suas 95 teses na porta da igreja de Wittemberg, na Alemanha, milhares de “sujeitos da religião” insatisfeitos com a Igreja Católica e desejosos de viver a sua fé de outra maneira conquistaram esse direito.

1.2.1 - Catequização e os “sujeitos indígenas”

No alvorecer do século XVI, os colonizadores portugueses chegaram ao Brasil, trazendo junto representantes da Igreja Católica para auxiliá-los. Freitas (1990) comenta que foi estabelecida uma parceria entre os papas e os reis de Portugal para que os povos indígenas fossem controlados por meio da sua conversão ao catolicismo. Azzi (1987 *apud* Freitas, 1990, p. 14) assinala que “dessa maneira, a expansão imperialista e a conversão cristã caminhavam de mãos dadas”.

Um dos objetivos dessa parceria entre Igreja Católica e colonizadores portugueses era catequizar os índios e isso foi feito com determinação. Missionários jesuítas e funcionários da Coroa Portuguesa dividiam a tarefa, enchendo de orgulho um dos mais renomados representantes da instituição, que foi o padre Antônio Vieira. O sacerdote (VIEIRA *apud* Freitas, 1990, p. 14) observou que “nas outras terras uns são ministros do evangelho e outros não, nas conquistas de Portugal, todos são ministros do Evangelho”.

Mesmo com esse poderio católico/português, “sujeitos da religião” emergiram entre os povos indígenas. Antes da chegada dos colonizadores/evangelizadores, eles cultivavam sua religiosidade, seus deuses e espíritos. Os pajés, por exemplo, exerciam papel de suma importância nas tribos, cultivando as ervas medicinais, curando os

enfermos e afastando os maus espíritos. Também realizavam rituais como a dança da chuva e outros para que os guerreiros tivessem êxito nas suas caçadas.

Não resta dúvida de que com a catequese dos jesuítas e outros missionários católicos, muitos indígenas abandonaram suas tradições religiosas e se converteram ou fingiram se converter ao Catolicismo. Houve, contudo, focos de resistência a essa tentativa de dominação religiosa. Movidos, talvez, pela preservação da sua identidade e defesa de suas crenças religiosas, alguns povos assumiram seu papel de sujeitos.

Charaudeau (2015) explica que a identidade se constrói pelo princípio de alteridade, que se rege por meio de jogos de atração e rejeição. Eles são de quatro ordens: inclinação do grupo para si mesmo, abertura do grupo para os outros, dominação de um grupo pelo outro e a mescla do grupo. No caso da catequização dos índios no período colonial, podemos pensar em duas dessas ordens.

A primeira é a da dominação de um grupo pelo outro, considerando que a identidade dos povos indígenas foi sobreposta pela dos portugueses. Charaudeau (2015, p. 20) explica que por essa ordem “o grupo que se sente superior ao outro tentará ou integrar o outro grupo, fazê-lo fundir-se consigo, digeri-lo - é o que se produz por ocasião da colonização (...) - ou eliminar o outro grupo”. É assim que se dão os massacres e genocídios.

Dentro do âmbito religioso, poderíamos pensar que os jesuítas e outros missionários católicos conseguiram suplantam a religiosidade dos povos indígenas e impor a fé cristã. Os pajés perderiam sua força, deixando de ser procurados para a cura de doenças, espantar maus espíritos e atrair chuva. Os rituais religiosos, compostos de danças e cantos indígenas, seriam substituídos pela missa.

Existe, contudo, a ordem de inclinação do grupo para si mesmo, que garante a resistência dos povos indígenas aos colonizadores. Nesse caso, Charaudeau (2015, p. 20) explica que “o grupo que se sente ameaçado na sua identidade pela presença de um outro grupo que tende a dominá-lo poderá reagir reivindicando valores que lhe são próprios e voltando-se para si mesmo”.

Vainfas (2010) comenta que uma das formas de resistência indígena no Brasil foi no campo religioso. De acordo com o pesquisador, um movimento denominado Santidade Jaguaripe, que surgiu no início do século XVI no Recôncavo Baiano, levava os índios a valorizarem a sua religiosidade e desprezarem a dos portugueses. Os adeptos da Santidade Jaguaripe “ameaçavam” os índios que se convertiam ao Catolicismo, dizendo que iam transformá-los em animais, paus e pedras.

Como se observa, houve casos de povos indígenas que assumiram seu papel de “sujeitos da religião” e resistiram à catequese dos católicos. Mesmo oprimidos, souberam resguardar sua identidade nesse jogo de atração e rejeição proposto por Charaudeau (2015). Para Chaves & Rodrigues (2016, p. 209), “o índio, no entanto, nunca deixou de reagir às tentativas de expropriação e exploração, mesmo sendo tutelado pelo Estado, o que implica que o seu discurso também o é”.

A população indígena brasileira, de acordo com o censo de 2010 do IBGE, é de 821,5 mil pessoas. Pissolato (2013) informa que apesar de a maioria ser católica, houve uma redução de 58,9% para 51% em relação ao censo de 2000. Nesse mesmo período, o percentual de indígenas evangélicos subiu de 20% para 25%. Isso reflete uma tendência verificada em toda a população brasileira.

O aumento mais significativo, contudo, foi entre os que se declararam adeptos de religião ligada às tradições indígenas. Pissolato (2013) comenta que o percentual subiu de 1,4% para 5,3%, de 2000 para 2010. É alto também o percentual dos indígenas que se dizem sem-religião. O percentual foi de 14,5% da população indígena, tendo se mantido inalterado em relação ao ano 2000. No nosso entendimento, tanto o crescimento da prática religiosa dentro das tradições indígenas quanto o elevado percentual dos que se dizem sem-religião denotam a força do “sujeito da religião” dentro da população indígena brasileira. Boa parte dessas pessoas consegue se desvincular das religiões dominantes (Igreja Católica e Igrejas Evangélicas) e buscar outras alternativas.

1.2.2 - Zumbi e outros sujeitos

A ação dos colonizadores portugueses e da Igreja Católica sobre os negros trazidos da África para serem escravos no Brasil foi tão ou até mais violenta e desrespeitosa do que a que ocorreu em relação aos povos indígenas. Se nem a dignidade humana dessas pessoas foi respeitada, o que dirá a sua religiosidade. Os negros foram obrigados a aderir ao Catolicismo, participando de suas celebrações e rezando por seus santos. Suas crenças religiosas e o culto aos seus deuses só podiam ser praticados no calor das senzalas ou escondidos no meio das matas.

O padre jesuíta João Manoel Lima Mira (1990) lembra com tristeza os 500 anos de evangelização do Brasil, celebrados no ano 2000:

O processo evangelizador, ou, melhor, catequizador, implantado no Brasil por meio da religião católica, foi deletério e catastrófico. Não vejo como agradecer ao “deus branco” esta evangelização/catequização compulsória, que nos negou, a nós negros, como pessoas. (MIRA, 1990, p. 99).

Para o religioso, o processo de catequese ao qual os negros foram submetidos no Brasil, no período colonial, afetou sua identidade cultural, étnica e espiritual. Os missionários ensinavam que fora da Igreja Católica não havia salvação e os convertidos deveriam demonstrar adesão incondicional aos valores do conquistador. Mira (1990, p. 103) recorda que “o Pe. Jorge Benci, sj, no seu livro Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, dizia que o escravo precisava de pão para sobreviver e pau para não se ensoberbecer”.

Os “sujeitos negros” que desafiavam o poder dos colonizadores eram condenados pelo poder eclesiástico. Mira (1990) comenta que o padre Antônio Vieira, sj, disse certa vez que não era permitido rezar missa no quilombo dos Palmares porque Zumbi estava em pecado. O que se queria era que os negros aceitassem resignados a sua condição de escravos.

Assim como Zumbi, outras lideranças negras emergiram para lutar contra a escravidão e por todos os tipos de liberdade, inclusive a religiosa. Segundo Mira (1990), a partir do século XVII foi observado que as manifestações religiosas dos negros eram extremamente resistentes e não eram sobrepostas pela religião católica. Para evitar perseguições, o negro “se embrenhou ainda mais no santoral católico, para manter as aparências, parecer convertido e, assim, poder preservar a sua identidade” (MIRA, 1990, p. 103).

Povos negros como os iorubás eram adeptos do Candomblé e a estratégia utilizada por eles para cultivar a sua religiosidade foi associar seus orixás aos santos católicos. Dessa maneira, segundo Prandi (2013), Jesus é associado a Oxalá, que é a divindade que criou a humanidade; Iemanjá, a deusa dos mares, se esconde sob a imagem de Nossa Senhora da Conceição; e Oxossi, o rei da caça, foi travestido de São Jorge ou São Sebastião. Isso talvez explique o sincretismo religioso que, apesar do ponto de vista explícito representar a união harmoniosa de várias religiões, pode ser visto como uma estratégia implícita para que o “sujeito da religião” negro preservasse a sua identidade religiosa.

A criação da Umbanda, no início do século XX, no Brasil, é outro exemplo de sincretismo e de resistência de representantes de religiões minoritárias. De acordo com

Prandi (2013), a religião é uma síntese dos antigos candomblés bantos orixás e de caboclos originários da Bahia com o Kardecismo. No início, foi denominada Espiritismo de Umbanda e, mais tarde, tornou-se apenas Umbanda.

Pelo censo de 2010 do IBGE, as religiões afro-brasileiras estão decrescendo no país. Representavam 0,6% da população brasileira em 1980 e, em 2010, baixaram para apenas 0,3%. Prandi (2013) comenta que a situação do Candomblé é bem melhor do que a da Umbanda. Enquanto os seguidores do primeiro tiveram um acréscimo de 70% de 1991 para 2010, chegando a 180 mil adeptos, os seguidores da Umbanda baixaram, neste mesmo período, de 542 mil para 407 mil seguidores.

Os estudiosos da religião não apontam causas dessa diminuição dos adeptos da Umbanda, porém não deixam de pontuar o crescimento de igrejas neopentecostais no mesmo período. Prandi (2013) assinala que algumas dessas igrejas enxergaram na Umbanda, que cultua os orixás, uma forma de concretizar a figura do demônio, tão combatido nas suas celebrações. O pesquisador (2013, p. 214) ressalta que “deixados finalmente em paz pela polícia depois de décadas de perseguição, os afro-brasileiros ganharam inimigos muito mais aguerridos e fanáticos, os pentecostais”.

Certamente já existem “sujeitos” das religiões afrodescendentes trabalhando para reverter essa situação. São homens e mulheres que sabem da importância delas para preservar a identidade e a cultura, além de garantir a liberdade religiosa.

1.2.3 - A mobilidade religiosa: mobilidades de sujeitos

O fenômeno da mobilidade religiosa, que tem se intensificado no Brasil na virada do século XX para o século XXI, também pode ser vista como um fortalecimento da figura do “sujeito da religião”. Se durante séculos, a população brasileira se declarava majoritariamente católica, a partir dos anos 1980 esse quadro começou a mudar. Camurça (2013) comenta que se durante um século, de 1872 a 1970, o percentual de católicos baixou apenas 7,9%, caindo de 99,7% para 91,8%, respectivamente, a partir daí as quedas foram bem mais bruscas.

Isso pode ser verificado no quadro abaixo:

Confissão religiosa/ano	Católicos	Evangélicos	Sem-religião
1980	89,2%	6,6%	1,6%

1991	83,3%	9%	4,8%
2000	73,8%	15,6%	7,4%
2010	64,6%	22,2%	8%

Quadro 1: Estatísticas sobre mobilidade religiosa no Brasil

Fonte: Censos do IBGE

Estudiosos da religião apontam diferentes motivos para explicar a mobilidade religiosa no país, entre elas o aumento da urbanização, a elevação dos índices educacionais, o surgimento de igrejas que atendem as demandas de parte da população insatisfeita com a Igreja Católica. E até mesmo aspectos da política podem ter interferido nesse fenômeno. Para Mafra (2013, p. 45), “a dinâmica de pluralização das religiões se intensificou em sintonia com a intensificação da vida democrática”.

Outros autores alertam para um processo de “desinstitucionalização” da religião:

As estruturas sólidas que fundavam, enquadravam, regulavam o universo das experiências religiosas, conferindo-lhes distinção, identidade e conteúdo, não o fazem mais com o mesmo rigor, e até quando se reafirmam com renovado vigor, não o fazem com a mesma abrangência. (SANCHIS, 2013, p. 13).

É exatamente esse sujeito que consegue progredir em seus estudos, se desvencilhar da teia das instituições religiosas e aproveitar a “onda” de redemocratização do país para se declarar livre para também escolher a sua confissão religiosa que acreditamos compor o perfil do que chamamos de “sujeito da religião”. Durante um certo tempo, eles permaneceram sob as vestes do Sujeito-destinatário (TU-d), proposto por Charaudeau (2009), mas os fatores supracitados os levaram a “rasgar aquelas roupas e exibirem a sua nudez” de Sujeitos-interpretantes (Tu-i).

No Brasil, o grupo dos sem-religião ou não afiliados somam 8% da população, de acordo com o censo de 2010 do IBGE, ficando atrás apenas dos católicos (64,6%) e dos evangélicos (22,2%). Teixeira (2013) comenta que pelo relatório do Pew Research Center, publicado em 2012, os não afiliados totalizam 1,1 bilhão de pessoas, que representam 16,3% da população mundial. Estão atrás apenas do Cristianismo (31,5%) e do Islamismo (23,2%).

Um dado importante que precisa ser observado é que dos 15,3 milhões de brasileiros que se dizem sem-religião, apenas 615 mil (0,32%) se declararam ateus e 124,4 mil (0,07%) se disseram agnósticos. A grande maioria tem fé, mas não se vincula a nenhuma religião. Isso nos habilita a dizer que muitas dessas pessoas são “sujeitos da

religião”, ou seja, mesmo acreditando em algum deus, elas optaram por não pertencer a nenhuma igreja.

Os motivos que levaram muitas delas a tomar essa decisão podem ter sido diferentes. Algumas podem discordar das normas, doutrinas e dogmas das igrejas. Outras podem ter ficado indignadas com denúncias de casos de pedofilia ou enriquecimento ilícito de representantes dessas instituições. E existem aqueles que dispensam intermediários para estabelecer relação com seus deuses. O que se observa é que eles se sentem livres para fazer essa opção.

No meio cristão, avaliamos que algumas mudanças teológicas que estão diretamente ligadas à figura de Deus podem ter contribuído para que as pessoas tivessem coragem de mudar de religião ou optar por não pertencer a nenhuma delas. Durante a Idade Média, a imagem que a Igreja Católica difundia de Deus era a de um juiz severo, que punia aqueles que se atrevessem a não seguir os seus ensinamentos. Os pecados eram classificados em veniais e mortais, sendo que as crianças eram advertidas de que dependendo do pecado que cometessem poderiam ir para o inferno. Deus era bom, mas ao mesmo tempo implacável. Era preciso “andar na linha” e quando a pessoa caísse em tentação, a única alternativa era procurar um padre para se confessar, arrepende-se e pagar as penitências impostas.

O Concílio Ecumênico de Trento, realizado na cidade italiana que deu nome ao encontro e tendo se iniciado em 1546, confirmou esse rigor católico em relação aos dogmas e doutrinas da instituição. Conforme Santiago⁴, convocado pelo papa Paulo III, esse evento serviu principalmente para contestar as propostas da Reforma Protestante, recém-inaugurada, e reafirmar os valores, normas e sacramentos da Igreja Católica. O Concílio demorou 18 anos para ser concluído e ressaltou a supremacia dos papas.

As mudanças ocorrem no âmbito da Igreja Católica de uma forma lenta e gradual e, com relação à forma como a instituição apresenta a figura de Deus aos seus fiéis, não foi diferente. Aos poucos, Deus foi perdendo seu ar carrancudo, superando seu mau humor e deixando de ser “um ferrinho de dentista” na vida dos pecadores. Com as transformações em diversos âmbitos trazidas pela modernidade, a melhoria dos índices de educação da população e a pressão para que as igrejas se adequassem à realidade, Deus pôde enfim abrir um largo sorriso, abraçar as pessoas e se converter em sinônimo de amor e bondade. Não havia mais por que temê-lo.

⁴ <http://www.infoescola.com/historia/concilio-de-trento/> - acesso em 13/01/2017.

Algumas igrejas evangélicas neopentecostais aproveitaram para ir um pouco mais longe e contestar alguns princípios bíblicos. Seus teólogos entenderam que Deus “alargou o buraco da agulha” para permitir a passagem do camelo e, com isso, os ricos também ganharam o direito de entrar no reino do céu. Não era mais necessário carregar uma pesada cruz e enfrentar um terrível calvário na terra para ter direito à salvação. Todos ganharam o direito de ser felizes tanto na terra quanto no céu.

1.3 - Evangelizar e comunicar

O propósito principal da grande maioria das igrejas cristãs é evangelizar, ou seja, difundir a palavra de Deus e captar adeptos. Na Bíblia consta que Jesus disse aos seus discípulos “Ide pelo mundo inteiro e anuncia o evangelho para todas as criaturas” (Mc 16, 15). Para nós, está claro que o verbo “evangelizar” tem uma ligação muito próxima com “comunicar”. Para realizar um trabalho de evangelização eficiente, as igrejas precisam desenvolver boas estratégias de comunicação. Não nos esqueçamos, contudo, de que a evangelização possui um elemento fundamental que a difere da comunicação: a fé.

Vamos fazer o exercício de aplicar a Teoria Semiollingüística à evangelização para verificar as semelhanças e diferenças que existem entre ela e a comunicação. Podemos pensar, por exemplo, que para a comunicação se estabelecer é necessário haver o locutor e o interlocutor, sendo que no processo de evangelização verificamos a presença do evangelizador e o evangelizando. No diálogo entre eles, a mensagem é passada e discutida.

O contrato de comunicação é uma das bases de sustentação da Teoria Semiollingüística e, no caso da evangelização, é necessário estabelecê-lo. Comblin (1990) defende que o evangelizador ouça o evangelizando e leve em conta as suas demandas e possíveis restrições. Conforme o pesquisador (1990, p. 52), “a evangelização começa não quando o pregador começa a falar, mas quando o interlocutor começa a responder. (...) Por isso o ponto de partida da evangelização é a resposta do outro”.

Arns (1975) completa que é preciso se convencer de que a evangelização não consiste apenas no anúncio verbal, normalmente feita de uma forma verticalizada entre locutor e interlocutor. Ela também não pode se resumir à prática dos sacramentos e ao testemunho de vida de pessoas e grupos. O autor (1975, p. 61) esclarece que,

essencialmente, a evangelização consiste “no diálogo profundo sobre o homem e sobre Deus, que orienta os destinos da humanidade”.

As escolhas feitas pelo evangelizador devem ser determinadas pelas necessidades do evangelizando. Comblin (1990) cita como exemplo o discurso do apóstolo Paulo em Atenas, que considerou o que os seus ouvintes queriam escutar. O autor (1990, p. 52) comenta “esse discurso é a profissão de fé dos prosélitos que Paulo atraiu para as comunidades cristãs porque aí eles se sentiram mais acolhidos do que nas sinagogas. Eles entraram com a sua filosofia e se colocaram no próprio discurso evangelizador”.

Ao abrir espaço para que o evangelizando dialogue e exponha suas necessidades, o evangelizador entra em sintonia com ele:

A partir desse momento o evangelizador deixa de ser o dono da mensagem. O receptor do evangelho somente pode recebê-lo recriando-o dentro de si próprio, por si próprio e em si próprio. O receptor cria de novo o evangelho. Ele reconstrói a mensagem que recebeu. Se não se lhe permite essa possibilidade, a evangelização fica bloqueada. (COMBLIN, 1990, p. 53).

Para interagir de igual para igual com o evangelizando, o evangelizador precisa respeitar a sua cultura. No meio religioso, o processo é denominado de inculturação e está presente em vários planos de evangelização elaborados pela Igreja Católica. A inculturação deve partir dos índios, dos negros e dos operários. Para Comblin (1990), o evangelizador não tem poderes para inculturar o evangelho, mas pode desmotivar e inviabilizar esse trabalho.

O teólogo (1990) avalia que é justamente isso que está fazendo a Igreja Católica na América Latina, ao tentar impor seu catecismo, sua liturgia e as suas normas. Comblin recorda que essa é uma prática da instituição desde a época em que o imperador Constantino adotou o Cristianismo como religião oficial do império. Ele lamenta que conversões tenham se dado mais pela força da espada do que pela propagação da palavra de Deus.

O autor (1990) comenta que outro erro que a Igreja Católica vem cometendo, desde o século XV, é realizar a evangelização dentro de um contexto de superioridade. Ela despreza o interlocutor, considerado ignorante, selvagem e inculto. Funcionando de uma forma verticalizada, a instituição consegue em curto prazo evangelizar um grande número de pessoas. O teólogo da libertação adverte que a longo prazo, contudo, essa adesão à Igreja e não ao evangelho cria ressentimentos, rancores e contradições.

Comblin (1990) diz que essa evangelização dentro de um contexto de superioridade foi feita com os índios na América e com os negros na África. Os evangelizadores se colocavam como os bons e abençoados pela graça de Deus que iriam socorrer os maus. O teólogo comenta que esse tipo de atitude inviabiliza o diálogo e a evangelização torna-se conquista e ocupação de terreno. A cultura do povo evangelizado é desprezada e o evangelizador se esforça para que a sua se sobreponha a ela.

Caliman (1990) atesta que todas as pessoas batizadas têm o direito e o dever de pregar a palavra de Deus, ou seja, participar do processo de evangelização. O teólogo (1990, p. 95) esclarece que “essa missão é única e indivisível. Não é possível dizer que ao clero pertence a missão de pregar e aos demais fiéis cabe ouvir. Nada mais contrário ao mandato de Jesus”.

Entre as igrejas evangélicas, em se tratando principalmente da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus, que analisamos com mais profundidade nesta tese, nos arriscamos a dizer que, com raras exceções, essa evangelização também é feita dentro de um contexto de superioridade. Os missionários vão de porta em porta, pregando e repassando as orientações que foram dadas pelos pastores e outros líderes dessas instituições. Os evangelizados têm a opção de abrir a porta de suas casas e ouvir. Alguns podem exigir o seu direito de fala e contestar o que lhes é dito, mas acreditamos que essa não é uma prática comum.

Também há missionários evangélicos que ocupam praças em hipercentros das grandes metrópoles para evangelizar. Em Belo Horizonte, na Praça Sete de Setembro, é comum nos depararmos com alguns deles, que com uma pequena caixa de som e a Bíblia em punho, ficam horas pregando. Alguns contam com auxiliares, que distribuem panfletos sobre a Igreja a qual pertencem, vendem livros de mensagem e CDs com músicas gospel. Alguns evangelizados param, ouvem e adquirem produtos. A maioria segue em frente e não dá ouvidos aos evangelizadores.

Nosso esforço agora será o de tentar colocar os sujeitos da evangelização dentro do quadro de ato de linguagem e seus sujeitos, proposto por Charaudeau (2009). No âmbito interno, estão o sujeito enunciador (EUE) e o sujeito destinatário (TUd). O EUE encarna o evangelizador, ou melhor, a máscara que ele usa para propagar a mensagem de Deus envolta pela proposta da igreja que representa. Já o TUd é o evangelizado que acatará o que lhe for dito, com grandes chances de se converter.

Do lado externo do quadro de ato de linguagem e seus sujeitos da Teoria Semiollingüística estão o sujeito comunicador (EUc) e o sujeito interpretante (TU_i). O EUc é o evangelizador real, com sua estratégia que visa realizar um trabalho de evangelização eficiente, atraindo mais pessoas para sua igreja. O TU_i será, contudo, uma pedra no seu sapato. Vai questionar o modelo verticalizado de evangelização e exigirá que sua cultura e seus valores sejam considerados pelas instituições religiosas. O TU_i é, na verdade, o “sujeito da religião”.

Vamos supor que o evangelizador ou sujeito comunicante (EUc) decida sair de porta em porta, falando de Deus e, obviamente, da sua igreja. Por meio da figura do sujeito enunciador (EUe), ele dirá àqueles que se disporem a ouvi-lo que é fundamental cultivar a fé para alcançar a salvação. O EUc acredita que o sujeito destinatário (TU_d) vai ouvi-lo, converter-se e participar da sua igreja. O sujeito interpretante (TU_i) poderá adotar, pelo menos, quatro atitudes: ouvi-lo por educação, mas não levar em conta o que ele diz; contestar o que o EUe lhe diz e ofendê-lo; não abrir a porta para ele; ou recebê-lo e aceitar a sua ação de evangelização.

1.4 - Transparência e não-transparência

Assim como nas teorias do discurso, que criticam o problema da transparência da linguagem, no processo de evangelização também se lida com o problema da transparência e da não-transparência. Na primeira, acredita-se que o evangelizador vai se deparar com o evangelizando ideal e lhe transmitirá a palavra de Deus de uma forma neutra e simétrica. Tudo é feito de uma forma harmoniosa e sem resistência.

A evangelização realizada pela corrente teórica da não-transparência é mais complexa. A evangelização sofre a contaminação dos fatos sociais e históricos, recebendo ainda a carga das normas, doutrinas e dogmas das igrejas. No processo de evangelização, as cartas do jogo do explícito e do implícito também são colocadas na mesa.

As figuras de Deus e Jesus Cristo estão presentes no processo de evangelização das igrejas cristãs, porém elas possuem diferenças e predicados que são destacados neste trabalho. No caso da Igreja Católica, alguns estudiosos colocam o Concílio Vaticano II como um diferencial progressista em relação à evangelização tradicional, feita para manter a instituição dentro de padrões mais conservadores.

Libanio (1984) explica que a Igreja Católica viveu um longo período dentro de um contexto denominado integrista, que se caracteriza pela negação do mundo moderno, seus avanços teológicos, filosóficos e sociopolíticos. Isso se deu principalmente durante o governo dos papas Pios, que foi de 1850 a 1958. Esse grupo não reconhece as transformações e avanços que ocorreram a partir da Idade Moderna. Seus integrantes se portam como “viúvas da Idade Média”, que não se conformam com o seu fim.

O papa João XXIII, canonizado junto com o Papa João Paulo II, em 2013, convocou o Concílio Vaticano II, em 1962, como forma de tentar estreitar os laços da Igreja Católica com a modernidade. Alterações importantes nas áreas de liturgia, pastoral, comunicação e valorização dos fiéis leigos foram propostas, sendo que algumas delas chegaram a ser implementadas. Comblin (1990) comenta que houve uma resistência grande a essas mudanças por parte da Cúria Romana durante e após a conclusão do Concílio, em 1965. Ele denuncia a montagem de uma estratégia para torná-lo inócuo, apontando o “Sínodo dos Bispos”, realizado em 1985⁵, como a pá de cal colocada para encerrá-lo.

De qualquer maneira, o Concílio Vaticano II deu o norte para um segmento da Igreja Católica que gostaria de vê-la avançar:

O que é comum a todos e que foi a alma do Vaticano II, foi o reconhecimento da existência de um mundo moderno, uma cultura moderna que a Igreja não controlava e que não procedia simplesmente dela. Esse mundo não é considerado inimigo do qual é preciso defender-se, mas interlocutor que é preciso evangelizar. Evangelizar não é retornar ao passado, mas enfrentar a realidade nova. (COMBLIN, 1990, p. 43).

Mesmo com essa disposição de reconhecer que o mundo evoluiu em diversas áreas, o Concílio Vaticano II não alterou muito a postura da Igreja Católica em relação às questões de ordem moral. Libanio (1984) admite que esse é o “calcanhar de Aquiles” do fórum. Questões como a liberação sexual, o reconhecimento dos homossexuais, o controle de natalidade e o protagonismo da mulher, que ganharam corpo na sociedade moderna, continuaram não sendo aceitos pela instituição. O teólogo (1984, p. 143) comenta que “aí surgem os choques. (...) E esses ensinamentos recebem, por parte de

⁵ O Sínodo dos Bispos de 1985, convocado pelo então Papa João Paulo II, teve como objetivo rever algumas das propostas do Concílio Vaticano II, que completava 20 anos. A ala progressista da Igreja Católica considera que ele tolheu alguns avanços pastorais enquanto a ala conservadora acha que ele poderia ter sido mais severo.

amplios setores católicos dos segmentos médios e urbanos, nítida ou pelo menos silenciosa rejeição”.

Como pode se ver, o processo de evangelização da Igreja Católica dentro da corrente não-transparente tem que lidar com essas questões e conflitos de opinião. O evangelizador pode apresentá-las de forma explícita e, dependendo do ponto de vista do evangelizando, sua mensagem poderá ser aceita ou refutada. O missionário também pode se valer do implícito, utilizando termos mais gerais e evitando assuntos polêmicos, porém nada garante que o evangelizando não conheça a realidade e conteste o que lhe é apresentado.

No que tange ao trabalho de evangelização realizado pelas igrejas evangélicas, as dificuldades não são muito diferentes das da Igreja Católica. No Brasil, elas se dividem em três grupos: as evangélicas históricas, que chegaram ao país no século XIX e no geral seguem a orientação teológica da Reforma Protestante; as evangélicas pentecostais, que aportaram no Brasil no início do século XX e são reconhecidas pelo avivamento da fé por meio do batismo pelo Espírito Santo; e as neopentecostais, que surgiram no país a partir da década de 1960, seguem a teologia da prosperidade e investem de forma significativa na mídia.

As mais antigas tiveram que enfrentar a resistência dos católicos para realizar seu trabalho de evangelização. As pentecostais e as neopentecostais chegaram a ser tachadas de seitas e seus líderes foram presos acusados de curandeirismo, estelionato e enriquecimento ilícito. Denúncias foram feitas pela mídia de referência e a idoneidade dessas pessoas foi colocada à prova. Algumas delas foram comprovadas e outras não. Houve casos de reputações que foram destruídas, mas também foram erigidos mártires e, com isso, suas Igrejas saíram fortalecidas.

Em meio a esse fogo cerrado, a Igreja Católica e as Igrejas Evangélicas persistem no seu trabalho de evangelização. O fenômeno da mobilidade religiosa que se intensificou no Brasil, nas últimas décadas, e o aumento de grupos como os sem-religião são uma prova de que essa evangelização está surtindo efeito tanto no sentido de atrair quanto de afastar os fiéis. Acima disso tudo paira o “sujeito da religião”, dentro da sua realidade sócio-histórica, considerando o perfil das Igrejas, seus pontos positivos e negativos e o que elas lhes oferecem de forma explícita e implícita. Diante desse quadro, ele faz a opção de pertencer ou não a uma ou até a mais de uma delas. Ele se sente livre para fazer sua escolha e não teme que Deus vá puni-lo por isso.

Comblin (2002) comenta que muitos leigos se posicionam contra o modelo de igreja puramente clerical, ou seja, aquela em que eles são controlados por uma hierarquia que tolhe a sua “voz”. O teólogo avalia que há ainda uma tendência natural para a autonomia, como expressam Aristóteles e outros filósofos da natureza. Segundo ele (2002, p. 202), “estes afirmam a consistência das realidades terrestres antes da sua implicação no cristianismo. O povo afirma-se contra a religião e a dominação da religião no terreno que não é o seu”.

O teólogo explica a participação do “sujeito” na construção do reino de Deus:

O Reino de Deus não é a cristandade, mas ainda está por vir. O Reino de Deus é o reino sem imposição, sem poderes, sem repressão, um Reino de liberdade e de igualdade. O povo caminha para seu próprio advento. Um povo é sujeito que se busca e se faz, sujeito ativo que luta para existir plenamente. E dele deve nascer a verdadeira Igreja. (COMBLIN, 2002, p. 203).

O “sujeito da religião” se mobiliza para impor a sua “voz” e se livrar da opressão da hierarquia das igrejas. Esse modelo clericalizado das igrejas não dá espaço para que os leigos possam se expressar e tenham poder de decisão. Alguns grupos se mobilizam exigindo que essas instituições revejam suas normas, doutrinas e dogmas. Alguns persistem, outros mudam de religião e muitos preferem se desvincular de qualquer instituição, vivendo a sua fé de uma forma autônoma. Cada um, a seu modo, se impõe como “sujeito da religião”.

1.5 - Evolução do Cristianismo

Nos três primeiros séculos do calendário cristão o que se pode verificar, por meio dos historiadores, são perseguições, prisões e mortes de cristãos. Azzi (1962) relata que, durante esse período, os seguidores do Cristianismo foram oprimidos pelo Império Romano. Para abrigar os primeiros fiéis e oferecer-lhes um espaço no qual pudessem professar a sua fé, essa igreja primitiva se ocultava nas catacumbas.

Segundo Azzi (1962), Nero foi um dos imperadores que, durante os anos de 64 a 68, perseguiram os cristãos de forma implacável. O historiador relata que no ano de 64 houve um grande incêndio criminoso em vários bairros de Roma, iniciado por ordem de Nero. Assustado com a repercussão negativa do fato, o imperador culpou os cristãos pelo desastre e mandou prender vários deles, que foram torturados e mortos.

O saldo deixado nesses três primeiros séculos do chamado “Cristianismo primitivo” foi assustador em termos de números de vítimas, porém alentador em relação à persistência desses fiéis na fé inaugurada por Jesus Cristo:

O cristianismo primitivo conta mais de 50.000 mártires. Número muito elevado, tendo em vista os primórdios da Igreja. Acresce que a cada mártir correspondem mais de vinte confessores da fé. Estes, embora não perdendo a vida, sofreram privações, cárcere, torturas, confiscação de bens, exílio. E a perspectiva de martírio nunca foi alheia aos primeiros cristãos. Ser cristão era um risco, um perigo. Não obstante isso, milhares de pessoas abraçaram com generosidade a fé cristã. (AZZI, 1962, p. 23 e 24).

Depois que Constantino assumiu o trono romano, no ano de 312, finalmente os cristãos puderam deixar as catacumbas e praticar livremente a sua fé. Azzi (1962) comenta que, desde o início de seu reinado, Constantino não escondeu sua simpatia pelo Cristianismo, dando liberdade para que os fiéis pudessem celebrar seus ritos. Ele também financiou a construção de algumas das principais basílicas romanas, como as de São Pedro, São Paulo e Santa Cruz de Jerusalém.

Mais tarde, imperadores de outras regiões abriram espaço ainda maior para o Cristianismo. De acordo com Azzi (1962), no ano de 379, o espanhol Teodósio estava no governo do Oriente e publicou um édito sobre a fé católica. No ano de 391, junto com Valentiano II, proibiu o culto pagão. Em seguida, Teodósio constituiu o Cristianismo como religião oficial do Estado, propagando essa decisão também pelo Ocidente.

Após os primeiros séculos da era cristã, o Cristianismo deixou de ser uma religião perseguida, cujos fiéis precisavam se esconder nas catacumbas, para se tornar, no final do século IV, a religião oficial do Império Romano. Essa pujança só iria aumentar no decorrer da Idade Média. As luxuosas basílicas passam a ter missas regularmente, acompanhadas por multidões de fiéis e embelezadas pelos cantos sacros.

As escolas dirigidas por congregações religiosas também aumentaram em número e qualidade. Azzi (1962, p. 44) informa que “no Oriente, dois centros de cultura cristã assumem importância excepcional: Alexandria no Egito e Antioquia na Síria”. Na primeira vigorava o platonismo e na segunda o aristotelismo. A escola de Alexandria, inaugurada no século III, pode ser considerada a primeira universidade cristã.

É inegável também o importante trabalho social realizado pelo Cristianismo. As igrejas ajudavam casas onde se abrigavam crianças, deficientes e idosos pobres. Famílias desprovidas de recursos financeiros também recebiam doações de alimentos,

remédios e roupas. Muitos órfãos e pessoas abandonadas por suas famílias só tinham as igrejas a quem recorrer.

Os papas, que antes viviam escondidos e, em diversos casos, foram presos e mortos durante os primeiros três primeiros séculos do calendário cristão, agora eram reverenciados e ocupavam lugar de destaque. Alguns chegaram a ter tanto ou mais poder que os reis. O Cristianismo se consolidava e se expandia, não sem cometer excessos.

Um deles foi o episódio denominado “sínodo cadavérico”. Azzi (1962) relata que influenciado pela viúva Algeltrudes Espoleto, o papa Estêvão VI mandou desenterrar o papa Formoso, depois de oito meses em que ele havia morrido, em 896. O cadáver do antigo papa foi colocado no trono, recebeu inúmeras acusações, seu governo foi declarado ilegítimo e suas ordenações foram anuladas. Em seguida, seu cadáver foi atirado no rio Tibre.

A simonia foi outra prática comum da igreja cristã, nos séculos IX a XI. Azzi (1962) explica que tal termo deriva de Simão Magno, que tentou comprar dos apóstolos o dom de fazer milagres. Eleições de bispos, cardeais e mesmo ordenações sacerdotais e a realização de sacramentos aos fiéis envolviam subornos. O pesquisador (1962, p. 122) comenta que “no sínodo realizado em Roma em 1049, Leão IX quis depor os sacerdotes ordenados por bispos simoníacos. Eram tão numerosos tais casos, que o papa não pôde realizar sua decisão”.

Durante 200 anos, os cristãos conviveram com dois papas e até três ao mesmo tempo, além de cismas na igreja. Azzi (1962) conta que esse período conturbado ocorreu da morte do papa Bonifácio VIII, em 1303, até a morte de Alexandre VI, em 1503. Eleito em 1303, o papa Clemente V optou por transferir a sede da Igreja para Avinhão (França). O retorno do papado para Roma ocorreu, em 1377, por meio do papa Gregório. Porém, os cardeais franceses se insurgiram e elegeram o “antipapa” Clemente VII. O segundo “antipapa”, Alexandre V, se juntou ao grupo, tendo sido eleito no Concílio de Pisa, em 1409.

A cobrança abusiva de indulgências⁶ foi um problema que se intensificou entre os séculos XIV e XV. Foi instituída, inclusive, a figura do pregador de indulgências. Superstições e lendas passaram a ocupar o pensamento das lideranças religiosas, que logo começaram a perseguir mulheres tachadas de bruxas e outros hereges. No ano de

⁶ Taxa cobrada dos fiéis pela Igreja Católica para que eles tivessem sua salvação garantida após a morte.

1484, o papa Inocêncio VIII editou uma bula contra a bruxaria. Estava legalizada a Santa Inquisição, que vigorava desde o início da Idade Média e tirou a vida de milhares de pessoas.

Em 31 de outubro de 1517, o monge beneditino de nacionalidade alemã Martinho Lutero publica suas 95 teses na entrada da igreja de Wittemberg. Ele faz severas críticas à cobrança de indulgências e ressalta na tese 62 que “o verdadeiro tesouro da igreja é o santíssimo Evangelho da glória e da graça de Deus” (*apud* Matos, 1995, p. 34). Pressionado pelo poder romano, Lutero foi submetido a interrogatórios e ordens para que se retratasse.

Em 1520, Lutero publica três escritos programáticos, a Reforma Protestante se consolida e o papa excomunga o ex-monge. Matos (1995, p. 43) acrescenta que João Calvino, de origem francesa, foi outra figura importante da Reforma Protestante, “mediante uma exposição sistemática da doutrina e sólidas estruturas de organização eclesiástica”.

O discurso cristão sofre sua principal ruptura e o segmento católico passa a conviver com o evangélico. Com quase 500 anos de existência, a igreja evangélica nunca teve um poder central, como a Igreja Católica, se dividindo em várias denominações e se instalando pelo mundo. O número de seguidores é variado, sendo que em alguns países capitalistas, como os Estados Unidos, eles são maioria. No Brasil, desde as últimas décadas do século XX até o início do século XXI, o percentual de evangélicos vem aumentando em comparação com o de católicos.

Outro cisma deu origem à Igreja Anglicana, na Inglaterra, no início do século XVI. Matos (1995) informa que não satisfeito com a recusa do papa Clemente VII em anular seu casamento com Catarina de Aragão, em 1531, o rei Henrique VIII se fez proclamar pelo clero “chefe da Igreja Anglicana”. O rei nomeou Tomás Cranmer arcebispo-primaz de Cantuária e este realizou o casamento do monarca com Ana Bolena, em 1533. Henrique VIII foi excomungado pelo papa, o que o levou a exigir que o Parlamento inglês lhe atribuísse os mesmos poderes papais sobre a Igreja Anglicana. Assim, mais uma cisão foi efetivada.

1.6 – Um Discurso Constituinte

Maingueneau (2008-A) classifica como constituinte o discurso religioso, assim como os discursos filosófico, literário e científico. Isso lhes dá uma distinção especial,

já que são “autofundados”, ou seja, não são originários de outros discursos e ainda contribuem para a formação ou são “fiadores” de outros discursos.

O próprio Maingueneau (2008-B, p. 37) reconhece que esse enquadramento que faz do discurso constituinte como unidade não é consistente, porém permite evidenciar propriedades semelhantes que eles têm em comum. Conforme o pesquisador, “a pretensão desses discursos, assim chamados por nós de ‘constituintes’ é de não reconhecer outra autoridade além da sua própria, de não admitir quaisquer outros discursos acima deles”.

É preciso ter clareza, no entanto, que os discursos constituintes não ficam isolados e sofrem, portanto, a ação de outros discursos. Maingueneau (2008-B) explica que outras zonas de produção verbal, como a conversação e a imprensa, agem sobre ele. Vale a pena pontuar a nossa pesquisa, que verifica a apropriação do discurso midiático pelo discurso religioso, para salientar que mesmo sendo considerado “nobre”, este último não deixa de se impregnar pelo primeiro. É nessas circunstâncias que ocorre a imbricação, da qual trataremos mais adiante.

O discurso constituinte garante a existência de múltiplos gêneros do discurso. Maingueneau (2008-B) comenta que o jornalista que estiver trabalhando numa reportagem de cunho social usará como fonte para entrevistas o intelectual, o teólogo ou o filósofo, que são guardiões do discurso constituinte. A situação contrária, no entanto, dificilmente se dará, ou seja, uma dessas três figuras entrevistar o jornalista como fonte fidedigna para seus estudos. O máximo que pode acontecer é o jornalista ser citado como exemplo em algum trabalho que envolva a mídia.

Outro ponto de legitimação dos discursos constituintes é que eles se definem pela posição que ocupam no interdiscurso. Maingueneau (2008-B, p. 38) explica que isso se deve ao fato de eles “não reconhecerem discursividade para além da sua e de não poderem se autorizar senão por sua própria autoridade”. Isso talvez explique o porquê de algumas lideranças religiosas como o bispo dom Antônio dos Santos Cabral, que governou a Arquidiocese de Belo Horizonte de 1922 a 1967, considerar que a imprensa católica era a “boa imprensa”. Era como se o discurso religioso (constituinte) tivesse o poder de “purificar” o discurso midiático.

Na análise do nosso *corpus* verificamos que a Igreja Católica, a Assembleia de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus muitas vezes utilizam seus jornais impressos para divulgar questões internas, dar visibilidade às suas lideranças e fazer proselitismo. Temas seculares são tratados, porém a problematização é quase sempre

religiosa. O uso do modo de organização discursiva argumentativo sob uma perspectiva erística é, eventualmente, utilizado principalmente quando elas se sentem ameaçadas em suas normas, doutrinas e dogmas.

Aí se situa outra característica do discurso constituinte enfatizada por Maingueneau (2008-B, p. 39): a delegação que seus guardiões fazem ao Absoluto. Ele funciona como uma fonte legitimadora. O pesquisador esclarece que “o paradoxo constitutivo do funcionamento de tais discursos é que esse Absoluto que os autoriza é supostamente exterior ao discurso para lhe conferir sua autoridade, mas deve ser construído por esse mesmo discurso para poder fundá-lo”.

É bastante interessante o exemplo citado por Maingueneau (2008-B) para ilustrar esse paradoxo constitutivo. Segundo ele, o discurso humanista devoto, que vigorou na Igreja Católica no século XVI e XVII e que foi analisado pelo autor na sua tese de doutoramento, prega a imagem de um Deus “manso” para legitimar a doutrina antirreformista. O pesquisador observa que essa “mansidão” na verdade provém dos textos elaborados pela instituição.

No mundo contemporâneo, observamos que a imagem de Deus elaborada por algumas igrejas evangélicas é diferente da que é proposta pela Igreja Católica. Para esta última, Deus é um ser transcendente, cheio de amor e que está disponível para atender às demandas daqueles que seguem seus ensinamentos e participam da vida da Igreja. Para algumas igrejas evangélicas da linha neopentecostal, entre as quais destacamos a Igreja Universal do Reino de Deus, os fiéis que cumprem seus propósitos e suas obrigações religiosas, entre elas a de contribuir com o dízimo, podem “exigir” que Deus atenda seus pedidos. Ele é colocado em pé de igualdade e as relações estabelecidas são mais “comerciais”.

Mesmo com essa distinção de “constituintes”, esses discursos não são respeitados pelo grande público. O alcance deles se limita às comunidades que os cultivam, como os meios religioso, filosófico, científico e literário. Não se pode dizer que seja pouca coisa, porém a sua força se restringe a espaços delimitados. Maingueneau (2008-B, p. 44) comenta que “os produtores desses textos se põem de acordo com as normas internas de um grupo, não diretamente como uma *doxa* universalmente partilhada”.

O universo de ação do discurso constituinte é especificado pelo pesquisador:

O discurso constituinte implica assim um tipo de ligação específica entre operações linguageiras e espaço institucional. As formas enunciativas não são aí um simples vetor de ideias, elas representam a instituição no discurso, ao mesmo tempo em que moldam, legitimando-o (ou deslegitimando-o) nesse universo social no qual elas vêm se inscrever. (MAINGUENEAU, 2008-B, p. 54).

Quando publicou o artigo “Polifonia e cena de enunciação na pregação religiosa”, Maingueneau (2008-A, p. 199) salientava que o volume de pesquisas envolvendo o discurso religioso era ainda pequeno, “por se tratarem de textos cuja simples compreensão implica o conhecimento de um vasto intertexto, que pode não ser acessível a todos”. Outra dificuldade apontada pelo pesquisador era que o discurso religioso mantém uma relação indireta com a realidade social.

Passados alguns anos, essa realidade tornou-se um pouco diferente e na segunda década do século XXI o que se vê, pelo menos no meio acadêmico brasileiro⁷, é que já existe um número razoável de pesquisas sobre o discurso religioso. Prevalece, contudo, o interesse pelos efeitos persuasivos retóricos que os oradores de tal discurso procuram provocar no auditório. A maioria dos trabalhos está relacionada com igrejas e lideranças evangélicas.

Nossa pesquisa foge desse escopo e busca verificar o grau de imbricação do discurso religioso com o discurso midiático, ou seja, até que ponto o primeiro se apropria da forma e da construção do sentido do segundo, buscando criar um novo subcampo: a mídia religiosa.

Segundo Maingueneau (2008-A), os discursos constituintes estão diretamente ligados ao *archéion* da sociedade, ou seja, à sua “fonte” ou ao seu “princípio”. Isso lhes confere um *status* de autoridade. O pesquisador (2008-A, p. 201) esclarece que “o *archéion* associa intimamente o trabalho de fundação no e pelo discurso, a determinação de um lugar associado a um corpo de enunciadores consagrados e a reelaboração permanente de uma memória”.

O conceito de “constituinte” é definido pelo autor:

A noção de “constituição” associada a “constituinte” opera em duas dimensões indissociáveis: a constituição como organização textual e a constituição como ato jurídico (o ato reflexivo de “constituição” de uma entidade jurídica e a “constituição” como texto que resulta desse ato e que permite estabelecer as normas de uma coletividade). (MAINGUENEAU, 2008-A, p. 201).

⁷ O portal de teses e dissertações da Capes registrava, até 08 de junho de 2017, 43.246 resultados sobre discurso religioso e 16.261 sobre mídia e religião.

Outra característica do discurso constituinte, de acordo com Maingueneau (2008-A), é que ele é reconhecido tanto por sua função social quanto por suas propriedades textuais ou enunciativas. Ele também se destaca por seu caráter interdiscursivo, que o leva a ter invariantes enunciativas com funcionamento específico.

No caso do discurso religioso, verificamos que o interdiscurso tem força significativa. Documentos oficiais ou reportagens publicadas em jornais religiosos, por exemplo, podem afirmar que uma determinada ação foi realizada, mas quando verificamos os fatos podemos comprovar que existe uma relatividade. No caso do “Sínodo dos Bispos”, realizado pela Igreja Católica, em outubro de 2015, por exemplo, o jornal *O São Paulo* na sua edição 3.075 (28 de outubro a 03 de novembro de 2015) informou que a instituição adotou uma postura misericordiosa em relação à família, porém quando examinamos os fatos verificamos que permanecem excluídos os divorciados e os casais homoafetivos.

Maingueneau (2008-A) acrescenta o caráter heteroconstituente do discurso constituinte, ligado ao seu lado autoconstituente. O prefixo “hetero” vem do grego “héteros” e significa “diferente”. Isso indica que os discursos religioso, literário, filosófico e científico possuem na sua fundação uma espécie de “gen-linguístico” que os diferencia dos outros discursos.

É recomendável que o analista sempre considere os comentários sobre os discursos constituintes quando for pesquisá-los. Maingueneau (2008-A) lamenta que isso nem sempre ocorra, já que existe uma tendência de observar o documento oficial, como por exemplo, a Bíblia, e dar pouca importância ao que é dito sobre ela.

Uma das atribuições das instituições que zelam pelos discursos constituintes é procurar atualizar o seu sentido para que as diferentes gerações possam compreendê-los. No caso do discurso científico, por exemplo, espera-se que os pesquisadores desenvolvam trabalhos para complementar ou contestar os resultados que foram alcançados por seus pares.

Em se tratando do discurso religioso, as igrejas se encarregam de fazer essa atualização, que varia dependendo dos *canons*, dogmas, valores e interesses de cada uma. Para a Igreja Católica no Brasil, por exemplo, a religiosidade popular, as festas marianas e dos santos, que foram muito valorizadas até a primeira metade do século XX, continuam tendo espaço, mas com a ressalva de que Deus é o caminho principal e a única fonte da salvação.

As igrejas evangélicas “encurtaram” esse caminho da salvação, propondo um “atalho” que abrevia o percurso até Deus. Primeiro elas “eliminaram” os santos, considerando desnecessária essa intercessão que os católicos pedem que eles façam junto ao Pai. Outra medida adotada foi não dar crédito ao título de santa que a Igreja Católica atribui a Maria. Dessa maneira, foram banidos os intermediários e “a conversa” passou a se dar diretamente com Deus.

Temos que convir que esse tempo mais curto prometido por algumas lideranças evangélicas, principalmente da linha neopentecostal⁸⁸, para se alcançar graças e milagres é tentador. Principalmente no mundo capitalista atual, no qual o “relógio neoliberal” gira quase tão rápido quanto um ventilador. Dessa maneira, o aspecto dêitico do discurso evangélico torna-se um diferencial em relação ao discurso católico.

Para exercer seu papel de “fiador” de outros discursos, o discurso constituinte precisa estar em movimento, ou seja, em processo de enunciação. Maingueneau (2008) explica que isso é que garante a sua validade. Na edição 1.567 do *Mensageiro da Paz* (dezembro de 2015), o enunciador comenta que o atentado terrorista que ocorreu em Paris (França), em 13 de novembro de 2015, contrariou as previsões dos analistas políticos e cumpriu uma profecia bíblica. Como esta reportagem não é assinada, deduz-se que o enunciador é a Assembleia de Deus, instituição que controla a publicação.

1.6.1 – Discurso do Messias

O Cristianismo surge e se consolida por meio dos ensinamentos, parábolas e milagres professados por Jesus Cristo, seu locutor fundador privilegiado. O discurso do Messias, calcado no amor, na paz, na justiça e na defesa dos pobres, é que constitui a base dessa nova religião. Sua morte e ressurreição, como são narrados na Bíblia, confirmaram o que foi dito pelos profetas e apropriado pela Igreja Católica de que Jesus Cristo era realmente o filho de Deus, que veio ao mundo para nos salvar.

Os primeiros enunciadores do período d.C., que se encarregaram de difundir e tornar perene esse discurso, foram os apóstolos. Paulo, por exemplo, viajou pelo Oriente pregando a palavra de Deus, discutindo com aqueles que o questionavam e despertando a ira dos que se sentiam desafiados pela proposta de amor e partilha “semeada” por

⁸⁸ O neopentecostalismo é reconhecido por sua adesão à teologia da prosperidade, que motiva os fiéis a serem generosos com suas doações à igreja para alcançar o sucesso financeiro. As igrejas neopentecostais, entre as quais se destaca a Igreja Universal do Reino de Deus, também investem altas somas na mídia.

Jesus Cristo. Paulo escreveu cartas a diversos povos, reafirmando os propósitos do “filho do Senhor” e conclamando-os a se converter.

Várias estratégias discursivas são utilizadas por Paulo para atingir seus objetivos. Aos hebreus (Hb. 3, 12), por exemplo, ele conclama: “portanto, irmãos, tenham cuidado para que não haja entre vocês nenhum homem de coração perverso e sem fé, que se afaste do Deus vivo”. Paulo se coloca em pé de igualdade com seus interlocutores, chamando-os de “irmãos”. Ele adverte que aqueles que estão distantes de Deus são perversos, ou seja, é preciso ter fé e se manter próximo do Senhor para ser um homem bom.

Na Carta aos Filipenses (Fl. 2, 3-4), Paulo ensina que os cristãos devem ter o espírito de fraternidade: “Não façam nada por competição e por desejo de receber elogios, mas por humildade, cada um considerando os outros superiores a si mesmos. Que cada um procure, não o próprio interesse, mas o interesse dos outros”. No século XX, algumas igrejas evangélicas de linha neopentecostal vão contestar essa ideia ao propor que os fiéis sejam competitivos, conquistem a riqueza e o sucesso.

As cartas de Paulo, assim como os testemunhos proféticos do Antigo Testamento e os Evangelhos canônicos de Mateus, Marcos, Lucas e João nada mais são que documentos que asseguram a memória fundante do Cristianismo e o aspecto constituinte do discurso religioso. Essa memória, contudo, é reelaborada de acordo com as normas, doutrinas, dogmas e interesses de cada instituição, respeitando a conjuntura histórica. No caso da Igreja Católica, por exemplo, existem o papa, cardeais, bispos, padres, freiras e fiéis engajados que se encarregam de difundir e atualizar o modelo de fé, que foi construído ao longo de milênios.

Já os evangélicos propagam sua fé, considerando seus valores e as diferenças que têm em relação aos católicos. Eles não têm um poder central, isto é, um papa. Ao longo dos séculos, os evangélicos se fragmentaram e várias denominações foram criadas. O discurso religioso, contudo, une todas elas e também a Igreja Católica, conservando-as sob um “manto sagrado” que, em parte, protege-as de críticas e até de denúncias graves, como os casos de pedofilia, charlatanismo e exploração da ingenuidade alheia.

Isso talvez explique o desfecho de dois episódios que ocorreram, na década de 1990, envolvendo a *TV Globo*. No primeiro, em 1992, a emissora ficou alguns dias divulgando denúncias de corrupção contra o então ministro da Saúde do Governo Collor, Alcení Guerra. No meio jornalístico, a justificativa da “fúria global” foi que o

ministro procurava aproximar o então presidente Collor do governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, inimigo de Roberto Marinho. Poucos dias depois, o ministro foi demitido. Passadas algumas décadas, Alcení Guerra foi absolvido das denúncias.

O segundo caso envolveu o bispo Edir Macedo, que mereceu uma ampla cobertura da *TV Globo*, denunciando casos de charlatanismo, enriquecimento ilícito e sonegação fiscal. Macedo foi preso em 1992, mas seus advogados conseguiram libertá-lo após 11 dias. A força do discurso religioso fez com que ele se transformasse de réu em vítima. Seu império religioso, econômico e político só aumentou de lá para cá. Na inauguração do Templo de Salomão, em julho de 2014, em São Paulo (SP), estiveram presentes nada menos que a presidente da República, Dilma Rousseff (PT); o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB); o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), vários outros políticos e muitos empresários.

Maingueneau (2008-A) explica que o discurso religioso é considerado “perfeito” e se encontra num patamar, dentro do estatuto da pragmática, de “hiperproteção”. Mesmo que tome liberdade com as normas do discurso, isso não afeta o seu prestígio. O pesquisador (2008-A, p. 203) acrescenta que “quaisquer que sejam as transgressões das máximas conversacionais ou das regras do gênero na obra, o quadro hermenêutico garante que, em nível superior, o erro é apenas aparente (...)”.

O locutor confia que seus interlocutores utilizando, segundo Maingueneau (2008-A) as implicaturas de Grice, serão capazes de interpretar as transgressões de seu texto e reinseri-lo às normas discursivas. Um exemplo disso ocorreu em 12 de outubro de 1995, quando o pastor Sérgio von Helde, da Igreja Universal do Reino de Deus, chutou a imagem de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, dizendo que aquilo era um simples pedaço de pau. Houve uma forte reação de lideranças católicas e políticas, sendo que o bispo Edir Macedo veio a público pedir desculpas pelo ato de desrespeito e intolerância. O pastor foi retirado da apresentação do programa, a polêmica foi perdendo espaço na mídia e a vida seguiu normalmente.

Maingueneau (2008-A, p. 203) esclarece que “os textos inscritos em tal quadro hermenêutico dificilmente poderiam ser considerados imperfeitos. Nesse caso, os intérpretes é que são deficientes”. Isso nos ajuda a atender alguns casos de violência cometida contra pessoas acusadas de violar o discurso religioso.

1.7 - Intolerância religiosa

Desde 2014, países da África, Oriente Médio e até da Europa têm sido alvo de ataques e execuções motivados por questões religiosas. Grupos armados como Al Qaeda, Estado Islâmico, Al Shabab e Boko Haram realizam suas ações e fazem questão de divulgá-las pela mídia, como forma de justificar seus atos e assustar os interlocutores. Seu objetivo talvez seja o de persuadir o auditório para que apoie suas ações e conquiste mais adeptos para sua causa.

Entre os que tiveram grande repercussão na mídia mundial estão os dois que ocorreram na França, em 2015. No dia 07 de janeiro, dois homens armados invadiram a redação do jornal satírico francês *Charlie Hebdo*, em Paris, e executaram 12 pessoas. O motivo alegado foram as charges ofensivas ao profeta Maomé. Entre os mortos estavam o editor e cartunista Stéphane Charbonnier, conhecido como Charb; o cartunista Wolinski, o economista e vice-editor Bernard Maris; e os cartunistas Jean Cabu e Bernard Verlhac, conhecido como Tignous; além do também desenhista Phillippe Honoré, o revisor Mustapha Ourad e a psicanalista Elsa Cayat, que escrevia uma coluna no *Charlie Hebdo*.

Os responsáveis pelo ataque foram os irmãos Cherif e Said Kouachi, acusados de terem sido treinados pela Al Qaeda do Iêmen. Descendentes de imigrantes, eles nasceram na França e viveram parte de suas vidas em centros de acolhimento social, em virtude das dificuldades financeiras de sua família. Ambos eram suspeitos de ligação com o islã radical francês. Cherif e Said foram mortos pela polícia francesa.

Já no dia 13 de novembro de 2015, uma série de atentados, assumidos pelo grupo Estado Islâmico, resultaram em 130 mortes e cerca de 350 feridos, em Paris. Só na Boate Bataclan foram alvejadas dezenas de pessoas, das quais 89 morreram. Também houve tiroteio em bares, ruas e na área externa do Stade de France. A justificativa apresentada pelos responsáveis foi de que o Governo francês estava participando dos ataques ao Estado Islâmico, na Síria.

Em países do Oriente Médio e da África, outros grupos têm sequestrado e executado pessoas sob justificativa religiosa. A Líbia parece ser o local escolhido pelo grupo terrorista Estado Islâmico para sequestrar e executar cristãos com requintes de crueldade. No dia 15 de fevereiro de 2015, foi divulgado um vídeo mostrando a decapitação de 21 cristãos coptas egípcios. Em 19 de abril do mesmo ano, outro vídeo mostra um grupo de 30 cristãos etíopes sendo executado: metade foi decapitada e a outra fuzilada.

O ritual da execução segue um padrão definido: as vítimas, usando macacões de cor laranja, são conduzidas por homens de uniformes camuflados e encapuçados por um espaço aberto ou pela praia. O líder dos terroristas lê uma mensagem acusando os cristãos de desrespeitarem o islã e depois as vítimas são executadas, a maioria decapitada. Essas imagens parecem ter o objetivo de chocar as pessoas.

O continente africano, mais precisamente a Somália, foi palco do surgimento do grupo terrorista Al Shabab, na década de 1990. Seus integrantes são devotos da sharia (conjunto de leis da fé do Islamismo, presente no Alcorão) e depois da morte de Bin Laden, o grupo se uniu à Al Qaeda. O Al Shabab invadiu a Universidade de Garissa (Quênia), no dia 2 de abril de 2015, e matou 148 pessoas, sendo 142 estudantes. O alvo eram os estudantes cristãos e foram poupados apenas aqueles que sabiam cantar hinos muçulmanos.

A Nigéria é outro país da África que está sofrendo com a violência praticada pelo grupo terrorista islâmico Boko Haram. De acordo com a revista *Veja*⁹ (2014), suas primeiras ações com repercussão mundial ocorreram em abril do ano passado, com o sequestro de centenas de estudantes. A justificativa de seu líder Abubakan Shekau, feita em nome de Alá, é que elas não deveriam receber educação ocidental. As denúncias são de que as meninas foram vendidas aos integrantes do grupo para serem suas “noivas” ou escravas sexuais.

A mídia mundial tem noticiado essas atrocidades e se sentiu bastante atingida no caso do assassinato dos profissionais do jornal *Charlie Hebdo*. Alguns profissionais da imprensa e pesquisadores da área de comunicação reclamam de atentado à liberdade de expressão. Estudiosos da religião condenam o atentado em Paris, mas questionam os limites da liberdade de expressão. Já representantes da religião muçulmana se defendem, argumentando que existe uma associação imprópria entre o Islamismo e os atentados motivados por questões religiosas.

É notório, desde o atentado contra as torres gêmeas, em 11 de setembro de 2001, que parte da mídia e de outros meios artísticos e culturais, como o cinema e a literatura, produziram reportagens, filmes e livros sobre o terrorismo, muitas vezes associando-os aos muçulmanos.

Maingueneau (2008-A, p. 200) chama atenção para o caráter ambíguo dos comentaristas dos discursos constituintes, “situados ao mesmo tempo entre dois mundos

⁹ <http://veja.abril.com.br/noticia/mundo/estado-islamico-executa-30-cristaos-etiofes-em-novo-video> - acesso em 20/04/2015.

históricos e entre o texto e o público”. Esses comentadores são motivados por seus pontos de vista sobre determinadas questões e por interesses de empresas e de governos que representam.

1.8 - Arquitextos consagrados

A presença dos chamados “arquitextos” é, conforme Maingueneau (2008-A), outra característica dos discursos constituintes. Eles estão presentes principalmente nos discursos religioso, literário e filosófico. O pesquisador (2008-A, p. 202) os classifica como “verdadeiros monumentos consagrados a uma exegese indefinida”.

O mais representativo para o cristianismo com certeza é a Bíblia, formada de vários livros do Antigo Testamento e do Novo Testamento. A explicação de como ela foi formada confirma a explicação de Maingueneau:

Os acontecimentos fundantes narrados na Bíblia, tanto no Antigo, quanto no Novo Testamento, foram relidos pelo Povo de Deus e reescritos pelos autores sagrados por inspiração divina, em função das novas situações da história dos homens. Assim, foi se explicitando, no correr do tempo, a mensagem de Deus, tal como se encontra na Bíblia, que chegou às nossas mãos. (BÍBLIA SAGRADA – EDIÇÃO PASTORAL, 1990, p. 8).

De acordo com a teologia católica, há duas características na Bíblia que a distinguem dos outros livros: sua origem divina e sua inerrância (infalível). Loscalzo (2015, p. 14) comenta que a constituição dogmática *Dei Verbum*, do Concílio Vaticano II (1962-1965), explica que para escrever o livro sagrado “Deus escolheu homens, dos quais se serviu fazendo-os usar suas próprias faculdades e capacidades”. São os representantes autorizados pelas Igrejas Católica e evangélicas do grande hiperenunciador, que é Deus.

Importante observar que há diferenças entre a Bíblia católica e evangélica. Loscalzo (2015) explica que a Bíblia evangélica exclui os livros de Tobias, Judite, Sabedoria, Baruc, Eclesiástico, Macabeus I e Macabeus II, além de alguns fragmentos dos livros de Ester e de Daniel. Isso se dá porque Lutero não aceitou a tradução dos livros bíblicos chamada *septuaginta*, que os apóstolos fizeram do grego. Ele optou pela versão em hebraico, que não contém os livros citados.

Em termos discursivos, a Bíblia e outros livros sagrados têm uma dupla função:

A exemplo do Alcorão no mundo muçulmano ou das epopeias de Homero na Antiguidade grega, a Bíblia possui um duplo funcionamento: não é apenas um conjunto de textos, mas também um reservatório de citações para os membros de uma dada

sociedade. Sua divisão em capítulos e em versículos numerados confere-lhe um estatuto de texto virtualmente apto a ser integralmente destacado e comentado. A operação mais importante, ou seja, o próprio recorte de tais fragmentos em detrimento de outros, é inacessível ao auditório, que só tem acesso ao resultado. (MAINGUENEAU, 2008-A, p. 208).

O calendário litúrgico das igrejas determina as leituras bíblicas que serão feitas durante todo o ano. No caso da Igreja Católica, são consideradas datas importantes para o Cristianismo, como o Natal, a Semana Santa e a Páscoa. São definidos ainda anos A, B ou C, que vão indicar qual será o evangelista (Mateus, Marcos, Lucas ou João) que vai predominar no período. Como atesta Maingueneau (2008), a massa de fiéis não participa da escolha dessas leituras bíblicas. Isso fica a cargo da Santa Sé e das Conferências Episcopais de cada país que, certamente, elaboram isso levando em conta uma estratégia de evangelização e, porque não dizer, uma estratégia de comunicação.

1.9 - O interdiscurso

O interdiscurso é um elemento importante que não podemos deixar de considerar em nossas análises, já que ele atravessa os discursos e carrega significados que quase sempre permanecem implícitos. Ele é um desafio para os analistas do discurso, que precisam ter um conhecimento razoável do campo de pesquisa analisado para poderem perceber essas nuances. Sem esse pré-requisito, partes importantes do texto podem passar despercebidas.

No caso do discurso religioso, por exemplo, o interdiscurso permeia os documentos das Igrejas e também está presente em reportagens e entrevistas dos jornais que analisamos. No caso do “Sínodo dos Bispos” realizado em 2015 e cujo tema central foi a família, a última parte do relatório final publicado na página 23, da edição 3.076 de *O São Paulo* (05 a 10 de novembro de 2015) informa que a Igreja Católica mantém uma postura misericordiosa em relação às famílias que vivem em situação irregular e, mesmo não mudando suas normas em relação a elas, quer ser um luz para iluminar seu caminho e enxergar seus erros.

O discurso da instituição deixa transparecer que existem casais “andando errado” e que ela, na sua infinita misericórdia, está disposta a perdoo-los e ensinar-lhes como encontrar o caminho certo. Já o interdiscurso não deixa dúvidas de que a Igreja Católica manterá sua posição de não aceitar pessoas divorciadas e casadas de segunda vez em suas fileiras, além dos casais homoafetivos. Pelas normas da instituição elas

estão proibidas de participar de sacramentos com o da comunhão e podem ser excomungadas.

Pesquisadores apresentam o conceito dessa figura que povoa os discursos:

O interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é levada (...) a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela, com eles provocando sua redefinição redirecionamento, suscitando, igualmente, o chamamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição, mas também provocando, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos. (GUESPIN, 1984, p. 10 *apud* MAINGUENEAU, 1989, p. 113).

Maingueneau (1989, p. 115) fala da existência de uma rede de formulações proposta por Courtine (1981), que aponta para as formulações possíveis do enunciado do interdiscurso. Segundo o pesquisador, toda formulação é composta por dois eixos: um vertical, relacionado com os pré-construídos; e o horizontal, que tem a ver com a linearidade do discurso, “que oculta o primeiro eixo, já que o sujeito enunciator é produzido como se interiorizasse de forma ilusória o pré-construído que sua formação discursiva impõe”.

1.10 - Heterogeneidade mostrada e constitutiva

Authier-Revuz (2004) trata da heterogeneidade mostrada e a heterogeneidade constitutiva que, a nosso ver, podem ser relacionadas com o discurso religioso. Segundo a pesquisadora (*apud* Franco, 2012, p. 79), a heterogeneidade mostrada é explicitada no discurso, ou seja, as marcas ficam aparentes e isso faz parte da estratégia do sujeito-enunciador.

Na sua edição 1.231, a *Folha Universal* (08 a 14 de novembro de 2015) estampa na capa a reportagem “Os novos caminhos da televisão brasileira”. Ela enaltece a ótima audiência da novela bíblica “Os dez mandamentos” e os prêmios conquistados pelo Setor de Jornalismo da TV Record, que pertence à Igreja Universal. Este é um caso de heterogeneidade mostrada.

Conforme Authier-Revuz (2004), no caso da heterogeneidade constitutiva essa apropriação de ideias ou enunciados de outros autores fica oculta, mas atua como um dos seus constituintes fundamentais, como é o caso das relações interdiscursivas. Ela pode fazer parte de outro tipo de estratégia de comunicação do sujeito-enunciador, que opta por não revelar que está se apropriando de textos de outros enunciadores ou mesmo hiperenunciadores.

Um exemplo de heterogeneidade constitutiva está no artigo “Purificar o olhar de nossa fé”, do cardeal Odilo Scherer, publicado na edição 3.041 de *O São Paulo* (04 a 10 de março de 2015). Nele, o enunciador (2015, p. 3) explica que “Abraão foi capaz de fazer os maiores sacrifícios para corresponder a Deus e obedecer àquilo que Deus lhe pediu”. Ele pode ter usado o exemplo de Abraão para convencer os fiéis de que eles devem obedecer a Deus e, por tabela, as autoridades religiosas.

Outra diferença entre heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva é apontada pelo pesquisador francês:

Só a primeira é acessível aos aparelhos linguísticos, na medida em que permite apreender sequências delimitadas que mostram claramente sua alteridade (discurso citado, auto-correções, palavras entre aspas etc). A segunda, ao contrário, não deixa marcas visíveis: as palavras, os enunciados de outrem estão tão intimamente ligados ao texto que não podem ser apreendidos por uma abordagem linguística *stricto-sensu*. Nossa própria hipótese do primado do interdiscurso inscreve-se nessa perspectiva de uma heterogeneidade constitutiva, que amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro. (MAINGUENEAU, 2005, p. 33).

Ao tratar do primado do interdiscurso dentro da perspectiva da heterogeneidade constitutiva, Maingueneau nomeia uma tríade na qual ele se inscreve: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. O pesquisador (2005, p. 35) define como universo discursivo “o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada”. Ele explica que esse universo é, na verdade, o horizonte onde estão colocadas formações discursivas e não merece muita atenção dos analistas.

Já os “campos discursivos”, de acordo com Maingueneau (2005, p. 35), compreendem “um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo”. Avaliamos que são justamente nesses “campos discursivos” que se digladiam, dentro do “universo discursivo”, as diferentes vertentes do discurso cristão que, após a Reforma Protestante, se dividiu entre o discurso católico e o discurso protestante ou evangélico.

Maingueneau (2005, p. 36) relata uma “concorrência” entre esses campos discursivos “que deve ser entendida de maneira mais ampla; inclui tanto o confronto aberto quanto a aliança, a neutralidade aparente etc... entre discursos que possuem a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida”. As 95 teses propostas por Lutero, em 1517, e que desencadearam a Reforma Protestante,

eram críticas sobre a maneira como as lideranças conduziam a Igreja Católica e tratavam os fiéis. O marco inicial da divergência entre os dois grupos religiosos.

Porém, no mundo contemporâneo, é possível verificar momentos nos quais católicos e evangélicos se unem. Reportagens contrárias à inclusão da ideologia do gênero nos Planos de Educação do país foram publicadas tanto na edição 3.071 de *O São Paulo* (30 de setembro a 06 de outubro de 2015) quanto na edição 1.564 do *Mensageiro da Paz* (setembro de 2015) Em manifestações pela paz e campanhas de ajudas humanitárias também é possível verificar a participação de diferentes igrejas.

O sintagma “ideologia do gênero” parece-nos ter sido criado por igrejas e outros grupos que se mobilizaram para impedir que essa proposta fosse aprovada pelos planos de educação do Brasil. Com a sua adoção, ficou mais fácil desenvolver a campanha para convencer a população de que era inaceitável dar mais tempo para que as crianças pudessem refletir para fazer sua opção sexual.

Maingueneau (2005, p. 36) acrescenta que “é no interior do campo discursivo que se constitui um discurso e fazemos a hipótese de que essa constituição pode deixar-se descrever em termos de operações regulares sobre formações discursivas já existentes”. É como se com o episódio da Reforma Protestante, o discurso evangélico, originário de várias formações discursivas, adentrasse no campo discursivo e passasse a se opor e a conviver com outros discursos, sendo o principal deles o discurso católico.

Maingueneau (2005) comenta que no século XVII, na França, o discurso humanista devoto era dominante e, mesmo tendo surgido mais tarde e feito oposição a ele, o discurso jansenista se constituiu de várias formações discursivas. Aliás, o fato de ter adotado uma postura mais conciliadora em relação à Igreja Evangélica pode ser um sinal de que o discurso jansenista também “bebeu do vinho de Lutero”.

O terceiro item da tríade que engloba o interdiscurso são os “espaços discursivos”. Maingueneau (2005) esclarece que eles são locais utilizados pelos analistas para colocar subconjuntos de formações discursivas, que consideram relevantes e com os quais pretendem trabalhar. Na nossa pesquisa, consideramos como espaços discursivos os jornais impressos da Igreja Católica e de igrejas evangélicas que compõem o nosso *corpus*. Eles abrigam as formações discursivas provenientes do universo dessas igrejas.

Ao abordar em suas pesquisas do gênero “sermão”, Maingueneau (2008) diz se tratar de um espaço discursivo essencialmente heterogêneo, no qual existe uma assimetria entre os textos “primeiros” e os textos “segundos”. Esses textos “primeiros”

são atribuídos a Deus ou outras instâncias superiores da fé. Já os textos “segundos” são releituras e comentários sobre os textos “primeiros”.

Uma das críticas que muitos evangélicos fazem aos católicos é que eles leem pouco a Bíblia, ou seja, estão pouco embasados nos textos “primeiros”. Muitos católicos, por sua vez, criticam os evangélicos por considerarem que eles fazem a leitura da Bíblia de uma forma muito rígida, ou seja, “ao pé da letra”. Por aí já se percebe a disputa desses dois grupos no que tange à forma de se vincularem ao documento-fonte do Cristianismo.

Há ainda uma dinâmica envolvendo o “discurso primeiro” e o “discurso segundo”. Um dá origem ao outro, mas conforme o pesquisador (2005, p. 41), “o discurso primeiro não permite a constituição de discursos segundos sem ser por eles ameaçado em seus próprios fundamentos”.

Os “excessos” cometidos pela Igreja Católica, entre elas a cobrança de indulgências, levaram um grupo liderado por Lutero a ocupar o campo discursivo e fundar o discurso evangélico. Na constituição do discurso evangélico, foram evidenciadas outras diferenças com o discurso católico, como a forma de salvação, a santidade de Maria e a canonização de pessoas comuns.

Não se pode negar, contudo, que dentre as várias formações discursivas que deram origem ao discurso evangélico está presente o discurso católico. Ambos são derivados do discurso cristão, cultuam o mesmo Deus e utilizam a Bíblia – que possui algumas diferenças de um grupo para o outro – como documento-fonte da sua fé.

1.11 - O pregador e o sermão

Nas pesquisas que realiza sobre o discurso religioso, Maingueneau faz questão de ressaltar as qualidades necessárias do sermão e dos pregadores. O universo trabalhado por ele é o da Igreja Católica, no século XVII, na França, onde havia a disputa entre os discursos humanista devoto (que propunha que seus seguidores fossem a cópia fiel de Jesus Cristo) e o discurso jansenista (que buscava a recapitulação dos protestantes e seu retorno à Igreja Católica).

Nesses dois grupos, assim como nos meios católico e evangélico da atualidade, a figura do comentador ou pregador é ímpar. Antes do advento do rádio, da televisão e da internet, a pregação religiosa feita nas igrejas, templos ou em praças públicas atraíam

multidões. Maingueneau (2008-A) explica que a legitimidade do comentador é construída por sua competência:

Um comentário que satisfaça plenamente a essas condições e que suscite a adesão do público provoca, conseqüentemente, um reconhecimento, nos dois sentidos da palavra: gratidão e legitimação do lugar ocupado. Gratidão para com o comentador que soube expressar o texto primeiro, reconhecimento do pleno valor do quadro hermenêutico e da comunidade a ele associada. Há aqui um elo essencial entre instituição e sentido. (MAINGUENEAU, 2008-A, p. 204).

No século XVII, o pregador exercitava essas suas habilidades retóricas por meio do texto e da oralidade. O sermão era um gênero religioso bastante comum, nessa época, e existiam algumas regras que precisavam ser seguidas. Maingueneau (2008, p. 205) explica que “ainda que o sermão seja redigido previamente, o pregador, durante a sua “performance”, deve dar a impressão de falar de modo espontâneo, como se sua fala fosse ditada pelo Espírito Santo (...)”.

Modelos de estrutura de sermões foram desenvolvidos e eram utilizados pelos comentadores quando iam preparar seus sermões. Durante as “performances” era aceita uma dose de improviso, tanto que quando iam ser publicados alguns sermões eram reescritos. No Brasil do século XVII, um dos pregadores mais famosos foi o padre Antônio Vieira, sj.

Ele nasceu em 6 de fevereiro de 1608, em Lisboa (Portugal). Cidade (1985) comenta que o pai, Cristóvão Vieira Ravasco, foi nomeado para um cargo do império português em Salvador (Bahia), para onde se mudou em 1609. A família veio se juntar a ele em 1614. Antônio foi matriculado no Colégio dos Jesuítas, onde aprendeu a ler e viu despertar sua vocação religiosa.

Revelou ainda na juventude grande habilidade com as palavras na catequese dos índios, nas competições dialéticas no claustro e na redação da *Charta Annua* da congregação. De acordo com Cidade (1985), a primeira experiência do seminarista como pregador foi na quaresma de 1633, na Igreja da Conceição, em Salvador, dois anos antes da sua ordenação como padre. Já nessa sua primeira intervenção destacam-se algumas características dos sermões que Vieira fez na colônia portuguesa: a defesa da coisa pública, dos índios e o estímulo ao patriotismo.

Recusou a cátedra de retórica em Olinda (PE), para desenvolver seu trabalho missionário pelo sertão nordestino. Sua fama de brilhante pregador acabou conduzindo-o de volta à sua terra-natal, onde, em 1642, na igreja do Instituto São Roque, fez seu

primeiro sermão, defendendo Portugal da ameaça espanhola colonizadora. Ganhou a simpatia do rei de Portugal, dom João IV. Vieira defendia a restauração do domínio português, combalido pela fragilidade do monarca e pela falta de recursos financeiros.

O estilo irônico e ousado de Vieira, além de suas intromissões na política portuguesa, que lembram Cícero, fizeram com que ele perdesse o apoio do rei e atraísse a ira dos representantes do Tribunal do Santo Ofício. Escaldada com a Reforma Protestante, a Igreja Católica desencadeou a Contrarreforma, as cruzadas para conquistar mais fiéis e criou a Santa Inquisição para julgar e punir os hereges.

Segundo Cidade (1985), o motivo de Vieira ter sido preso e julgado pelo Tribunal do Santo Ofício foi o texto “Esperanças de Portugal” ou “Quinto Império do Mundo”, enviado em carta, em 1659, ao bispo do Japão, o jesuíta André Fernandes, confessor da rainha Luísa de Gusmão, para consolá-la pela perda do marido, dom João IV. O escritor comenta que, em tal missiva, o jesuíta dizia que o rei haveria de ressuscitar para cumprir as profecias de Bandarra, que previam o resgate dos lugares santos e a fundação da monarquia universal de Cristo.

Interrogado pelo Tribunal do Santo Ofício, em Coimbra, em 1663, Vieira foi encarcerado, em 1665, na quinta do Cana, na Vila Franca, pertencente ao Colégio de Coimbra. Na opinião de Cidade (1985), o principal motivo que levara o jesuíta a ser preso pela Inquisição era a defesa que fazia dos judeus, um povo odiado na época. Vieira se encarregou de fazer sua própria defesa, enviando nove proposições ao Santo Ofício de Roma. Todas foram rejeitadas.

Nas sessões no Tribunal do Santo Ofício, em Coimbra, longos embates se travaram entre Vieira, que se recusa a se retratar e insiste na afirmação do espírito e fundamentos católicos da carta julgada, e o inquisidor Alexandre da Silva. Cidade (1985) lembra que este último dispunha de todo um “arsenal” de documentos e livros enquanto o jesuíta, doente e encarcerado, só podia contar com sua memória e seu breviário (livro de orações). Sobre o jeito turrão de Vieira e sua insistência em tratar da conversão dos judeus ao Cristianismo, disse o inquisidor:

Continuando ele declarante mais os ditos erros, em ainda agora querer sustentar o de que já nesta Mesa foi advertido, e censurado: a saber, que a conversão dos judeus, há de ser muitos anos antes do AntiCristo, só para dar com isto tempo à introdução do seu sonhado Quinto Império, com extinção do Romano, ressurreição particular de el-Rei Dom João o 4º, aparecimento das dez Tribos, paz universal, vida sem pecados, e isto tudo mil, ou muitos anos antes da vinda do AntiCristo; reconhecendo, aliás, que os Santos Padres, e ainda a tradição constante da Igreja ensinam, que a dita conversão

geral dos ditos judeus há somente de ser no fim do mundo, e feita por Elias e Henoch. (SILVA, *apud* MUHANA, 1995, p. 277 e 278).

O jesuíta responde, valendo-se do que está escrito na Bíblia:

Quanto à 3ª & última parte da nossa conclusão, em que dizemos que o Povo Judaico, ainda que trocou o lugar, não o perdeu, afirmando que se hade de converter todo o dito Povo universalmente, depois de convertido o gentílico he texto expresso de S. Paulo no cap.º 11 da Epístola aos Romanos. (VIEIRA *apud* CIDADE, 1985, p. 340).

A sentença foi proferida em 23 de dezembro de 1667, com o réu escapando da fogueira, mas sendo condenado ao silêncio, proibido de pregar e tendo de fixar sua residência em colégio dos jesuítas indicado pela Inquisição. Vieira, que não se deixou abater pela pena, foi beneficiado por uma mudança política que ocorreu em Portugal, em 1668. Dom Pedro, filho de dom João IV, derrotou dom Afonso VI e ascendeu ao trono, remindo a pena do religioso.

Vieira retoma suas pregações e viaja para Roma, onde foi festejado e conseguiu um documento do papa Clemente X, isentando-o de qualquer culpa em relação à Inquisição. Retorna a Portugal em 1675, mas as relações com o novo rei não são tão boas quanto eram com seu pai e o jesuíta resolve regressar ao Brasil, em 1681. Os últimos anos de Vieira foram dedicados à organização de sua obra para publicação. Morreu em 1697, no Colégio Jesuíta, em Salvador.

1.12 - O sujeito e o ator

Três níveis para proferimento do sermão são listados por Maingueneau (2008-A). No primeiro deles, o pregador fica embaixo, ou seja, no mesmo nível dos fiéis que estão sentados para ouvi-lo. O pesquisador comenta que nessa posição os ouvintes são considerados “sujeitos”, que buscam aperfeiçoar sua devoção e seu conhecimento da doutrina.

No segundo nível, o pregador se coloca ligeiramente acima dos fiéis, postando-se de pé, no púlpito. Maingueneau (2008-A) explica que ao se colocar nessa posição o pregador assume o papel de mediador autorizado da palavra de Deus. Ele demonstra dupla competência: prática (devoção) e teórica (conhecimento da doutrina). Em suma, o pregador assume o papel de sujeito com competência para ensinar aos ouvintes.

O terceiro e último nível que pode ser assumido pelo pregador é no alto ou no universo celeste. Maingueneau (2008-A) esclarece que ao se colocar nessa posição o

pregador assume o papel do escolhido por Deus para propagar seus ensinamentos. É uma forma de legitimar instituições, ou seja, igrejas cujos líderes se jactam de serem os representantes legítimos do Pai. Acreditamos que esse modelo de pregador deseja que seus interlocutores o obedeçam e o considerem quase como uma “divindade”.

Essa relação vertical é analisada por outros pesquisadores:

Na semiótica, de A.J. Greimas, o Destinator é um actante “considerado como pertencendo ao universo transcendente, aquele que comunica ao Destinatário-sujeito (que pertence ao universo imanente) não apenas os elementos da competência modal, mas também o conjunto de valores em jogo. (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 95 *apud* MAINGUENEAU, 2008-A, p. 206).

Outro elemento que Maingueneau associa ao pregador é o dispositivo teatral. Conforme o pesquisador (2008-A, p. 206), “o pregador é também um ator que realiza uma “performance” para um auditório que já interiorizou as regras do gênero e que espera, pois, que elas sejam respeitadas”. Ele acredita que esse auditório é uma espécie de público que não está apenas buscando a conversão, mas procura avaliar o espetáculo. O pesquisador comenta que cristãos escrupulosos, como La Bruyère, no final do século XVII, discordavam desse aproveitamento da cena teatral na cena religiosa.

Alguns séculos antes, a própria hierarquia católica proibiu a utilização das encenações teatrais dentro das igrejas. Campos (1997) relata que durante a Idade Média era comum o culto católico utilizar o teatro de origem grega ou romana na sua liturgia. Em 1210, contudo, optou-se por banir o teatro e manter apenas a missa. Provavelmente, chegou-se à conclusão de que o teatro profanava o ambiente religioso, desviando a atenção dos fiéis.

No mundo contemporâneo, contudo, padres-cantores, como Marcelo Rossi, e pastores como Valdemiro Santiago, da Igreja Mundial do Poder de Deus, assumem posturas teatrais ao lidar com os fiéis. Campos (1997, p. 61) avalia que “o teatro é uma das possíveis metáforas para se falar das relações que os seres humanos, enquanto atores religiosos, estabelecem entre si e com os entes invisíveis”. O sociólogo explica que a dramatização faz aflorar os elementos que levam à unidade e aos propósitos dos grupos sociais.

Campos (1997, p. 70) esclarece que “para Goffman, os limites institucionais constituem o palco no qual a vida cotidiana acontece, e o os atores e plateia se interagem, através de papéis construídos socialmente”. Nas igrejas neopentecostais, nas quais o pesquisador verifica uma utilização maior do teatro, o pastor é quem assume as

rédeas do drama e se encarrega de conectar os valores propostos pela igreja com as necessidades manifestadas pelos fiéis.

1.13 – Breve história das três igrejas

Depois de explicarmos o conceito de discurso religioso e seus desdobramentos nos meios científicos e religioso, trataremos agora da história das três igrejas cujos jornais impressos compõem o *corpus* da nossa pesquisa. São elas: a Igreja Católica, a Assembleia de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus. Ao observarmos as trajetórias de vida de suas principais lideranças e o processo de fundação de cada uma delas, poderemos entender melhor suas estratégias e ações na área da comunicação e do jornalismo religioso.

1.13.1 - Igreja Católica

Terminada a missão de Jesus na terra que, conforme historiadores da religião, durou pouco mais de 30 anos, era preciso dar continuidade à sua obra. E foi justamente o apóstolo Pedro, que negou Cristo por três vezes, que é considerado o iniciador da Igreja Católica e seu primeiro papa. A covardia de Pedro é vista como uma fraqueza humana e, ao levar adiante a obra de Deus, ele se redimiu.

Segundo a Bíblia, o próprio Jesus escolhe seu apóstolo Pedro para dar continuidade à sua obra na terra.

Por isso eu lhe digo: você é Pedro, e sobre essa pedra construirei a minha igreja, e o poder da morte nunca poderá vencê-la. Eu lhe darei as chaves do Reino do Céu, e o que você ligar na terra será ligado no céu, e o que você desligar na terra será desligado no céu. (Mt. 16, 18-19).

Eliade (2011, p. 300) comenta que o início da institucionalização da Igreja Católica foi no ano 30 d.C, quando os apóstolos saíram do Monte das Oliveiras e se deslocaram até Jerusalém, onde permaneceram numa hospedaria. Lucas, no Ato dos Apóstolos, conta que mesmo temerosos de serem presos pelos soldados de Herodes, eles continuavam pregando os ensinamentos de Jesus.

No dia de Pentecostes, os 12 apóstolos estavam reunidos e um fato inusitado aconteceu. Segundo Lucas (Ap. 2, 2-3), “de repente, veio do céu um barulho como o sopro de um forte vendaval, e encheu a casa onde eles se encontravam. Apareceram então umas como línguas de fogo, que se espalharam e foram pousar sobre cada um deles”. Os apóstolos se encheram do Espírito Santo, começaram a falar em línguas

estranhas (glossolalia) e ganharam coragem para evangelizar as pessoas. Neste dia, Pedro se destacou ao dirigir o primeiro apelo à multidão para que se convertesse.

Eliade (2011) comenta que os apóstolos se dizem testemunhas da ressurreição de Jesus. Pedro convida os judeus a se arrependerem de seus pecados e a serem batizados. Começa aí a saga da Igreja Católica, que já dura mais de 2.000 anos e, com Francisco, chega ao seu 264º papa. De perseguida nos seus primeiros três séculos de existência, a perseguidora no período da Inquisição, de centro do mundo na Idade Média (Séc. V ao séc. XV) a uma instituição que perdeu influência e fiéis na pós-modernidade, a Igreja Católica ainda demonstra bastante força, conta com milhões de seguidores e, mesmo com os escândalos de várias naturezas em que se envolveu, ainda é muito respeitada.

Com a morte de Jesus, os papados de Pedro e de seus sucessores dos primeiros três séculos do Cristianismo foram curtos e conturbados. Azzi (1962) relata que os cristãos foram perseguidos pelo Império Romano. Muitos foram presos e vários deles executados. Alguns papas tiveram esse mesmo destino. A situação só mudou a partir do império de Constantino, no século IV.

Azzi (1962) comenta que a pujança do Cristianismo nessa época é atestada pela construção, no Vaticano, das Basílicas de São Pedro, São Paulo, Santa Maria Maior, São Lourenço, São João de Latrão, São Sebastião e Santa Cruz de Jerusalém. A mãe do imperador, Helena, canonizada pela Igreja Católica, era a principal incentivadora do filho no fortalecimento do Cristianismo. Missas e outros sacramentos religiosos passaram a ser celebrados nas igrejas das principais cidades italianas.

Os papas, que até então viviam escondidos e em condições precárias, passaram a ser valorizados, ganhando reconhecimento e poder. Azzi (1962) relata que houve época em que alguns deles eram mais respeitados que os próprios imperadores. Outros historiadores acrescentam que alguns papas fizeram bom uso desse poder em benefício dos cristãos e outros nem tanto.

Todos os primeiros papas morreram mártires; outros morreram de desgosto no exílio; alguns foram assassinados. O papado encontrou adversários ferrenhos. E não escapou do mais terrível dos males: o pecado, a corrupção, o escândalo. Não podemos esquecer disso ou simplesmente calar. (ANTONIAZZI & MATOS, 1996, p. 48).

Mesmo considerados infalíveis pelo Concílio Vaticano I (1870), o certo é que a história dos 264 papas que governaram a Igreja Católica teve exemplos de amor e ódio, despreendimento e ostentação, conciliação e vingança.

1.13.1.1 - “Santa” Inquisição

O mesmo pode-se dizer dos papas que patrocinaram a santa inquisição, desencadeada durante a Idade Média para garantir a pureza da fé católica e evitar desvios. Durante séculos, milhares de processos foram abertos contra suspeitos e, conforme alguns historiadores, cerca de 1,5 mil pessoas, acusadas de hereges ou bruxas, foram executadas em nome de Deus.

Em Portugal, Feitler (2006) relata que o órgão foi fundado, em 1536, pelo rei dom João III. A colônia do Brasil foi logo incluída nas investigações e, conforme o pesquisador, os primeiros bispos da colônia, como dom Pedro Leitão e dom Pedro da Silva e Sampaio, de Salvador (BA); dom Estêvão Brioso, dom Matias de Figueiredo e dom José Fialho, todos de Pernambuco, foram fiéis colaboradores do Tribunal do Santo Ofício.

Uma das vítimas do Tribunal no Brasil foi a judia Isabel Mendes, que nasceu em Viana (Portugal) e, de acordo com Gorenstein (2006), chegou ao Brasil com a família no início do século XVII, provavelmente fugindo da Inquisição. A pesquisadora comenta a causa da prisão da vítima:

O visitador enviou a Lisboa uma cristã-nova¹⁰, Isabel Mendes, para ser julgada como herege-judaizante. Em carta ao padre inquisidor, Diogo da Silva, datada de 19 de agosto de 1627, Luis Pires da Veiga relata que mandou duas presas de “radice infecta e com muita parentela nesta cidade se confessarem; resultaram suas confissões em grande serviço de Deus e do Santo Ofício (...) as presas nomeiam infinitas pessoas que lhe querem mal e que tudo são falsos testemunhos”. Conta que segue também o parecer de dois padres da Companhia de Jesus: do provincial e reitor e do provincial de São Bento. (GORENSTEIN, 2006, p. 26 e 27).

Enviada a Lisboa, Isabel foi considerada insana e portadora de gota coral (epilepsia), permanecendo quatro anos presa no Hospital de Todos os Santos. Foi torturada e condenada ao cárcere e hábito penitencial. Para Cavalcanti (2006, p. 141), “o tribunal da Inquisição promoveu aquilo que a antropologia do imaginário chamou de substituição e sobrevalorização das hierarquias celestes pelas terrenas”. O principal alvo, na opinião do pesquisador, eram os judeus/cristãos novos.

Podemos acrescentar a esse grupo os protestantes que, após a Reforma Luterana, desencadeada por Martinho Lutero, em 1517, na Alemanha, impulsionaram a Contrarreforma e as Cruzadas. O objetivo era combater os inimigos da fé católica e, para amedrontar e punir aqueles que ousavam se bandear para outras confissões

¹⁰ Judia convertida ao Catolicismo.

religiosas, nada mais eficiente do que o Tribunal do Santo Ofício e sua crepitante fogueira.

O padre João Huss foi uma das vítimas da Santa Inquisição, no século XV. Segundo Soares (1988), um século antes de o frade alemão lançar a base para a Reforma Protestante, o também religioso João Huss fez críticas semelhantes à hierarquia da Igreja Católica e tentou angariar o apoio das pessoas para forçá-la a mudar. Como ainda não podia contar com o apoio da imprensa, acabou executado em 1415.

1.13.1.2 - Presença no Brasil

O Brasil recebeu os primeiros representantes da Igreja Católica junto com a esquadra de Cabral, em 1500. Um grupo de religiosos veio com o navegador português e, logo, iniciou seu trabalho de catequese dos povos indígenas. Essa imposição da fé católica e desrespeito às crenças dos indígenas hoje é bastante criticada por estudiosos da religião. Libanio (2008) explica como foi esse início do Catolicismo no Brasil:

Apesar de ter sido colonizado já nos inícios da modernidade e de não ter tido Idade Média, o Brasil, no entanto, conheceu algumas estruturas sociopolíticas de tonalidade medieval: as capitanias hereditárias, o padroado a modo de arremedo cesaropapista. Bebeu o catolicismo medieval trazido pelos portugueses e conheceu eremitas, beatas e beatos, as recolhidas, as Ordens Terceiras, as Irmandades, conselheiros etc. (LIBANIO, p. 58, 2008).

Segundo Libanio (2008), os reis portugueses comandavam a Igreja Católica no Brasil, atuando como legados pontifícios plenipotenciários. Eles tomavam as decisões, que eram confirmadas pelo papa. O catolicismo popular, com suas festas religiosas, novenas e culto aos santos entre as comunidades, que viviam em sua grande maioria no campo, tinha grande força.

Com a proclamação da República, em 1889, e a adoção do estado laico, a supremacia católica começou a perder forças. A entrada das Igrejas Evangélicas no território brasileiro, a partir do século XIX; os fenômenos da urbanização, intensificado na década de 1970; e as mudanças comportamentais, que levaram boa parte da população a se tornar mais liberal do ponto de vista moral, podem estar contribuindo para a evasão de católicos, que ganhou força a partir da década de 1980.

1.13.1.3 - Concílio Vaticano II

Quando o papa Pio XII morreu, em 1958, a imagem da Igreja Católica estava bastante desgastada por sua omissão em relação ao extermínio dos judeus durante a II

Guerra Mundial e seu distanciamento em relação a questões morais, litúrgicas, nas áreas do diálogo inter-religioso e da comunicação. Cornwell (2000) relata que em virtude de uma concordata que firmou com Hitler, em 1933, o cardeal Eugênio Pacelli, que seria eleito papa Pio XII, em 1939, se comprometeu a não criticar o nazismo em troca de espaço para que a Igreja Católica realizasse seu trabalho de evangelização na Alemanha.

As lideranças da Igreja Católica perceberam que precisavam mudar os rumos da instituição e melhorar a sua imagem. O escolhido para comandar esse trabalho foi o patriarca de Veneza, cardeal Ângelo Roncalli, 77 anos, que escolheu o nome de João XXIII. Por sua idade avançada, já se sabia que seria um “papa de transição”.

A grande surpresa para muitos, de acordo com Antoniazzi & Matos (1996), foi a iniciativa do novo papa de convocar um concílio. Qual a necessidade de realizar uma assembleia mundial de bispos, se no Concílio Vaticano I, realizado em 1870, tinha sido aprovada a infalibilidade doutrinária do papa e seu primado de governo sobre a Igreja Católica? João XXIII, contudo, tinha seus próprios planos e convicções.

O novo papa estava convicto de que a Igreja Católica precisava mudar sua postura, tentar se abrir para o mundo e procurar se adequar à nova realidade, ou seja, um *aggiornamento*. A instituição estava dividida e, segundo Comblin (1990, p. 37), “na sua maioria a Cúria Romana lhe fez oposição durante as sessões, como lhe tinha feito oposição na fase preparatória, procurando impedir que assumissem respostas novas aos desafios contemporâneos”.

Com o apoio de grupos que apoiavam a sua proposta, João XXIII abriu o Concílio Vaticano II em 11 de outubro de 1962, com a presença de 2.250 padres conciliares. Antoniazzi & Matos (1996) relatam que o Concílio viveu momentos de tensão, como quando foram rejeitadas as comissões e esquemas preparados, anteriormente, para a assembleia. Diálogos foram buscados e acordos firmados para que os trabalhos pudessem prosseguir.

Outro problema sério que surgiu no percurso do Concílio foi a morte do papa, em 3 de junho de 1963. O sucessor escolhido pelo conclave foi o arcebispo de Milão (Itália), João Batista Montini, que adotou o nome de papa Paulo VI. Antoniazzi & Matos (1996) recordam que o novo papa anunciou, logo depois de sua eleição, seu firme propósito de prosseguir com o Concílio.

Mais algumas sessões conciliares foram realizadas, decisões importantes foram tomadas até que, em 8 de dezembro de 1965, o Concílio Vaticano foi encerrado. Mudanças importantes ocorreram em diversas áreas, com na litúrgica (as celebrações

deixaram de ser feitas em latim e os celebrantes puderam virar de frente para a assembleia), na da comunicação (as dioceses foram incentivadas a investir em meios de comunicação) e de participação do laicato (ganhou mais espaço nas pastorais e nas celebrações). Para muitos teólogos, o Concílio Vaticano II foi o evento mais importante da Igreja Católica no século XX.

Enquanto em nível mundial a Igreja Católica procurava “se abrir”, no Brasil a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) apoiou o golpe militar, deflagrado em 1964. Bernal (1989) acredita que o medo do comunismo e uma certa dose de ingenuidade levou os bispos a apoiarem a ditadura. Com o recrudescimento do regime, a prisão, tortura e morte de muitos brasileiros, inclusive de padres, a Igreja Católica mudou de lado e passou a apoiar o processo de redemocratização do país, que se efetivou em 1985.

Na esteira do Concílio Vaticano II, foram realizadas as Conferências Episcopais Latino-Americanas de Medellín (Colômbia), em 1968, e Puebla (México), em 1979, que defendiam um engajamento da Igreja Católica em questões políticas e sociais do continente. A teologia da libertação, que sacramentava essa opção preferencial pelos pobres, vivia o seu período áureo.

Essa tendência sofreu um sério revés quando, após a morte do papa Paulo VI, em 1978, e o papado de pouco mais de um mês de Albino Luciani (João Paulo I), o escolhido foi o polonês Karol Wojtyła, que adotou o nome de João Paulo II. O novo pontífice desenhou um novo modelo de igreja, voltada exclusivamente para questões religiosas, afastando-se de temas políticos, econômicos e sociais. A teologia da libertação foi “sufocada”, suas principais lideranças perseguidas e centenas de bispos de linha conservadora foram nomeados.

Após um dos papados mais longos da história, João Paulo II morreu em 2005. O conclave escolheu para sucedê-lo o cardeal Joseph Ratzinger que, durante 21 anos, foi prefeito da Congregação para Doutrina da Fé e ajudou a defenestrar a ala progressista da Igreja Católica. Sem o carisma de João Paulo II, Bento XVI teve que enfrentar escândalos como casos de pedofilia de membros da instituição, desvios de recursos por integrantes da Cúria Romana e a debandada de fiéis pelo mundo. Num caso raro, Bento XVI renunciou ao trono de Pedro em 2013.

Pela primeira vez, o conclave elegeu um papa latino-americano. O escolhido foi o cardeal Jorge Maria Bergoglio, arcebispo de Buenos Aires (Argentina). Eleito aos 76 anos de idade, Francisco também é um “papa de transição”. Carismático, ele tem

recebido críticas tanto da ala conservadora quanto da progressista da Igreja. Da primeira, por aprovar medidas como o direito de os padres perdoarem mulheres e médicos envolvidos na prática do aborto; e dos progressistas que esperam medidas mais ousadas, como o direito de os divorciados poderem comungar e a aprovação de uniões homoafetivas. Um papa moderado, podemos dizer.

1.13.2- Assembleia de Deus

Antes de tratarmos da igreja Assembleia de Deus, vamos discorrer sobre a chegada das primeiras igrejas evangélicas no Brasil e da distinção que existe entre igrejas evangélicas históricas ou tradicionais, as pentecostais e as neopentecostais. Fonseca (2003) esclarece que as primeiras a chegar foram as igrejas evangélicas históricas ou tradicionais, no século XIX.

A pioneira foi a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, em 1824, por meio de imigrantes alemães, que a fundaram no sul do país. Fonseca (2003) comenta que um dado curioso sobre essa igreja é que, até o início dos anos 2000, mais de 90% de seus integrantes eram brancos, contrastando com a média de brancos na população brasileira, que era de 52%.

Depois da Igreja Luterana chegaram ao Brasil as igrejas Congregacional (1855), Presbiteriana (1859), Metodista (1867), Cristã Evangélica (1879), Batista (1882), Adventista (1894) e Anglicana (1898). Fonseca (2003) explica que as igrejas evangélicas históricas ou tradicionais têm em comum o fato de serem provenientes da Reforma Protestante. A maioria mantém um bom diálogo ecumênico com a Igreja Católica no Brasil e investe pouco em meios de comunicação.

Um fenômeno que atinge as igrejas evangélicas históricas ou tradicionais no Brasil é que, apesar do aumento do número de fiéis das igrejas evangélicas pentecostais, elas têm diminuído a sua representação. De acordo com o censo de 2010 do IBGE, o Brasil contava com 7,6 milhões de evangélicos históricos. Campos (2013) comenta que se no censo de 2000 eles representavam 26,5% do total de evangélicos no país, dez anos depois esse percentual baixou para 18,1%.

O percentual de evangélicos no Brasil, de acordo com o censo de 2010, era de 22,2% da população, ou seja, 42,2 milhões de pessoas. O grupo mais numeroso é o das igrejas pentecostais, que totalizavam 25,3 milhões de pessoas. Camurça (2013)

acrescenta que eles representam 13,3% da população e congregam cerca de 60% dos evangélicos brasileiros.

A Assembleia de Deus é a igreja pentecostal com o maior número de fiéis no Brasil. Seu crescimento foi notável de acordo com o último censo do IBGE, que verificou que ela passou de 8,4 milhões de fiéis no ano 2000 para 12,3 milhões em 2010. Um aumento de 46,4%.

A origem do movimento evangélico pentecostal está nos Estados Unidos. Campos (2011, p. 86) recorda que na segunda metade do século XIX, “os primeiros pentecostais modernos participavam de reuniões de oração para ali encontrar experiências de santificação, de reavivamento e de batismo com o Espírito Santo, um fenômeno confirmado pela experiência de falar em línguas”.

Conde (2011) completa que houve algumas experiências de avivamento da fé evangélica em 1740, na Inglaterra, e em 1858, na Suécia, porém a mais marcante ocorreu em 1906, em um galpão da rua Azusa, em Los Angeles (Califórnia). Ali, o pastor W.J. Seymour conduzia celebrações religiosas e, segundo Conde (2011, p. 24), “repentinamente brotavam louvores dos corações; muitos eram batizados com o Espírito Santo, falavam em novas línguas; outros profetizavam; outros cantavam hinos espirituais”.

Pelo que observamos, em algumas igrejas tradicionais, derivadas da Reforma Protestante, surgiram grupos que queriam algo diferente ou dar um passo adiante. Enfrentando resistência por parte das lideranças dessas igrejas, esses grupos iniciaram processos de reavivamento da fé. Isso era feito por meio do batismo pelo Espírito Santo, que resultava no fenômeno da glossolalia. Para difundir essa experiência e angariar mais adeptos, alguns desses grupos começaram a usar mais intensamente os meios de comunicação que dispunham na época.

1.13.2.1 - Fundadores da igreja

De nacionalidade sueca, Daniel Berg e Gunnar Vingren, fundadores da Assembleia de Deus no Brasil, viveram algum tempo nos Estados Unidos, onde participaram de sessões de avivamento da fé. Eles pertenciam à Igreja Batista. Daniel Berg nasceu em 19 de abril de 1884, na pequena cidade de Vargön, na Suécia. Na sua juventude, Berg se recorda de que a maioria dos moradores de sua cidade eram católicos e o padre tentava convencer seus pais, sem sucesso, a batizar os filhos. Ele justifica essa resistência:

Já naquele tempo pude observar a desvantagem e o perigo de o povo ter uma fé dirigida, sem liberdade. A religião que dominava minha cidadezinha e arredores impossibilitava as almas de terem um encontro com o Salvador. O povo só tinha acesso a uma fé morna. Seria sempre escravo da liturgia, sem poder alcançar a experiência dos milagres e da salvação plena do nosso Deus, que transforma as almas de pecadores arrependidos. (BERG, 2011, p. 15).

Aos 17 anos de idade, Berg resolve se mudar para os Estados Unidos em busca de melhores condições de trabalho, como fizeram vários conterrâneos seus. Era início dos anos 1900 e a Suécia, como recorda o jovem, passava por uma profunda crise financeira, com o fechamento de várias empresas e um grande número de pessoas desempregadas. Berg conseguiu um emprego numa fazenda, em Boston, onde cuidava de cavalos. Em seguida, ele foi trabalhar numa fundição em Glasport, na Pensilvânia.

Passaram-se oito anos, até que Berg resolveu retornar à Suécia para rever a família. Em Vargön, depois de matar a saudade dos pais e dos irmãos, o jovem soube que seu melhor amigo se tornara pastor. Procurou-o e ouviu falar pela primeira vez do batismo pelo Espírito Santo. A partir daquela conversa, Berg (2011) disse ter sentido vontade de ser batizado dessa maneira.

Já Gunnar Vingren nasceu em 8 de agosto de 1879, em Östra Husby, em Östergötland, na Suécia. Os pais eram evangélicos e, desde a infância, ele recebeu formação religiosa. O pai era jardineiro e Vingren começou a ajudá-lo com 11 anos de idade. Ele (*apud* Ivar Vingren, 2011) relata que aos 9 anos sentiu o chamado de Deus e orava bastante, “porém, com 12 anos de idade desviei-me do Senhor e tornei-me um filho pródigo. Caí profundamente no pecado até os 17 anos, quando o Senhor outra vez me chamou”.

Ao ir junto com o pai a um culto de vigília de ano novo na igreja Batista, em Wraka, Smaland, Vingren se sentiu tocado por Deus e resolveu mudar de vida. Aos 18 anos, foi batizado nas águas e assumiu o lugar do pai na Escola Dominical da igreja. Lá permaneceu até 1898, quando passou a participar de escolas bíblicas, buscando formação religiosa e experiências missionárias.

Vingren (*apud* Ivar Vingren, 2011, p. 23) diz ter sido atingido pela “febre dos Estados Unidos” em 1903, já que “o grande país do Norte me atraía tremendamente”. Pegou um vapor em Gotemburgo (Suécia) em 30 de junho daquele ano e, depois de passar por Hull (Inglaterra), pegou um trem para Liverpool (Inglaterra). Lá pegou outro

navio para Boston, em Massachussets, nos EUA. Foi de trem até Kansas City, aonde chegou no dia 19 de novembro de 1903.

Nesta cidade, morava seu tio Carl Vingren, e Gunnar trabalhou primeiro como foguista em Greenhouse, depois como porteiro em uma grande casa comercial e, por fim, como jardineiro. O reencontro com a religião se deu em 1904, quando se mudou para Saint Louis para trabalhar no Jardim Botânico e passou a participar dos cultos de uma igreja batista sueca, que encontrou naquela cidade. Reconhecendo a fé e a capacidade intelectual de Vingren, os dirigentes consideraram que ele deveria aprofundar seus estudos e o jardineiro ingressou no seminário teológico sueco, para um curso de quatro anos.

Após concluir seu curso, em 1909, Vingren (2011) se tornou pastor da Primeira Igreja Batista em Menominee, em Michigan. Ele conta que fez a solicitação de ser enviado para uma missão. Foi designado para ir para Assam (Índia), junto com a noiva. Durante a convenção da Igreja sentiu que aquele não era o desejo de Deus para ele e desistiu da missão. Decepcionada, a noiva o deixou.

Em crise espiritual, Vingren pediu licença da sua igreja para visitar a Primeira Igreja Batista Sueca, em Chicago, onde se realizava o batismo pelo Espírito Santo. O pastor (*apud* Ivar Vingren, 2011, p. 25) relata que “quando recebi o batismo falei novas línguas, justamente como está escrito que aconteceu com os discípulos no dia de Pentecostes, em Atos 2. É impossível descrever a alegria que encheu meu coração.”

Após retornar para sua igreja, Vingren começou a pregar sobre o batismo pelo Espírito Santo e teve que renunciar ao pastorado, já que parte dos fiéis não comungou com essas ideias. Refugiou-se, então na igreja em South Bend, Indiana, onde levou adiante a sua nova proposta de evangelização e batizou algumas pessoas pelo Espírito Santo. Ao se reunir na casa de um membro da igreja para orar, Vingren conta que o amigo Adolfo Ulldin recebeu o Espírito Santo e lhe disse que ele deveria ser missionário no Pará, estado brasileiro do qual nunca ouvira falar.

Vingren (*apud* Ivar Vingren, 2011) conta que conheceu Daniel Berg em 1909, em Chicago, quando buscava o batismo pelo Espírito Santo. Este último abandonou um emprego que tinha numa quitanda, em Chicago, para acompanhar Vingren na igreja que pastoreava em South Bend. Eles estavam juntos quando o amigo Ulldin profetizou que a dupla deveria ser missionária no Pará.

Conde (2011) comenta que a igreja de Chicago fez uma coleta durante os cultos para financiar a viagem da dupla de missionários ao Brasil, porém o dinheiro arrecadado

só foi suficiente para comprar duas passagens até Nova Iorque. Chegando lá, Vingren e Berg estavam caminhando pela cidade quando encontraram um negociante conhecido do primeiro. Por coincidência, ele estava indo depositar um dinheiro para ajudar no trabalho de evangelização. Os dois ficaram espantados quando abriram o envelope e viram que havia US\$ 90,00, que era justamente o preço de duas passagens de navio para o Pará. O caráter mítico da narrativa pode ser verificado nesses detalhes.

O desembarque em Belém se deu no dia 19 de novembro de 1910. Era tamanha a fé dos dois missionários, que eles chegaram ao Brasil sem conhecer nenhuma pessoa e sem falar português. Conde (2011) comenta que somado a isso havia muita pobreza e legiões de leprosos que se deslocavam até à cidade em busca de uma erva, que diziam curar a doença. “O diabo aproveitou-se de tudo isso para desanimar os recém-chegados. Estes, contudo, tinham vindo por ordem do Rei dos reis: nada os amedrontaria ou os faria recuar”, acrescenta o autor (2011, p. 30), integrante da Assembleia de Deus.

Hospedaram-se num modesto hotel, cuja diária era de oito mil reis, e encontraram num jornal da cidade o endereço do pastor metodista Justus Nelson. A dupla o procurou e ele os colocou em contato com o pastor Raimundo Nobre, da Igreja Batista, em Belém. Eles passaram a residir nas dependências da Igreja. O primo de Nobre, Adriano convidou os missionários para ficarem algum tempo nas ilhas de Belém, onde residia, e eles aceitaram.

Após retornarem a Belém, Berg e Vingren continuaram frequentando a Igreja Batista, porém suas pregações sobre o batismo pelo Espírito Santo desagradaram Nobre e outros membros da Igreja. Conde (2011) relata que no dia 10 de junho de 1911, durante o culto, o pastor fez duras críticas ao movimento pentecostal e pediu que os partidários dele se levantassem. A maioria se colocou de pé e, junto com a minoria, Nobre os expulsou da igreja.

De acordo com Conde (2011), eram 17 adultos e algumas crianças. No dia 18 de junho do mesmo ano, o grupo se reuniu com Berg e Vingren numa casa localizada na Rua Siqueira Mendes, 67, onde foi fundada oficialmente a Assembleia de Deus. Outras igrejas evangélicas e a mídia passaram a atacar a nova igreja. Um repórter da *Folha do Norte* se disfarçou de fiel e se encarregou de desancar a nova igreja. Mais tarde, arrependido, escreveu que “nunca vi uma reunião tão cheia de fé, fervor, sinceridade e alegria entre os crentes” (*apud* Conde, 2011, p. 39).

Alencar (2010) comenta que “Missão da Fé Apostólica” foi o primeiro nome adotado pelo grupo expulso da Igreja Batista para a nova igreja. O primeiro registro

deste nome foi feito, em 1917, pelo jornal *Voz da Verdade*, que divulga nota sobre trabalho de evangelização realizado pelos missionários Daniel Berg e Samuel Nystron, com o batizado de 90 pessoas na Assembleia de Deus de São Luiz (PA). Segundo o pesquisador, o nome Assembleia de Deus foi oficializado nos Estados Unidos, em 1914, e seu registro no Brasil se deu em 11 de janeiro de 1918.

A violência passou a ser usada contra os integrantes da Assembleia de Deus. Conde (2011) relata que algumas casas onde eles se reuniam foram apedrejadas. Pessoas de bem eram insultadas, mas ninguém cedia às pressões. Cada membro procurava difundir a doutrina da nova igreja e alguns partiram para o interior do Pará.

Berg chegou ao Pará com 26 anos de idade, onde se empregou como caldeireiro e fundidor. Tão logo começou a aprender a língua portuguesa, passou a evangelizar nas cidades e vilas ao longo da Estrada de Ferro Belém-Bragança, exercendo a colportagem (distribuição de bíblias, revistas e folhetos sobre a igreja). Enquanto isso, Vingren assumiu o pastorado na Assembleia de Deus, cuidando do trabalho iniciado na capital.

Na cidade de Catipuru, em 1913, houve um dos movimentos de resistência mais violentos à Assembleia de Deus. Conde (2011) comenta que alguns membros foram presos e Berg escapou de uma tocaia preparada para ele, ao ser guiado por Deus e se desviar do caminho que costumava passar.

O casamento de Vingren com Frida, missionária da igreja que viera para o Brasil, se deu em 1917. Conde (2011) relata que no ano de 1921 a Assembleia de Deus ganhou o reforço de 12 obreiros que vieram dos Estados Unidos. Entre eles estava o missionário Nels Nelson, que desenvolveu um importante trabalho de evangelização por meio de publicações e hinários. A nova igreja começou a chegar a outros estados e, em 1935, ele permaneceu durante nove meses numa igreja da Assembleia de Deus em Porto Alegre (RS).

Antes, contudo, outros missionários partiram para estados vizinhos do Pará para evangelizar e criar novas igrejas. Em 1917, o obreiro Severino Moreno foi para Manaus e, conforme Conde (2011), em janeiro de 1918 foi fundada a primeira igreja Assembleia de Deus no local. Nesse mesmo período, os fiéis foram se espalhando por outros estados do Nordeste até que, em 1924, chegaram à região Sudeste, mais precisamente em Vitória (ES).

Neste mesmo ano, a Assembleia de Deus resolveu fincar raízes na então capital da República, o Rio de Janeiro. Os primeiros movimentos da igreja se deram no ano anterior, mas as lideranças consideraram que o local merecia um nome de peso e assim

foi designado que o pastor Gunnar Vingren ficasse à frente dos trabalhos. Assim, ele se mudou de Belém para o Rio de Janeiro.

Os missionários suecos lideraram a Assembleia de Deus no Brasil até o final dos anos 1920. Na convenção da igreja, realizada em 1930, em Natal (RN), o comando passou para lideranças brasileiras. Alencar (2010) comenta que não se sabe ao certo se os suecos abriram mão dos cargos que ocupavam na Assembleia de Deus, nas regiões Norte e Nordeste, para seguirem para o Sul e o Sudeste, ou se foram as lideranças brasileiras que os pressionaram para que abrissem espaço para eles.

Mesmo com o enaltecimento que muitos pastores idosos fazem dos fundadores suecos, Alencar (2010. P. 108) contou que um deles se referiu a eles como “ditadores colonialistas”. O pesquisador salienta que a mistura da austeridade sueca com o coronelismo norte-nordestino moldou o *ethos* de uma igreja que valoriza o poder masculino e, durante um bom tempo, se destacou por exigir que os fiéis se vestissem e se comportassem de forma exemplar e recatada.

Após a convenção de 1930 e com os brasileiros tendo assumido os principais cargos de poder das Assembleias de Deus, foi iniciado um processo de mudança comportamental dos fiéis e o *ethos* sueco-norte-nordestino da instituição foi se alterando. O estereótipo das mulheres que não usavam calças compridas e apenas vestidos ou saias compridas, sem cortar os cabelos, e de homens que frequentavam os cultos de terno e gravata e bíblias em punho foi aos poucos se desvanecendo. A chegada ao Brasil de outras igrejas pentecostais, como a Quadrangular (1951), a Brasil para Cristo (1955) e a Deus é Amor (1962), também contribuíram para “aliviar” o foco da Assembleia de Deus.

Alencar (2010) trata ainda do comportamento político-partidário da Assembleia de Deus. A aversão inicial do pentecostalismo à política é criticada por estudiosos da religião, como Rolim (1980), que a via como alienação social; e Cavalcante (1994), Pierucci (1996) e Mariano (1999), que a tacham de adesismo. Para Alencar (2010), os missionários suecos ficaram deslumbrados com a liberdade religiosa que existia no Brasil e adotaram uma postura elogiosa em relação ao governo brasileiro.

A situação só mudou a partir da Assembleia Constituinte de 1988, quando a Assembleia de Deus se mobilizou para eleger políticos que defendessem seus interesses. De lá para cá, a igreja tem participado ativamente das eleições e seus representantes são eleitos para as instâncias municipais, estaduais e federais da política brasileira. Um número significativo deles compõe a Bancada Evangélica do Congresso Nacional. O

portal *Gospel Mais* informa que, nas eleições de 2014, a bancada evangélica cresceu 14%, chegando a 80 deputados federais¹¹.

1.13.2.2 - Processo de expansão

Ao longo das décadas, a Assembleia de Deus foi se espalhando pelo Brasil e aumentando o número de fiéis. Há algumas características organizacionais da igreja que chamam a atenção. A começar pela denominação, já que há estudiosos que não falam de Assembleia de Deus, mas Assembleias de Deus, no plural. Alencar (2010, p. 135) explica que, apesar da unanimidade das igrejas sobre a doutrina do Espírito Santo, existe uma diversidade nos sistemas eclesiásticos e estilos de lideranças contraditórios que tornam mais adequada a denominação Assembleias de Deus. No nosso caso, optamos por usar o nome oficial da instituição, no singular.

Do ponto de vista hierárquico, existe um poder verticalizado das chamadas “igrejas-mães” e dos pastores-presidentes, que criam núcleos que se relacionam sem perder sua autonomia:

A relação piramidal se consolida cada vez mais, fortalecendo evidentemente, a figura do pastor-presidente da igreja-sede, pois as igrejas locais, congregações e subcongregações, além de trazerem para a sede toda a arrecadação financeira, dependem dela para toda e qualquer definição. Ou seja, estas igrejas agregadas à Sede não têm nenhuma autonomia, mas existem em absoluta dependência – e o pastor-presidente dá a palavra final e definitiva sobre tudo e todos. (ALENCAR, 2010, p. 111).

Correa (2013) informa que a nomenclatura de pastor-presidente foi adotada em 1940 e, até 1980, existia uma eleição entre as lideranças para a escolha desses nomes. De lá para cá, a sucessão passou a ser por indicação e, muitas vezes, o poder é transferido de pai para filho. Para a pesquisadora, é provável que isso tenha ocorrido porque a situação financeira das igrejas, que antes de 1980 era bem difícil, melhorou e cresceu o interesse dos pastores-presidentes em perpetuar seu poder entre seus familiares.

Parte das igrejas é filiada à Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB) que, desde 1988, é presidida pelo pastor José Wellington Bezerra da Costa. Segundo Correa (2013, p. 144) “com o Plano Real, se deu início a uma nova fase empreendedora, de estruturação, organização e expansão da Convenção Geral,

¹¹ <http://noticias.gospelmais.com.br/bancada-evangelica-forca-opor-temas-polemicos-72327.html> - acesso em 02/09/2014.

caracterizada pela construção e inauguração do edifício-sede da CGADB e as novas instalações da editora CPAD”.

Há outra parte das igrejas que são ligadas à Convenção Nacional das Assembleias de Deus de Madureira (CONAMAD), fundada pelo bispo Manoel Ferreira. Correa (2013) esclarece que existem ainda ministérios independentes que não se ligam a nenhuma das convenções das Assembleias de Deus. Dessa maneira, podemos dizer que a instituição funciona como um grande “guarda-chuva” que congrega várias igrejas, com lideranças até certo ponto autônomas e práticas eclesiais diversas.

Igreja	Nº de fiéis – 2000	Percentual da população	Nº de fiéis – 2010	Percentual da população
Igreja Católica	124,9 milhões	73,9%	123,2 milhões	64,6%
Assembleia de Deus	8,4 milhões	4,9%	12,3 milhões	6,3%
Igreja Universal do Reino de Deus	2,1 milhões	2,5%	1,8 milhão	2,3%

Quadro 2: Igrejas e número de fiéis
Fonte: CENSOS DO IBGE/2000 e 2010

Como mostra o quadro 2, a instituição teve um crescimento significativo do ano 2000 para o de 2010, passando de 8,4 milhões de fiéis para 12,3 milhões. É reconhecida pelos estudiosos da religião como uma igreja conservadora, em termos de costumes e valores morais. Seu comando não é centralizador e os pastores-líderes de cada região governam com certa autonomia. Esses fatores talvez expliquem o êxito de seu crescimento.

1.13.3 - Igreja Universal do Reino de Deus

Na campanha “Eu sou a Universal”, lançada em 2013, alguns fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus garantem que sua fé os fez sair da pobreza e enriquecerem. Mesmo com esses testemunhos e com seu “império de comunicação”, a instituição perdeu fiéis no Brasil, de acordo com o último censo do IBGE. Em 2010, 2,3% dos brasileiros integram essa Igreja, contra os 2,5% que a integravam no ano 2000. O fenômeno neopentecostal, que surpreendeu a Igreja Católica a partir da segunda metade da década de 1970, dá sinais de que alguma coisa não está funcionando bem no seu trabalho de evangelização e na sua estratégia de captação de fiéis.

Antes de entrarmos na história e no processo de expansão da Igreja Universal do Reino de Deus, vamos discorrer sobre o conceito de neopentecostalismo. Mariano (1999) comenta que o conceito “neopentecostalismo” surgiu primeiro nos Estados Unidos e, na década de 1970, era utilizado para designar as igrejas pentecostais dissidentes das igrejas protestantes históricas. Mais tarde, essas igrejas passaram a ser chamadas de carismáticas e o sintagma “neopentecostalismo” caiu em desuso.

No Brasil, o neopentecostalismo foi atribuído às igrejas evangélicas que surgiram no país nas décadas de 1960 e 1970, sendo suas principais representantes a Igreja Nova Vida (1960), a Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980). Na sua esteira vieram as igrejas Cristo Vive (1985), Renascer em Cristo (1986), Bíblica da Paz (1987), Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (1992) e Nacional do Senhor Jesus Cristo (1994).

Alguns aspectos fundamentais nos campos teológico e comportamental das igrejas neopentecostais são destacados pelos pesquisadores:

1)exacerbação da guerra espiritual contra o Diabo e seu séquito de anjos decaídos; 2) pregação enfática da Teologia da Prosperidade; 3) liberação dos estereotipados usos e costumes de santidade. Uma quarta característica importante, ressaltada por Oro (1992), é o fato de elas se estruturarem empresarialmente. (MARIANO, 1999, p. 36).

O pesquisador (1999) ainda associa o neopentecostalismo ao deuteropentecostalismo, caracterizado pelo antiecumenismo, lideranças fortes, uso intenso dos meios de comunicação, realização de cultos carregados de emoção, pregação da cura divina e participação na política partidária. Também não existe uma unidade teológica entre as igrejas neopentecostais, sendo que algumas realizam práticas

exorcistas e são sabatistas (guardam o sábado, como os adventistas do sétimo dia) enquanto outras condenam esses costumes.

Por fim, Mariano (1999) ressalta que os neopentecostais rompem com a ideia da busca da salvação pelo ascetismo de rejeição do mundo. A pobreza material e o sofrimento da carne, presentes nas doutrinas católica e pentecostal, são eliminados por essas igrejas, que passam a atingir a classe média, alguns atletas e celebridades. Conforme o pesquisador (1999, p. 44), “em seu lugar, pregam a Teologia da Prosperidade, doutrina que, grosso modo, defende que o crente está destinado a ser próspero, saudável e feliz neste mundo”.

Agora vamos falar da trajetória de Edir Bezerra Macedo, um dos fundadores e o principal líder de Igreja Universal do Reino de Deus. Sua autobiografia e a biografia autorizada mostram um jovem que vivia no pecado e ficou “perdido” durante um bom tempo do ponto de vista espiritual. Foi católico e umbandista até ingressar numa igreja evangélica; esforçava-se ao máximo para ascender dentro das igrejas das quais participou, mas não teve oportunidade. Macedo iniciou sua igreja no galpão de uma antiga funerária, enfrentou uma série de dificuldades e perseguições para depois se tornar dono de um império religioso. Uma narrativa mítica e carregada de simbolismo que ajudou a erigir e hoje sustenta a Igreja Universal do Reino de Deus.

No primeiro volume da sua autobiografia “Nada a perder – momentos de convicção que mudaram a minha vida” (2012), Macedo conta que o pai Henrique Francisco Bezerra era alagoano de Penedo, mudou-se para o Rio de Janeiro em busca de trabalho e, na cidade de Rio das Flores (RJ), conheceu Eugenia Macedo, que tinha 16 anos, a metade da idade do marido. Nos 54 anos em que permaneceram casados, dona Geninha, como era chamada, teve 33 gestações, mas apenas sete filhos sobreviveram.

Edir, chamado de Didi na infância, é o quarto filho e nasceu em 18 de fevereiro de 1945. Tem uma deformidade física na mão esquerda. O dedo indicador é atrofiado e o polegar maior, movimentando-se pouco. Herdou o problema da avó materna e isso, conforme Tavolaro & Lemos (2007), gerou complexo de inferioridade no menino. Sofreu *bullying* na escola, sendo chamado de “dedinho”. Enquanto a mãe cuidava da casa e dos filhos, o pai trabalhou na parte administrativa e no setor de contabilidade de uma fazenda. Também teve um armazém e um bar, no qual Didi começou a trabalhar, aos 11 anos de idade.

A família era católica e os filhos foram introduzidos nesta religião. Macedo (2012, p. 63) relata o papel na mãe na sua formação religiosa e sua resistência ao

Catolicismo: “ela me ensinou a rezar o Pai-Nosso e, assim, à sua maneira, a acreditar em Deus. Nasci, cresci e fui educado nessa fé inoperante e sem comprometimento. Não por culpa dos meus pais, mas por simples ignorância espiritual”.

Morou, dos 11 aos 15 anos, numa casa cercada de hortênsias, em Petrópolis (RJ). Na adolescência, já vivendo na cidade do Rio de Janeiro, afastou-se da religião e se divertia zombando dos crentes da Assembleia de Deus durante cultos em praça pública, no bairro São Cristóvão. Os pais fizeram plantão na frente da casa do então governador da Guanabara, Carlos Lacerda, e este arranhou para Macedo, então com 16 anos, um emprego de contínuo na loteria do Rio de Janeiro. Tavolaro & Lemos (2007) relatam que ele era namorador e sua iniciação sexual foi, aos 16 anos, num bordel em frente à escola em que estudava à noite, no bairro do Catumbi.

Os autores (2007) relatam que Macedo, aos 17 anos, passou a ter medo de ir para o inferno depois da morte. Insatisfeita com o Catolicismo, a irmã Elcy ouviu a pregação de um pastor no rádio e quis conhecê-lo. Era a Igreja Nova Vida e o pastor era o canadense Robert McAllister. Enquanto isso, Macedo frequentava centros espíritas com o pai, recebia passes, mas não se sentia tocado pela fé. Foi também às celebrações da Semana Santa da Igreja Católica, mas acabou não se comovendo com as encenações da paixão, morte e ressurreição de Jesus.

Vendo que o irmão estava “sedento” de Deus, mas continuava perdido na sua busca espiritual, Elcy começou a lhe passar alguns textos da Igreja Nova Vida e a orientá-lo na leitura bíblica. Macedo gostou da experiência e começou a frequentar os cultos da igreja. Essa vivência, contudo, não mudou seu coração, que continuava não sendo tocado por Deus.

Dois anos depois de ter ingressado na igreja Nova Vida, aos 21 anos de idade, durante uma vigília de oração, Macedo (2012) comenta que falou em línguas estranhas, que os evangélicos acreditam ser um sinal de que a pessoa é tocada pelo Espírito Santo. Ao sair do culto, ele sentia uma alegria incontrolável e teve vontade de sair abraçando quem encontrasse pelo caminho. Seu sentimento era de que, finalmente, tinha conseguido arrancar os demônios que dominavam seu corpo.

Mesmo tendo mergulhado nos estudos bíblicos e no aprofundamento da fé, Macedo não encontrava oportunidade de crescimento na igreja Nova Vida. Ele já manifestara seu desejo de ser missionário na África. Depois de 11 anos de igreja e vendo que não teria oportunidade de se tornar pastor, Macedo comunicou ao bispo Tito Oscar, uma das principais lideranças da Nova Vida, que estava deixando a instituição. O

fundador da instituição, pastor McAllister ainda tentou demovê-lo, mas a decisão estava tomada.

1.13.3.1 - Parceria com R.R. Soares

Já há bastante tempo, Macedo realizava trabalhos de evangelização com Romildo Ribeiro Soares, mais conhecido como R.R. Soares, também membro da Igreja Nova Vida e que depois se tornou seu cunhado, ao se casar com sua irmã caçula, Magdalena. Foi ele que lhe falou de uma nova igreja, chamada Casa da Bênção, liderada pelo pastor Cecílio Carvalho, para a qual tinha sido convidado para se tornar pastor. Junto com ele seguiu o ex-colega da Nova Vida, Samuel Coutinho, que também foi elevado a pastor. Para decepção de Macedo, o pastor Cecílio disse que ele precisava evoluir mais na fé antes de se tornar pastor.

Coincidiu que nesta época nasceu a sua segunda filha, Viviane, com lábio leporino. Ela precisava ser alimentada com leite na colher, pois não conseguia sugar o seio da mãe. De vez em quando engasgava, ficava sem ar e todos se desesperavam. Nas suas orações, conversou com Deus e lhe avisou que estava decidido a servi-lo de qualquer maneira e nada iria detê-lo. Para Macedo (2012, p. 169), “ali foi gerada a Igreja Universal do Reino de Deus”.

Os problemas de saúde da filha eram constantes na infância e adolescência, mas Macedo (2012) comenta que isso o impulsionou a desbravar novos caminhos na fé. Insatisfeitos com a Casa da Bênção, em 1975 Romildo Soares e Samuel Coutinho o convidaram para fundar a Igreja Cruzada do Caminho Eterno. Mesmo tendo se dedicado bastante ao trabalho evangelístico, Macedo (2012, p. 196) foi preterido da oportunidade de ser pastor. Coutinho justificou que ele “não tinha chamado para fazer a obra de Deus”.

Mesmo com essa humilhação, Macedo não desanimou e seguiu na igreja, auxiliando seu cunhado em cultos realizados em cinemas alugados por algumas horas. Para atrair mais gente para os cultos, ele ainda costumava montar uma pequena estrutura de som no coreto de uma praça no Méier, para pregar para as pessoas. O local é considerado o primeiro espaço celebrativo daquela que viria ser a Igreja Universal do Reino de Deus.

Neste local, Macedo encontrou uma pessoa que iria ajudá-lo a dar os primeiros passos da sua igreja: o metalúrgico Albino Silva da Costa. Com uma série de problemas familiares, ele buscava nas palavras do jovem pregador uma forma de se animar. Foi

“seu” Albino que conseguiu um galpão onde funcionava uma antiga funerária para alugar. O valor do aluguel era alto, mas dona Geninha foi fiadora do filho, colocando seu apartamento como garantia.

A Igreja Universal do Reino de Deus foi inaugurada em 9 de julho de 1977 e, durante três anos, pertenceu a Macedo e ao seu cunhado Romildo Ribeiro Soares. Macedo (2012) relata que decidiu se mudar para os Estados Unidos para implantar a igreja lá, porém reclamações começaram a chegar do Brasil em relação à participação de pastores com uma linha de pensamento diferente da proposta da Igreja e dificuldades financeiras da instituição. Macedo retornou ao Brasil e, por meio de uma assembleia de bispos, foi eleito o principal líder da igreja. Insatisfeito, o missionário R.R. Soares se afastou e, em 1980, fundou a Igreja Internacional da Graça de Deus.

Macedo conduziu a Igreja Universal do Reino de Deus por um caminho de sucesso e, com poucos anos de fundação, ela apresentava um crescimento espantoso. O número de fiéis foi aumentando e para atendê-los novos templos foram sendo inaugurados, no Brasil e em outros países. Houve também um grande investimento em comunicação, sendo a ação mais emblemática a aquisição da *TV Record*, em 1989.

Denúncias de curandeirismo, enriquecimento ilícito e sonegação de impostos levaram Macedo à cadeia, no dia 24 de maio de 1992. Este episódio é narrado em detalhes na sua autobiografia (2012) e na biografia autorizada, assinada por Tavolaro & Lemos (2007). O bispo reclama do aparato cinematográfico que a Polícia montou para prendê-lo, da participação de uma equipe de reportagem da *Rede Globo* registrando tudo e da presença de um padre no seu interrogatório.

Nos 11 dias em que ficou no cárcere, Macedo se deixou fotografar na sela, lendo a Bíblia. Conta com orgulho da mobilização dos fiéis da sua igreja para libertá-lo, do dia em que um grupo deles deu um abraço simbólico no quarteirão da delegacia e nos boatos de que iriam invadir a cadeia para libertá-lo. Não perde a oportunidade de evocar a narrativa bíblica, assumindo o papel de Davi diante do gigante Golias.

Mesmo com os cultos carregados de emoção da Igreja Universal do Reino de Deus, Macedo (2012) diz não apelar para sentimentalismos hipócritas para angariar fiéis e nega as acusações que deram origem à sua prisão:

A sinceridade sempre foi um dos pilares do ofício da Igreja Universal. Desde os primeiros dias de evangelização, no fim dos anos 1970, eu sempre repetia aos pastores que o sustento da nossa crença deveria ser a honestidade diante do povo e, principalmente, diante de Deus. Eu mesmo sempre fui assim. (MACEDO, 2012, p. 26).

Após 11 dias de cárcere, Macedo foi libertado mediante *habeas corpus* conseguido por seu advogado, Márcio Thomaz Bastos, ex-ministro da Justiça do Governo Lula. Para o bispo (2012), foram os dias mais terríveis de sua vida, mas Deus o guiou nesse deserto. Ele (*apud* Tavolaro & Lemos, 2007, p. 25) conclui que “a minha prisão ajudou o povo a entender as suas lutas. Jesus sofreu injustiça, foi preso também. Os membros da Igreja compreenderam que as injustiças só fazem bem para a fé”.

Os dados estatísticos mostram que, mesmo tendo decrescido de 2,5% para 2,3% da população pelo censo de 2010 do IBGE, a Igreja Universal possui o que Tavolaro & Lemos (2007) chamam de “império religioso”. De acordo com os jornalistas da TV Record, a instituição contava naquela época com quase 4,8 mil templos, perto de 9,7 mil pastores e estava presente em 172 países de quatro continentes. Grande parte dos pastores são brasileiros e muitos se mudam para outros países para trabalhar sem conhecer o idioma. Em pouco tempo, contudo, esse problema é resolvido. “Prega-se em inglês, espanhol, francês, russo, japonês, africâner, zulu, entre outros idiomas sem contar os dialetos”, revelam Tavolaro & Lemos (2007, p. 245).

A Igreja Universal se transformou numa grande *holding*, cujos negócios são detalhados na biografia autorizada de Macedo. São construtoras, seguradoras, empresa de táxi aéreo, agências de turismo, mídia, consultorias. Tavolaro & Lemos (2007) comentam que só no Brasil a *holding* gera 22 mil empregos diretos e 60 mil indiretos. É ainda uma das maiores locatárias do país, com cerca de 8,8 mil imóveis alugados tanto para espaços de celebração como para sedes de empresas e moradia de pastores.

1.13.3.2 – Diferenças em relação a outras igrejas

O certo é que nesses 40 anos de existência a Igreja Universal do Reino de Deus se tornou, durante algumas décadas, um fenômeno de fé, de conquista de fiéis e expansão do seu domínio. No meio científico, vários pesquisadores vêm se debruçando sobre a instituição para tentar entendê-la, apontando o que há de diferente nela em relação às outras denominações.

Para Oliveira (2004), um dos diferenciais da Igreja Universal do Reino de Deus foi unir a fé evangélica a crenças populares, utilizando uma linguagem carregada de elementos simbólicos. O pesquisador (2004, p. 64) acrescenta ainda que ao contrário de outras igrejas pentecostais que utilizam basicamente a palavra como elemento evangelizador, “a IURD possibilitou ao povo um contato direto com o sagrado,

sacralizando não apenas a palavra, mas também seres e objetos, fazendo amplo uso da visão, do tato e dos gestos”.

Outra novidade na prática religiosa feita pela Igreja Universal, na visão de Oliveira (2004), foi o resgate de práticas religiosas antigas, que recebem uma nova roupagem e se adequam à realidade dos fiéis. A instituição também afasta o caminho da culpa e do sofrimento para os fiéis alcançarem a salvação, além de introduzir práticas exorcistas e de cura.

Mariano (1999, p. 43) completa que o ritual de exorcismo é comum no meio pentecostal, porém “a Universal o exacerba nos cultos de libertação, concedendo ao Diabo e aos demônios, identificados às entidades e aos deuses das religiões afro-brasileiras e espíritas, destaque e importância sem precedentes”. O pesquisador ainda atribui à instituição a prática da teologia do domínio, que estabelece batalhas espirituais contra demônios territoriais, hereditários e na quebra de maldições de família.

Há alguns pesquisadores que ressaltam o aspecto teatral dos cultos da Igreja Universal e de outras igrejas neopentecostais. Campos (1997) comenta que não é sem motivo que muitas delas fazem questão de adquirir ou alugar antigos cinemas para construir seus templos. O pesquisador comenta que isso ocorre porque para a realização do culto são necessários um palco dotado de equipamentos eletrônicos como aparelhos de som, de iluminação e um amplo espaço para acomodar a plateia.

Campos (1997) chama de culto-espetáculo as celebrações da Igreja Universal, salientando que o pastor se apresenta junto com outros figurantes. A cada dia da semana, em diversos horários, há um tipo de celebração diferente e com objetivos distintos. Um deles é indicado para atrair dinheiro, outro para combater inveja e mau-olhado e um terceiro para que os solteiros encontrem sua cara-metade. Pastores e obreiros se movimentam no templo com desembaraço, distribuindo envelopes para doações e objetos simbólicos como sal, água colorida e outros materiais.

Os pastores são treinados para realizarem bem a sua função. Numa cena documentada por um ex-pastor da Igreja Universal, em 1990, num intervalo de um jogo de futebol, Macedo (*apud* Campos, 1997, p. 102) orienta seus pupilos sobre como abordar os fiéis: “Você tem que chegar e dizer: ó pessoal! Você vai ajudar agora na obra de Deus. Se você quiser ajudar, amém. Se você não quiser ajudar, Deus então vai ajudar outra pessoa ajudar, amém!”.

O desempenho do pastor na captação de fiéis e arrecadação de doações definirá seu futuro dentro da Igreja Universal:

O pastor, no momento de culto, é o elo de ligação entre Deus e os homens. Seu sucesso se deve a Deus, mas o progresso da Igreja depende de sua habilidade em arrecadar aquilo que Edir Macedo diz ser “o sangue da Igreja”, isto é, o dinheiro. Portanto, a capacidade de aumentar o total arrecadado é que distingue o “pastor de sucesso” do “pastor improdutivo”. Aos que se habituam a superar as metas, há promessas de uma carreira próspera, exteriorizada em participação nos rendimentos do templo, e na promoção que pode levá-lo a se tornar um líder estadual ou bispo. (CAMPOS, 1997, p. 101).

Nos anos de 2013 e 2015, durante os quais fomos semanalmente a templos da Igreja Universal para coletar a *Folha Universal* para montar o *corpus* desta pesquisa, comprovamos esse aspecto de encenação dos cultos e o esforço dos pastores para conseguir aumentar a arrecadação. Chamou a atenção ainda a dificuldade de conseguir o livro “Teatro, templo e mercado – organização e marketing de um empreendimento neopentecostal” (Vozes, 1997), de Leonildo Silveira Campos, bastante crítico em relação à Igreja Universal, tanto em bibliotecas como em lojas. Em algumas bibliotecas, a informação era de que os exemplares tinham sido furtados. Já na loja Estante Virtual, uma das poucas que o disponibilizavam, os preços dos exemplares variavam de R\$ 100,00 a R\$ 200,00, o que está muito acima do preço de mercado.

No campo político partidário, a Igreja Universal vem apoiando seus membros e políticos de diferentes matizes ideológicas. Oro (2003) comenta que nas eleições de 2002, a instituição apoiou o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva, na sua quarta e vitoriosa tentativa de chegar à Presidência da República. Naquele mesmo ano, o bispo Marcelo Crivella, sobrinho de Edir Macedo, eleito prefeito do Rio de Janeiro nas eleições de 2016, foi eleito senador com 3 milhões de votos, deixando para trás candidatos bem mais conhecidos como Leonel Brizola e Artur da Távora. Vários dos políticos ligados à instituição são filiados ao Partido Republicano Brasileiro (PRB), que apoiou e compõe até hoje os governos Lula, Dilma Rousseff e Michel Temer.

Capítulo 2 - A mídia religiosa

2.1- Influência da Reforma

A impressão em série, viabilizada por Gutenberg por meio da criação da impressora manual, em meados do século XV, e a Reforma Protestante, que foi deflagrada em 1517, possuem um forte elo de ligação. O frade agostiniano Martinho Lutero se valeu desse artifício para difundir suas teses e críticas em relação à Igreja Católica. O apoio que arrebanhou junto a nobres e famílias influentes da Alemanha e países vizinhos o livrou da fogueira da Santa Inquisição.

Soares (1988) recorda que um século antes, mais precisamente no dia 14 de julho de 1415, quando a impressão em série ainda não existia, o padre João Huss foi queimado vivo pela Santa Inquisição. O motivo foram as suas críticas à Igreja Católica. O pesquisador (1988, p. 36) completa que “as suas ideias reformadoras não morriam como ele, mas quase não ultrapassaram os estritos limites da Boêmia”.

Curiosamente, a preocupação das lideranças da Igreja Católica com a impressão em série já era verificada antes mesmo de Lutero afixar suas 95 teses na porta da igreja de Wittenberg, em 31 de outubro de 1517. Soares (1988, p. 36) comenta que “decorridos apenas 40 anos da publicação do primeiro livro por Gutenberg, a Universidade de Colônia, sob os aplausos do papa Sisto IV (1471-1484), instituiu a censura prévia e mandou à fogueira os livros heréticos”.

O pesquisador (1988) informa que, no final do século XV, a censura prévia e a destruição de livros que ameaçavam a fé ocorreram em Mogúncia e Würzburgo. Na mesma época, em Veneza, o legado papal ameaçou com excomunhão aqueles que editassem livros religiosos sem a permissão da instituição. Soares (1988, p. 37) comenta que por meio da constituição *Inter Multiplices* (1487), o primeiro documento da Igreja sobre a imprensa, o papa Inocência VIII definiu que “no campo do Senhor deve-se semear apenas aquilo que possa alimentar espiritualmente as almas fiéis”.

Por meio de ameaça de excomunhão, o mesmo Inocência VIII tentou controlar o trabalho dos impressores, auxiliares e colaboradores na Itália, Europa ou qualquer país da cristandade. A constituição *Inter Multiplices* os obrigava a submeter as publicações sobre temas religiosos à censura prévia da Santa Sé ou de religiosos indicados por ela. Para Soares (1988, p. 37), o grande temor das lideranças da instituição parecia ser que

“seus domínios culturais poderiam desintegrar-se pela ação da nova tecnologia – a imprensa”.

O medo da hierarquia católica em relação aos efeitos que a imprensa poderia provocar demonstrou ter fundamento. Alguns estudiosos estão convencidos de que o advento da impressão em série foi decisivo para o êxito da Reforma Protestante:

A valorização dos escritos seria retomada com muito vigor pela reforma protestante do século XVI, quando então o livro, resultante da invenção da imprensa no século anterior, se tornou a alavanca principal da estratégia protestante de combate à instituição católica. (CAMPOS, 1997, p. 248).

Outros líderes protestantes também se utilizaram da impressão em série para reforçar a Reforma iniciada por Lutero. Campos (1997) lembra que Calvino, em Genebra, divulgou suas propostas reformistas e lançou, em 1536, seu livro “Instituição da religião cristã”. Teses, como as que Lutero pregou na porta da igreja de Wittenberg (Alemanha), livros e outros impressos garantiram que muitas pessoas tomassem conhecimento das ideias reformistas num curto espaço de tempo e as apoiassem.

Soares (1988) assinala que alguns estudiosos da comunicação avaliam que o uso da imprensa por Lutero e seus apoiadores pode ser considerada como a primeira campanha midiática de sucesso na denúncia de abusos cometidos por uma instituição de grande poder. Os textos continham brincadeiras e ironias, com o papa sendo mostrado como coletor de impostos, numa referência à cobrança de indulgências¹².

As lideranças da Igreja Católica na época sentiram que seu poder estava ameaçado. Soares (1988, p. 35 e 36) comenta que “o controle sobre a produção do saber – privilégio alicerçado na concepção de poder absoluto do papado sobre toda a sociedade – passou a correr perigo após a difusão, pela imprensa, dos movimentos contestatórios dos séculos XV e XVI”.

Os esforços da Igreja Católica para “frear” Lutero foram em vão. Chaunu (2002) informa que, de 1517 até 1520, o papa Leão X e seus legados tentaram “enquadrar” Lutero. O religioso dissidente negou-se a se retratar e foi excomungado por meio da bula *Exsurge Domine*, em 1520. O pesquisador (2002, p. 143) comenta que “em resposta, poder contra poder, a universidade Wittenberg, queima solenemente, a 1º de dezembro de 1520, a bula do anticristo e um exemplar (gesto infinitamente mais grave) do direito canônico”.

¹² As indulgências são taxas cobradas pela Igreja Católica para que as pessoas tenham seus pecados perdoados e garantam um lugar no céu, após a sua morte.

Com Lutero fora da Igreja Católica e a Reforma Protestante instaurada, o papa Leão X e seus assessores diretos lançaram a Contrarreforma, que tinha como um de seus alvos a imprensa. Para eles, não restava dúvida sobre a importância da imprensa para o êxito do cisma que originou a Igreja Protestante. O temor de que ela (imprensa) pudesse trazer mais problemas para a Igreja Católica levou suas lideranças a mantê-la a uma distância segura.

De acordo com Puntel (2005), em 1559, o papa Paulo IV publicou um índice de autores e livros que não podiam ser editados e nem lidos pelos católicos. Durante vários séculos, os bispos dispunham dessa relação e ficavam atentos para evitar que alguém tentasse descumprir a ordem papal. Esse índice só foi suspenso, em 1966, por iniciativa do papa Paulo VI.

Antes, porém, outros pontífices cuidaram para que o controle à imprensa fosse ainda maior. Puntel (2005) relata que o papa Pio X, em 1906, incrementou a censura à imprensa, com o objetivo de “proteger” padres e seminaristas:

A encíclica *Pieni D'Animo*, por exemplo, proíbe os seminaristas de lerem jornais e relembra aos sacerdotes que não deveriam escrever para revistas ou jornais sem licença, mesmo tratando-se de material puramente técnico. Querendo precaver-se contra ideias modernistas, como o evolucionismo e o positivismo, Pio X introduz o *imprimatur* e o *nihil obstat*. Em outras palavras, cada diocese deveria montar um departamento de censura para avaliar e aprovar os trabalhos a serem publicados. (PUNTEL, 2005, p. 120).

Mesmo após a suspensão desse índice de autores e obras, o controle da Santa Sé sobre as publicações religiosas continua rigoroso. Em 1982, por exemplo, o teólogo da libertação, Leonardo Boff publicou seu livro “Igreja, carisma e poder” que, a princípio, foi analisado e sofreu várias restrições por parte da Arquidiocese do Rio de Janeiro, na época dirigida pelo cardeal Eugênio Araújo Salles.

O processo foi enviado à Congregação para Doutrina da Fé, na época dirigida pelo cardeal Joseph Ratzinger que, em 2005, seria eleito papa Bento XVI. Boff sofreu uma série de sanções, entre elas a suspensão de ordens (ficou impedido de administrar os sacramentos da Igreja, como celebrar missa e batizados), o afastamento do cargo de editor da editora Vozes e a submissão ao silêncio obsequioso. Sem perspectivas para poder continuar realizando seu trabalho, Boff deixou a Igreja Católica, em 1992. Na época, o ex-frade declarou que a instituição exigia tudo e não abria mão de nada.

Num período mais recente, em 2006, a Congregação para Doutrina da Fé publicou uma notificação contra o teólogo da libertação salvadorenho, Jon Sobrino. Uma de suas críticas foi de que apesar do grande número de beatificações e

canonizações que ocorreram no pontificado de João Paulo II, não foi escolhido nenhum mártir do Terceiro Mundo que tivesse se posicionado em defesa dos pobres.

Ao analisar o texto da notificação contra Jon Sobrino, o teólogo Jung Mo Sung entendeu que a Santa Sé mudou o seu conceito de pobreza. Segundo ele (2007, p. 317), a Congregação justifica que “‘a primeira pobreza dos pobres é não conhecer Cristo’ e, por isso, a primeira e principal missão da igreja em relação aos pobres é lhes apresentar o verdadeiro Cristo”.

Mo Sung (2007) compreende que, para a Santa Sé, os “pobres” que merecem a sua atenção são aqueles que não têm Deus no coração, independente de terem comida, casa e trabalho. Já as pessoas desprovidas de bem materiais e que necessitam de assistência social, ou seja, os “pobres” no sentido estrito da palavra, devem ser atendidas pelo Estado. A justiça social, que guiava a teologia da libertação, deu lugar à justiça divina, que se concentra nas questões religiosas.

Depois de permanecer alguns séculos “satanizando” a imprensa, a Igreja Católica resolveu adotá-la, oficialmente, em seu trabalho de evangelização na segunda metade do século XX. Puntel (2005) relata que o decreto *Inter mirifica*, editado durante o Concílio Vaticano II (1962-1965), determina que seja obrigação e direito da instituição utilizar os meios de comunicação.

Dessa maneira, as conferências episcopais, dioceses, paróquias e movimentos religiosos receberam autorização para produzir seus boletins e jornais, além de investir em outros veículos de comunicação como rádios e TVs. É claro que alguns bispos e padres mais ousados, que acreditavam no poder da comunicação, já vinham fazendo isso há algum tempo. Algumas igrejas evangélicas, seus bispos e pastores, por seu lado, seguiram o exemplo de seu fundador, Martinho Lutero, e já publicavam seus jornais e operavam suas rádios há bastante tempo. Isso é o que veremos a seguir.

2.2 - Pioneiros da comunicação

Vamos nos ater ao cenário brasileiro, católico e evangélico, para tratar da mídia religiosa implantada no país, principalmente no final do século XIX e no decorrer do século XX. Foram bispos, padres, pastores e missionários que apostaram no poder da mídia para difundir a palavra de Deus, ou seja, evangelizar. Muitos deles enfrentaram falta de apoio, dificuldades financeiras e a carência de equipamentos adequados para realizar esse trabalho, mas isso não os desanimou.

Impressoras manuais semelhantes a máquinas de fiar algodão eram movimentadas com o pé para produzir pequenas tiragens dos jornais. Transmissores pouco potentes limitavam o espaço e comprometiam a qualidade das transmissões radiofônicas. Porém, na medida em que os avanços tecnológicos iam ocorrendo, esses pioneiros da mídia religiosa iam melhorando a qualidade de seus jornais e dos programas de rádio.

Outra coisa que é interessante observar antes de apresentarmos alguns exemplos desses pioneiros da mídia religiosa é que alguns deles, entre os quais destacamos o primeiro arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, dom Antônio dos Santos Cabral, que a governou de 1922 a 1967, consideravam a imprensa católica como “a boa imprensa”. Podemos deduzir, então, que a mídia de referência era considerada por essas pessoas como a “má imprensa”. Provavelmente, deveriam pensar que o discurso religioso iria “purificar” a mídia de referência.

Vale ainda destacar outro fenômeno, sobre o qual discorreremos um pouco mais adiante neste capítulo, sobre a participação de intelectuais como colaboradores, redatores e até diretores de jornais religiosos. Dois exemplos bastantes conhecidos são Edgar de Godói da Mata Machado, em Minas Gerais; e Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Athayde, em São Paulo.

O primeiro diário católico lançado no Brasil e que circula até os dias de hoje é *O Semeador*, da Arquidiocese de Maceió (AL). O segundo arcebispo da Arquidiocese, dom Manoel Antônio de Oliveira Lopes (1911-1922), designou três padres para cuidarem da fundação do jornal, lançado em 03 de março de 1913. A redação funcionava nas dependências da Catedral de Maceió.

O Semeador circulava no final da tarde e, conforme consta no site dos Jovens Conectados¹³, a população aguardava ansiosa as manchetes da publicação, que refletiam questões de interesse estadual e também nacional. A tiragem era de 2 mil exemplares. Destacavam-se a coluna “Comentando”, do monsenhor Luís Barbosa, conhecido por combater o comunismo ateu; e os artigos do padre Luís de Medeiros Netto que, na década de 1930, chegou a ficar preso durante algumas horas por causa do artigo “Do berço ao lixo”, considerado ofensivo pelas autoridades civis da época.

¹³ <http://jovensconectados.org.br/jornal-o-semeador-primeiro-diario-catolico-do-brasil-comemora-100-anos.html> - acesso em 29/02/2016.

Crises políticas e econômicas, além de duas guerras mundiais foram enfrentadas pelo *O Semeador*, que ficou algumas vezes sob ameaça de “empastelamento”¹⁴. O jornal teve diferentes formatos nesse mais de um século de existência, tornou-se semanal em 1969 e quinzenal em 1982.

Nas comemorações do seu primeiro centenário, em 2013, *O Semeador* ganhou um novo *layout*, passou a ser tabloide, impresso no papel jornal e com 24 páginas. A tiragem subiu para 5 mil exemplares. O arcebispo metropolitano de Maceió, dom Antônio Muniz Fernandes, justificou que era necessário modernizar a publicação, que tem grande importância tanto no cenário da imprensa alagoana quanto na brasileira.

Alguns padres foram pioneiros na edição de jornais em algumas capitais. O primeiro jornal a circular no arraial de Curral Del-Rei, que depois se chamaria Belo Horizonte (MG), foi o *Bello Horizonte*. Castro (1997) comenta que a publicação era editada pelo padre Francisco Martins Dias, o padre Chiquinho, vigário da Matriz Nossa Senhora da Boa Viagem. A primeira edição, com 600 exemplares, circulou no dia 7 de setembro de 1895 e foi entregue ao governador de Minas Gerais, Bias Fortes.

Castro (1997, p. 20) informa que o *Bello Horizonte* “era impresso numa pequena prensa Liberty, movida a pedal, pois o arraial ainda não contava com luz elétrica”. A pesquisadora comenta que padre Chiquinho utilizava o jornal para pregar as normas de bom costume, a moral da Igreja e combater o ateísmo na República. Outros pesquisadores apresentam sua visão sobre a imprensa:

Ao jornal é dada a tarefa de combater os abusos e desvios e propagar ideias sãs e benéficas ao progresso social. “A vida de uma cidade – defende o vigário – está em ordem direta com o desenvolvimento da imprensa”, desde que ela, “compreendendo a sublime e alta missão que exerce perante a sociedade, atira-se no campo das lutas civilizadoras”, com denodada intrepidez, prudência, modéstia, imparcialidade e caráter. (SIQUEIRA, J.M. *apud* CASTRO. 1997, p. 36).

O tempo de duração do *Bello Horizonte*, assim como da maioria dos jornais que surgiram depois dele no Curral Del-Rei, foi breve. Faltavam recursos financeiros, maquinário apropriado e pessoas que pudessem disponibilizar seu tempo para essa missão. Padre Chiquinho tinha suas obrigações religiosas, que lhe consumiam bastante tempo. Assim, o primeiro jornal a circular naquela que seria a futura capital mineira encerrou suas atividades em 31 de março de 1899.

¹⁴ No jargão jornalístico, o “empastelamento” ocorre quando governos autoritários e seus órgãos de censura impedem a circulação da publicação.

Mas a capital mineira parecia estar fadada a manter seu pioneirismo no Brasil em termos de mídia religiosa. A Diocese de Belo Horizonte foi criada pela Santa Sé, em 1921, e um ano depois aportava na cidade o bispo dom Antônio dos Santos Cabral ou simplesmente dom Cabral. Natural de Propriá (SE), era bispo de Natal (RN) e, desde quando estava lá, revelava um grande interesse pela imprensa.

Barbosa (2010 *apud* FRANCO, 2012) comenta que dom Cabral sonhava em criar um jornal católico, de amplitude nacional, para evangelizar e manter viva a chama da fé católica. Logo que assumiu a Diocese de Belo Horizonte – ela só foi elevada a Arquidiocese¹⁵ em 1º de fevereiro de 1924 -, o bispo criou um conselho de imprensa, composto de padres e leigos interessados nesse assunto, para tratar da criação do jornal.

Animado pelo entusiasmo de dom Cabral, o conselho levou adiante a proposta e, no dia 8 de abril de 1923, foi lançado o jornal *O Horizonte*. Barbosa (2010 *apud* FRANCO, 2012, p. 89) comenta que o jornal “aparentava feições modestas, com mais artigos que noticiários. Adotando uma linha declaradamente católica, o jornal era marcado por seu teor combativo presente nos textos doutrinários”.

Sem citar nomes, Barbosa (2010 *apud* Franco, 2012) informa que o jornal contava com a colaboração de um grupo de intelectuais que vivia em Belo Horizonte. O propósito de dom Cabral sempre foi o de produzir um diário, mas *O Horizonte* começou com uma circulação semanal. Depois de um tempo passou a circular duas vezes por semana e, mais tarde, três vezes por semana.

Mesmo com esse progresso em termos de periodicidade de *O Horizonte*, dom Cabral não se mostrava satisfeito com a publicação. Seu desejo era ter um diário com a parte gráfica e a cobertura jornalística semelhantes às dos jornais da mídia de referência. Vejam que mesmo considerando a mídia de referência como a “má imprensa”, o arcebispo tinha-a como modelo. O primeiro passo dado para tornar seu sonho uma realidade foi, em 1932, ao promover na Arquidiocese de Belo Horizonte o “Congresso da Imprensa Católica”.

Observem que, bem antes de a Santa Sé mudar sua postura e passar a incentivar a imprensa católica, dom Cabral se adiantava, discutia a questão e procurava angariar apoio para seu projeto. Barbosa (2010 *apud* Franco, 2012) comenta que logo depois do

¹⁵ As dioceses são circunscrições religiosas que reúnem diversas paróquias e são governadas por bispos. Aquelas que estão localizadas nas capitais dos Estados e as mais representativas, do ponto de vista religioso e de tamanho, são elevadas a arquidioceses e seus governantes recebem o título de arcebispos.

“Congresso da Imprensa Católica”, o bispo criou a “Comissão Pró-Diário”. Era hora de avançar e a semente foi lançada.

O Diário, que se tornou mais conhecido como “O Diário Católico”, foi lançado no dia 6 de fevereiro de 1935. Conforme Barbosa (2010, *apud* Franco, 2012, p. 19), *O Diário* representava “um grande avanço editorial em relação ao seu antecessor. Realmente suas feições eram semelhantes aos demais jornais que circulavam na capital mineira. A gama de assuntos abordados era bem mais ampla”.

Importantes intelectuais de Minas Gerais foram arregimentados por dom Cabral para atuar na redação e até na direção de *O Diário*. Entre eles Edgar de Godói da Mata Machado, Guilhermino César, José Franzen e Lima e João Etienne Filho. Ferreira (2007 *apud* FRANCO, 2012, p. 90) comenta que alguns desses intelectuais eram de corrente democrata-cristã e se fundamentavam na proposta do filósofo católico francês Jacques Maritain.

Antes de darmos mais informações sobre essa participação de intelectuais na mídia religiosa, gostaríamos de falar um pouco mais sobre a trajetória de *O Diário*. Ferreira (2007, p.53 *apud* FRANCO, 2012, p. 90) informa que “O Diário defendia a moralização da sociedade, considerava o catolicismo a religião oficial do povo brasileiro”. O jornal ainda promovia campanhas contra o espiritismo, as cartomantes, a maçonaria e os jogos de azar.

Durante a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), *O Diário* encontrou dificuldades para adquirir papel e seu número de páginas caiu de 8 para 4. Problemas financeiros surgiram ao longo de sua trajetória, até que em 1950 foi lançada a campanha que selaria o fim da publicação. A ideia era motivar os assinantes a pagarem adiantado por dez anos de assinatura, para depois serem remidos. A campanha “nafragou” e, em 1955, o jornal fechou suas portas.

2.2.1 - Participação de intelectuais

Alguns intelectuais envolvidos com a mídia religiosa católica no Brasil, da década de 1930 a 1970, eram partidários da democracia-cristã proposta pelo filósofo francês Jacques Maritain. Entre eles destacamos o mineiro Edgar de Godói da Mata Machado, ex-professor da UFMG e da PUC Minas, ex-deputado estadual e ex-senador; e o professor e advogado Alceu Amoroso Lima, que adotou o codinome de Tristão de Athayde.

Outras coincidências nas vidas de Mata Machado e Lima é que ambos foram seminaristas e se formaram em Direito. O gosto pela escrita, a fé em Deus e o interesse pela política os aproximaram do jornalismo religioso. Mata Machado permaneceu em *O Diário* desde a sua fundação, em 1935, até seu fechamento em 1955, ficando apenas um curto período fora da publicação, em 1939, por ter se desentendido com o administrador. Lima adotou o codinome Tristão de Athayde quando começou a escrever na revista *A Ordem*, do Centro Dom Vital. Ele ainda manteve uma coluna semanal no *Jornal do Brasil*, por mais de 20 anos, na qual era comum abordar temas religiosos.

Natural de Diamantina (MG), onde foi seminarista, Mata Machado se mudou para Belo Horizonte, no início da década de 1930. Começou escrevendo artigos para o jornal *Folha de Minas*. O jornalista (1959) se recorda do jornal *O Horizonte*, da Arquidiocese de Belo Horizonte, no qual trabalhou seu amigo e também ex-seminarista Bolívar de Freitas. “Na verdade, quando surgiu *O Diário*, era natural que eu passasse para lá” (MATA MACHADO, 1959, p. 65).

Comparando *O Horizonte* com *O Diário*, Mata Machado (1959, p. 65) diz que o primeiro era uma espécie de boletim da igreja, ao passo que o segundo “era um jornal feito por profissionais e, por isso mesmo, estava aberto para toda a realidade social”. O primeiro cargo de Mata Machado em *O Diário* foi de repórter e, rapidamente, ele ascendeu a repórter-redator, redator, redator-secretário e redator-chefe.

O jornalista deixou *O Diário*, em 1939, por não aceitar que o administrador Benjamin de Oliveira, por medida de economia, demitisse seus colegas de jornal e de seminário: Fernando Dias Costa, Geraldo Magela e José Mendonça. Mata Machado foi trabalhar no setor de imprensa da Associação Comercial de Minas Gerais e, enquanto isso, *O Diário* entrou “em crise”, reduzindo o número de páginas. Preocupado, dom Cabral chamou Mata Machado e o convidou a retornar ao jornal. A única condição imposta pelo jornalista foi de que seus ex-colegas de redação também fossem readmitidos. O arcebispo aceitou e anunciou que o novo diretor da publicação seria João Franzen de Lima, cujo nome foi aprovado pelo jornalista.

O retorno dos quatro jornalistas ao *O Diário* se deu no dia 3 de fevereiro de 1940 e Mata Machado (1959, p. 68) comenta que “o jornal em pouco tempo foi se enchendo de páginas”. O jornalista fala de alguns colaboradores ilustres do jornal, entre eles Hélio Pellegrino e Otto Lara Resende, além de visitantes importantes que iam à redação de *O Diário*, como o colega Alceu Amoroso Lima e o escritor Georges Bernanos.

A censura durante o período do Estado Novo era ferrenha e *O Diário* não escapava. Mata Machado (1959) comenta que o censor principal da publicação era Moacir Andrade, que era membro da Academia Mineira de Letras e um dos diretores do jornal *Minas Gerais*. O trabalho e a tolerância do censor são relatados pelo jornalista:

Destacado para aquela função, a censura dele era sempre assim: ele fazia muita questão de ler o editorial que eu publicava, todo dia, na primeira página. Assinava em baixo, E.M., só. Mas ele fazia muita questão de ler. E, de vez em quando, falava comigo: “Você não quer tirar essa palavrinha daqui?” Eu tirava uma palavrinha, punha outra que significasse a mesma coisa, e passava. Ou então: “Edgar, vamos tirar essa data, porque se deixo essa data aqui, o Benedito lê...” (MATA MACHADO, 1959, p. 70 e 71).

Como qualquer jornalista da mídia de referência, os de *O Diário* também usavam de algumas estratégias para “driblar” os censores. Mata Machado (1959, p. 71) recorda que, numa ocasião, o arcebispo de São Paulo, dom José Gaspar da Affonseca e Silva, publicou uma carta pastoral condenando uma reforma no Código Civil, que “ia dar abertura muito grande aos divorcistas”. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Governo Vargas resolveu cercear a divulgação da carta pastoral e proibiu sua publicação fora de São Paulo.

O então secretário do Interior de Minas Gerais, José Maria Alkmin, foi visitar dom José Gaspar, este lhe deu uma cópia da carta pastoral e lhe pediu que tentasse publicá-la em Minas Gerais. Assim que retornou ao estado, Alkmin ligou para Mata Machado e lhe repassou o pedido. O jornalista (1959, p. 72) foi pedir autorização a dom Cabral e este lhe disse: “já sei da pastoral, já conversei com dom José Gaspar. Você tem jeito de publicar isso no *Diário* sem o censor ver? Falei: Tenho”.

Mata Machado (1959) recorda que naquela época se fazia o “flan”, uma chapa de aço com as matérias gravadas, que era lido pelo censor antes da impressão do jornal. O jornalista fez um “flan” falso da página na qual seria publicada a carta pastoral, com notícias de esporte e casamento, passando para o censor ler. Na hora da impressão do jornal, ele utilizou o “flan” verdadeiro.

No dia seguinte, um delegado procurou Mata Machado na redação do jornal para questionar a publicação da carta pastoral e avisar que seu chefe queria conversar com ele. O jornalista (1959) alegou que estava cumprindo as ordens do chefe. O delegado ficou sem entender e ele explicou que assim como o policial tinha seu chefe, ele tinha o seu, que era o arcebispo, e este tinha autorizado a publicação. Quando Mata Machado perguntou se o delegado queria conversar com dom Cabral, ele desconversou e ficou o dito pelo não dito.

Ferreira (2007, p. 34 *apud* FRANCO, 2012, p. 90) relata que “durante o período que escreveu o editorial de *O Diário*, Mata Machado abordou temas que desagradavam à ditadura Vargas, como a defesa de uma democracia política”. A neutralidade brasileira proposta por Vargas no início da 2ª Guerra Mundial, devido à sua simpatia com Mussolini, também foi alvo de críticas do intelectual. Isso levou a polícia de Vargas a perseguir Mata Machado que, algumas vezes, só não foi preso graças à intervenção de dom Cabral.

A convicção de que a Democracia Social Cristã era o regime político mais adequado para o Brasil, a admiração pelas ideias de Jacques Maritain e a militância na imprensa católica aproximavam Mata Machado do intelectual paulista Alceu Amoroso Lima, que adotou o codinome Tristão de Athayde. Maritain (1945, p. 70) postula que “o estado de espírito democrático não só provém da inspiração evangélica, mais ainda não pode sem ela subsistir”.

Rodrigues (2013) comenta que Lima se converteu ao catolicismo, em 1928, por influência do amigo Jackson de Figueiredo, que era de uma linha mais conservadora. Este último havia fundado, em 1922, com o apoio do arcebispo metropolitano do Rio de Janeiro, dom Sebastião Leme, o Centro Dom Vital, que tinha como meta aproximar a Igreja Católica do Estado e organizar os leigos católicos.

Lima criou a Ação Universitária Católica, em 1929, ligada ao Centro Dom Vital, com o objetivo de contestar o estado laico. Rodrigues (2013) relata que à frente desse esforço de fazer com que a Igreja retomasse o poder político que tinha antes da proclamação da República, em 1889, estava a Ação Patrianovista Brasileira. Entre os líderes do movimento figuravam Sebastião Pagano e Plínio Correia de Oliveira, este último um dos fundadores do movimento ultraconservador Tradição, Família e Propriedade (TFP).

Para Rodrigues (2013), Lima manteve uma postura conservadora na sua militância católica até 1946, quando se aproximou das propostas de Jacques Maritain. Mesmo sendo católico militante, o filósofo francês tinha autonomia para apoiar a união dos países contra o nazifacismo. Rodrigues comenta que Lima demorou um tempo para aceitar as propostas de Maritain, mas acabou fazendo-o e passou a empunhar as bandeiras da liberdade e da democracia.

Em plena ditadura, Lima (1975) fazia duras críticas aos militares e enaltecia o papel da Igreja Católica, que depois de apoiar o golpe na sua fase inicial, pouco tempo depois passou a condenar as prisões, torturas e mortes patrocinadas por ela. Em artigo

publicado no dia 21 de dezembro de 1967, no *Jornal do Brasil*, o advogado (1975, p. 50) afiança que o choque entre autoridades militares e autoridades eclesiásticas “é o sintoma mais sadio da vitalidade da Igreja no Brasil e de sua participação efetiva em nossa evolução histórica”.

No artigo “Não queremos, mas...”, publicado no *Jornal do Brasil*, em 22 de dezembro de 1967, Lima (1975, p. 52) ressalta que a “revolução” de 1º de abril foi “feita por militares e civis, de tipo conservador ou reacionário, com total ausência do povo, da mocidade e de todos os espíritos reformistas”. O advogado lembra que a Igreja Católica vivia um momento de “abertura”, como atesta o manifesto dos bispos de 1963.

Vale lembrar que, nessa época, a Igreja Católica promovia o seu Concílio Vaticano II (1962-1965), que foi um esforço para se realizar uma “abertura” ao mundo moderno, o que era chamado de *aggiornamento*. Na nossa dissertação¹⁶, mostramos esse movimento contrário entre o Governo brasileiro e a Igreja Católica, que se deu em dois períodos: na década de 1960, o Brasil se “fechou” com o golpe militar e a Igreja se “abriu” com o Concílio; e na década de 1980, quando o país se “abriu” com o processo de redemocratização, a Igreja se “fechou” sob o pontificado de João Paulo II.

Lima (1974) se valeu do espaço que tinha na mídia de referência para se solidarizar com dom Hélder Câmara, transferido da Arquidiocese do Rio de Janeiro para a Arquidiocese de Recife/Olinda, em 1969, por pressão dos militares. Ele escreve:

Não sei se o padre Hélder, isto é, dom Hélder Câmara, sucessor e êmulo de Dom Vital, na Arquidiocese de Olinda e Recife, pronunciará cada manhã as palavras do Cristo no texto de S. Mateus: “Recebei o meu jugo e aprendei de mim, que sou manso e humilde de coração e assim repousarão vossas almas” (Mat. 11, 29). É provável que prefira aquelas outras, na hora de sua morte: “Perdoai-lhes, Pai, porque não sabem o que fazem” (Lc. 23, 34) (LIMA, 1974, p. 94).

Difícil acreditar que alguém que ousasse desafiar a ira dos militares, no período da ditadura, pudesse escapar ileso. Alguns biógrafos de Lima acreditam que a respeitabilidade adquirida por ele junto às principais lideranças religiosas e a sua origem aristocrática possam tê-lo livrado da prisão e de outras punições ainda mais sérias. Ao longo de sua vida, Lima alternou o apoio a líderes religiosos conservadores, como dom Sebastião Leme, e a progressistas, como dom Helder Câmara.

¹⁶ FRANCO, Eduardo Assunção. *O progressismo e o conservantismo no discurso da Igreja Católica – análise dos editoriais do Jornal de Opinião de 1989, 1999 e 2009*. POSLIN/FALE/UFMG. 2012.

2.3 - Mídia evangélica

Se na Europa o advento da imprensa foi fundamental para o êxito da Reforma Protestante, no Brasil, no século XIX, ela também auxiliou no crescimento das igrejas evangélicas chamadas de históricas¹⁷. Campos (1997) explica que, antes mesmo que elas aportassem no país, já circulavam alguns textos de inspiração não católica. Algumas dessas igrejas criaram editoras e jornais, que as tornaram conhecidas como “religião do livro”. O cenário brasileiro, contudo, não era muito animador. O pesquisador relembra que, no final do período colonial, o país tinha cerca de 3 milhões de habitantes, poucas escolas e um grande número de analfabetos.

Era comum, na primeira metade do século XX, alguns viajantes evangélicos que circulavam pelo interior do Brasil distribuírem Bíblias, livros devocionais e panfletos. Um dos primeiros jornais evangélicos a circular no Brasil foi o *Imprensa Evangélica*, fundado em 05 de novembro de 1864, pelo fundador da Igreja Presbiteriana no Brasil, o missionário Ashbel Green Simonton. Pereira¹⁸ (2011) comenta que o objetivo da publicação era ser um canal de interlocução dos presbiterianos com os membros da igreja e a sociedade brasileira.

O historiador (2011) relata que o *Imprensa Evangélica* tinha como foco principal divulgar as ações da Igreja Presbiteriana, que dava seus primeiros passos no Brasil, e realizar um trabalho de evangelização. Simonton não se furtava, contudo, de tratar de temas da atualidade, inclusive questões polêmicas relacionadas ao Segundo Império, que se encaminhava para seu final.

Outra característica do *Imprensa Evangélica* era seu caráter apologético, o que o levou a um debate, de alto nível conforme Pereira (2011), com o jornal católico de influência ultramontana chamado *O Apóstolo*. Em meio ao embate entre pastores brasileiros e missionários americanos católicos, no final do século XIX, o jornal evangélico encerrou suas atividades em 1892.

O *Expositor Cristão*, da Igreja Metodista, foi lançado em 1886, com o nome de *Methodista Catholico*. A iniciativa foi do missionário John James Ranson, e pode-se dizer que mesmo não sendo o mais antigo é o mais longevo da imprensa evangélica, já que continua circulando até os dias de hoje. O jornal passou por ampla reforma, num período recente, e começou a circular com uma série de mudanças, em junho de 2014.

¹⁷ As igrejas evangélicas históricas congregam as igrejas Luterana, Anglicana, Batista, Metodista e Presbiteriana, que chegaram ao Brasil, no século XIX, por meio de famílias de migrantes que as professavam em seus respectivos países.

¹⁸ <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/83.pdf> - acesso em 22/02/2016.

O jornalista Marcelo Ramiro (2014), editor chefe da publicação nessa época, explica que o *Expositor Cristão* teve o mérito de se manter circulando por 128 anos, mas estava precisando de mudanças, principalmente na parte gráfica e de circulação. Uma pesquisa feita na época revelou que o maior público leitor do jornal estava na faixa etária de 41 a 50 anos (25,9%) e que a nova geração dos metodistas não conhecia ou não tinha o hábito de ler a publicação. Para o jornalista, um dos principais empecilhos era a baixa tiragem do jornal (3 mil exemplares) e as dificuldades de distribuição para as igrejas Metodistas no Brasil.

Com apoio do Colégio Episcopal da Igreja Metodista, a direção do jornal conseguiu os recursos financeiros que precisava para modernizar a parte gráfica da publicação, elevar sua tiragem em dez vezes e melhorar o sistema de distribuição. A proposta na época era que cada igreja recebesse de 10 a 200 exemplares, dependendo do número de membros que possuísse.

Para o bispo Adonias Pereira do Lago¹⁹, presidente do Colégio Episcopal da Igreja Metodista no Brasil (2014), não está próximo o tempo em que os meios de comunicação impressos serão substituídos pela mídia eletrônica, por isso a decisão de continuar investindo no jornal. Ele esclarece que “nosso propósito atual é de colocar um exemplar do *Expositor Cristão* em cada uma das casas das famílias metodistas e usá-lo como um veículo de comunicação missionária para alcançar vidas com a Palavra de Deus”.

A influência europeia no estabelecimento das igrejas evangélicas históricas no Brasil, no século XIX, marcou também os veículos de comunicação de algumas delas. Esse foi o caso da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil que, em 1896, lançou o jornal *Folha Dominical*, editado em alemão. O pastor Friedrich Gierus (1988)²⁰ conta que seu editor era o pastor de Brusque (SC), Wilhelm Lange, e o jornal, que ficou conhecido como “Folha Dominical Blumenauense”, interligava as comunidades evangélicas que formavam o Sínodo Evangélico de Santa Catarina e Paraná.

Com o propósito de ampliar a circulação da *Folha Dominical*, aproximando as comunidades luteranas de Santa Catarina e do Paraná com outras do Brasil central, o

¹⁹ <http://www.metodista.org.br/tudo-novo-no-expositor-cristao-de-junho> - acesso em 22/02/2016.

²⁰ <http://www.luteranos.com.br/conteudo/primeiro-veiculo-surgiu-ha-92-anos> - acesso em 22/02/2016.

jornal foi substituído, em 1908, pelo *Mensageiro Christão*. Gierus (1988) comenta, no entanto, que o idioma da publicação continuou sendo o alemão.

Algumas igrejas evangélicas preferiram não investir em mídia. Campos (1997, p. 252) comenta que até mesmo a primeira igreja pentecostal²¹ que chegou ao Brasil, em 1910, a Congregação Cristã no Brasil (CCB), manteve-se “fiel à tradição da religiosidade oral, continua até os dias de hoje avessa a qualquer tipo de divulgação impressa, radiofônica ou televisiva”.

O fundador da CCB, Franciscon, optou por manter a igreja afastada da mídia. Segundo Campos (1997), os únicos materiais impressos que a Congregação Cristã dispõe são: um hinário, dois panfletos relatando a chegada do seu fundador ao Brasil, um relatório anual com o número de batizados, o endereço dos templos e de seus responsáveis.

A postura dos fundadores da Assembleia de Deus, segunda igreja pentecostal a chegar ao Brasil, em 1911, foi diferente em relação à mídia. Foram fundados jornais, entre os quais se destaca o *Mensageiro da Paz*, inaugurado em 1930 e que circula até os dias de hoje.

Em outros países, onde o nível de alfabetização da população era alto, as igrejas pentecostais produziam um grande volume de material impresso:

A multiplicação de material impresso por pentecostais foi tão rápida quanto o movimento, pois já em 1908, J. Roswell Flower, da revista *The Pentecost* listou 21 publicações pentecostais que circulavam naquele momento, a maioria delas nos Estados Unidos, e algumas outras no Japão, Índia, África do Sul e Europa. (CAMPOS, 1997, p. 251).

Diante do perfil pouco letrado da população brasileira, as lideranças católicas, que se encontravam “escaldadas” com os problemas trazidos pela imprensa durante a Reforma Protestante, apostavam na oralidade para evangelizar. Campos (1997) comenta que, mais tarde, os evangélicos de linha pentecostal iriam se aproveitar dessa oralidade para se instalar e crescer vertiginosamente.

2.3.1 - Rádios evangélicas

Nesse sentido, o rádio e produções audiovisuais entraram na pauta do dia de algumas igrejas com o propósito de propagar a sua mensagem de fé. Bellotti (2005)

²¹ O pentecostalismo surgiu, nos Estados Unidos, no início do século XIX, caracterizando-se pelo batismo pelo Espírito Santo, celebrações mais festivas e valorização dos meios de comunicação para evangelizar.

informa que, no Brasil, a primeira igreja evangélica a ter um programa radiofônico foi a Adventista do Sétimo Dia. Ele foi lançado em 1943 e se chamava “Voz da Profecia”. A pesquisadora (2005, p. 55) acrescenta que “desse momento em diante, o evangelismo nunca mais sairia do dial brasileiro”.

Fonseca (2003) acrescenta que a “Voz da Profecia” era uma adaptação de um programa feito pela Igreja Adventista, nos Estados Unidos. O pastor Roberto Rabello ia até Los Angeles e gravava as pregações do pastor Richards, traduzindo-as depois para o português. Conforme o pesquisador (2003), um curso bíblico era oferecido aos ouvintes por meio da “Escola Radiopostal”, dirigida por Ilka Reis e com sede em Niterói (RJ).

O “Voz da Profecia” só passou a ser produzido no Brasil a partir de 1962. Fonseca (2003) relata que o pastor Rabello conseguiu o apoio financeiro da Divisão Sul-Americana, que geria a Igreja Adventista no Brasil. A iniciativa coincidiu com a inauguração, naquele mesmo ano, do Centro Evangelístico a Voz da Profecia. A solenidade contou com a presença do então presidente da República, Juscelino Kubitschek.

O uso do rádio com o propósito e evangelização em outros países começou bem antes. Bellotti (2005, p. 55) comenta que “poucos anos após a primeira transmissão de rádio, em 1909, feita por Guilherme Marconi, igrejas protestantes norte-americanas começaram a comprar horários para fazer sua evangelização”.

A fundadora da Igreja do Evangelho Quadrangular nos Estados Unidos, Aimee Semple McPherson, inaugurou um programa de rádio naquele país, em 1924. Segundo Fonseca (2003), logo depois que essa igreja aportou no Brasil, em 1951, já iniciou suas atividades evangelizadoras por meio do rádio.

O missionário canadense que semeou no Brasil as primeiras sementes do neopentecostalismo²² e que também apostou na evangelização via rádio foi Robert McAlister. Fonseca (2003) relata que, na década de 1950, no Rio de Janeiro, ele inaugurou o programa “A Voz da Nova Vida”. Em 1960, McAlister inaugurou a Igreja Nova Vida, cujos primeiros cultos foram celebrados no auditório alugado da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

No Brasil, um grupo de pastores presbiterianos criou, em 1950, o Centro Audiovisual Evangélico (CAVE). Bellotti (2005) relata que o objetivo era produzir

²² O neopentecostalismo surgiu no Brasil, na segunda metade do século XX, e é marcado pela adesão à teologia da prosperidade e o uso maciço dos meios de comunicação. Sua principal representante é a Igreja Universal do Reino de Deus.

programas radiofônicos e vídeos institucionais. Um dos programas de maior sucesso foi “Nosso Almanaque no Ar”, lançado em 1969 e que misturava tradição sertaneja, informações agrícolas, efemérides e evangelização. O CAVE encerrou suas atividades em 1971.

Para a pesquisadora, o rádio foi durante muito tempo um aliado importante das igrejas evangélicas por ter um custo relativamente baixo e um amplo alcance. Acrescentamos a isso a percepção dos pastores e de outras lideranças de que a linguagem oral surtia um efeito mais eficaz sobre a população brasileira, quando tinha elevado índice de analfabetismo.

2.4 - Rádios católicas

Apesar da resistência secular à imprensa, a Igreja Católica também investiu na mídia radiofônica. O próprio Alexandre Marconi, criador do rádio em 1920, foi convidado pelo papa Pio XI para instalar o transmissor da *Rádio Vaticano*, em 1931. No Brasil, o portal das Paulinas²³ informa que a primeira rádio católica a ser instalada no país foi a *Rádio Excelsior*, em Salvador (BA), em 1941.

Uma das rádios católicas mais tradicionais do país é a *Rádio Aparecida*, fundada em 08 de setembro de 1951, na cidade de Aparecida (SP). Os responsáveis foram os padres da Congregação Redentorista que, conforme o site da emissora²⁴, “perceberam a importância do rádio como meio de comunicação importante ao serviço da pastoral. (...) A emissora oferece uma programação cristã, músicas de qualidade, informação e prestação de serviço”.

No período mais recente, a *Rádio Canção Nova*, com sede em Cachoeira Paulista (SP), pertencente à Comunidade Canção Nova - uma das expoentes mais fortes da Renovação Carismática Católica (RCC) no Brasil -, tem se destacado no cenário nacional. De acordo com o site da emissora²⁵, a rádio foi inaugurada em maio de 1980, pelo fundador da Comunidade, monsenhor Jonas Abib, com o slogan “Rádio Canção Nova, a Rádio do Senhor”. Ela sucedeu a antiga *Rádio Bandeirantes AM*, que tinha apenas 250 watts de potência e só atingia o município de Cachoeira Paulista.

²³ <http://www.paulinas.org.br/sepac/pt-br/?system=paginas&action=read&id=1675> – acesso em 22/02/2016.

²⁴ <http://www.a12.com/radio-aparecida/institucional/detalhes/historia-radio-aparecida> - acesso em 22/02/2016.

²⁵ <http://radio.cancaonova.com/radio/am-cachoeira-paulista/historico/> - acesso em 22/02/2016.

Sem anunciantes e contando apenas com o apoio financeira da comunidade católica em todo o Brasil, a *Rádio Canção Nova* foi ampliando sua programação até que, em 1995, começou a operar via satélite. Três anos depois a transmissão passou a ser também via internet para todo o Brasil e exterior. Em 1998 foi inaugurada a Rádio Canção Nova FM.

Nos dias atuais, a *Rádio Canção Nova* conta com 28 emissoras transmitindo total ou parcialmente a sua programação para todo o território nacional. Seu lema é “Espalhando o amor de Deus pelo ar” e, conforme seu site, nas 24 horas de programação, a emissora traz informações sobre assuntos de igreja e atualidade, entretenimento, variedade, saúde, educação, cultura, compromisso social e cidadania. Os grandes eventos religiosos, como as visitas dos papas ao Brasil, a Jornada Mundial da Juventude (2013), e as assembleias da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), têm coberturas especiais.

Se as igrejas evangélicas contavam com seus tele-evangelistas e pregadores inflamados, a Igreja Católica no Brasil contra-atacou, em meados da década de 1990, com os padres cantores. Carranza (2011) comenta que o primeiro a se destacar foi o padre Marcelo Rossi, que surgiu na *Rádio América*, em São Paulo. Seu programa “Momentos de Fé”, inicialmente apresentando no horário noturno, ganhou tanta audiência que foi transferido para o horário nobre da rádio, pela manhã. A pesquisadora relata que padre Marcelo desbancou a *Rádio Globo*, o que despertou o interesse da concorrente.

Alegando divergências com a direção da *Rádio América* que, conforme Carranza (2011), contrariou a moral católica ao veicular propaganda de camisinha no horário do programa “Momentos de Fé”, padre Marcelo rompeu seu contrato com a emissora em dezembro de 2001. Em janeiro de 2002, o padre-cantor iniciou seu programa na *Rádio Globo* e no provedor de internet Terra. Data também dessa época o início das transmissões da *TV Globo* da missa no Santuário Bizantino, todos os domingos, às 6 horas.

O padre Fábio de Melo é outro exemplo de padre-cantor de sucesso, que participa de programas radiofônicos e televisivos, sendo o mais conhecido o “Direção Espiritual”. Convidado para programas de auditório, ele fala de temas religiosos e da atualidade, com desenvoltura. Na *Rádio Coração* e na *TV Canção Nova*, padre Fábio apresenta um programa no qual faz reflexões sobre temas ligados à vivência da fé e comportamento humano.

2.5 - Mídia televisiva

Para tratarmos do uso da televisão pelas igrejas católica e evangélica no Brasil, temos antes que falar do êxito dos tele-evangelistas, que surgiram com grande sucesso, nas décadas de 1960 e 1970, principalmente nos Estados Unidos. Os resultados eram surpreendentes:

Desde meados da década de 1960, tele-evangelistas consolidaram seu espaço como formadores de opinião. Em 1960, o pentecostal Pat Robertson inaugurava seu próprio canal de TV, a Christian Broadcasting Network, em um canal de UHF. Nos anos 1970 já era um império de comunicações (LESAGE, 1998, pp. 21-49) com retransmissoras e horários comprados em diversos canais. (BELLOTTI, 2010, p. 48 e 49).

Outra característica desses tele-evangelizadores, descrita por Bellotti (2010), é que eles eram bastante polivalentes e não se prendiam a nenhuma igreja. Compravam espaços em diferentes emissoras de TV e de rádio, faziam palestras e vendiam seus livros e CDs. O público fiel garantia seu sucesso, assistindo seus programas e adquirindo o material que eles ofereciam.

A autonomia desses tele-evangelistas e o grande volume de dinheiro arrecadado acabaram gerando problemas e até delitos. Campos (1997) comenta que parte desses recursos foi desviada para outros empreendimentos, como a montagem de parques de diversões especiais para crentes. De acordo com o pesquisador, o tele-evangelista Jim Backer foi preso, em 1986, em virtude desses desvios e permanecia na cadeia até 1997.

Outras modalidades de escândalos foram protagonizadas por tele-evangelistas, que conquistavam bastante simpatia no meio evangélico e até no meio católico. Fonseca (2003) comenta que o pastor Jimmy Swaggart, originário das Assembleias de Deus dos Estados Unidos, era um dos mais carismáticos. Seu programa foi veiculado, inicialmente, pela TV Record e depois foi para a TV Bandeirantes. Sua carreira de pregador se encerrou quando ele assumiu publicamente o envolvimento com uma prostituta.

No Brasil, antes mesmo do surgimento dos tele-evangelistas norte-americanos, alguns pastores se destacavam como pregadores e pareciam entender que esse era o caminho que deveriam seguir para levar a palavra de Deus para um número maior de pessoas e também para fazer suas igrejas crescerem. Bellotti (2010) comenta que essa tendência surgiu, na década de 1950, durante a Cruzada Nacional de Evangelização.

Dois pastores se destacaram como exímios pregadores: Manoel de Mello, que criou, em 1955, a Igreja O Brasil para Cristo; e Davi Miranda que, em 1961, criou a

Igreja Deus é Amor. Bellotti (2010) deu ainda os exemplos dos pastores Silas Malafaia e Jorge Linhares que, nos anos 2000, exerciam seu ministério de forma independente, dando palestras e vendendo produtos religiosos.

Um dado curioso em relação à Igreja Deus é Amor é que apesar de investir no rádio, ela nunca quis entrar na seara da televisão. Fonseca (2003) comenta que essa prática da instituição é seguida até os tempos atuais. O rádio teve grande importância na fase inicial da instituição e era utilizada por Davi Miranda para convidar os ouvintes para os cultos.

As transmissões televisivas foram inauguradas no Brasil, em 1950, sendo que até o início da década de 1980, as igrejas se contentavam em transmitir celebrações religiosas em espaços cedidos ou comercializados pelas emissoras da mídia de referência. Fonseca (1995, p. 35) comenta que “inicialmente a TV era um território católico”. O pesquisador recorda que durante quase três décadas a Arquidiocese do Rio de Janeiro obteve espaço na mídia de referência para transmissão da “Santa missa em seu lar”.

Segundo Fonseca (2003), o primeiro programa evangélico transmitido em rede nacional de televisão foi o “Reencontro”, em 1975, pelo pastor Nilson do Amaral Fanini. O presidente da República na época era o general Ernesto Geisel, um gaúcho de confissão luterana. O pastor Flávio Lima, que apresentou o programa de 1988 a 1995, relatou que como havia cedido um horário na *TV Brasil* à Igreja Católica, Geisel resolveu contemplar também as igrejas evangélicas.

A prevalência católica na TV brasileira começou a mudar na década de 1980, quando a Igreja Universal do Reino de Deus começou a veicular o programa “O despertar da fé”, em espaço adquirido em TVs abertas. Fonseca (1995) acrescenta ainda experiências televisivas da Igreja da Graça e as transmissões que começaram a ser feitas no Brasil pelo tele-evangelista J. Swaggart. Houve também a primeira tentativa, frustrada, de se criar uma TV evangélica, por parte do pastor Fanini. O pesquisador relata ainda a veiculação do programa “Anunciamos Jesus”, pela Renovação Carismática Católica, que recebeu críticas da própria hierarquia da Igreja Católica, por estar fora dos padrões da instituição. Foram necessários ajustes no conteúdo para ele ser aceito.

O marco da entrada das igrejas no meio televisivo se deu, em 1989, quando a Igreja Universal do Reino de Deus adquiriu a Rede Record. Macedo (2012) relata que morava em Nova Iorque quando um empresário de São Paulo lhe contou que a *TV*

Record estava à venda. Atolada em dívidas, a emissora pertencia ao apresentador Sílvio Santos e à família Paulo Machado de Carvalho. Tavolaro & Lemos (2007) comentam que “desde 1977, quando fundou a Igreja Universal, Edir Macedo tinha a convicção de que o crescimento da instituição dependia de um veículo de comunicação de massa”.

O pastor e ex-deputado Laprovita Vieira foi encarregado por Macedo de realizar as negociações para aquisição da *TV Record*. Tavolaro & Lemos (2007) descrevem que o bispo não tinha dinheiro suficiente nem para dar a entrada, mas estava seguro de que Deus o ajudaria. Depois de convencer os então proprietários de que seria capaz de honrar seus compromissos, Macedo precisou de enfrentar o ex-tesoureiro de Fernando Collor de Mello, Paulo César Farias, e o empresário José Carlos Martinez, que o pressionavam a abrir mão da *TV Record* para que o então presidente ampliasse seu poder junto à mídia.

Poucos brasileiros foram beneficiados com o “Plano Collor”, que confiscou a poupança de milhões de pessoas e levou várias empresas à falência, e um deles foi o bispo Edir Macedo. Segundo Tavolaro & Lemos (2007), a *TV Record* havia sido adquirida por US\$ 45 milhões, sendo US\$ 14 milhões de entrada e o restante pago em dois anos. Com a desvalorização do dólar durante o “Plano Collor”, a Igreja Universal pôde quitar seu débito de forma bem “suave”. Para completar, quando Collor viu que seu *impeachment* era irreversível, assinou, em 1991, a concessão da *TV Record* para a Igreja Universal.

Fonseca (1995) verifica um crescimento significativo dos programas religiosos na TV num curto espaço de tempo. Segundo ele, em 1975 eles eram apenas três e, já em 1990, subiram para 32. Ele observa ainda que alguns tinham longa duração e entravam pela madrugada adentro. As igrejas evangélicas se destacavam, sendo que a primeira emissora evangélica a cabo, a *Vinde TV*, foi inaugurada em 1995; e a primeira em UHF, a *TV Gospel*, foi inaugurada em 1996.

O primeiro programa televisivo da Assembleia de Deus, maior denominação evangélica do Brasil, se deu no início dos anos 1980, em Belém (PA). Fonseca (2003) informa que ele era apresentado pelo pastor Firmino Gouveia e durou cerca de dois anos. Em rede nacional, o primeiro programa foi o “Renascer”, apresentado em 1982 pelo recém-ordenado pastor Silas Malafaia. O nome do programa foi alterado, em 1999, para “Vitória em Cristo”.

Outras negociações na área religiosa/midiática demonstravam que um plano de expansão evangélico estava em curso:

A presença evangélica ampliou-se com a aquisição por parte da Igreja Universal da Rede Mulher, televisão que ao ser anexada a Rede Família – também da denominação – passou a atingir 85% das capitais brasileiras e cerca de 300 municípios, sendo também distribuída por intermédio de operadoras de TV a cabo. No norte do país foi fundada em 1993 a Rede Boas Novas, de propriedade das Assembleias de Deus, região onde teve origem a denominação, em 1911. (FONSECA, 2003, p. 11 e 12).

Ao perceber a determinação de algumas igrejas evangélicas, principalmente a Igreja Universal do Reino de Deus, em investir em televisão, as lideranças da Igreja Católica viram que era hora de apoiar a criação de emissoras de televisão confessionais. Coincidentemente, no mesmo ano em que a Igreja Universal do Reino de Deus adquiriu a *TV Record*, a Comunidade Canção Nova inaugurou a *TV Canção Nova*. Carranza (2011) informa que a emissora tem sede em Cachoeira Paulista (SP) e, em 2003, recebeu o certificado do *Guinness World Records* por ter uma programação de 24 horas religiosa sem comerciais.

A manutenção da *TV Canção Nova* é feita por sócio-evangelizadores, que fazem contribuições financeiras regulares, doações para campanhas evangelizadoras por meio de boletos bancários e venda de produtos religiosos. Carranza (2011) informa que a emissora dispõe de três estações geradoras (Brasília/DF, Belo Horizonte/MG e Aracaju/SE), através de antenas parabólicas, 146 operadoras de TVs a cabo e 263 retransmissoras, que permitem que seu sinal seja levado ao Paraguai, Uruguai, Europa Ocidental e África.

A segunda emissora católica a ser inaugurada foi a *Rede Vida de Televisão*, em 1995, em São José do Rio Preto (SP). Carranza (2011) informa que a iniciativa foi da família Monteiro, com forte apoio da CNBB e das dioceses que ajudaram a fazer campanhas de arrecadação para adquirir as antenas repetidoras. A pesquisadora (2011, p. 184) comenta que “o que orgulha a *Rede Vida*, desde a sua fundação, é o fato de constituir-se numa TV religiosa em defesa da moralidade cristã; portanto, não veicula propaganda de cigarros e bebidas alcoólicas, denominando-se o canal da família cristã”.

A terceira emissora católica de expressão a ser inaugurada foi a *TV Século XXI*, em 1999, por iniciativa do padre Eduardo Dougherty e pela Associação do Senhor Jesus, ambos ligados à Renovação Carismática Católica. Carranza (2011) comenta que a especialidade dessa nova emissora é produzir teledramaturgia de inspiração religiosa. Seus programas e minisséries são exportados para países do Leste Europeu, Ásia, África, América Latina, Estados Unidos e Europa.

A *TV Século XXI*, de acordo com Carranza (2011, p. 184), “desenvolve um modelo de captação de recursos financeiros para sua manutenção inspirado no modelo norte-americano pentecostal, o mesmo que se aplica ao rádio”. Trata-se de fórmula semelhante à da *TV Canção Nova*. Isso acaba por criar desavenças entre os bispos e as mantenedoras dessas TVs, que discordam do fato de elas buscarem recursos financeiros junto aos fiéis de suas dioceses. Na Arquidiocese de Belo Horizonte, por exemplo, que mantém a *TV Horizonte*, há católicos que contribuem para manutenção da *TV Canção Nova* e da *TV Século XXI*, “esquecendo-se” da emissora local.

2.6 - Cenário atual

Quando “zapeamos” pelos canais de TV aberta no Brasil, nessa segunda década do século XXI, nos deparamos com gama enorme de programas e celebrações religiosas, na sua grande maioria de cunho católico ou evangélico. Em Belo Horizonte (MG), por exemplo, das 19 TVs abertas que existiam em 2017 nove eram ligadas a igrejas. O telespectador pode assistir missas, cultos, terços, celebrações de cura, sessões de milagre e exorcismo, aconselhamento de casais e testemunhos de fé.

É notável o uso do discurso midiático, por meio de veículos como jornais, rádios, TVs e internet, pelas igrejas no Brasil. Segundo Nascimento (2004)²⁶, tanto a Igreja Católica quanto as Igrejas Evangélicas têm investido altas somas na montagem ou aquisição de veículos de comunicação, assim como comprando espaço em canais da mídia de referência. O autor acredita que o objetivo é atingir um público cada vez maior e tentar aumentar o número de fiéis das instituições.

Nascimento (2004) comenta que, em 2004, o programa “Show da Fé”, do missionário R.R. Soares, da Igreja Internacional da Graça de Deus, ocupava 2 horas diárias da programação da *TV Bandeirantes*, o que gerava um investimento de R\$ 100 milhões mensais. Na época, isso representava 10% do faturamento mensal da emissora e superava o que era pago por anunciantes do porte das Casas Bahia. “A qualquer sinal de crise, a palavra de ordem é ‘chame o pastor’” (NASCIMENTO, 2004), ironiza o autor.

Feltrin (2014)²⁷ acrescenta que, em 2014, o tempo de pregação cristã em horários adquiridos em canais abertos UHF e VHF e por assinatura somava 4,8 mil horas por mês. A média era de 160 horas de programação religiosa por dia. De acordo

²⁶ <http://portaldacomunicacao.uol.com.br/graficas-livros/8/artigo202532-1.asp> - acesso em 10/10/2014.

²⁷ <http://celebridades.uol.com.br/ooops/ultimas-noticias/2014/11/24/igrejas-ja-somam-4800-horas-por-mes-na-tv-paga.htm> - acesso em 10/10/2014.

com o jornalista, esse tempo dobrou nos últimos dez anos. E olhe que não foram computados os canais de TV aberta, que também contam com programas de várias igrejas.

Há profissionais que atuam em algumas dessas igrejas e confirmam a existência de seus “impérios de comunicação”:

Enquanto almoçamos, Edir e o pastor local acompanham na tevê programas da Universal em duas emissoras de Vitória simultaneamente: as afiliadas da Record e da Rede TV! A Igreja é hoje a maior cliente religiosa das emissoras de televisão no Brasil. Os números não são exatos, mas calcula-se que gere mais de 240 horas diárias de programação, de norte a sul do país. Sem contar as produções no exterior. Cada templo fora do país praticamente nasce com uma produtora de vídeo. Seis meses, um ano e lá está o pastor na tevê local em um horário comprado pela Universal. Como já relatado, a estratégia é antiga, nasceu com o bispo Macedo na antiga TV Tupi nos anos 1970: divulgar suas ideias por meio de veículos de comunicação de massa. De lá para os dias atuais, a evolução é notória. Hoje, Edir Macedo tem a seu serviço um império de comunicação – o que, segundo estudiosos da área, é uma das razões para seu avanço. (TAVOLARO & LEMOS. 2007, p. 237).

O “apetite” da Igreja Universal do Reino de Deus parece insaciável. Daniel Castro (2016)²⁸ informou, no dia 18 de fevereiro de 2016, que a instituição negociava com a *TV Bandeirantes* a compra da *TV 21*. O repórter informa que, desde 2013, a Igreja Universal é locatária da emissora, sobre a qual paga um aluguel de R\$ 10 milhões por mês. O motivo de a Igreja Universal alugar o espaço foi tirar do ar a Igreja Mundial da Graça de Deus, do apóstolo e ex-membro da Universal, Valdemiro Santiago, antigo locatário da emissora. O valor pedido pelos donos da *TV Bandeirantes* pela *TV 21* foi R\$ 1 bilhão, considerado muito alto por Edir Macedo. Conforme Castro, o valor de mercado da emissora girava em torno de R\$ 400 milhões.

É interessante observar que a Assembleia de Deus, mesmo investindo em jornais, rádios e TVs, tem um número de veículos de comunicação bem menor do que a Igreja Católica e a Igreja Universal. O uso da mídia parece ser considerado bastante útil para a propagação das mensagens religiosas e o fortalecimento das igrejas, mas não interferir diretamente na conversão e no aumento do número de fiéis.

Igrejas	TV	Repetidoras	Rádios
Igreja Universal	21	47	80
Igreja Católica	4	178	190
Igreja Batista	-	-	100
Adventista do 7º	1	-	21

²⁸ <http://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/mercado/band-pede-r-1-bilhao-para-vender-canal-de-tv-igreja-universal-10489> - acesso em 21/10/2017.

Dia			
Assembleia de Deus	4	-	12
Evangelho Quadrangular	1	-	4
Renascer em Cristo	1	-	6

Quadro 3 – Igrejas, suas TVs e rádios
Fonte: Lima (2001)

Pessinatti (1998) comenta que entre as críticas feitas às programações televisivas, radiofônicas e impressas da Igreja Católica estão os baixos investimentos financeiros, a falta de profissionalização e a clericalização. O jornalista Dimas Antônio Künsch (*apud* Nascimento, 2004), especialista em imprensa católica e ex-editor da revista *Sem Fronteiras*, narra história de um jornalista italiano que fez uma reportagem que desagradou a um bispo. Ao se justificar, o jornalista disse estar em busca da verdade. Ao que o bispo respondeu: “Eu não busco, eu tenho a verdade”.

2.7 - Mídia e conversão

Muitas igrejas investem em comunicação, seja fundando ou adquirindo veículos e até mesmo comprando ou alugando espaços na mídia de referência. Para as lideranças que acreditam que isso vai influenciar diretamente na conversão de fiéis fica um aviso: estudos científicos apontam que os efeitos da mídia nesse quesito são pequenos. Ela contribui para dar visibilidade às igrejas e, de alguma maneira, atrai as pessoas aos templos. Quando se trata, contudo, de levar essa gente a aderir a uma igreja ou mudar para outra, a força dos meios de comunicação parece bem limitada.

Fonseca (2003) aplicou *survey* envolvendo questões sobre mídia e religião em 935 evangélicos de 24 diferentes denominações, na região metropolitana do Rio de Janeiro, em 1996. O pesquisador também gravou 8,6 mil minutos de programação religiosa, entre 1996 e 2001. Em 81 depoimentos dados no programa “Despertar da Fé”, da Igreja Universal do Reino de Deus, em março de 1997, ele verificou que a mídia aparece em quinto (televisão, com 6,1%) e sexto (rádio, com 4,1%) lugares como justificativa de motivo para ir até a instituição. Na frente deles estão a família (40,1%), amigos (26,5%), pregação de grupos de evangélicos da Igreja (12,2%) e problemas enfrentados na vida (10,2%).

Fatores que levaram à Igreja	%
------------------------------	---

Família	40,1
Amigos	26,5
Pregação de grupos de evangelização da Igreja	12,2
Problemas enfrentados na vida	10,2
Televisão	6,1
Rádio	4,1

Quadro 4 - Forma em que chegou à Igreja Universal

Fonte: Fonseca (2003, p. 190). Respostas do programa “Despertar da fé” durante a segunda semana do mês de março de 1997. N=81.

Entre o público de evangélicos entrevistado por Fonseca, a influência da mídia na conversão também foi pequena se comparada com outros fatores relativos à presença nos templos e à convivência interpessoal. As pregações ouvidas nos templos (56,3%) ocuparam a primeira colocação para os renovados (78%), tradicionais (67%) e batistas (64%). O segundo elemento mais citado como fator de conversão foi a música evangélica (52,7%) e em terceiro vem a intervenção do Espírito Santo (51,8%). Os programas de rádio aparecem em nono lugar, com 25,8%; e os programas de televisão em 10º lugar, com 14,7%.

Elementos	%
Pregações	56,3
Música evangélica	52,7
Intervenção do Espírito Santo	51,8
Interesse/busca pessoal	42,2
Dificuldades enfrentadas na vida	39
Testemunhos de amigos	37
Testemunhos de familiares	35,2
Literatura (folhetos, bíblia, etc.)	34,8
Programas de rádio	25,8
Programas de televisão	14,7

Quadro 5 - Elementos que influenciaram na conversão

Fonte: Fonseca (2003, p. 199). N=833.

Mesmo sendo pouco representativa na conversão dos fiéis evangélicos, a mídia começou a ganhar força entre os convertidos a partir da década de 1980. Fonseca (2003,

p. 201) comenta que a televisão tem atraído mais os pentecostais (28%), ficando os renovados e os fiéis da Universal empatados na casa dos 18%. Já o rádio se mostrou mais eficiente entre os renovados (43,2%), vindo a seguir os pentecostais (36,6%) e os fiéis da Universal (32%).

Foi observado ainda por Fonseca (2003) que aqueles que já eram vinculados a alguma igreja tinham mais “abertura” para assistir aos programas televisivos e radiofônicos de cunho religioso. Desse grupo, o principal motivo para mudar de religião foram “os problemas enfrentados na vida”. Já o grupo que não tinha vinculação religiosa se mostrou mais resistente à influência da mídia e o principal fator responsável por sua conversão foram “as pregações”.

Também chama a atenção o perfil socioeconômico e o espaço que os convertidos pela mídia ocupam nas igrejas, que deduzimos ser em virtude do baixo nível de escolaridade:

O convertido pela mídia possui renda ligeiramente inferior do que a média geral (85% recebem menos de 4 salários, sendo a média geral encontrada na pesquisa de 75%) e ocupa menos postos de liderança na igreja, 66% não desempenham nenhuma função (a média foi de 48% sem funções). (FONSECA, 2003, p. 200).

Vamos nos ater às influências da mídia na conversão dos fiéis. Para mostrar a eficiência dos meios de comunicação na divulgação de instituições religiosas, Fonseca (2003) comenta que um levantamento feito por Campos (1995) verificou que 43,8% dos entrevistados tomaram conhecimento da existência da Igreja Universal do Reino de Deus por meio da mídia.

Alguns pesquisadores avaliam que a mídia da Igreja Universal do Reino de Deus tem como um dos objetivos principais atrair as pessoas para os templos e não buscar sua conversão ou adesão à instituição. Lima & Refkalefsky (2007) comentam que a estratégia da instituição é diferente da de pastores e tele-evangelistas norte-americanos como Rex Humbard, Jimmy Swaggart e Billy Graham, que se destacaram nos anos 1970 e 1980. Eles utilizavam seus programas televisivos para vender bíblias, livros e vídeos aos telespectadores. Também faziam campanhas, pedindo a doação de dinheiro por meio de depósitos em contas bancárias das instituições que dirigiam ou representavam.

Lima & Refkalefsky (2007) acreditam que o principal objetivo dos programas da Igreja Universal do Reino de Deus é levar as pessoas até aos templos. Eles observam

que há uma delimitação entre o trabalho da Igreja e o da TV. Os pesquisadores (2007, p. 59) salientam que “os programas da IURD não vendem nada, não pedem dinheiro, nem apresentam números de ligação paga, do tipo ‘0300’”.

A estratégia parece surtir efeito e, conforme Lima & Refkalefsky (2007, p. 59), a revista *Época* (MANSUR & VICÁRIA, 2003, p. 56), citando uma pesquisa do Instituto Superior de Estudos da Religião (Iser), 80% dos fiéis que vão aos templos da Igreja Universal foram atraídos por programas da instituição na TV. Os pesquisadores avaliam que o fato de não pedir dinheiro pela TV lhe confere a imagem de uma igreja não oportunista e cujos pastores não visam apenas a questão financeira.

2.8 - Avaliação das mídias

Outra pesquisa realizada, em 1999, pelo Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceris) em parceria com o Instituto Nacional de Pastoral (INP), este último pertencente à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), verificou entre outras coisas o interesse dos entrevistados em programas televisivos e radiofônicos, nos âmbitos católico e evangélico. Foram entrevistadas 5.218 pessoas, com idade igual ou superior a 18 anos, nas ruas de seis regiões metropolitanas: Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Porto Alegre.

Pitta & Fernandes (2002) comentam que as lideranças da Igreja Católica se sentem desafiadas a utilizar de forma eficiente os meios de comunicação para realizar seu trabalho de evangelização e divulgar suas atividades. Daí a necessidade de se realizar uma pesquisa que procurou verificar se algumas celebrações religiosas veiculadas pela mídia e se veículos de imprensa católicos são conhecidos, se são assistidos ou ouvidos, a frequência dessa audiência e uma avaliação deles.

A missa na TV foi um dos “produtos religiosos midiáticos” investigados. Nos anos 1990, ela era motivo de controvérsias entre as lideranças católicas, por não possibilitar, por exemplo, que as pessoas participassem de um dos momentos mais importantes da celebração, que é a comunhão, e nem contribuíssem com a coleta, erroneamente conhecida como dízimo²⁹. A pesquisa considerou a opinião dos católicos e dos não católicos.

²⁹ Os dizimistas assumem o compromisso de contribuir, mensalmente, com um valor fixo, que pode ser corrigido ou suspenso por sua vontade. Normalmente, ele é pago na secretaria das paróquias. Durante as missas realiza-se a coleta, na qual as pessoas, inclusive os dizimistas, podem contribuir ou não com o valor que quiserem.

Verificou-se que 75,4% dos católicos e 46,1% dos não católicos conheciam a missa na TV. Quando a pergunta foi se eles assistiam à celebração periodicamente, 53,6% dos católicos e 90% dos não católicos disseram não. Mais da metade dos católicos de Salvador e de São Paulo assistia a missa pela TV periodicamente. Quanto à avaliação, 44% dos católicos a consideraram ótima e menos de 1% fizeram uma avaliação negativa da celebração. Já entre os não católicos, menos de 10% a consideraram ótima e 1,2% a consideraram péssima ou ruim.

Outra questão levantada foi sobre a programação das TVs católicas *Rede Vida* e *Canção Nova*. Pitta & Fernandes (2002) informam que entre os católicos 41% dos informantes conheciam a programação da *Rede Vida* e 17% a da *Canção Nova*. Entre os não católicos, os percentuais foram de 22,8% e 8%, respectivamente. Sobre os índices de audiência, foi observado que em relação à *Rede Vida*, menos de 30% dos católicos e quase 10% dos não católicos a assistiam. Com relação à *Canção Nova*, menos de 10% de católicos e não católicos a assistiam.

Na avaliação da programação da *Rede Vida*, mais de 21% dos católicos a consideraram “ótima” ou “boa”, sendo que entre os não católicos esse percentual foi de quase 7%. Já a programação da *Canção Nova* foi considerada “boa” ou “regular” para mais de 12% dos católicos e “regular” para mais de 50% dos não católicos que a assistiam.

Outra informação que a pesquisa quis saber foi sobre a programação evangélica na TV. Ao todo, 57% dos entrevistados a conheciam, sendo que entre os católicos esse percentual foi de 57,3% e entre os não católicos 58,8%. Os entrevistados das regiões metropolitanas de São Paulo e Salvador se destacaram como os que mais conheciam a programação evangélica na TV. A audiência era baixa, sendo que entre os entrevistados 79% não a assistiam com periodicidade (entre os católicos, esse índice foi de 84%; e entre os não católicos 68%).

Quando se trata de avaliar a qualidade da programação evangélica na TV, 13% dos católicos a consideraram “ótima” ou “boa” enquanto 10% a consideraram “regular”. Entre os não católicos, 29,3% a consideraram “ótima” ou “boa” e 6,6% a classificaram de “regular”.

No que diz respeito à programação católica no rádio, 59% dos católicos contra 32,7% dos não católicos a conheciam. Os índices de audiência eram mais baixos do que os da televisão, sendo que 64% dos católicos e 92% dos não católicos não ouviam esses

programas. Na avaliação dos programas radiofônicos, 33,9% dos católicos e menos de 8% dos não católicos os consideraram “bons” ou “ótimos”.

Sobre os programas evangélicos no rádio, o total de entrevistados que os conheciam foi de 53%, superando a programação radiofônica católica, que foi de 50%. Para Pitta & Fernandes (2002, p. 187), “o estilo musical gospel parece ser um elemento que atrai os ouvintes. (...) Essa modernização da música de cunho religioso parece atrair sobretudo os jovens”.

Em relação aos índices de audiência dos programas evangélicos no rádio, mais de 35% dos não católicos ouviam-nos, sendo 17,6% diariamente e 10,5% ocasionalmente. Entre os católicos, esse percentual foi de menos de 20%. Para mais de 33% dos não católicos a programação era “ótima” ou “boa”, enquanto quase 20% dos católicos a avaliaram como “boa” ou “regular”.

2.9 - Expoentes midiáticos

Representantes de algumas igrejas são dotados de predicados, que os levam a obter grande destaque na mídia e atrair muitos seguidores. Alguns são bonitos, outros eloquentes e há aqueles que cantam bem ou são engraçados. Se têm a sorte de reunir mais de uma dessas qualidades, as chances de serem “adotados” pela mídia são grandes. O mais comum é dizer-se que têm carisma.

O papa João Paulo II, que morreu em 2005 e foi canonizado em 2016, é um exemplo de expoente midiático. Natural de Waldowice (Polônia), Karol Wojtyla, seu nome de batismo, foi ator amador na juventude e cultivava um porte atlético como padre e depois como bispo por meio de caminhadas que fazia em florestas e áreas montanhosas.

Os pais morreram quando ainda ele ainda era jovem e precisou fazer seus estudos como seminarista escondido, pois o governo polonês comunista, controlado pelos russos, perseguia a Igreja Católica. Sua eleição como papa, em 1978, também teve um toque dramático. O papa Paulo VI havia morrido, em 6 de agosto daquele mesmo ano e para seu lugar tinha sido eleito o cardeal italiano Albino Luciani, que escolheu o nome de papa João Paulo, homenageando seu antecessor e o Papa João XXIII, que governou a igreja de 1958 a 1963.

Luciani ficou pouco mais de um mês no cargo e morreu. Novo conclave foi convocado e para surpresa de muitos foi eleito o cardeal Karol Wojtyla, que escolheu o nome de João Paulo II. Causou estranheza o fato de o novo papa não ser italiano,

nacionalidade de muitos dos seus antecessores, e também pela pouca idade. Na época, Karol Wojtyła tinha 58 anos, que não é comum para um papa nos últimos séculos.

Carranza (2011) comenta que o papado de João Paulo II foi um dos mais longos do século XX, tendo durado 27 anos. Uma das opções do novo sucessor de Pedro foi de ser “um papa peregrino”, ou seja, viajar pelo mundo levando a palavra de Deus. Essa meta foi levada realmente a sério e, durante seu pontificado, ele percorreu 1.246.003 quilômetros em 102 viagens internacionais e 301 visitas pastorais em Roma.

Até a eleição de João Paulo II, o Brasil, considerado o maior país católico do mundo nunca tinha recebido a visita de um papa. A primeira delas foi agendada com bastante antecedência, como reza o rígido cerimonial do Vaticano, para 1980. As dioceses que tiveram a distinção de receber João Paulo II prepararam a recepção, as celebrações e as visitas com esmero.

O grande dia finalmente chegou e em 30 de junho de 1980, o avião papal pousou no Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, em Brasília (DF). Centenas de repórteres, fotógrafos e cinegrafistas se acotovelavam em meio à parafernália de câmeras para tentar mostrar o melhor ângulo do garboso papa polonês. A segurança era implacável e ninguém podia se aproximar. Já estava consagrado o gesto de João Paulo II de aparecer na porta do avião, acenar para os que o aguardavam, descer as escadas e beijar o solo. Foi a foto que estampou a primeira página da maioria dos jornais de referência do dia seguinte e que foi exibida à exaustão pelos telejornais.

As celebrações campais realizadas em algumas cidades do país atraíram um público de milhões de pessoas. O papa peregrino ainda fez questão de visitar a Penitenciária da Papuda, em Brasília; o Corcovado, no Rio de Janeiro; e aproveitou para beatificar o padre jesuíta José de Anchieta, fundador de São Paulo. Na segunda visita que realizou ao Brasil, em 1991, João Paulo II visitou irmã Dulce, em Salvador; e na última, em 1997, presidiu missa campal no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, com a participação de cerca de 2 milhões de pessoas.

A mesma simpatia, o mesmo gesto ao descer do avião e outros gestos de solidariedade foram repetidos dezenas de vezes em todas as viagens que fez pelo mundo. A imprensa brasileira relata que nas suas homilias e discursos, o papa polonês não perdia a oportunidade de criticar o divórcio, o aborto e os métodos contraceptivos. Carranza (2011, p. 131), comenta que “se por um lado a imagem do papa é revestida de modernidade, porque presente nos mais diversos meios de comunicação e campos

sociais, por outro lado, seu discurso é fechado, confrontando a igreja diante de situações de grave complexidade”.

Os jovens, motivo de grande preocupação para a Igreja Católica, principalmente a partir dos anos de 1980 quando as pesquisas apontavam que eles estavam se afastando da instituição e o número de vocações religiosas diminuía de forma significativa, mereceram uma atenção especial de João Paulo II. Ele idealizou um megaevento denominado “Jornada Mundial da Juventude”, que passou a ser realizado a cada dois anos num país diferente, fazendo com que as igrejas locais mobilizassem milhares de jovens para participar da organização e da realização do evento.

Quando tomamos conhecimento da proposta do sumo pontífice para essas grandes celebrações que, conforme Carranza (2011), tinham a pretensão de serem verdadeiros “*woodstooks* católicos”, verificamos que, com exceção dos jovens engajados em movimentos religiosos, a maioria provavelmente ficou decepcionada com seu moralismo e o viés retrogrado:

Os encontros serão o palco de retransmissão doutrinal para novas gerações, convocadas para escutarem o convite a engrossarem os quadros de reprodução institucional – vocação sacerdotal e religiosa na valorização do celibato; João Paulo II exortaria os jovens a viverem alinhados com a moralidade sexual e os preceitos da Igreja, encorajando-os a não usar camisinha e/ou quaisquer outros contraceptivos – visto que o sexo só tem finalidade reprodutiva. (CARRANZA, 2011, p. 131).

Pesa ainda contra o papa polonês a canonização de figuras polêmicas e conservadoras. Carranza (2011) cita o exemplo de José Maria Escrivá de Balaguer (1902-1975), fundador do movimento ultraconservador *Opus Dei*, cujos membros usam o cilício (corrente com pontas) na coxa duas vezes ao dia e castigam as nádegas com chicote uma vez por semana como forma de penitência. Também elevado a santo, Francesco Forgiori, o padre Pio (1887-1968), foi outro adepto às práticas religiosas de autoflagelação.

Essas práticas, que recebiam críticas dos adeptos de uma igreja mais progressista, pareciam não incomodar a mídia de referência. O sorriso, o beijo no solo do aeroporto de cada país que visitava e os gestos de solidariedade ganhavam mais destaque do que esses “escorregões” conservadores. A saúde do papa peregrino começou a dar sinais de que não ia bem na década de 1990. Suas mãos tremiam, o caminhar era arrastado e a voz perdeu a potência das duas primeiras décadas de pontificado.

A decrepitude do velho papa era assunto de interesse de toda a imprensa. As dificuldades para falar, segurar os objetos religiosos durante as missas e as expressões de dor ganhavam espaço na mídia mundial. A deterioração de seu estado de saúde deixou o mundo de sobreaviso. A tentativa da Santa Sé de mostrar que João Paulo II não estava tão mal como diziam foi catastrófica: colocado de pé na janela, em frente a uma câmera de TV, ele conseguiu apenas balbuciar palavras ininteligíveis ao microfone e expressar sua terrível dor.

A morte do papa polonês se deu no dia 02 de abril de 2005. Dezenas de chefes de estado viajaram ao Vaticano para participar do funeral. O menor país do mundo também foi tomado por equipes de reportagem de várias partes do planeta. O funeral de João Paulo se tornou um fenômeno midiático. Borges³⁰ (2005) relata que “nas primeiras 72 horas após o anúncio de sua morte, segundo o *Global Language Monitor*, mais de 75 mil reportagens foram publicadas em todo o mundo. O nome do pontífice foi citado cerca de 10 milhões de vezes na rede mundial de informações”.

Durante o seu funeral, era possível ver algumas pessoas na Praça de São Pedro carregando cartazes com os dizeres *Santo subito* (Santo já), que é um recurso eclesiástico que permite que não sejam necessários se comprovar um milagre para a beatificação e outro para a canonização. Onze anos após a sua morte, o papa polonês foi canonizado junto com o Papa João XXIII, pelas mãos do papa Francisco. Desde então, é reconhecido pela Igreja Católica como São João Paulo II.

2.9.1 - Padres cantores

Os padres cantores são outros expoentes midiáticos importantes da Igreja Católica. Entoando o que chamam de “músicas de mensagem” e performances carregadas de emoção e de animação, esses sacerdotes atraem a atenção da mídia brasileira, principalmente os programas de auditório, conquistam o grande público e, com isso, despertam o interesse de gravadoras e editoras, que veem neles um grande potencial de vendas.

O primeiro deles foi o padre Marcelo Rossi, que ao desbravar o cenário midiático e conquistar a simpatia de um enorme público, levou lideranças da Igreja Católica a considerarem que esse era um filão para tentar atrair novos fiéis e frear a debandada de muitos outros. Críticas também foram feitas tanto de setores mais tradicionalistas da instituição, que consideravam que as “missas-show” feriam a liturgia;

³⁰ <http://www.fafich.ufmg.br/~espcom/revista/numero1/ArtigoLuizFilipe.html> - acesso em 03/01/2017.

quanto de setores progressistas, que reclamavam do descompromisso do “padre-atleta” com as questões sociais.

Carranza (2011), que utilizou o fenômeno padre Marcelo Rossi como objeto de pesquisa de sua tese de doutoramento, narra que o filho do bancário Antônio Rossi e da dona de casa Vilma Mendonça nasceu no dia 20 de maio de 1967, em São Paulo. Foi uma criança comum e sonhava ser piloto de fórmula 1, bombeiro ou eletrotécnico. Na juventude, gostava de bandas de rock nacional como o Titãs e o Legião Urbana. Namorou por um ano e chegou a pensar em casar, mas não estava feliz.

Tentou ser jogador de futebol e passou no vestibular para Educação Física. Carranza (2011) relata que, na época, o jovem ficou muito abalado em virtude da morte de um primo e despertou para a fé. Terminou o namoro e entrou para o seminário da Diocese de Santo Amaro (SP), cujo bispo já era dom Fernando Figueiredo. Ele participou da formação do padre Marcelo e até hoje é uma espécie de mentor dele.

De acordo com Carranza (2011), a primeira aparição do padre Marcelo Rossi na mídia de referência foi, no final de 1998, no programa “Domingo Milionário”, apresentado por Jota Silvestre, na *TV Manchete*. Ele dava conselhos espirituais aos telespectadores. A produção do “Domingão do Faustão”, da *Rede Globo*, “descobriu” o padre que celebrava missas “alto-astral” e, aos poucos, ele foi conquistando espaço em outros programas da emissora.

O *boom* midiático-televisivo do padre Marcelo ocorreu no final de 1999 quando, conforme Carranza (2011), ele apareceu 92 vezes na “telinha”. O sacerdote passou a ser disputado pelas emissoras, mas optou por firmar contrato com a *Rede Globo* que, desde então, transmite a missa celebrada no Santuário Bizantino, na Diocese de Santo Amaro, em São Paulo, todos os domingos, às 6 horas. Também tem a missa dos sábados, às 15 horas, transmitida pela *Rede Vida*.

Mas o padre Marcelo Rossi demonstra ser um sacerdote multimídia e se destaca também em outras áreas. Carranza (2011) comenta que no campo musical, ele lançou o CD “Músicas para louvar o Senhor” que, até o final de 1999, tinha vendido 450 mil cópias. O feito foi coroado com o Disco Triplo de Platina, entregue no programa “Domingo Legal”, do *SBT*, pelo apresentador Gugu Liberato. Em 2002, padre Marcelo recebeu o prêmio *Grammy* Latino, na categoria melhor álbum de música cristã, com o CD “Paz – Ao vivo”. Nas suas apresentações musicais, o sacerdote desenvolveu uma performance especial, que se tornou a sua marca registrada: a “aeróbica de Jesus”.

No cinema, padre Marcelo Rossi estreou dois filmes: “Maria, mãe do filho de Deus”, em 2003; e “Irmãos de fé”, em 2004. No campo virtual, Carranza (2011) informa que ele lançou seu site e o “fervor cibernético” o levou a receber, em 2001, o prêmio “Ibest”, até então o maior da internet brasileira. Na área impressa, o sacerdote lançou a revista *Terço Bizantino* e livros de mensagens.

A construção da imagem do padre *pop-star* é explicada pela autora:

A carreira do Pe. Marcelo ao estrelato não é diferente da de outros artistas; ela encontra-se tecida por fios de intimidade que a mídia elaborou glamorosamente, colocando na esfera pública, com luxo de detalhes, sua vida privada, tanto de pessoa quanto do sacerdote. Por meio de extensas reportagens, capas de revistas, entrevistas, matérias etc são revelados desde os gestos mais corriqueiros até os aspectos mais íntimos. (CARRANZA, 2011, p. 42).

Para Fonseca (2003), um dos diferenciais do padre Marcelo foi ter conseguido transcender a estrutura católica e alcançar a mídia secular. O pesquisador acredita que uma estratégia de *marketing* inteligente foi usada para alçar o sacerdote ao sucesso. Não é à toa que dom Fernando Figueiredo presidiu o Instituto Brasileiro de Marketing Católico (IBMC), de 1998 a 2001.

As muitas aparições em programas de auditório, o espaço que obteve nas revistas de entretenimento e seu sucesso musical, que levou seu CD “Músicas para louvar o Senhor” a vender 3,2 milhões de exemplares e ser o segundo mais vendido no Brasil em 1999, tornaram o padre Marcelo Rossi um produto de *marketing* valioso. Fonseca (2003) relembra que o marqueteiro da religião Antônio Kater Filho comentou, na época, que o sacerdote tinha carisma pessoal, assim como Roberto Carlos e Pelé, simplicidade, apelo emocional e atraía as mulheres com sua beleza. “Com um produto desse, o lucro é sempre certo”, arrematou (*Veja*, 16/06/1999 *apud* FONSECA, 2003, p. 255).

Os textos de algumas revistas ressaltavam as qualidades físicas do padre-atleta e não se furtavam de falar nem de sua relação com o sexo. Fonseca (2003, p. 256) recorda que uma delas inicia o texto descrevendo-o assim “Grande na estatura, bonitão e com o corpo esculpido por horas e horas de musculação e ginástica, encantava as meninas, que não escondiam sua paixão por ele”. E conclui “Sexo? Sim, ele fazia sempre e não escondia que gostava de sair com as mulheres”.

Ao nos depararmos naquela época com o perfil desse “novo” padre, poderíamos pensar que a Igreja Católica estava mudando e que ventos de liberdade, finalmente,

começavam a soprar no Vaticano. Ledo engano, ou melhor, puro *marketing*. Apenas a roupagem era nova. As normas, doutrinas e dogmas da instituição permaneciam as mesmas e eram seguidas à risca pelo padre-atleta. As condenações ao divórcio, ao aborto, ao uso de contraceptivos, à pesquisa com células-tronco embrionárias e às uniões homoafetivas impostas pela Santa Sé também são defendidas pelo padre Marcelo Rossi, pelos outros padres-cantores e todos os demais integrantes da Igreja Católica. O voto de obediência, assim como o de pobreza e castidade, são obrigatórios aos seus membros.

Vozes importantes da ala progressista da Igreja Católica da época se posicionaram contra o fenômeno padre Marcelo Rossi. Fonseca (2003, p. 256) comenta que frei Betto destacou que a exposição excessiva à mídia pelo sacerdote deturpava a mensagem religiosa. Já Leonardo Boff “bateu mais forte” e chamou padre Marcelo de “Xuxa da igreja carismática”, além de dizer que preferia um “ateu alegre” a um sacerdote que tinha “um discurso vago e opaco”.

Alguns veículos da imprensa de referência também questionaram a destinação dada ao dinheiro que padre Marcelo Rossi arrecadava com a venda de livros, *CDs*, *DVDs* e outros produtos religiosos que licenciava. A informação oficial era de que esses recursos eram controlados pela Diocese de Santo Amaro, porém a imprensa apurou que a mãe e a tia do sacerdote controlavam parte desse dinheiro.

Padre Marcelo Rossi não escapou do caráter efêmero dos fenômenos midiáticos. Fonseca (2003) comenta que depois do auge vivido no final de 1998, no qual o sacerdote foi tema do especial de final de ano do *SBT*, a *Rede Globo* apresentou um documentário sobre ele e a TV Bandeirantes transmitiu sua missa de Natal ao vivo, no ano seguinte o sucesso se arrefeceu. Segundo o pesquisador, se antes a sua presença num programa de auditório garantia cerca de 45% dos telespectadores, em 1999 esse percentual baixou para 20% da audiência.

Aos poucos, a presença do padre Marcelo Rossi na mídia de referência foi diminuindo e outros padres-cantores surgiram na sua esteira. Fonseca (2003) cita o padre Zeca, que ficou conhecido como “o padre surfista” e desenvolveu durante alguns anos o projeto “Deus é dez”. Um pouco mais velho, o padre Antônio Maria caiu nas graças do “rei” Roberto Carlos e de algumas celebridades. O padre Fábio de Mello, também conhecido como “padre gato” em virtude da sua beleza, participa até hoje de programas de auditório, é amigo de algumas celebridades e apresenta programas nas TVs católicas.

A novidade mais recente entre os padres-cantores é o padre Alessandro Campos, que canta música sertaneja de mensagem e usa as mesmas vestimentas dos pares profanos, ou seja, chapéu, botas e calças justíssimas. Não se pode deixar de fora o decano entre os padres-cantores, que é o padre Zezinho, com mais de 50 anos de carreira e autor de vários sucessos da música religiosa.

Quando retornou ao programa “Fantástico” da TV Globo, em 2013, padre Marcelo Rossi estava envelhecido e revelou que enfrentara problemas de depressão. Aos 46 anos de idade, ele já não tinha mais o vigor e a alegria do “padre-atleta”. Como boa parte dos efêmeros fenômenos midiáticos, não interessava mais à mídia de referência e aos seus programas de auditório e de entretenimento.

2.9.2 - Pastores, apóstolos e missionários

No meio evangélico há também pastores, apóstolos e missionários que utilizam a mídia com maestria. Há perfis para todos os gostos. Alguns são serenos, outros exaltados. Há aqueles que usam ternos bem talhados, enquanto outros optam por chapéus de boiadeiros ou roupas de estopa. Existem aqueles mais discretos e outros que, de Bíblia em punho, pregam, cantam e realizam sessões de milagre e exorcismo.

O missionário Romildo Ribeiro Soares, ou R.R. Soares, fundador da Igreja Internacional da Graça de Deus, em 1980, pode ser enquadrado na linha dos mais serenos. Nem por isso, contudo, ele é menos eficiente que seus colegas. Fonseca (2003) destaca que basta zapear a TV para ver o missionário pregando em vários horários e em diferentes emissoras de TV de referência. Em algumas delas, como na *TV Bandeirantes*, R.R. Soares aparece em horário nobre. A estimativa, no ano 2000, era de que ele gastava cerca de R\$ 2,5 milhões por mês para obter espaço na mídia, que era o mesmo valor que a *TV Canção Nova* precisava para se manter no ar.

Segundo Fonseca (2003), a partir de 1998 o programa de R.R. Soares passou a ser transmitido em cadeia nacional, pela *CNT*, que atinge 40% do território nacional. O nome foi mudado para “Show da Fé” e, em 2002, passou a atingir 90% do território nacional por meio da *TV Bandeirantes*. Gravado em estúdio, o formato é de um bate-papo com os fiéis, resposta de cartas e apelos para que as pessoas se associem e passem a fazer contribuições regulares.

Os índices de audiência, em 2001, eram baixos. Fonseca (2003) comenta que mesmo em horário nobre, o programa de R.R. Soares não atingia nem 1% no Rio de Janeiro, o que totaliza menos de 70 mil pessoas. Em São Paulo, onde fica a sede da

Igreja, o “Show da Fé” atingiu 2% da audiência, o que equivale a 160 mil pessoas. “Resultado ruim para um programa em horário nobre”, avalia o pesquisador (2003, p. 135).

Formado em Direito, R.R. Soares valoriza o conhecimento formal. Está quase sempre de terno e gravata, com exceção dos momentos em que ministra cursos sobre religião aos telespectadores. Fonseca (2003) comenta que, nestes momentos, o missionário aparece sentado na mesa, em frente ao computador, tendo ao fundo livros na estante. Assume o *ethos* de professor.

Em comparação com a Igreja Universal do Reino de Deus, detentora de um “império de comunicação” como afirma o diretor geral da *Rede Record*, Douglas Tavolaro, a Igreja Internacional da Graça de Deus é bem mais modesta nessa área. Prefere alugar espaços em televisões da mídia de referência. Numa de suas campanhas de arrecadação, R.R. Soares pedia doações para montar a TV por assinatura denominada *Nossa TV*.

Essa participação midiática relativamente modesta não atrapalhou seu processo de expansão. Fonseca (2003) recorda que, no Rio de Janeiro, em 1992, a Igreja da Graça contava com 34 templos contra 191 da Igreja Universal. Em 1995, depois de ter transferido sua sede para São Paulo, a Igreja da Graça passou a contar com 250 templos no Brasil, sendo que a metade se localizava no estado de São Paulo.

Uma característica forte da Igreja da Graça são as ações de cura. Fonseca (2003) relata que os fiéis são orientados a colocar a mão na televisão na hora da oração e também são oferecidos elementos mágicos como sal grosso do descarrego, pedra de Davi, sabão abençoado e óleo da alegria. O carisma e a eloquência de Soares não lhe garantiram sucesso na política partidária. Candidatou-se a deputado federal em duas ocasiões, 1986 e 1990, porém não se elegeu.

Mais sorte e mais competência nesse quesito teve o pastor Marco Feliciano, da Assembleia de Deus, que já está no seu segundo mandato de deputado federal pelo Partido Social Cristão (PSC). Na sua reeleição, em 2014, ele teve quase 400 mil votos e foi quarto deputado federal mais votado do Brasil. Natural de Ortolândia (SP), Marco Feliciano é de origem humilde, casado e tem três filhas.

O deputado, que se apresenta como palestrante, cantor (tem três discos gravados) e escritor (são 18 livros publicados), diz “ter aceitado Jesus Cristo como salvador” aos 14 anos de idade, quando um amigo o convidou para ir ao templo da Assembleia de Deus. Desde então, passou a se reunir com outros jovens da Igreja para pregar e

evangelizar. No site *Portal do Pastor*, ele afirma ter tido uma experiência sobrenatural com Deus, em 1996, quando este lhe deu unção para pregar a palavra. O episódio foi narrado por ele em seu livro “Chamada de fogo”.

Desde então, Marco Feliciano se entregou a essa missão, participando de congressos e outros eventos religiosos. O grande salto para a fama ocorreu, em 1999, quando ele participou pela primeira vez do “Congresso dos Gideões Missionários”, em Camboriú (SC). Sua palestra de avivamento fez tanto sucesso, que ele nunca mais deixou de ser convidado para ser um dos preletores do evento.

Era hora de fundar a sua própria Igreja e Marco Feliciano criou, na sua terra natal, o Ministério Tempo de Avivamento. Convidado pelo PSC a se candidatar, o pastor foi eleito deputado federal em 2010. Tornou-se conhecido em todo o Brasil quando, em 2013, assumiu a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. As declarações polêmicas que havia feito em seu *twitter* contra africanos e homossexuais, além de outros posicionamentos que assumiu contra grupos minoritários, provocaram várias manifestações na Câmara. Alguns colegas o pressionaram para que renunciasse, mas assumindo a postura de um mártir, Marco Feliciano manteve-se firme no cargo até o final do mandato.

Reeleito em 2014, com uma votação bastante expressiva, o deputado se sentiu redimido. Em 2016 houve nova reviravolta e uma denúncia de estupro e agressões feita pela estudante de Jornalismo Patrícia Lélis, 22 anos, do PSC Jovem, trouxe o pastor Marco Feliciano para frente dos holofotes outra vez. A jovem o acusa de ter sido convidada para uma reunião da juventude do PSC no seu apartamento funcional e, ao chegar lá, não havia outras pessoas.

Patrícia afirma ter sido atacada por ele. Depois de algum tempo, a estudante disse ter recebido proposta de suborno do pastor Everaldo Pereira, do PSC, e ameaças de morte de assessores do deputado. A queixa-crime contra o deputado foi encaminhada ao Supremo Tribunal Federal (STF), já que ele tem foro privilegiado, em agosto de 2016.

Também da Assembleia de Deus, o pastor Silas Malafaia condena os colegas que se valem da religião para galgarem cargos políticos. Amigo do ex-governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, um dos acusados pela Operação Lava-Jato, Malafaia é conhecido por sua fala rasgada e postura indignada contra todos que acredita ferirem a ética cristã. Fonseca (2003) comenta que ele representa uma nova geração dentro da tradição da Assembleia de Deus.

Isso porque, desde a sua juventude, Malafaia fez a opção de realizar suas pregações pela mídia. Filho e genro de pastores, ele ingressou no Instituto Bíblico Pentecostal aos 17 anos, sendo ordenado pastor aos 22 anos. Fonseca (2003) relata que Malafaia passou a visitar emissoras de TV de referência para tentar negociar um horário para apresentar seu primeiro programa. Foi mal recebido na maioria delas, já que não dispunha de dinheiro para arcar com as despesas. Insistiu tanto, que conseguiu um prazo de 60 dias para conseguir os recursos necessários.

O programa “Renascer”, que depois foi batizado de “Vitória em Cristo”, estreou em 1982, e o estilo desbocado e ferino de Malafaia agradou em cheio:

Eu venho, dou bordoadas em todo mundo, esculhambo com o governo, meto o cacete em deputado, faço essa lenha toda. A pessoa vai e diz: “Esse cara é louco”... Eu sempre fui assim... eu percebi que meter o pau até na igreja, de dizer que tem um bando de pastor pilantra e safado, é aquilo que o crente gostaria de fazer, mas não tem oportunidade. Então, passei a ser um porta-voz disso, porque o crente fica indignado quando vê no próprio meio dele as sacanagens que acontecem lá fora. (MALAFAIA, entrevista 09/04/1997 *apud* FONSECA, 2003, p. 138).

Na área de *marketing*, Malafaia emprestou seus conhecimentos para a Assembleia de Deus, da qual foi assessor nesta área durante seis anos. Também possui uma agência de publicidade. Quando, em 2013, a revista *Forbes* o colocou como terceiro pastor mais rico do Brasil, com uma fortuna avaliada em US\$ 150 milhões, ele contestou a informação, se sentiu prejudicado e processou a publicação.

Apesar de criticar os pastores que se candidatam a cargos políticos, Malafaia não se furta de apoiar candidatos da Assembleia de Deus e aqueles que são referendados por ela. Fonseca (2003) comenta que ele já apoiou as candidaturas de Leonel Brizola, Anthony Garotinho e Lula, em diferentes eleições. Há vários anos à frente do programa “Vitória em Cristo”, Malafaia, conforme Fonseca (2003, p. 139), conserva o seu estilo e “na maioria das vezes suas palavras são de acusações e revolta, soca a mesa, gesticula bastante e se comunica muito bem com o meio”.

Em 2016, como se diz no jargão popular, “o feitiço virou contra o feiticeiro”. Em dezembro, Malafaia foi conduzido de forma coercitiva pela Polícia Federal, na operação batizada de Timóteo – no Novo Testamento, o discípulo é reconhecido por seu rigor moral e aparece como auxiliar de São Paulo na sua missão evangelizadora. A acusação é de que o pastor “emprestou” contas da Igreja para ocultar valores desviados num esquema de corrupção em cobranças judiciais de *royalties* da exploração mineral.

O apóstolo Valdemiro Santiago, ex-membro da Igreja Universal do Reino de Deus e fundador da Igreja Mundial do Poder de Deus, é outro líder evangélico que aposta muitas fichas na mídia. Sua marca registrada é o chapéu de boiadeiro, que utiliza nas pregações durante o programa que apresenta em espaços alugados na TV de referência. Natural de Palma, distrito de Leopoldina (MG), Valdemiro só estudou até o 5º ano do Ensino Fundamental. Aos 16 anos, se converteu ao Protestantismo.

Foi obreiro, pastor, bispo e membro da cúpula da Igreja Universal do Reino de Deus. Desentendeu-se com o bispo Edir Macedo, líder da instituição, e se desligou dela depois de 20 anos de filiação. Antes já tinha conhecido e se casado com Franciléia Santiago, sagrada bispa por ele. Juntos, eles fundaram a Igreja Mundial do Poder de Deus. Valdemiro afirma ter sido salvo por dois anjos quando nadou por mais de 15 horas, após o barco que saiu para pescar com seus amigos, em Moçambique (África), afundar depois de ter sido sabotado.

Nos seus programas, Valdemiro comenta trechos da Bíblia e apresenta casos de fiéis da Igreja que afirmam ter sido contemplados com milagres. Veem-se paraplégicos que afirmam ter voltado a andar, pessoas com doenças graves como o câncer que dizem ter se curado e outros que tiveram o diabo retirado do corpo após a intervenção do apóstolo. A Igreja Mundial disputa espaços na mídia com a Igreja Universal. No portal *Youtube* também podem ser vistos vídeos nos quais os dois líderes trocam acusações e ofensas.

No site oficial, a informação é de que a Igreja Mundial conta com 4,5 mil templos no Brasil e em outros países. Em 2013, a revista *Forbes* colocou o apóstolo Valdemiro como o segundo líder religioso mais rico do Brasil, com uma fortuna avaliada em US\$ 220 milhões. Bem na frente dele, apenas o seu desafeto, o bispo Edir Macedo, cujo cofre é recheado com US\$ 950 milhões. No dia 9 de janeiro de 2017, o líder da Igreja Mundial ganhou destaque na mídia de referência ao ser atacado por um fiel de sua igreja com um facão. Foi ferido no braço, mas escapou com vida. No dia 18 de janeiro do mesmo ano, Valdemiro foi resgatado de um barco que ficou à deriva perto do farol Ponta do Boi, em Ilhabela (SP).

Para finalizar, falaremos de um dos fenômenos mais recentes entre os pastores midiáticos: o apóstolo Agenor Duque, fundador da Igreja Apostólica Plenitude do Trono de Deus. Assim como o apóstolo Valdemiro Santiago, ele também é ex-integrante da Igreja Universal do Reino de Deus e demonstra grande habilidade de comunicação. De acordo com as repórteres Aline Ribeiro e Harumi Visconti, da revista

Época (2015)³¹, em 2006, Duque teve uma “visão espiritual” e junto com sua esposa, a bispa Ingrid Duque, resolveu criar sua própria Igreja.

O início não foi fácil e com a venda de seu carro, o casal alugou um galpão na Avenida Celso Garcia, em São Paulo, local bastante movimentado e que concentra os templos de várias igrejas neopentecostais. Também alugou algumas horas nas madrugadas de algumas rádios de referência, cujo custo era mais em conta. Dois anos depois, a Igreja Plenitude já contava com seis modestos templos em São Paulo. Em 2015, esse número subiu para 20, espalhados em vários estados do Brasil. As celebrações e programas da instituição também já haviam chegado às TVs abertas, e naquele ano o número de horas de locação semanal pulou de 4 para 18 horas na *TV RBI* e de 4 para 9 horas na *Rede Brasil TV*.

Em algumas de suas celebrações, com forte apelo teatral, o apóstolo Agenor Duque utiliza uma túnica de estopa para “enfrentar” e vencer um pai de santo como se estivesse num ringue de MMA. Também faz com que um rapaz homossexual entre em transe e volte a ser heterossexual. No portal *Youtube*, esses vídeos podem ser assistidos, assim como denúncias de charlatanismo, enriquecimento ilícito contra o apóstolo. Duque ainda é criticado por seus gestos de ostentação ao viajar em aviões particulares, desfilarem com carros caros, como Porsche e BMW, roupas de grife, relógios de marca e cordões de ouro. Ele alega que os carros são de amigos e não comenta as outras denúncias.

Os testemunhos de milagres atribuídos ao apóstolo são apresentados com destaque nos programas da Igreja Plenitude. Agenor Duque não demonstra paciência com os fiéis que o interrompem nas suas pregações e já chegou a amaldiçoar um deles. A bispa Ingrid Duque mostra-se um pouco mais contida e comercializa roupas e outros acessórios “sagrados” no seu *facebook*. Um dos visitantes mais frequentes no programa da Igreja Plenitude, em 2016, era o pastor Marco Feliciano, que depois das denúncias de tentativa de estupro e agressões contra uma jovem do seu partido político, enfrentava problemas com a Assembleia de Deus. Seus elogios para o apóstolo e a acolhida carinhosa feita a ele por Duque sinalizavam uma provável mudança de Igreja por parte do deputado-pastor.

³¹ <http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/12/apostolo-emergente-das-igrejas-neopentecostais-promete-apagar-memoria-dos-fieis.html> - acesso em 21/10/2017.

2.10 - *Marketing* religioso

O *marketing* é uma ferramenta do mundo capitalista, pela qual as empresas procuram identificar as “necessidades” mercadológicas do seu público em potencial, ajustar os seus produtos a elas e aproximar as duas partes para que as vendas se concretizem. Mas o que isso tem a ver com as Igrejas? Afinal de contas, pelas normas tributárias brasileiras, elas deveriam ser entidades filantrópicas, sem fins lucrativos e que têm como finalidade principal difundir a palavra de Deus, no caso das igrejas cristãs, e levar conforto e esperança às pessoas que precisam deles.

Faz tempo, contudo, que as técnicas de *marketing* vêm sendo utilizadas por Igrejas, que buscam atender melhor o seu público ou *tarjet*, que é o termo mais adequado nesta atividade. No Brasil, a Igreja Católica foi uma das primeiras instituições religiosas a oficializar essa prática ao fundar, em 1996, o Instituto Brasileiro do Marketing Católico (IBMC). Segundo Souza (2005), seu primeiro presidente foi o bispo de Santo Amaro, dom Fernando Figueiredo, que é o mentor do padre Marcelo Rossi.

Entre as finalidades do IBMC estão a discussão de ações de *marketing* para a Igreja Católica e a organização de eventos para discuti-las. Souza (2005) relata que, em 2000, foi realizado, em Salvador (BA), o “IV Encontro Brasileiro de Marketing Católico”. Os conferencistas foram alguns publicitários renomados, participaram cerca de 600 pessoas e uma das questões recorrentes era que a Igreja Católica precisava “recuperar o atraso” frente às igrejas neopentecostais.

O principal pensador e colaborador do IBMC é Antônio Miguel Kater Filho, autor do livro “O *marketing* aplicado à Igreja Católica” (Loyola, 1994). Antes de entrar propriamente na seara religiosa, Kater Filho (1994) explica que o *marketing* em si é uma atividade que procura descobrir e compreender as necessidades e expectativas do homem. Nem sempre elas estão no âmbito material e, por esse motivo, o autor afirma que podem ser incluídas questões espirituais. Segundo ele, “novas” religiões têm se valido de estratégias de *marketing* para envolver fiéis “desgarrados e insatisfeitos”, principalmente da Igreja Católica.

O *marketing* tradicional, conforme Kater Filho (1994), se sustenta sobre quatro “pês”: produto, preço, praça e promoção. Para início de conversa, é preciso ter um bom produto, saber analisar as variáveis de custo para colocar um preço justo nele, ter bons pontos de venda para comercializá-lo e fazer uma boa divulgação dele. O autor (1994, p. 19) alerta que, de forma errônea, muitas pessoas ainda associam o *marketing* “apenas

a vendas, propaganda, distribuição de produtos e outras atividades afins, exclusivamente mercantilistas, que visam o lucro financeiro contábil, objetivo maior do capitalismo”.

Quando é aplicada à religião, Kater Filho (1994) garante que o objetivo é outro. Ele argumenta que se fosse o mesmo de uma indústria ou empresa, a sua proposta não se sustentaria. O autor (1994, p. 15) explica que “o *marketing* adequadamente aplicado à Igreja Católica, resolverá satisfatoriamente o problema da evasão de católicos e a falta de motivação entre seus fiéis, levando-os a um renovado interesse e amor pela Igreja”.

A diferença começa pelo “produto” oferecido pelas igrejas, que Kater Filho (1994) esclarece ser a salvação eterna, e é oferecido de forma gratuita, ou seja, o “preço” é zero. Ao contrário do que pensam alguns representantes das igrejas, a fé, os sacramentos e os ensinamentos de Jesus Cristo não são o “produto”, mas os meios para se chegar a ele. Apesar de o autor dizer que o “produto” é gratuito, para alcançá-lo as Igrejas impõem normas, doutrinas e dogmas que precisam ser seguidas, além das contribuições financeiras por meio do dízimo e outras coletas específicas.

Pelo *marketing* religioso, a Bíblia tem um papel importante no sentido de qualificar o “produto”. Conforme Kater Filho (1994), ela tem a função de um manual de instruções para utilização do “produto” e, ao mesmo tempo, é como um certificado de garantia da “salvação eterna”. O autor (1994, p. 39) acrescenta que esse certificado é “assinado e avalizado por aquele que é a maior garantia e em si mesmo o produto oferecido: Jesus Cristo”.

As confissões individuais ou “ao pé do padre”, como são conhecidas popularmente, são consideradas pelos especialistas em *marketing* religioso como as primeiras pesquisas realizadas junto ao *tarjet*. Kater Filho (1994, p. 45) comenta que “o sacerdote, após conhecer as necessidades e dificuldades de seus paroquianos, que lhe eram confiadas sem restrições ou censura, preparava um sermão de encomenda, adequado àquelas necessidades e dificuldades”.

A “praça” que as Igrejas dispõem para ofertar seu “produto” também é diferenciada, já que há templos espalhados por todo o Brasil. Muitos deles em locais nobres e dotados de conforto como poltronas macias, ar condicionado e estacionamentos próprios. Uma vantagem que as Igrejas levam em relação às empresas comuns é que seus templos são isentos do pagamento de impostos, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), por exemplo.

Mesmo dispondo de cerca de 7 mil pontos de celebração, entre paróquias e capelas, além de 14 mil padres, a Igreja Católica não consegue fazer a divulgação de seu

“produto” com eficiência. Kater Filho (1994) considera que o “calcanhar de Aquiles” da instituição está no último item do *marketing* tradicional, que é a “promoção”. O autor lembra que desde o início do Cristianismo e das ações de Jesus, classificado por ele como um “hábil comunicador”, e de seus seguidores, com destaque para Paulo de Tarso, a religião foi difundida com sucesso e se consolidou depois de mais de 2.000 anos de existência como a que possui o maior número de fiéis no mundo.

Além da estratégia de enviar seus discípulos e missionários a saírem pelo mundo para levar a palavra de Deus, a Igreja Católica também instituiu alguns símbolos que foram importantes para que o Cristianismo se firmasse como “marca”. Kater Filho (1994) cita como um dos mais importantes a cruz, que é reconhecida por todos os cristãos como símbolo da memória de Jesus Cristo. O autor (1994, p.44) comenta que a cruz “é considerada por peritos em comunicação visual do mundo todo como uma das mais perfeitas, simples e conhecidas logomarcas jamais vista em tempo algum”.

Nem todos os católicos consideram que a cruz é um bom símbolo para a Igreja Católica. Um dos seus críticos é frei Betto, ligado à Teologia da Libertação, que em palestra sobre os 50 anos do golpe militar no Brasil, em 2014, no auditório da Faculdade de Letras da UFMG, disse que ela remete ao sofrimento e ao “peso” que os católicos precisam carregar para se redimir de seus pecados. Em conversa com o papa Francisco, o religioso dominicano sugeriu que a cruz fosse substituída pelo pão, alimento que simboliza o corpo de Jesus na Eucaristia.

Outro símbolo importante da Igreja Católica citado por Kater Filho (1994) são os sinos, cujas badaladas ainda são ouvidas em algumas igrejas do interior do Brasil e, dependendo dos repiques, têm significados diferentes. Há ainda as torres, que já funcionaram como importantes pontos de localização das igrejas e para a locomoção das pessoas. Nas grandes cidades, boa parte dessas torres “desapareceu” no meio dos arranha-céus. O autor fala ainda das obras artísticas que decoram algumas igrejas e da música sacra, que também contribuem para a instituição atrair e persuadir pessoas com a sua mensagem.

Mesmo dispondo de todos esses recursos, a Igreja Católica acumulou falhas, que estão levando-a a ver seu rebanho diminuir enquanto o das igrejas evangélicas aumenta:

O que podemos perceber é que nos últimos tempos a instituição vem, lenta e gradualmente, perdendo o terreno outrora conquistado com desassombro em tantas áreas, intimidando-se e fechando-se cada vez mais em si mesma, numa atitude tímida, defensiva e ao mesmo tempo retrograda, em comparação ao seu arrojado passado de glórias. (KATER FILHO, 1994, p. 47).

A primeira sugestão de Kater Filho para a Igreja Católica estancar essa “sangria de fiéis” é trabalhar para detectar as reais necessidades não satisfeitas das pessoas. O autor acredita que as principais carências do mundo contemporâneo são mais de ordem espiritual do que material. O *stress*, a insônia e doenças como úlcera são, de acordo com ele, sintomas psicossomáticos do mundo contemporâneo.

Na visão de alguns teólogos, essa corrida desenfreada pelo consumo realmente não tem fim:

Mesmo os integrados no mercado com alto poder aquisitivo vivem uma eterna insatisfação porque o seu modelo de desejo está sempre inovando no seu consumo. No fundo, é uma corrida sem fim rumo ao consumo infinito para tentar satisfazer de modo pleno e definitivo todos os desejos. (SUNG, 1997, p. 56).

Essa associação da religião com o mercado não é recente e tem atraído o interesse de publicitários renomados. Sung (1996) recorda-se que Nizan Guanaes disse numa ocasião que, antes de ser um tênis, a Nike é um modelo de vida. “Nike é um estilo de visão de mundo. Seus anúncios são evangélicos. Não vendem apenas, doutrinam. Não convencem só, convertem” (GUANAES *apud* SUNG, 1997, p. 67).

Seguindo sua estratégia de *marketing* religioso, o passo seguinte, conforme Kater Filho (1994), é montar uma estratégia para fazer chegar o seu “produto”, ou seja, o anúncio da salvação, às pessoas, de uma forma rápida e eficiente. Além da “praça” que dispõe para oferecer o seu “produto”, ou seja, paróquias, capelas e outros espaços celebrativos; e do batalhão de pessoas para realizar esse trabalho, isto é, bispos, padres, diáconos e leigos engajados, o autor considera que a Igreja Católica precisa usar de forma mais eficiente os meios de comunicação, principalmente a televisão.

Nesse período de mais de 20 anos da publicação do livro “O *marketing* aplicado à Igreja Católica”, a instituição investiu de forma significativa na edificação e consolidação de emissoras de televisão e outros veículos midiáticos. Porém, contrariando as previsões de Kater Filho (1994), o número de católicos continuou diminuindo na mesma proporção em que aumentaram os evangélicos e os sem-religião.

Junto com a evasão de fiéis, a Igreja Católica também tem visto diminuir a sua arrecadação financeira. Nuzzi (2012) informa que a Santa Sé verificou uma redução drástica do óbulo de São Pedro, que depois de ter chegado a US\$ 100 milhões, em 2006; baixou para US\$ 82,5 milhões, em 2009; e US\$ 67 milhões, em 2010. Trata-se de uma coleta anual, feita no Dia de São Pedro, em 29 de junho, por dioceses, instituições

de vida consagrada, comunidades de vida apostólica, fundações e empresas privadas de todo o mundo católico e enviada ao Vaticano.

Para Sung (1997), o papel do Cristianismo deve ser o de combater as injustiças econômicas e sociais, envidando esforços para que haja uma melhor distribuição de renda. O teólogo acredita que uma das medidas a serem tomadas pelas igrejas para atingir esses objetivos é combater os desejos miméticos que levam as pessoas a serem dominadas pelo “deus” mercado.

2.10.1 - Campanha publicitária

As campanhas publicitárias são um dos recursos da área de *marketing* que as empresas utilizam para divulgar o seu “produto”. Elas se encaixam no item “promoção” e buscam difundir a imagem do “produto” por meio de *outdoors*, *busdoors*, televisão, rádio e mídia impressa. Não é comum igrejas realizarem campanhas publicitárias, já que dispõem de suas “praças” próprias, isto é, as paróquias, capelas e outros espaços celebrativos, para realizar esse trabalho.

A Igreja Universal do Reino de Deus quebrou essa tradição, nos anos de 2013 e 2014, quando veiculou a campanha “Eu sou a Universal”. Ela foi constituída de vídeos testemunhais, cartazes e peças publicitárias nos quais alguns seus integrantes contavam brevemente as suas histórias de sofrimento e perdas, para em seguida mostrarem que tinham superado tudo com o apoio da Igreja.

Um dos vídeos da campanha é do ex-morador de rua, negro e hoje empresário de sucesso, Claudio Soares. Trata-se de uma criança rejeitada pela mãe, que vai morar na rua, enfrentando frio, fome e violência, até encontrar o apoio da Igreja Universal do Reino de Deus para superar essas dificuldades e se tornar um “vencedor”.

Outro vídeo apresenta o testemunho da empresária Patrícia Leal, abusada sexualmente pelo pai dos 8 aos 13 anos de idade. Ela começa falando de seus fracassos na vida profissional – estava falida – e pessoal – se separou do marido. Sua vida, no entanto, mudou quando ela resolveu dar um basta em tudo isso e mudar de atitude. Após ingressar na Igreja Universal, ela refez seu casamento e tornou-se dona de seis restaurantes.

A perda de fiéis, verificada no censo de 2010 do IBGE, que constatou que o percentual de seguidores da instituição baixou de 2,5% para 2,3% da população brasileira, em comparação com o censo de 2000, pode ter sido a mola propulsora que levou a instituição a lançar a campanha. Se o objetivo era reduzir a evasão de fiéis, não

se sabe se ele foi alcançado, mas a campanha chamou a atenção de muita gente pela qualidade da produção e por conseguir emocionar as pessoas.

A utilização de um recurso heterodoxo para o meio religioso, que é o discurso publicitário, confirmou a tendência verificada por alguns estudiosos da religião de que muitas igrejas têm adotado o comportamento e as estratégias de *marketing* de empresas comuns. Os autores do projeto que prevê o fim da renúncia fiscal para as igrejas já perceberam isso e pedem que elas tenham o mesmo tratamento das empresas comuns.

De acordo com a Secretária da Previdência Social, 30% do déficit de quase R\$ 150 bilhões do setor, em 2016, foram proveniente de renúncias fiscais. As entidades filantrópicas, nas quais estão incluídas as igrejas, são o segundo grupo mais beneficiado e deixaram de recolher R\$ 10,7 bilhões aos cofres da Previdência. Elas só perderam para os participantes do Simples Nacional, que foram anistiados em R\$ 22,5 bilhões.

Capítulo 3 – O Discurso Midiático

3.1 - Características do discurso midiático

O passo que damos agora nesta tese é o de tentar definir o discurso midiático, que se encontra numa posição bem diferente da do discurso religioso. Para começar, ele não é um discurso constituinte, ou seja, não desfruta do estatuto de um discurso autofundante, que funciona como “fiador” de outros discursos e é considerado “perfeito” ou “ infalível”. Longe disso, o discurso midiático precisa de validação por parte do público e está fadado a se defrontar com a ética cidadã da instância de recepção, que irá regular suas ações.

Emediato (2009, p. 53) entende que “as proposições implícitas nos textos midiáticos, sugerem o reconhecimento, pelo leitor, de uma ética cidadã pressupostamente circulante no espaço público”. Para o pesquisador, essa pressuposição dá um caráter de pré-validação à instância de produção, garantindo-lhe legitimidade em relação às formas de tratar a informação.

É bom compreendermos melhor o que é e como age essa ética cidadã, que o pesquisador considera estar presente na mídia de referência:

A ética cidadã é uma construção simbólica e, na mídia, funciona como uma representação que se dá da figura do destinatário ideal. Certamente, ao representá-la, podem ocorrer simplificações, reduções e uma intenção de fazer predominar uma interpretação sobre a ética cidadã (sugerir, por exemplo, que o cidadão deseja majoritariamente uma economia mais ou menos liberal). De todo modo, não se pode impor uma ética cidadã sem esperar reações, assim como não se deve esperar exercer a influência sobre o outro sem esperar uma reação de contra-influência. (EMEDIATO, 2008, p. 78).

É como se o jornalista, no momento em que vai elaborar seu artigo ou sua reportagem “enxergue” na sua frente sujeitos-destinatários, que ele acredita comungarem de certas ideias, valores e crenças que componham os valores da cidadania. Quando esse profissional vai abordar, por exemplo, um tema como os casos de corrupção no Governo brasileiro, ele acredita que a maioria deve aprovar as suas críticas, pois insere o valor da honestidade no trato da coisa pública como um parâmetro essencial da ética cidadã. A reação pode surgir, contudo, por parte de leitores que são apoiadores do Governo, o que sugere, segundo Emediato, uma outra ética, a ética militante, mais pragmática em sua hierarquia de valores.

Não se pode perder de vista que boa parte da mídia de referência mantém uma independência relativa dos governantes e empresários, já que depende deles para se manter. No Brasil, a verba publicitária vem majoritariamente desses dois grupos. Ao mesmo tempo em que apresentam denúncias de corrupção contra o Governo Temer, por exemplo, os veículos de comunicação apoiam campanhas como a da reforma da Previdência, rejeitada pela maior parte da população. No caso específico da Rede Globo, observamos que ela dedica apoio especial ao poder Judiciário, mesmo diante de decisões polêmicas de alguns de seus integrantes e dos privilégios que beneficiam todo o segmento.

Para os jornalistas, a ética cidadã funcionaria como um importante balizador da opinião pública, agindo como uma espécie de bússola para guiar os enquadramentos e problematizações dados aos temas tratados. Para alguns temas, como sustentabilidade e meio ambiente, é mais fácil prever que a ética cidadã dos leitores, telespectadores, radiouvintes e internautas vai aprovar matérias que ataquem desperdícios de água, devastações de florestas e ações poluidoras.

Há, entretanto, temas mais polêmicos que podem enganar os “radares” dos jornalistas, levando-os a realizar uma problematização que pode desagradar, em parte, a ética cidadã. Questões de cunho moral ou religioso, como o aborto e as uniões homoafetivas, irão fatalmente encontrar um público dividido. Nota-se, portanto, que a ética cidadã é uma aposta fundada em uma generalização. É nesse sentido que Emediato fala de uma *ética cidadã figurada* pela mídia. Em virtude disso, é pouco comum tais temas, mais polêmicos, serem tratados em editoriais da mídia de referência. Já a mídia religiosa se posiciona abertamente contra esses temas, obedecendo as normas, doutrinas e dogmas das igrejas.

Se a mídia de referência tomar tal atitude corre um sério risco de enfrentar reação contrária de parte de seu público, que tende a ser mais heterogêneo que o da mídia religiosa. Emediato (2008) faz uma distinção entre as problematizações feitas pela mídia de referência nos seus editoriais, artigos de opinião e reportagens. Em cada um deles, o jornalista procura atingir um alvo diferente, dentro da ética cidadã.

No caso do editorial, Emediato (2008) esclarece que o jornalista emite uma opinião dentro dos limites de uma ética cidadã figurada. Afinal de contas, é nesse espaço que o jornal ou a revista, enquanto empresas, emitem suas opiniões. O pesquisador relata que são comuns nesse espaço temas como as críticas às ações do

estado e as deficiências em serviços de saúde, educação e segurança. O editorialista também assume o papel de defensor dos cidadãos, procurando expor suas mazelas.

Quando se trata de artigos de opinião, Emediato (2008, p. 77) postula que eles respondem à *doxa* de grupos mais homogêneos, entre elas questões econômicas e políticas pontuais. Jornais de referência normalmente convidam colunistas com linhas de pensamento semelhantes à proposta editorial da publicação. Para se mostrarem democráticos, alguns deles reúnem colunistas com posicionamento diferente do deles. Um exemplo é o economista Delfim Neto, de pensamento liberal, que tem uma coluna na revista *Carta Capital*, de linha editorial de centro-esquerda.

Em se tratando das reportagens, Emediato (2008) acredita que elas realizam abordagens problematológicas na mesma linha de pensamento trabalhada pelos editoriais. Na nossa visão, são os problemas recorrentes abordados pelas reportagens, como “estragos” provocados pelas chuvas, aumento dos casos de dengue ou estatísticas de acidentes automobilísticos durante feriados é que motivam os editorialistas a escolherem esses temas.

Aliás, para Emediato (2008) um dos poderes que se pode atribuir à mídia de referência é justamente o de escolher os temas que irão pautar as discussões da sociedade, frente a uma determinada conjuntura. No final de 2015, questões como a crise política do Governo Dilma Rousseff, a estagnação da economia brasileira e a falta d'água eram temas recorrentes na mídia de referência do Brasil. Temas positivos e exemplos de superação eram incluídos na pauta para amenizar o pessimismo.

Engana-se, contudo, quem acha que a mídia de referência se encarrega de problematizar esses temas de forma autônoma. Na opinião de Emediato (2008), ela faz isso considerando a ética cidadã, ou seja, a instância destinatária com seus valores, lugares e crenças. O pesquisador acrescenta que a problematização é interna à ética cidadã, englobando questões como justiça para todos, honestidade e punição aos homens públicos corruptos, o trato ético da coisa pública, etc.

Em suma, Emediato (2008, p. 76) tem convicção de que “o poder da mídia se reduz, assim, ao poder de responder problematologicamente às questões colocadas pela ética cidadã, dando visibilidade e resposta aos temas e fatos que lhe são pertinentes”. Como podemos ver, o pesquisador reduz a dimensão da liberdade editorial da qual a mídia de referência se jacta e postula que ela age em sintonia com a ética cidadã para realizar as problematizações dos temas que escolhe. No entanto, o autor admite que além da lógica cidadã – simbólica por natureza - também atua na mídia a lógica

econômica, pois ela se situa numa zona de concorrência que a leva a se valer de estratégias de captação complexas.

Para ilustrar essa situação, recordamos um fato que ocorreu no Brasil, na década de 1980. Duas importantes empresas de comunicação tomaram decisões distintas quanto à cobertura das manifestações denominadas “Diretas Já”, que ocorriam em várias partes do país em defesa do voto direto na eleição presidencial, após mais de duas décadas de ditadura militar. A princípio, a *Rede Globo* optou por ignorar as manifestações enquanto o jornal *Folha de São Paulo* optou por lhe dar ampla cobertura, apostando na redemocratização do país.

A reação da ética cidadã, proposta por Emediato (2008), foi instantânea. As equipes de reportagem da *Rede Globo* passaram a ser hostilizadas pelas pessoas durante as manifestações, que associavam a emissora ao Governo Militar. A *Folha de São Paulo*, por sua vez, mesmo tendo apoiado a ditadura militar e, segundo a Comissão Nacional da Verdade (CNV), até tendo emprestado seus veículos para transporte de presos políticos, percebeu que aquele era o momento de mudar de lado e atender aos anseios da ética cidadã. Essa atitude foi primordial para que o jornal ganhasse a simpatia da população e ampliasse consideravelmente a sua tiragem. Percebendo seu erro, a *Rede Globo* mudou sua postura e passou a cobrir os comícios.

Mesmo no âmbito da tematização, a mídia de referência precisa obedecer a algumas normas para fazer suas escolhas:

O poder sobre a tematização é, certamente, regulado pela necessidade de enquadrar os temas dentro de unidades culturais paradigmáticas, conforme observou Mouillaud (1990). As unidades paradigmáticas são construídas, em parte, por forças externas à empresa jornalística. Se a mídia organiza o espaço público como espaço de discussão, ela não é, por outro lado, a fabricante do espaço público e nem possui o monopólio da discussão e da problematização da sociedade. (EMEDIATO, 2008, p. 74).

Com o advento da *internet* e das mídias sociais, como o *facebook*, o *youtube*, *twitter* e o *instagram*, ficou ainda mais evidente o poder limitado da mídia de referência de pautar a sociedade por meio de suas tematizações e problematizações. Utilizando esses meios, as pessoas interagem, se organizam ou se atacam, conforme suas afinidades ou divergências política, econômica e social.

Isso pôde ser verificado, no Brasil, durante as eleições presidenciais de 2014. Algumas mídias sociais, como o *facebook* principalmente, se converteram em verdadeiros campos de batalha e de boatos. Muitos deles “alimentados” por

profissionais contratados pelos próprios candidatos. Variados temas eram lançados, regularmente, na rede e as problematizações se davam, muitas vezes, de forma irracional e insana.

À mídia de referência cabia a incauta tarefa de acompanhar essas “batalhas” de palavras que ocorriam nas redes sociais e trazer o resultado desse ódio destilado e das ofensas espalhadas para ser analisado por especialistas em áreas das mais diversas, como a política, a da comunicação e a da psicologia. É provável que tanto a tematização quanto a problematização no cenário das redes sociais sofressem influência da ética cidadã.

Charaudeau (2006, p. 18) reforça essa ideia de que a mídia não é instância de poder, já que para alcançar essa posição ela precisaria de “ter a capacidade de gerir e influenciar os comportamentos dos indivíduos que vivem em sociedade e, para isso, deve dotar-se de meios restritivos: regras de comportamento, normas, sanções”. O pesquisador explica que a igreja, por exemplo, é uma instância de poder por controlar as leis universais de moralidade.

Para Charaudeau (2006), a mídia e a figura do jornalista se colocam mais como uma instância de denúncia do poder. Isso fica evidenciado nas reportagens investigativas, nas quais os profissionais da imprensa procuram pesquisar documentos e encontrar “fontes” que lhes garantam informações exclusivas e respaldo para suas denúncias. Há no meio jornalístico a busca constante pelo “furo” jornalístico, que é a informação dada em primeira mão.

Isso pode ocorrer nas várias vertentes do jornalismo, como no político, econômico, cultural e religioso. É óbvio que existem “fontes” que agem por interesse pessoal. Uma denúncia contra um político, por exemplo, pode ser feita por um adversário, que busca prejudicá-lo. O jornalista precisa ser cauteloso, checar bem as informações e procurar perceber as intenções da sua “fonte”. Agindo assim, o profissional evitará ser enganado ou cometer o que no jargão jornalístico é chamado de “barrigada”, isto é, dar uma informação falsa.

Mesmo se colocando como guardião dos direitos dos cidadãos, o jornalista é controlado pela linha editorial da empresa em que trabalha. Essa, por sua vez, não pode contrariar seus aliados políticos e os anunciantes. O poder público, por exemplo, é um dos principais anunciantes da mídia de referência. É complicado, portanto, fazer críticas aos Governos que, muitas vezes, garantem a sobrevivência das empresas jornalísticas.

Para alguns estudiosos, o jornalismo de referência vive entre a cruz e a espada, ou seja, ao mesmo tempo em que procura atender a ética cidadã é confrontado pelos interesses políticos e acordos econômicos das empresas de comunicação:

O jornalismo continua servindo à democracia cidadã, sua existência é mesmo vital para a democracia. Porém, seu complexo dispositivo comunicacional o coloca numa posição delicada entre o cidadão e os interesses econômicos e políticos. O jornalismo se transformou em um conjunto de grandes corporações nacionais e internacionais, que fabricam a informação, controlam-na e a fazem circular no mundo, das agências de notícias às empresas de comunicação. A informação midiática é agora um produto de um sistema fenomenal e global de produção de notícias. (EMEDIATO, 2013, prefácio).

Um longo caminho é percorrido entre a apuração dos fatos até que a notícia chegue pelo jornal, pelo rádio, pela televisão ou pela internet até o sujeito-receptor. Emediato (2013) explica que esse processo de transformação dos fatos em acontecimento (*événement*) envolvem um processo de encenação, dramatização e perspectivação, que acaba por misturar realidade e ficção. De acordo com o autor (2013, prefácio), “a informação jornalística se tornou o espetáculo da vida cotidiana”.

Charaudeau (2006) acrescenta que a instância de produção imagina seu público como o receptor-ideal e tenta produzir nele efeitos de sentido. Porém, a instância de recepção constrói seus próprios efeitos de sentido, que dependem de suas condições de interpretação. O pesquisador acredita que dessa maneira são gerados “efeitos de sentido possíveis”, que congregam o esforço da instância de produção e a resistência da instância de recepção.

Segundo Mouillaud (1997, p. 51), “a informação não é o transporte de um fato, é um ciclo ininterrupto de transformações”. O pesquisador comenta que o sentido levado pela mídia ao seu público é remanejado por ele, em seu campo mental, e recolocado em seu ambiente cultural. Isso significa que o sentido não é absorvido e partilhado dentro de sua forma “original”. Ele é retrabalhado pela instância de recepção antes de ser repassado aos seus pares.

É provável que essa instância de recepção perceba que o jornalista e, conseqüentemente, a empresa jornalística em que ele atua, realizam um trabalho de “lapidação” do acontecimento, que inclui acréscimos e “apagamentos”, até concebê-lo como informação. Mouillaud (1997, p. 53) avalia que “um compartilhar semântico assaz claro permitiria opor o acontecimento e a informação como o antecedente cronológico, a ocorrência recebida, o conteúdo material de um lado e, do outro, o produto, a difusão, a formatação”.

Quando, por exemplo, recebemos a informação da tragédia que se abateu sobre o distrito de Bento Rodrigues, em Mariana (MG), no dia 05 de novembro de 2015, fazendo o povoado desaparecer sob a lama de resíduos de minério de ferro despejados pela Samarco, temos que considerar as duas instâncias: a do acontecimento e a da informação. O que os estudiosos alertam é que existe um processo de produção de notícias que tem grandes chances de alterar os fatos, acrescentando-lhes doses de ficção e espetacularização, atendendo muitas vezes a interesses políticos e econômicos.

Mouillaud (1997, p. 53) postula que “essa dicotomia que, à primeira vista, parece clara e distinta reflete o que se chamaria de ideologia espontânea dos profissionais”. O pesquisador explica que é nesse intervalo entre o acontecimento e a elaboração da informação que os profissionais da imprensa refletem sobre sua prática, fundamentam seus valores e justificam sua deontologia de serem fiéis aos fatos. É, provavelmente nessa hora, que esses profissionais procuram se posicionar como defensores dos direitos dos cidadãos.

Um problema que, conforme Mouillaud (1997), é comum e diz respeito ao modelo construído de “acontecimento”. Isso requer uma postura questionadora do profissional de imprensa, que visa defender os direitos dos cidadãos. Se pensarmos, por exemplo, na cobertura jornalística da “tragédia de Bento Rodrigues”, podemos inferir questões do tipo: as matérias mostram a irresponsabilidade da mineradora Samarco, que não tomou as medidas de segurança necessárias para evitar o desastre? Os nomes da Vale e da BHP, proprietárias da mineradora Samarco, que provocou a tragédia, estão sendo evidenciados? Por que os órgãos fiscalizadores estaduais consideravam segura a barragem de Fundão, que se rompeu?

O papel do profissional de imprensa precisa ser compreendido:

Em meio a um dispositivo de tamanha tecnologia e alcance econômico e político, é ingenuidade pensar que a objetividade e imparcialidade jornalística sejam ainda um ideal da mídia contemporânea. (...) Assim como não há discurso que não busque agir sobre o outro e influenciá-lo, não se pode acreditar que não faça parte da intencionalidade jornalística agir sobre as representações mentais de seus leitores, influenciá-los de alguma maneira, incitá-los a algum tipo de ação ou mesmo ao conformismo. (EMEDIATO, 2013, prefácio).

Charaudeau (2006) enumera outras características e qualidades que a instância de recepção espera que sejam portadores os profissionais que atuam nos veículos de imprensa e também as empresas de comunicação, chamados pelo pesquisador de “informadores”. A primeira delas é a notoriedade, que vai garantir a esses informadores

autoridade para informarem algo que é digno de fé. Acredita-se também que os informadores sejam testemunhas dos fatos, tendo por obrigação relatar o que viram e ouviram.

Outra expectativa da instância de recepção em relação ao informador é de que ele seja plural. Conforme Charaudeau (2006, p. 53), isso quer dizer que “a informação emana de várias fontes, de vários informadores. (...) e, com isso, a pluralidade desempenha um papel de reforço, de confirmação da verdade”. Por fim, espera-se que os informadores sejam organismos especializados, o que fará com que eles desempenhem suas funções com mais profissionalismo e não tentem enganar a instância de recepção.

Assim como Emediato (2013), consideramos ingenuidade pensar que os jornalistas ajam com imparcialidade, impedindo que seus valores e crenças interfiram na produção das notícias. Discordamos de Charaudeau quando ele afirma que o informador pode agir com mais isenção se for um organismo de comunicação especializado. A nosso ver, o fato de serem empresas especializadas em comunicação não garante que elas deixem de lado seus interesses econômicos e políticos. É bem provável que uma parte significativa da instância de recepção ponha em cheque o comportamento dos jornalistas e das empresas de comunicação, colocando em dúvida a veracidade das informações.

O próprio Charaudeau salienta que não existe “grau zero” de informação, isto é, uma notícia sem implícitos e sem valores de crença. O pesquisador (2006, p. 59) assinala que “a informação não escapa a um outro paradoxo: cada vez que se dá uma explicação, esta sempre pode ser submetida a uma outra inquirição, numa cadeia infinita de ‘porquês’, tendo cada explicação ‘seu lado de sombra’”.

Mouillaud (1997) trata dos conceitos de opacidade e transparência, tomados emprestados de François Recanati, para explicar o “véu” que encobre o acontecimento. Ele pode permanecer ou não sobre o acontecimento até que se transforme em informação. O pesquisador (1997, p. 56) esclarece que “chamaremos acontecimento a modalidade transparente da informação; aquilo que, então, aparece como figura é seu objeto: os acontecimentos aos quais se refere a informação formam o mundo que se supõe real”.

O desafio para a instância de recepção é tentar “enxergar” o lado opaco da informação, que ficou implícito. Para conseguir, o melhor caminho talvez seja o de manter uma postura de cautela frente a uma notícia e tentar imaginar o que pode ter sido

o acontecimento que originou aquela informação. Também é prudente adotar uma postura de investigador, procurando ler, ouvir e assistir a mesma notícia em veículos de comunicação diferentes. Isso levará a instância de recepção a fazer valer a sua ética cidadã!

3.1.1 - Validação da informação

Para que o contrato de comunicação se efetive de fato, com os traços da relação comunicativa identificáveis entre enunciadores e destinatários, acrescidos da situação de enunciação a ser negociada e objeto de regulação, Emediato (2007) fala da necessidade de haver a validação da informação. Para isso, o autor se vale das reflexões de Rodolphe Ghiglione (1984), sobre o problema do contrato de comunicação. Conforme o pesquisador, Ghiglione (1984) faz uma distinção entre “situação potencialmente comunicativa” (SPC) e “contrato de comunicação” (CC) efetivo.

A SPC ocorre quando enunciador e destinatário são ligados por interesses (*enjeux*). Emediato (2007, p. 84) esclarece, no entanto, que “para que uma SPC se transforme em contrato de comunicação efetivo, um certo número de regras deve ser observado e colocado em operação (regras conversacionais, leis de discurso, saberes compartilhados etc.)”.

Segundo o pesquisador (2007), Ghiglione (1984) interessa-se pelos processos de validação operando ao longo de uma interlocução. Essa validação trata dos diálogos regulares presentes nas interlocuções. Para Emediato, é necessário dar-se mais atenção a esse assunto, que interfere diretamente no estabelecimento do contrato de comunicação. Isso porque ocorrem, ao longo dos processos de interação, jogos de validação que colocam em evidência acordos e negociações. Eles interferem na formação de sentido entre os interlocutores.

Emediato (2007) explica que depois que ocorre uma situação potencialmente comunicativa, reunindo interlocutores que têm interesses comuns, serão criados momentos diferentes para a seleção de parâmetros contratuais. Dessa maneira, a escolha dos temas, o respeito a certas regras conversacionais e o compartilhamento de saberes exigirão a fixação e a interpretação constante desses parâmetros. Eles serão, assim, objetos de avaliação por parte dos interlocutores, podendo ser validados ou não.

Quando os parâmetros são validados, eles resultam em contratos de comunicação efetivos. Caso isso não ocorra, eles podem ser descartados ou ajustados, colocando em cena o *princípio de regulação* (Charaudeau & Maingueneau, 2004). De

acordo com Emediato (2007, p. 84), “a validação parece constituir um momento primeiro e fundador do reconhecimento à palavra do outro”. Trata-se de um reconhecimento de credibilidade do destinatário em relação ao enunciador. No caso da imprensa de referência, a validação se dá quando a instância de recepção se dispõe a avaliar os parâmetros contratuais para verificar se vale a pena firmá-lo.

Emediato (2007) comenta que Ghiglione (1984) reconhece que a validação é problemática, principalmente no caso da comunicação monolocutiva (imprensa escrita, pronunciamentos pela televisão, livros impressos, discursos políticos, peças publicitárias). O pesquisador (2007, p. 85) explica que “nessas situações, os textos são produzidos em um momento anterior ao de sua recepção, o que impede a sua validação imediata”. Também não haveria como fazer ajustes, pois não se abre espaço para a discussão dos parâmetros contratuais com os interlocutores.

Uma saída para esse problema, apontada por Ghiglione (1984 *apud* EMEDIATO, 2007, p. 85), seria “pensar que as situações não interlocutivas supõem uma validação *a priori*, ou seja, elas tratariam as situações potencialmente comunicativas como se fossem, imaginariamente, contratos de comunicação efetivos”. Nesse caso, a aposta do locutor é que ele será capaz de dotar a enunciação de interesses comuns com os interlocutores.

As diferenças entre as situações interlocutivas e monolocutivas ajudam a entender melhor as formas de validação que se dão em cada uma delas:

Em situações interlocutivas nós temos as duas instâncias locutor/alocutário atuando face a face, o que nos permite a análise do produto final produzido por ambos e, sobretudo, a análise das intervalidações e regulações que intervêm ao longo da interação conjunta. Já nas situações monolocutivas registra-se uma significativa diferença: o destinatário (leitor) é uma figura imaginária inscrita em filigrana na página através de índices e marcas que funcionam como traços de inferências abduativas do processo de produção sobre a instância de recepção. Nesse sentido, a figura imaginária de destinatário atua como instância pré-validante, conforme a imagem desenhada pelo produtor, reagindo apenas por abdução. (EMEDIATO, 2007, p. 86).

No caso dos jornais impressos, existe o espaço destinado às cartas dos leitores, que poderia ser entendido como uma participação deles nesse processo de validação da informação. Emediato (2007) não reconhece esse tipo de interlocução, já que essas cartas são selecionadas e editadas pela instância de produção midiática. Para o pesquisador, esse espaço apenas simula a interlocução.

Emediato acredita no maior poder de influência das situações monolocutivas. O autor (2007, p. 86) explica que “nessas situações a imagem de destinatário está inscrita

como se correspondesse a uma validação e a uma conformidade, o leitor encontra-se diante de um texto que o interpela identitariamente como ‘feito para si’”. É como se na hora de definir a pauta da edição do dia seguinte, a equipe do jornal pudesse avaliar, de antemão, que o tema X, abordado dentro de uma certa problemática, atenderia à ética cidadã da maioria do seu público, que o validaria. No entanto, o autor destaca a competência dos sujeitos interpretantes em resistir à influência colocando em ação a sua função crítica, não sendo o uso da linguagem um processo unidirecional, mas sempre negociado. A influência, assim como o poder, para Emediato, é sempre um processo relacional.

3.1.2 - Pesquisadores da comunicação

Alguns pesquisadores das áreas de Comunicação Social e Argumentação corroboram as análises dos estudiosos da Análise do Discurso sobre o comportamento da mídia de referência e a produção jornalística. Medeiros (2011, p. 41) afirma que “os MCM não possuem tais ‘superpoderes’ sobre o receptor. O poder de influência da TV, por exemplo, é grande, mas não decisivo, ostensivo e tão manipulador quanto se aparenta”.

Medeiros acrescenta que o poder absoluto atribuído aos meios de comunicação de massa, como os pesquisadores da Escola de Frankfurt, deixou de ser considerado há várias décadas. De acordo com o pesquisador (2011, p. 43), “os receptores possuem censo crítico, experiências de vida marcantes e recebem outros tipos de influência, que apenas não os da indústria cultural”.

Ao contrário do que se pensava um século atrás, a relação entre os meios de comunicação de massa e a instância de recepção são bem horizontalizadas:

Já se foi o tempo em que se criticavam os meios de comunicação produtores da cultura massificada, por ‘imporem’ novas necessidades. Não há necessidades falsas que forcem os receptores a fazer coisas que não querem: não há a ditadura dos meios, que os críticos dos MCM no passado ressaltavam. (MARCONDES FILHO, 1985, p. 5 *apud* MEDEIROS, 2011, p. 42).

O modelo de programação adotado pelos principais veículos de comunicação no Brasil são destacados e confirmam a linha de dramatização verificada por Emediato (2008). Miguel (2002) avalia que o “Jornal Nacional”, da *Rede Globo*, privilegia os *fait-divers*³² e notícias cuja narrativa se assemelhe à das telenovelas. Ele explica que elas

³² Fatos curiosos e inusitados que, por esse motivo, ganham destaque na mídia.

são apresentadas em capítulos, mostram a luta do bem contra o mal, reforçando o estereótipo de personagens que possam despertar a simpatia e a antipatia do público.

O pesquisador (2002) assinala que esse tipo de comportamento da mídia não está restrito ao Brasil. Conforme ele, há estudos sobre mídia que indicam que existe uma tendência mundial de aproximar a forma narrativa das notícias da ficção e do drama (GAMSON, 1992, p. 34 *apud* MIGUEL, 2002, p. 72).

Um exemplo citado por Miguel (2002) foi a cobertura dada ao caso denominado “maníaco do parque”, no qual um *serial killer* matou nove mulheres num parque, em São Paulo. O pesquisador analisou 72 edições do “Jornal Nacional” e, em 27 delas, o assunto foi tratado. Elas versavam sobre a angústia dos pais, a descoberta e reconhecimento dos corpos, a identificação, a prisão e a confissão do suspeito. Repórteres consternados e entrevistados emocionados ou indignados compunham a cena.

No caso da televisão, a forma de comunicação é interlocutiva e a reação da instância de recepção permite que jornalistas e empresas de comunicação façam ajustes nas matérias subsequentes de uma série ou suítes³³. Se existe uma tendência à dramatização e espetacularização da notícia é porque, provavelmente, a instância de recepção se filiou ao contrato de comunicação.

Como foi dito por Emediato (2007), o jornalista e a empresa de comunicação apostam na pré-validação da informação e no seu poder de influência se pautando na ética cidadã. Essa perspectiva se junta à de Breton:

Nenhuma opinião proposta intervém num terreno virgem. Cada indivíduo tem previamente um ponto de vista próximo da opinião que lhe é proposta. (...) Esta opinião vai se inscrever em um conjunto de representações, de valores, de crenças que são próprias do auditório considerado. (BRETON, 2003, p. 33).

Breton (2003, p. 35) completa que “toda ação está ligada a uma ética que, acima dela, fixa seus limites, a partir de critérios exteriores ao funcionamento da própria ação. Sem esta ligação, a argumentação estaria condenada a ter como único critério a eficácia”. Os jornalistas e empresas de comunicação precisam estar sintonizados com esses valores éticos, que estão no cerne da problematização das informações. Esse é o “passaporte” que lhes dará passagem entre leitores, radiouvintes, telespectadores e internautas.

³³ No jargão jornalístico, suíte significa dar continuidade nas edições seguintes a determinados temas considerados importantes pela instância de produção, com base na boa aceitação da instância de recepção.

Outro problema do mundo contemporâneo, principalmente após a queda do comunismo, é a força do capitalismo, que se reflete diretamente sobre o funcionamento da sociedade. Martín-Barbero (2009) argumenta que o mercado controla as relações políticas, econômicas e sociais, porém não pode sedimentar tradições e criar vínculos societários. O pesquisador salienta que o mercado proporciona trocas sociais puramente formais, que geram satisfação ou frustração, mas nunca sentido.

Se o mercado, de acordo com a visão de Martín-Barbero (2009), não é capaz de gerar sentido para a sociedade, o poder político fica desgastado e o setor educacional público em vários países atinge um nível de “deterioração”. Diante disso, é difícil encontrar instâncias que possam apontar caminhos confiáveis. Algumas instituições, como a mídia e as igrejas, parecem tentar ser esse “farol” que pretende guiar a sociedade.

Ao analisar a presença das igrejas na mídia, alguns teólogos alertam para o risco de esse “casamento” do religioso com o profano poder “contaminar” a palavra de Deus. Palácio (2002, p. 304) adverte que “o evangelho – a mensagem – pode ser ameaçado de duas formas: pelo uso do poder, inerente aos MCS, e pelo modo peculiar que eles possuem de “apropriar-se” da realidade e de “processá-la””.

O pesquisador (2002) afirma que os meios de comunicação social visam, essencialmente, o lucro e para atingi-lo não existem barreiras éticas. A pergunta feita por ele é se é possível evangelizar utilizando métodos antievangélicos? Referindo-se à lógica do lucro e do poder, Palácio (2002, p. 304-305) salienta que “tudo é contaminado por ela – mesmo as boas intenções e os temas mais puros e religiosos – ao ser assimilado e resignificado dentro dessa lógica voraz”.

Outra crítica que se faz é sobre a dificuldade que as igrejas têm de utilizar a linguagem televisiva. Parafraseando o título do livro de Della Cava & Montero (1991), Benedetti (2002) diz que “o verbo não se fez imagem”. Para ele, exibir uma missa, uma procissão ou uma palestra discursivo-doutrinária não faz muito sentido, pois só vai atingir aos fiéis que integram a igreja. O pesquisador também acusa o sistema midiático de realizar um nivelamento “por baixo”.

A transformação dos fiéis em consumidores é destacada por alguns pesquisadores:

Uma nova igreja é criada, universal e virtual. Os templos são os próprios lares; os púlpitos são os aparelhos de televisão; o sinal da pertença ao grupo se expressa no consumo. Somente é fiel dessa igreja aquele que possui capacidade de consumir alguns

dos produtos por ela vendidos. Repete-se no campo religioso o que Canclini aponta para o campo social e político: consumidores e cidadãos. Aqui consumidores e fiéis. (GOMEZ, 2002, p. 344).

Para ele, na mídia a principal busca é pelo espetáculo e, com isso, o culto perde o mistério do sagrado. O pesquisador lamenta que as igrejas tenham cedido à lógica da sociedade do espetáculo, sacrificando a participação das comunidades. Gomez (2002, p. 345) avalia que “o uso indiscriminado da mídia, principalmente para a celebração, pode trazer, como consequência, uma superficialização do mistério e a banalização do que se celebra”.

3.2 - Apropriação do discurso midiático pelo discurso religioso

3.2.1 - Como se dá a imbricação

Imbricar significa misturar um elemento ao outro, de forma sutil, porém coesa, podendo formar ou não um terceiro. Se a experiência tiver êxito, esse novo produto originado no processo de imbricação traz no seu “DNA” características de seus “pais”. No caso da mídia religiosa, que consideramos ser resultante da imbricação do discurso religioso com o discurso das mídias, podemos observar que ela reúne características dos dois discursos que a originam.

Na análise dos três jornais da mídia religiosa que compõem o nosso *corpus*, observamos que todos utilizam rubricas, nomenclaturas e a diagramação que estão presentes na imprensa de referência. O texto jornalístico, com a presença do *lead* (primeiro parágrafo resume a notícia), o desenvolvimento e a conclusão, é outra similaridade. Há ainda o uso da voz de especialistas, algumas vezes nem sempre da área religiosa, para corroborar as afirmações ou críticas do repórter.

Nas primeiras páginas dos três periódicos observamos ainda que a nomenclatura com o nome do jornal, o número da edição e a data da publicação também está presente assim como na imprensa de referência. No alto da página há sempre a manchete acompanhada de uma foto grande. A única exceção é o *Mensageiro da Paz*, que em algumas das edições analisadas publicou a manchete sem foto. É também o único entre os três que é impresso em papel *couchê* em vez do papel jornal. Isso o torna mais parecido com um *house organ* (jornal de empresa).

O *house organ* se caracteriza por apresentar os pontos positivos da empresa e ressaltar a eficiência de suas lideranças. A opinião dos empregados é apresentada para corroborar essa visão. No campo da retórica, podemos dizer que o *house organ*

privilegia o discurso epidíctico. Para TORQUATO (1986, P. 297), o principal objetivo desse gênero de publicação é “gerar consentimento, eis a meta final da comunicação organizacional. Produzir aceitação, por meio da comunicação expressiva-emocional, deve ser o objetivo dos profissionais que lidam com a comunicação nas empresas”.

Mesmo com essas semelhanças com a mídia de referência, verificamos que a mídia religiosa conserva suas particularidades. Podemos observar, por exemplo, que a fé no transcendente e na graça divina permeiam as reportagens, editoriais, artigos de opinião e até mesmo as charges da mídia religiosa. Em se tratando de veículos de comunicação de igrejas de matriz cristã, como as que analisamos em nossa pesquisa, ícones como Deus e Jesus Cristo, assim como documentos sagrados como a Bíblia, estão presentes em muitos textos publicados.

O principal propósito apresentado pelos responsáveis por veículos de comunicação religiosa é “evangelizar”. Esse verbo deriva do substantivo “evangelho”, que reúne o relato da passagem de Jesus Cristo pela terra, suas pregações, milagres, paixão, morte e ressurreição. A Bíblia Sagrada, tanto na sua versão católica quanto na evangélica, reúne no Novo Testamento quatro evangelhos canônicos: Mateus, Marcos, Lucas e João.

O *status* de constituinte do discurso religioso também pode ser observado no corpo da mídia religiosa. As reportagens sobre o papa, cardeais, bispos, padres e pastores mostram sempre esse caráter de autoridades dotadas de saberes divinos e incontestáveis. Os artigos de algumas dessas lideranças são quase sempre impositivos e não deixam margem para questionamentos.

Verifica-se ainda, conforme pontua Maingueneau (2008-A), a presença dos textos “primeiros” (de origem divina) e textos “segundos” (interpretações e comentários). Em seus artigos, lideranças da Igreja Católica e das igrejas evangélicas muitas vezes se escudam em citações bíblicas, palavras de Jesus Cristo retiradas dos evangelhos e de documentos papais.

Traços da heterogeneidade mostrada e da heterogeneidade constitutiva, descritos por Authier-Revuz (2004) e comuns no discurso religioso, também podem ser observados na mídia religiosa. No caso da heterogeneidade mostrada, as reportagens e artigos, principalmente, explicitam citações bíblicas ou orientações das lideranças religiosas para dar mais “peso” ao texto. Já em se tratando da heterogeneidade constitutiva, essas mesmas lideranças recorrem a textos sagrados em seus artigos, mas deixam isso implícito. Elas parecem acreditar que essa falta de esclarecimento que

confunde a instância de recepção pode levá-la a acreditar que suas palavras (das lideranças) têm um cunho sagrado. Um risco que certas lideranças religiosas acreditam que vale a pena correr.

Agora vamos tratar da contribuição do “DNA” do discurso das mídias na geração da mídia religiosa. A primeira questão que gostaríamos de tratar é sobre a presença ou não da ética cidadã, verificada por Emediato (2008) na mídia de referência, na mídia religiosa. No nosso entendimento, ocorre uma variação dentro desse aspecto ético, que pode ser acrescido de questões de ordem moral, dogmática e doutrinária.

Ao definir os temas que serão trabalhados nas reportagens, artigos e outras seções dos veículos de comunicação religiosos, a instância de produção geralmente opta por assuntos religiosos ou questões da atualidade, que receberão uma problematização diferenciada. Elementos da ética cidadã, como a valorização do trabalho, da honestidade, da justiça, da paz e da solidariedade, também estão presentes. Assim como a condenação da corrupção, da violência e de todo tipo de injustiça.

Observamos que uma das diferenças entre a mídia religiosa e a mídia de referência no momento de selecionar os temas diz respeito aos aspectos morais, dogmáticos e religiosos das igrejas. Temas como aborto, divórcio e homossexualidade só são problematizados dentro de uma conotação negativa tanto em veículos de comunicação da Igreja Católica quanto das igrejas evangélicas. São atitudes e opções consideradas criminosas ou ofensivas à moral, praticadas por pessoas inconsequentes e com sérios desvios de conduta.

Emediato postula que a problematização dos temas tratados pela mídia de referência é uma atribuição da instância de recepção. O pesquisador (2010) adverte, contudo, que existe uma diferença em comparação com outros tipos de mídia, como a popular, a política, a religiosa e a empresarial. Para ele (2010, p. 84), “o jornal religioso insere as temáticas sociais em uma razão fundamentalista ancorada nos modos de inteligibilidade do conhecimento religioso”.

Antes, precisamos esclarecer que o termo “fundamentalista” que, com as ações do Estado Islâmico e outros grupos terroristas, ficou erroneamente associado fortemente à religião e, mais especificamente, ao Islamismo. Estudiosos explicam melhor esse conceito:

Fundamentalismo representa a atitude daquele que confere caráter absoluto ao seu ponto de vista. Sendo assim, imediatamente, surge grave consequência: quem se sente portador de uma verdade absoluta não pode tolerar outra verdade, e seu destino é a

intolerância. E a intolerância gera o desprezo do outro, e o desprezo a agressividade, a agressividade, a guerra contra o erro a ser combatido e exterminado. Irrumpem conflitos religiosos com incontáveis vítimas. (BOFF, 2002, p. 25).

Ao considerar que os jornais religiosos inserem as temáticas sociais numa razão fundamentalista, Emediato (2010) estima que eles não seguem a ética cidadã ao realizar a problematização nas suas reportagens, editoriais, artigos e outros espaços jornalísticos. Partilhamos desse mesmo pensamento e acreditamos que isso ocorra porque as normas, doutrinas e dogmas das igrejas que os controlam são colocados acima dos interesses dos cidadãos.

Por esse motivo, os jornalistas que atuam em jornais religiosos não ousam propor algum tipo de problematização que, mesmo podendo ser aceita por parte da instância de recepção, contrarie as doutrinas, dogmas e documentos oficiais da igreja responsável pelo veículo de comunicação. Esses profissionais podem, por exemplo, ser favoráveis à inclusão da teoria dos gêneros nos planos de educação, que foi um tema abordado e criticado nas edições 3.071 de *O São Paulo* (30 de setembro a 06 de outubro de 2015) e 1.564 do *Mensageiro da Paz* (setembro de 2015), mas ficam impedidos de explicitar isso. Emediato (2010) acrescenta que ao contrário da mídia de referência, que procura propagar um sentimento de indignação, os jornais religiosos buscam gerar um sentimento epifânico.

Esse sentimento epifânico é buscado pelas igrejas nas suas celebrações religiosas e nos seus veículos de comunicação. Na edição 3.041 de *O São Paulo* (04 a 10 de março de 2015) a reportagem intitulada “No dia 22, uma só súplica: ‘Senhor, enviai a bênção da chuva’”, mostra que a Igreja Católica procura contribuir para amenizar o problema da falta de água no estado por meio de procissões e orações. As pessoas são convidadas a participar e o objetivo parece ser o de conquistar o milagre da chuva, que causará um efeito de epifania na população.

Em alguns momentos, ficam evidentes as diferentes formas de agir entre os jornalistas da imprensa de referência e os colegas que atuam na mídia religiosa. Como consta na edição 3.075 de *O São Paulo* (28 de outubro a 03 de novembro de 2015), a Igreja Católica realizou um “Sínodo dos Bispos” para discutir o tema família. Jornalistas da mídia de referência questionaram o porquê de a instituição não aceitar o divórcio, tratar de forma diferenciada os casais em segunda união e não reconhecer as uniões homoafetivas. Já os jornalistas da mídia religiosa, que acompanhamos nos jornais que compõem o *corpus* da nossa pesquisa, não discutiram essas questões e

optaram por reforçar a proposta da hierarquia da instituição de “uma igreja misericordiosa” para com a família.

Como se vê, o processo de imbricação entre o discurso religioso e o discurso midiático se efetiva na prática. Os jornais da mídia religiosa que analisamos se apropriam de elementos da imprensa de referência e ao observarmos suas características visuais, veremos muitas semelhanças entre eles. Diferenças significativas surgem, contudo, quando analisamos detidamente os conteúdos. Grande parte dos temas são religiosos e mesmo quando se abordam questões da atualidade, as problematizações são religiosas. A ética cidadã que, conforme Emediato (2008) regula as problematizações na imprensa de referência, cede lugar à ética religiosa, ou seja, às normas, dogmas e doutrinas das igrejas que controlam os jornais.

3.2.2 – Ética cívica e ética religiosa

Estudiosos da ética definem esse valor universal e fazem uma distinção entre a ética cívica e a ética religiosa. Comparato (2006) informa que a teoria racional da ética, que ele também chama de filosofia, teve início com Sócrates, na Grécia Antiga. No livro M da sua *Metafísica*, Aristóteles afirma que foi Sócrates o primeiro estudioso a tentar definir as virtudes morais. Para o autor, a ética procura em primeiro lugar entender o significado de “felicidade”, para depois buscar um regime político que garanta a prevalência desse sentimento. Valores éticos, como o respeito aos direitos e à moral das outras pessoas, regulam o comportamento dos cidadãos.

Por visar a felicidade e exercer uma forma de controle sobre as pessoas, a ética sempre teve uma estreita relação com as religiões. Tilghman (1996) comenta que as principais religiões do mundo dispõem de códigos de conduta, que orientam seus seguidores a obedecer às normas que consideram corretas. Esse modelo de ética está atrelado à moral que, dentro de um padrão fundamentalista, torna-se moralismo.

É bom ressaltar ainda a diferença no campo da ética, entre a Igreja Católica e as igrejas evangélicas, que certamente afeta o tratamento que elas dão às notícias e à forma de conduzirem seus veículos de comunicação. Isso está relacionado, principalmente, à área econômica e à forma como católicos e evangélicos lidam com o dinheiro, mais especificamente com a riqueza.

No caso da Igreja Católica, uma das críticas que se faz à instituição é a de fazer com que os fiéis fiquem conformados com sua situação e não questionem o poder político sobre, por exemplo, as desigualdades econômicas e sociais. É como se cada

pessoa recebesse a sua cruz, simbolizando sua condição de vida precária e seu sofrimento, logo que nasce, devendo carregá-la, em silêncio, até a hora de sua morte. A compensação é que depois de morta, ela alcançará o reino do céu.

Nessa mesma linha de pensamento católico, os ricos que gozaram de sua fortuna e ficaram livres do peso da cruz durante o período em que viveram, seguem direto para o inferno depois que morrem. Uma das citações bíblicas utilizadas para confirmar essa máxima diz que “é mais fácil um camelo entrar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no reino de Deus (Mt 19, 24).

Weber (2001, p. 125), que trata da diferença entre a ética católica e a ética protestante no que tange a essa forma de lidar como trabalho e o acúmulo de riqueza, comenta que “para ele (Tomás de Aquino) o trabalho era necessário só *naturali ratione* para manutenção do indivíduo e da comunidade. Quando tal finalidade fosse atingida, o preceito deixaria de ter qualquer significado”.

O pesquisador acrescenta que a ética medieval católica valorizava a mendicância e a glorificou, criando a ordem dos religiosos mendicantes. Conforme ele (2001, p. 137), “mesmo os mendigos seculares, uma vez que não tinham meios para fazer as boas obras por meio de esmolas, eram por vezes considerados como uma classe e estimados como tal”.

Continuador da obra de Lutero, Calvino adotou uma postura diferente em relação ao acúmulo de riqueza. Weber (2001, p. 123) relata que ele “não via na riqueza do clero nenhum empecilho à sua eficiência, mas antes via nisso uma expansão desejável de seu prestígio. E até lhe permitia aplicar seus recursos a juros.” Somando-se a isso vieram correntes protestantes, como a dos puritanistas, que só viam problemas na riqueza se ela fosse utilizada para ostentação do luxo, ócio e pecado. Esse segmento, contudo, não considerava errado os fiéis buscarem a riqueza, contanto que se mantivessem no seu dever de vocação cristã.

Para Weber (2001, p. 127), “a parábola do servo que foi rejeitado pelo senhor, por não ter feito frutificar o talento que lhe fora confiado, parece afirmá-lo claramente”. Nessa parábola (Lc. 19, 11-28), Jesus conta a história de um homem que ia viajar, escolheu três funcionários e deu a cada um deles cem moedas de ouro para que pudessem negociar. Quando retornou, dois tinham investido e multiplicado o dinheiro, enquanto um, temendo perdê-lo, o enterrou e devolveu-o intacto.

De acordo com a parábola (Lc. 19, 11-28), o homem premiou os funcionários que multiplicaram seu dinheiro e repreendeu o terceiro, dizendo-lhe: “empregado mau,

eu julgo você pela sua própria boca. Você sabia que eu sou um homem severo, que tomo o que não dei e colho o que não semei. Então, por que você não depositou meu dinheiro no banco? Ao chegar, eu o retiraria com juros”.

Correntes protestantes simpatizantes do regime capitalista, entre eles os calvinistas e os puritanistas, aperfeiçoaram essa relação entre religião e acúmulo de riqueza:

Surgiu uma ética econômica especificamente burguesa. Com a consciência de estar na plenitude da graça de Deus e visivelmente por Ele abençoado, o empreendedor burguês, desde que permanecesse dentro dos limites da correção formal, que sua conduta moral estivesse intacta e que não fosse questionável o uso que fazia da riqueza, poderia perseguir seus interesses pecuniários o quanto quisesse, e com isso sentir que estava cumprindo um dever. Ademais, o poder do ascetismo religioso punha-lhe à disposição trabalhadores sóbrios, conscienciosos e extraordinariamente ativos, que se agarravam ao seu trabalho como a um propósito de vida desejado por Deus. (WEBER, 2001, p. 137).

O ascetismo religioso era uma doutrina, proposta pelos protestantes, que previa a condução dos homens justos ao reino de Deus. Weber (2001, p. 137) comenta que “Calvino mesmo já emitira a opinião, muitas vezes citada, de que somente quando o povo, isto é, a massa de trabalhadores e artesãos fosse pobre, conservar-se-ia obediente a Deus”. Um paradoxo ou uma constatação de que não haveria o “risco” de muitos se tornarem ricos e se afastarem da religião, já que no capitalismo o dinheiro se concentra nas mãos de poucos?

Correntes mais recentes dos protestantes reforçam essa ideia de que é preciso superar o sofrimento e a pobreza terrenos, esperando que isso seja compensando com a entrada no reino de Deus. Mariano (1999, p. 9) esclarece que “com o neopentecostalismo, portanto, a velha ‘mensagem da cruz’, discurso teológico que pregava o sofrimento terreno do cristão, caiu por terra e, sem qualquer compadecimento, foi sumariamente soterrada”.

Comparato (2006) avalia que com o enfraquecimento do Cristianismo ao final da Idade Média, que culminou com a Reforma Protestante no início do século XVI, a ética pôde se apartar da religião. Ganhou espaço a ética cívica que, conforme Cortina (2008) “é o conjunto de valores e normas que os membros de uma sociedade pluralista compartilham, seja lá quais forem suas concepções de vida boa, seus projetos de vida feliz”.

Um estado de tensão surgiu entre os defensores da ética cívica e as lideranças religiosas que não reconhecem a ética fora dos padrões religiosos. Segundo Cortina

(2008, p. 147-148)) enquanto os primeiros defendem que a religião deve ser extirpada dos domínios da ética por “ser fonte de discriminação e degradação moral”, os representantes das igrejas dizem que apenas Deus pode ser uma referência ética para orientar as ações pessoais e comunitárias.

Essas posições extremistas acabam por trazer prejuízos para o entendimento do conceito de ética e sua aplicação na vida dos cidadãos:

Essas duas posições éticas, assumidas de uma forma fundamentalista, acrítica, são intolerantes com os que não compartilham sua forma determinada de conceber a vida boa. (...) Esse modo de agir gera a divisão inevitável entre “cidadãos de primeira classe” e “cidadãos de segunda classe” e impede que todos eles sejam tratados como pessoas livres e iguais. (CORTINA, 2008, p. 148).

Está claro que a ética cidadã que Emediato (2010) considera regular a problematização dos temas abordados pela mídia de referência se relaciona à ética cívica. Ela leva em conta valores e crenças que regem o comportamento dos cidadãos em busca do bem comum ou da felicidade, sem se prender a questões religiosas.

Postulamos que a problematização que a mídia religiosa faz dos temas que aborda se orienta pela ética religiosa. Isso significa que as normas, dogmas e doutrinas das igrejas se sobrepõem à liberdade individual, aos avanços da ciência e à opção sexual dos cidadãos. Na coluna “Você pergunta”, do padre Cido Pereira, publicada na edição 3.075 de *O São Paulo* (28 de outubro a 03 de novembro de 2015), ele deixa claro que a Igreja Católica é contrária às pesquisas e utilização das células-tronco em tratamentos de saúde quando elas são retiradas de embriões.

Dentro da ética religiosa, existe ainda a diferença nas coberturas feitas pela imprensa evangélica e a católica. Isso significa que pela ética católica, não é recomendável a produção de reportagens em veículos da mídia religiosa que valorizem explicitamente a riqueza e enalteçam os ricos. Já pela ética protestante, é indicado fazer-se matérias jornalísticas tecendo elogios à riqueza e mostrando testemunhos de fiéis que superaram a pobreza e se tornaram ricos, graças ao poder de Deus, alcançado pela intervenção da igreja à qual ele é filiado.

Na edição 1.231 da *Folha Universal* (08 a 14 de novembro de 2015), a reportagem intitulada “Já pensou em ganhar dinheiro com tecnologia da informação” explica que o uso de computadores se tornou uma grande oportunidade de negócios. O entrevistado é o consultor Ricardo Martins Leite (2015, p. 12 e 13), que ensina como se preparar para investir nesse setor. “Entre de cabeça e se dedique muito”, aconselha.

Capítulo 4 - Teorias do Discurso

4.1 – Pêcheux, Foucault e Charaudeau

Neste capítulo, pretendemos tratar de algumas teorias do discurso e da maneira como elas constituíram a base epistemológica da Análise do Discurso. Seleccionamos os pesquisadores que abordam questões como o sujeito, o imaginário sócio-discursivo e as formações discursivas, que de certa forma coadunam com a nossa pesquisa sobre mídia religiosa. Iniciaremos com os estudos de Pêcheux, um dos precursores da AD; faremos uma breve passagem pela obra de Foucault; e reservaremos um espaço maior para as pesquisas de Charaudeau, principalmente a sua Teoria Semiolinguística, que guia as análises do nosso *corpus*.

Essa opção por privilegiar os estudos de Charaudeau deve-se ao fato de termos tido a oportunidade de nos aprofundar um pouco mais na sua obra nas disciplinas que cursamos no mestrado e neste doutoramento no POSLIN/FALE/UFMG e na leitura de livros e artigos de sua autoria. Também encontramos na obra de Charaudeau elementos apropriados para compreender o processo de imbricação do discurso midiático com o discurso religioso, assim como ferramentas relevantes na sua Teoria Semiolinguística para a análise do nosso *corpus*.

Isso não significa que consideramos os estudos de Charaudeau mais relevantes que os de Pêcheux, Foucault e outros pesquisadores da Análise do Discurso. Sabemos que cada um deles, de acordo com o tempo em que viveram, as influências que receberam e as opções investigativas que fizeram, contribuíram de forma significativa para que a AD pudesse se desenvolver e se consolidar na França, no Brasil e em diversos países.

4.1.1 - Pêcheux e suas três épocas

Os primeiros registros da entrada de Pêcheux na vida acadêmica datam de meados da década de 1960. Gregolin (2004) informa que sob o pseudônimo de Thomas Herbert, ele publicou estudos sobre a epistemologia das ciências sociais e uma “teoria geral das ideologias”. Neste mesmo período, mas usando o nome verdadeiro, Pêcheux publicou dois textos comparativos entre “análise do discurso” e “análise do conteúdo”.

Gregolin (2004, p. 60) relata que as “três épocas da análise do discurso” de Pêcheux foram marcadas por embates, reconstruções e retificações. A pesquisadora comenta que, nesses três períodos, as propostas de Althusser foram consideradas pelo autor, que lhes acrescentou outros aportes. De acordo com ela, “evidentemente, esses rearranjos remexem o solo epistemológico e reorganizam a teoria e a análise do discurso”.

Conforme Gregolin (2004), a “primeira época” de Pêcheux é compreendida por estudiosos como Malidier (1990) com a publicação do livro *Analyse Automatique Du Discours* (1969). Nela, o autor faz uma releitura da obra de Saussure, “deslocando o objeto, pensando a *langue* (sua sistematicidade; seu caráter social) como a base dos processos discursivos, nos quais estão envolvidos o sujeito e a História” (Gregolin, 2007, p. 61). As teses althusserianas sobre aparelhos ideológicos e o assujeitamento são evidenciadas.

Gregolin (2004) relata que na sua autocrítica, Pêcheux (1983) reconhece que pela metodologia da “análise automática” proposta por ele nessa “primeira época”, o efeito era o “primado do Mesmo sobre o Outro”. Com isso, deflagra-se a sua “segunda época”, na qual os estudos do autor voltaram-se para a heterogeneidade, o outro e a problematização metodológica. Em artigo escrito em parceria com Fuchs e publicado em 1975, Pêcheux elabora um quadro epistemológico geral sobre análise do discurso e deixa clara sua vinculação a Saussure, Marx e Freud.

Para Malidier (*apud* Gregolin, 2004) essa “segunda época” de Pêcheux é chamada de “a época dos tateamentos”. No artigo escrito em parceria com Fuchs, o autor formula a teoria dos “dois esquecimentos” (pela interpelação ideológica, o sujeito pensa que é a fonte do dizer, já que se apresenta como uma evidência). Gregolin (2004) comenta que, para coroar esse período, Pêcheux publica seu livro mais importante, que é *Les Vérites de La Palice* (1975). Nele, o autor propõe uma teoria materialista do discurso.

A “terceira época” de Pêcheux se dá no período de 1980 a 1983, quando a crise das esquerdas francesas se agrava e o autor se afasta de suas posições dogmáticas que, conforme Gregolin (2004), eram sustentadas por sua vinculação ao Partido Comunista. A pesquisadora explica que é o momento de encontro do autor com a “nova história” e as teses focaultianas, combatidas por ele nas “épocas” anteriores. Pêcheux torna-se crítico da política e das posições derivadas da luta na teoria.

Um paralelo é traçado por Machado (2001) entre o referencial teórico desenvolvido por Pêcheux para a Análise do Discurso francesa (ADF) e a Teoria Semiociológica. Segundo a pesquisadora (2001, p. 45), “a ADF serviria, grosso modo, para desvendar a manipulação ideológica nos discursos, ou seja, para ajudar a lutar contra esta”. Já a Teoria Semiociológica tem como proposta analisar os discursos sociais em diferentes culturas. A autora discorda dos que acusam a Teoria Semiociológica de ignorar o sujeito político-histórico.

O homem pela ADF, conforme Machado (2001), é um sujeito falante que, apesar de demonstrar suas características discursivas é assujeitado pela ideologia dominante. Ao que tudo indica, a pesquisadora está se referindo à “primeira época” de Pêcheux. Já o homem, pela Teoria Semiociológica, é um ser social influenciado pela cultura do lugar onde vive. Este último tem, contudo, sua individualidade. Na opinião da pesquisadora, este homem é um amálgama do individual e do coletivo.

Pêcheux era antes de tudo, na opinião de Machado (1995), um “provocador”. O pesquisador estava incomodado com a situação “morna” que as Ciências Sociais viviam na França, na década de 1960. A pesquisadora (1995, p. 41) comenta que “a sua grande ambição (de Pêcheux) era, pois, a de abrir uma fissura teórica e científica no campo em questão e, sobretudo, no campo da Psicologia Social”.

De acordo com Machado (1995), isso fez com que Pêcheux se apoiasse em elementos de subversão e polêmica no final dos anos 1960, como o materialismo histórico proposto por Althusser, ao fazer uma releitura de Marx; a psicanálise de Lacan, que “bebia” em Freud; e o estruturalismo, no seu aspecto não reducionista da linguagem. Seu objetivo era fornecer um instrumento científico às Ciências Sociais, que careciam desse recurso.

A importância das ideias de Pêcheux, conforme Machado (1995), vem justamente pelo fato de abrir uma reflexão sobre o discurso e por recusar a ideia de que a comunicação humana seja um simples ato de comunicação, feito de forma direta e transparente. O pesquisador alertava para a relevância do discurso dentro da comunicação, chamando a atenção para sua dissimetria, “brancos”, lacunas e desencontros.

Durante um período, Pêcheux abriu espaço nos seus estudos para o sujeito da linguagem e o sujeito da ideologia, procurando identificar as relações deles com a “evidência subjetiva” e a “evidência de sentido”. Machado (1995, p. 43) comenta que, assim como Althusser, depois de algum tempo Pêcheux abandonou a ideia de criar uma

teoria geral da ideologia. “Sua preocupação passa a ser a articulação da linguística com a análise e a teoria do discurso”, assinala a pesquisadora.

Segundo Machado (1995), Pêcheux lançou a sua Análise Automática do Discurso em 1969 e, até a sua morte em 1983, reformulou-a algumas vezes. A pesquisadora (1995, p. 43) destaca a última etapa, na qual ele “assume inteiramente a ideia de que o sentido de um enunciado não é uma criação livre e espontânea de um sujeito, mas o resultado de uma Formação Discursiva atuando sobre este sujeito”. Machado adverte que são muitas interrogações que Pêcheux formula e deixa em aberto, desafiando os analistas do discurso.

A importância de Pêcheux para a Análise do Discurso é destacada por uma de suas principais seguidoras no Brasil:

Ele tem seu lugar na história do conhecimento do discurso. Mas ele é também texto disponível à leitura para os que trabalham hoje na análise de discurso. E é este modo de ler que nos interessa. Ler Michel Pêcheux hoje. E acrescentamos um complicador: hoje, no Brasil. Porque os sentidos em que ele fez/faz sentidos não é na história lá mas na nossa história aqui que se apresenta como relevante. (ORLANDI, 2012, p. 16).

Quando se refere à atualidade dos estudos de Pêcheux com relação ao Brasil, Orlandi (2012) trata especificamente da crise política vivida pelo país, dos discursos provenientes dela e da participação do *marketing* e da mídia. A autora (2012, p. 16) comenta que “Pêcheux, em seu texto, nos faz compreender isso, falando de propaganda política sem se esgotar, como se tem visto hoje em vários trabalhos que giram em torno do mesmo, no discurso sobre a mídia e publicidade”.

4.1.2 - Foucault e a formação discursiva

Os estudos de Michel Foucault também contribuíram para a estruturação das teorias do discurso. O distanciamento que o autor manteve do marxismo levou Pêcheux a criticá-lo, porém há pesquisadores que consideram que os estudos da dupla se complementam na sistematização de determinados conceitos da Análise do Discurso. Gregolin (2007, p.155) afirma que “o conceito de formação discursiva (FD) é um lugar teórico que torna visível a relação entre Michel Pêcheux e Michel Foucault na construção da teoria e análise do discurso”.

Para a pesquisadora (2007), o conceito de FD tem papel fundamental no desenvolvimento da teoria da Análise do Discurso. Araújo (2007) complementa que ele é original por transformar a noção de linguagem, de sujeito, de verdade e de ciência. Foucault, de acordo com Araújo (2007), compara essas formações a “grelhas” do saber,

que ajudam a classificar, observar as diferenças e semelhanças, impondo uma certa ordem às coisas.

É peculiar a forma como o pesquisador entende a organização do saber:

Foucault não faz história das ideias nem história das ciências, e sim a análise da possibilidade da ordem, da positividade histórica, a partir da qual um saber pode se constituir, a partir do qual teorias e conhecimentos, reflexões e ideias são possíveis. E é nesse espaço de ordem que o saber se constitui. (ARAÚJO, 2007, p. 90).

O pesquisador não se interessa por aspectos cognitivos e muito menos pela verdade ou falsidade das proposições científicas. Araújo (2007) explica que ele se preocupa com a produção histórica e concreta do saber. Foucault (1969, p. 159 *apud* Araújo, 2007, p. 92) explica que analisar as formações discursivas significa localizar os objetos de saber que surgem em seu ‘frescor de acontecimento’ “em uma exterioridade que talvez seja paradoxal, pois que ela não reenvia a nenhuma forma de interioridade”.

O principal esforço de Foucault é observar as transformações que esses objetos do saber sofrem numa determinada época. Esses objetos se constituem de acordo com a formação discursiva. Araújo (2007, p. 93) explica que “o objeto não está pronto na realidade, em potência, aguardando o cientista para colocá-lo em ato. O objeto surge quando condições discursivas e não discursivas o produzem”.

A origem do discurso é apontada pelo autor:

A partir da idade clássica, a linguagem se desenvolve no interior da representação e nesse desdobramento de si mesma que a escava. Doravante, o Texto primeiro se apaga e, com ele, todo fundo inesgotável de palavras cujo ser mudo estava inscrito nas coisas; só permanece a representação desenrolando-se nos signos verbais que a manifestam e tornando-se assim discurso. (FOUCAULT, 1981, p. 94).

O discurso, na visão de Foucault, possui essa característica histórica, que o materializa e permite que ele venha à tona ou não. Para o autor, o sujeito do discurso não é aquele que realiza o ato de fala e nem o autor do texto. Araújo (2007, p. 92) esclarece que para Foucault “o sujeito é aquele que pode usar (quase sempre com exclusividade), determinado enunciado por seu treinamento, em função da ocupação de um lugar institucional de sua competência técnica”.

Granjeiro (2007) completa que Foucault não inicia suas análises a partir do sujeito ou do objeto, já que não considera que eles existam *a priori*. Para o autor, eles só irão surgir depois de serem constituídos pela sociedade. A pesquisadora cita o exemplo de Foucault sobre as diferentes formas de analisar o objeto “corpo”, dependendo da

época em que se vive. Se durante a Idade Média, ele era visto a partir de uma visão religiosa e supersticiosa; no século XVIII, com a descoberta da patologia, o “corpo” se torna um conjunto de órgãos e passa a ser “discursivizado” pela Medicina.

Segundo Granjeiro (2007), a identidade do sujeito para Foucault depende da história e do tempo, estando fadada a desaparecer. O sujeito para o autor é disperso, descontínuo, possuindo uma função neutra e vazia. Ele poderia assumir diferentes papéis, inclusive o de autor: “somos seres de linguagem e não seres que possuem linguagem” (FOUCAULT, 2000, p. 20-1 *apud* GRANJEIRO, 2007, p. 37).

É interessante observar a função que Foucault atribui à Análise do Discurso:

Para ele, os discursos são uma dispersão, ou seja, são formados por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade a priori, cabendo à Análise do Discurso descrever essa dispersão, buscando as ‘regras de formação’ que regem a formação dos discursos. (GRANJEIRO, 2007, p. 34).

Foucault (2000) descreve um ambiente social envolto no caos, marcado pela desordem e por um discurso muitas vezes silencioso. O autor acredita que o sistema e o discurso se produziram conjuntamente na crista dessa imensa reserva. De acordo com ele (2000, p. 84), “o que se busca são regularidades pré-terminais em relação as quais o estado final, longe de constituir o lugar de nascimento do sistema, se define, antes, por suas variantes”.

Granjeiro (2007) comenta que Foucault postula que as formações discursivas é que vão estabelecer as relações entre os objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias, possibilitando a passagem da dispersão para a regularidade. O autor as concebe, no entanto, não em termos de ideologia. Mesmo estabelecendo a relação entre os dizeres e os fazeres, reconhecendo que as formações discursivas não eram autônomas, o autor não associa essa questão à luta de classes e à ideologia como fazem os pesquisadores marxistas.

Conforme Granjeiro (2007), Foucault trabalha com a constituição de saberes/poderes no lugar de ideologia. Ao contrário do que propunham os marxistas, o autor acredita que os acontecimentos históricos geram irrupções e não rupturas, além de não serem determinados por fatores econômicos. Esse posicionamento gerou críticas de marxistas althusserianos como Pêcheux e Dominique Lecourt.

Pesquisadores como Guilhaumou (2004 *apud* Granjeiro, 2007, p. 40) tratam de uma redução do interesse da AD pela formação discursiva, durante a década de 1980, motivada pelo movimento de “desmarxização” das Ciências Humanas. Courtine (1981)

é apontado por Granjeiro (2007, p. 41) como responsável pelo resgate da FD, ao aproximar as abordagens que Pêcheux e Foucault fizeram dela. Ele a concebe como “fronteiras que se deslocam e cujo movimento é impulsionado pela memória discursiva”.

Para Granjeiro (2007), as abordagens dos dois autores não se excluem e podem ser conjugadas dependendo do *corpus* escolhido e dos objetivos do analista do discurso. No nosso caso específico, que pesquisamos a mídia religiosa e o processo de imbricação do discurso religioso com o discurso midiático, mesmo não usando diretamente os estudos de Pêcheux e Foucault na análise do nosso *corpus*, tratamos inúmeras vezes de elementos importantes apresentados por eles, como a constituição e o papel do sujeito, além da formação discursiva.

Não há como negar que as formações discursivas interferem na constituição do discurso religioso e do discurso midiático. Elas também estão presentes no seu processo de imbricação, gerando um novo subcampo, que é a mídia religiosa. Consideramos ainda em que medida, e como, aquele grupo de fiéis das três igrejas que controlam os jornais que analisamos, que seguem as orientações de seus líderes e de suas igrejas, seriam assujeitados. É inegável que o problema das formações discursivas religiosas, e as posições que ocupam no campo religioso e este no interdiscurso, é fundamental para compreender esses discursos. De modo análogo, as formações discursivas jornalísticas também se encontram nesse cruzamento de posições, de sujeitos e de perspectivas, em especial às relacionadas ao fazer jornalístico propriamente dito (ideologia da objetividade, do distanciamento, da neutralidade, das formas jornalísticas, da saliência da informação, etc.).

4.1.3 - Charaudeau e os imaginários sociodiscursivos

Trataremos agora do conceito de imaginários sociodiscursivos, elaborado por Charaudeau (2006), que aborda o profundo envolvimento das pessoas com grupos e instituições por meio de ritos, manifestações, cerimônias e celebrações. Igrejas, partidos políticos e torcidas organizadas têm, muitas vezes, a capacidade de criar nos seus participantes essa sensação de pertencimento, construída pelos imaginários sociodiscursivos.

O bispo Edir Macedo (2012) relata que quando ficou preso durante 11 dias, em 1992, acusado de estelionato e curandeirismo, teve informação de que um grupo de fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus havia dado um abraço simbólico no quarteirão da

penitenciária onde se encontrava e ameaçava invadi-la para libertá-lo. Observem que essas pessoas estavam dispostas a desrespeitar a lei e enfrentar policiais armados. Como explicar esse tipo de atitude irracional senão pela força desse imaginário sociodiscursivo e seu poder de influenciar as pessoas.

Charaudeau (2006) comenta a existência de símbolos que fortalecem esses sentimentos de pertença e congregam pessoas em torno de líderes e instituições. São bandeiras, insígnias e *slogans*, como a foice e o martelo, no caso do comunismo. Em se tratando das religiões, podemos acrescentar outros símbolos como a cruz, o pão e o vinho, a bíblia, e as imagens de santos.

Líderes insanos podem se valer desses imaginários sociodiscursivos para cometer atrocidades. Um exemplo foi o suicídio coletivo de 918 pessoas que participavam de uma seita liderada pelo pastor Jim Jones. Isso ocorreu, em 1979, na Guiana Francesa. O mesmo se deu com Hitler que, por meio dos imaginários sociodiscursivos do nazismo, mobilizou grande parte da população alemã e a conduziu à guerra, vitimando milhões de pessoas - entre elas 6 milhões de judeus.

Charaudeau (2006) comenta que há necessidade de uma materialização dos símbolos e valores que sustentam os imaginários sociodiscursivos. Isso se dá por meio de textos escritos ou pela tradição oral, que garantem sua perenidade e a transmissão de uma geração para outra. Há ainda recursos mais simples, como o uso de provérbios, máximas e ditados populares. O autor (2006, p. 183) explica que eles devem ser “apresentados de maneira simples, pois devem ser compreendidos pela maioria, e desempenham diversos papéis de apelo, de manifesto de acusação, de polêmica, de reivindicação”.

Segundo Charaudeau (2006), os imaginários sociodiscursivos estão presentes nos interdiscursos. Eles garantem as percepções coletivas dos fatos, sedimentam as identidades de seus integrantes e ajudam a guiar suas reflexões e ações. No encontro de quase 15 mil mulheres da Assembleia de Deus em São Paulo, em 2015, todos os palestrantes eram homens e a reportagem publicada na edição 1.564 do *Mensageiro da Paz* (setembro de 2015) apresentou isso como uma coisa normal da instituição. Se houve alguma voz feminina que discordou dessa decisão, a publicação não lhe deu espaço.

O ambiente religioso cristão também se vale bastante do imaginário da tradição. Ele trata de uma espécie de paraíso perdido, que tem que ser buscado para que as pessoas encontrem a sua origem. Charaudeau (2006, p. 187) explica que ele “é

sustentado por discursos que se referem a um mundo longínquo no tempo, no qual os indivíduos teriam conhecido um estado de pureza”.

Aos seguidores fica implícita a missão de resgatar esse paraíso perdido: “Os descendentes seriam os herdeiros, o que lhe imporia um dever de “retorno às fontes”, de recuperação da origem identitária. Esses discursos reclamam para si uma verdade que exige uma busca espiritual de retorno a um estado primeiro, fundador de um destino. (CHARAUDEAU, 2006, p. 187).

Sendo capaz de mobilizar grandes massas, Charaudeau (2006) alerta para o risco de ele também justificar o uso da força para atingir seus objetivos. Seus líderes muitas vezes se valem de atos “sacrificiais” para alcançar a purificação. Tal ambiente é propício para o surgimento de discursos fóbicos, de intolerância e que propõem a expulsão de pessoas pelo fato de elas terem etnias, nacionalidade ou religiões diferentes. A perseguição ao grupo muçulmano rohingyas em Mianmar (Ásia), país de maioria budista, na segunda metade da década de 2010, é um exemplo disso.

4.2 - Sujeitos do discurso

Nosso propósito agora será o de apresentar as linhas gerais da Teoria Semiolinguística (TS), de Charaudeau (2009), que com seus modos de organização do discurso, comporá a base teórica para análise do nosso *corpus*. Trataremos inicialmente da questão dos sujeitos e do seu protagonismo discursivo, desenvolvida por Charaudeau (2008). Aproveitaremos para mostrar a diferença que ocorreu na forma de lidar com os sujeitos, em comparação com o que foi proposto por Pêcheux, principalmente na sua “primeira época” de estudos.

Iniciaremos essa exposição tratando da teoria dos sujeitos da linguagem, de Charaudeau (2008), na qual o pesquisador constrói a base teórica que sustenta os quatro sujeitos que integram a TS. Ele (2008, p. 11) destaca que “falar da comunicação humana é, antes de tudo, falar do problema da identidade do sujeito falante, enquanto ser comunicante, e, portanto, de seu direito de comunicar”.

Charaudeau (2008) explica que para assumir tal papel, ou seja, de sujeito falante, o enunciador precisa ter legitimidade diante de seus interlocutores. Quando na edição 1.559 do *Mensageiro da Paz* (abril de 2015), o diretor da Casa Publicadora da Assembleia de Deus (CPAD), Ronaldo Rodrigues de Souza (2015, p. 15) anuncia que a instituição terá uma operadora de celular com identidade e aplicativos “assembleianos” é porque ele tem autoridade para liberar a criação deste produto.

O pesquisador (2008, p. 22) acrescenta que “o sujeito pode ser considerado como um lugar de produção de significação linguageira, para o qual essa significação retorna, a fim de constituí-lo”. O sujeito torna-se gerador e depositário da significação que, por sua vez, vai estruturar a sua identidade. O controle que o sujeito exerce sobre a significação é relativo, já que ela vai interferir na sua formação.

Essa relação é explicada pelo pesquisador (2008, p. 22), que diz que “o sujeito não é, pois, nem um indivíduo preciso, nem um ser coletivo particular: trata-se de uma abstração, sede da produção/interpretação da significação, especificada de acordo com os lugares que ele ocupa no ato linguageiro”. O sujeito e suas múltiplas faces se constituem e assumem seus papéis em meio a esse jogo linguageiro, repleto de significações.

Mesmo diante dessa complexidade e de uma aparente fragilidade, o sujeito descrito por Charaudeau e presente na sua TS está longe de se parecer com o sujeito sobredeterminado ou assujeitado proposto por Pêcheux na sua “primeira época”. Para Pêcheux (1988, p. 215), existe uma modalidade “que consiste numa superposição (um recobrimento) entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, de modo que a ‘tomada de posição’ do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do ‘livremente consentido”’.

Segundo Charaudeau (2010), por um bom tempo a análise do discurso foi dominada pelo ponto de vista das ideias, buscando-se identificar a ideologia que envolvia os discursos. O pesquisador lembra que a primeira corrente da análise do discurso francesa foi influenciada pelas teorias do filósofo marxista Althusser, que considerava que a sociedade era composta pela superestrutura (cultura e instituições como família, igrejas e escola), controlada pela infraestrutura (poder econômico).

Pauliukonis & Monnerat (2008, p. 48) completam que, por essa teoria, “denunciava-se a ilusão que teria o sujeito de ser a fonte do sentido, uma vez que estaria sempre ligado a uma ideologia social: privilegiava-se a desestruturação dos textos, para se revelar a força inconsciente dessa ideologia coletiva”. Estudiosos filiados a essa teoria integram a linha de pesquisa denominada Análise Crítica do Discurso (ACD).

A chamada Análise do Discurso de linha francesa trilhou outro caminho, diferenciando-se da ACD, principalmente pela maneira como retrata o sujeito no discurso. Charaudeau (2010, p. 58) comenta que “atualmente, temos uma visão contrária, pois, levar em conta o sujeito do discurso é se ver obrigado a analisar suas identidades e as relações de força que se instauram entre os indivíduos que vivem em

sociedade”. Isso faz com que os discursos sejam analisados num ambiente de comunicação, no qual os sujeitos falantes são “atores” e estabelecem um jogo de influências.

Charaudeau (2009), por sua vez, institui quatro figuras de sujeito – sujeito comunicante (EUc), sujeito enunciador (EUe), sujeito destinatário (TUd) e sujeito interpretante (TUi) – que se relacionam dentro da situação de comunicação, seguindo normas e restrições do contrato de comunicação. Esses sujeitos participam de um jogo de comunicação, marcado por estratégias argumentativas e modos de organização do discurso. Vamos nos aprofundar um pouco mais nesse estudo de Charaudeau conhecendo melhor a sua TS.

4.2.1 – A Teoria Semiolinguística

Ao explicar as bases de sua Teoria Semiolinguística, Charaudeau (2009) comenta que existem duas correntes teóricas na forma de conceber o ato de linguagem. A primeira entende a linguagem como um sistema transparente, composto por um emissor e um receptor-ideal, envolvidos numa circunstância de comunicação neutra e simétrica. O pesquisador explica que, para esta corrente, basta ao receptor conferir o movimento da transmissão da fala para captar o que o emissor quis dizer.

A segunda corrente teórica entende que o emissor é determinado, se encontra num ambiente sócio-histórico e realiza o ato de linguagem de forma não-transparente. O pesquisador esclarece esse tipo de situação:

Na realidade, neste caso, o processo de comunicação não é resultado de uma única intencionalidade, já que é preciso levar em consideração não somente o que poderiam ser as intenções declaradas do emissor, mas também o que diz o ato de linguagem a respeito da relação particular que une o emissor ao receptor. (CHARAUDEAU, 2009, p. 17).

Verificamos que, no caso da concepção do ato de linguagem de uma forma não-transparente, a significação não é apresentada de forma explícita. Charaudeau (2009) comenta que essa significação é “contaminada” pelo contexto sócio-histórico. O ato de linguagem torna-se um objeto duplo, que reúne um explícito (que é manifestado) e um implícito (sentidos múltiplos que se manifestam de acordo com as circunstâncias de comunicação).

Charaudeau (2009, p. 44) explica que o ato de linguagem, dentro das circunstâncias de discurso, depende “dos saberes supostos que circulam entre os

protagonistas de linguagem”. Existe nesses saberes a dupla dimensão do implícito e do explícito que, conforme o autor, provoca assimetria no processo de produção e interpretação do ato de linguagem. Isso torna relevante a análise do problema do sujeito e da subjetividade dos discursos.

Segundo o pesquisador (2009, p. 17), “o emissor é diferente do receptor pelo fato de que este último pode construir um sentido não previsto pelo emissor”. Isso significa que, dentro da corrente teórica da não-transparência da linguagem, o emissor e o receptor encontram-se em igualdade de condições numa situação de comunicação, ou seja, o segundo pode contestar o primeiro e recusar a mensagem que lhe foi imposta.

Para Charaudeau (2009), essas duas atitudes antinômicas, ou seja, tanto a que considera a linguagem um objeto transparente quanto a que a entende como um objeto não-transparente, são importantes dentro do campo semiolinguístico da sua teoria. O pesquisador não defende que elas sejam adicionadas uma à outra, mas que sejam integradas a uma mesma problemática, considerando elementos de concordância e discordância da linguagem.

Entre esses elementos de concordância e discordância que compõem a linguagem, Charaudeau cita as concepções de sujeito (individual e coletivo), a função da elucidação da linguagem e o mecanismo da formação dos falares (gírias e dialetos). De acordo com o pesquisador (2009, p. 20), tudo isso integra “o jogo de agressão e cumplicidade jogado pelos atores da linguagem, na formação de uma especificidade e de um consenso que se interpelam de forma dialética num mesmo ato linguageiro”.

A fusão da semiótica e da linguística na estruturação de sua teoria é explicada pelo pesquisador:

Diremos que uma análise semiolinguística do discurso é Semiótica pelo fato de que se interessa por um objeto que só se constitui em uma intertextualidade. Esta última depende dos sujeitos da linguagem, que procuram extrair dela possíveis significantes. Diremos também que uma análise semiolinguística do discurso é Linguística pelo fato de que o instrumento que utiliza para interrogar esse objeto é construído ao fim de um trabalho de conceituação estrutural dos fatos linguageiros. Não se pode separar estes dois aspectos. (CHARAUDEAU, 2009, p. 21).

Dessa maneira, o pesquisador resume a contribuição que essas duas esferas do conhecimento trazem para a Teoria Semiolinguística. Ele compreende a importância da semiótica, que explica a constituição do objeto dentro do seu intertexto e a forma como seus significantes são captados pelos sujeitos da linguagem. Também confirma a

relevância da linguística no processo de estruturação desse objeto, a partir da conceituação dos fatos languageiros.

Será por meio da Teoria Semiolinguística e de seus modos de organização do discurso, apresentados um pouco mais adiante, que iremos analisar os jornais da mídia religiosa que compõem o *corpus* desta pesquisa. Procuraremos verificar até que ponto os elementos da semiótica e da linguística tornam o nosso objeto, no caso a mídia religiosa, mais complexo em virtude da intertextualidade e as várias significações que irão interferir na formação do sentido.

4.2.2 - O explícito e o implícito

O ato de linguagem, dentro de uma perspectiva que Charaudeau (2009) chama de viva e não de peça de museu, possui uma dupla dimensão ou valor: explícito e implícito. Em se tratando do explícito, o pesquisador cita a frase “fecha a porta”, que pode ter sentido mesmo fora de um contexto definido. É fácil perceber sua diferença em relação a outras frases como “abre a porta” ou “fecha a janela”.

Segundo Charaudeau (2009, p. 24), estas últimas frases “se originam de operações de comutação que estabelecem relações de oposição (paradigmas), e de combinação (sintagmas) entre os signos”. Elas resultam da formação do que o pesquisador chama de paráfrases estruturais. Ele acrescenta que as paráfrases estruturais geram um jogo de reconhecimento morfossemântico, que constrói o sentido. Como esse sentido remete à realidade, conceituando-a, Charaudeau a nomeia “simbolização referencial”.

Considerando o seu valor implícito, Charaudeau (2009) associa o ato de linguagem à significação e à criação das paráfrases seriais. O pesquisador explica que usando o mesmo exemplo da frase “fecha a porta”, o sujeito falante pode estar querendo dizer ao seu interlocutor que “está com frio” ou que quer “lhe contar um segredo”. Essas frases elucidativas, que levam o interlocutor a entender o objetivo do sujeito falante, são chamadas pelo estudioso de paráfrases seriais.

Ao contrário das paráfrases estruturais, Charaudeau (2009) explica que as paráfrases seriais são concomitantes à mesma instância de fala (é dito ao mesmo tempo “fecha a porta” e “estou com frio) e há combinação interfrástica do gênero (“fecha a porta porque estou com frio”). O pesquisador completa que a produção dessas paráfrases gera um jogo de remissões constantes que ultrapassa o enunciado explícito e constrói a significação.

Depois de selecionar o item lexical “porta” e explicar que ele pode ter significados diferentes como “meio de impedir a passagem do frio para o interior”, “meio de impedir a passagem da fala para o exterior” ou “meio de impedir a passagem do barulho para o interior”, Charaudeau (2009) postula que o implícito tem mais relevância que o explícito no ato discursivo:

Isto nos leva a pensar que não se pode determinar de forma apriorística o paradigma de um signo, já que é o ato de linguagem, em sua totalidade discursiva, que o constitui a cada momento de forma específica. Em outras palavras, longe de conceber que o sentido se constituiria primeiro de forma explícita em uma atividade estrutural e, em seguida, seria portador de um implícito suplementar no momento de seu emprego, dizemos que é o sentido implícito que comanda o sentido explícito para constituir a significação de uma totalidade discursiva. (CHARAUDEAU, 2009, p. 26).

A supremacia do sentido implícito sobre o sentido explícito na constituição da significação de uma totalidade discursiva pode ser verificada na mídia religiosa. Um dos temas que uniu as mídias católica e evangélica, em 2015, foi o esforço para que o Ministério da Educação e as Secretarias da Educação dos estados brasileiros não incorporassem a teoria dos gêneros (sexual) às suas diretrizes escolares. A justificativa apresentada pelos responsáveis pelos veículos de comunicação religiosos era de que tal medida iria contrariar a concepção tradicional de que meninos devem ser tratados como meninos e meninas como meninas. Ou seja, esse foi o sentido explicitado.

A pergunta que fazemos é: qual o sentido implícito dessa oposição dos veículos de comunicação religiosos à teoria dos gêneros? Essa postura foi assumida mesmo diante de argumentos de alguns psicólogos que garantiam, por meio de estudos científicos, que seria mais salutar para crianças e adolescentes só serem confrontados com os gêneros masculino e feminino quando tivessem mais maturidade para fazer sua opção sexual. A Igreja Católica, as igrejas evangélicas e seus meios de comunicação preferiram não considerar essa opinião.

O que sustentou o sentido implícito dessa campanha contra a teoria dos gêneros foram normas, dogmas e doutrinas religiosas, que condenam a homossexualidade, as uniões homoafetivas e qualquer relacionamento que fuja do padrão tradicional homem e mulher. Nas reportagens publicadas nos jornais que compõem nosso *corpus* essa justificativa não é explicitada. Percebe-se, contudo, que ela sobrepõe os argumentos apresentados.

Para completar suas considerações sobre os valores explícito e implícito do ato de linguagem, Charaudeau (2009) indica a existência de dois movimentos que

“azeitam” o funcionamento do que ele chama de “fenômeno linguageiro”. O primeiro é chamado de exocêntrico e é movido por uma força centrífuga. O pesquisador explica que esse movimento obriga o ato de linguagem a se significar em sua intertextualidade. A atividade serial está ligada a esse movimento e leva à produção da significação do discurso.

O segundo movimento, que Charaudeau (2009) chama de endocêntrico, é movido por uma força centrípeta. O pesquisador (2009, p. 27) esclarece que ele “obriga o ato de linguagem (e, logo os signos que o compõem) a ter significado, ao mesmo tempo, em um ato de designação da referência (no qual o signo se esgota em função de troca) e em um ato de simbolização”. A atividade estrutural ligada a esse movimento constrói o sentido de simbolização referencial.

O efeito dos movimentos exocêntrico e endocêntrico sobre a linguagem é sintetizado pelo pesquisador:

Esse duplo movimento define claramente a linguagem como fenômeno conflitual no qual, de um lado, a atividade serial põe em causa, incessantemente, as tentativas que a atividade estrutural empreende para fixar o signo em um lugar definitivo de reconhecimento do sentido; de outro lado, a atividade estrutural, por sua vez, tenta fixar, ‘congelar’, o sentido comandado pela atividade serial. (CHARAUDEAU, 2009, p. 27).

No meio religioso, podemos dizer que o movimento endocêntrico, guiado pela atividade estrutural que procura “congelar” o sentido dos signos, é liderado pela hierarquia das igrejas. Em sentido contrário, grupos organizados que se sentem discriminados pelas igrejas, como os homossexuais, mulheres e movimentos religiosos progressistas, levam adiante o movimento exocêntrico e sua atividade serial, procurando adequar o sentido dos signos ao contexto e realidade que consideram mais apropriados.

É interessante observar que esse duplo movimento em direções contrárias pode gerar verdadeiras *tsunamis*, que resultam em situações inusitadas no meio eclesiástico. Um caso recente foi a renúncia do papa Bento XVI, em 2013, após denúncias da mídia de referência de casos de pedofilia envolvendo membros da Igreja Católica e malversação de recursos financeiros da instituição por cardeais da sua confiança, que ocupavam cargos importantes no Vaticano. A força centrífuga fez com que esses escândalos fossem arremessados para fora dos muros da Santa Sé por meio do movimento exocêntrico.

Como se pode ver, os conflitos linguísticos/discursivos ultrapassam a barreira da linguagem e se instauram em outras instâncias. O papel do analista do discurso será o de

detectá-los, analisá-los e expô-los. Isso exige coragem, já que as forças que querem “congelar” o sentido dos signos são as mesmas que vão se mobilizar para silenciar aqueles que querem revelá-los na sua forma implícita, por meio da atividade serial.

4.2.3 - O signo em questão

A problemática do signo é outro elemento da linguagem discutido por Charaudeau. O pesquisador (2009, p. 34) esclarece que “o signo linguageiro se apresenta, do ponto de vista do seu sentido, sob a dupla face de uma qualificação referencial e de uma funcionalidade”. A qualificação referencial é proveniente da designação do signo, que atribui uma carga semântica à parte do mundo físico; e a funcionalidade vem do valor de uso do signo, presente no universo do discurso.

Charaudeau (2009) afirma, de forma extrema, que não existe signo na língua – no sentido da oposição língua/fala -, mas apenas no discurso (no sentido de totalidade de um ato de linguagem particular). O pesquisador justifica seu posicionamento:

Podemos afirmar que a significação de um ato de linguagem é uma totalidade não autônoma, já que ela depende de filtros de saberes que a constroem, tanto do ponto de vista do Enunciador, quanto do ponto de vista do Interpretante. Correlativamente, conclui-se que não se pode afirmar que o signo seja uma unidade autônoma de sentido, pois ele também é preenchido por um saber que depende da expectativa particular de cada ato de linguagem e, portanto, dos filtros construídos e colocados pelo Enunciador e pelo Interpretante. (CHARAUDEAU, 2009, p. 32 e 33).

Quando, por exemplo, um jornal da mídia religiosa publica uma reportagem com críticas à teoria dos gêneros, sua significação foi submetida aos filtros do enunciador e passará pela filtragem de saberes do interpretante, que levará este último a acatar ou rejeitar tal notícia. Da mesma maneira, o signo “gêneros” passará pelo crivo dos filtros tanto do enunciador quanto do interpretante. Pode ocorrer, inclusive, de parte do público leitor não ter informação sobre a teoria dos gêneros e não a relacionar, a princípio, com questões do masculino e do feminino. Como é um assunto tratado no âmbito da educação, alguns podem relacionar o signo “gêneros” à literatura ou à linguística.

Ao relacionar os signos à problemática da Semiologia, Charaudeau (2009) utiliza o exemplo de uma moeda. De acordo com o pesquisador, a moeda pode ter outras atribuições que não só sua função monetária, dependendo do contexto e da necessidade da pessoa. Ela pode servir para calçar uma mesa manca, apertar um parafuso ou tampar o ralo da pia. “Para cada um dos usos imaginados, não se trata do

mesmo objeto, se tomarmos como verdade o fato de que um objeto se define pelo que chamamos sua funcionalidade”, conclui o estudioso (2009, p. 33).

Seguindo o exemplo da moeda, Charaudeau (2009, p. 34) explica que “o signo linguageiro se apresenta, do ponto de vista de seu sentido, sob a dupla face de uma qualificação referencial e de uma funcionalidade”. A qualificação referencial está relacionada ao valor do signo, que atribui carga semântica a partes do mundo físico. Já a funcionalidade diz respeito ao valor que o signo adquire dentro do universo discursivo.

Pensemos, por exemplo, no báculo, que é aquele grande cajado sustentado pelo papa e pelos cardeais. No meio religioso católico, a sua qualificação referencial é de objeto símbolo de poder e distinção. Sua funcionalidade nas celebrações religiosas é de distinguir os membros da hierarquia. Fora do meio religioso, o báculo tem a qualificação referencial de um simples cajado e sua funcionalidade pode ser a de fornecer apoio a alguém que está com dificuldade para se locomover.

4.2.4 - Sujeitos da linguagem

Prosseguindo na estruturação da sua Teoria Semiociológica, Charaudeau (2009) postula que na situação de comunicação envolvendo o sujeito produtor do ato de linguagem (EU) e o sujeito-interlocutor (TU) figuram mais dois sujeitos, totalizando quatro. O pesquisador alerta que o ato de linguagem vai além de um ato de comunicação, no qual um emissor envia uma mensagem ao receptor. Ele esclarece que tal ato se configura num encontro dialético, no qual funcionam complexos processos de produção e interpretação.

No processo de produção encontram-se o sujeito EU, que se dirige a um TU-destinatário (TU-d); enquanto no processo de interpretação está presente um TU-interpretante (TUi), que constrói a imagem do EU do locutor. O TU-destinatário é o interlocutor ideal, fabricado pelo Eu-comunicante (EUc). Este último acredita que o TU-destinatário irá absorver suas mensagens sem questioná-las.

Charaudeau (2009, p. 44) adverte, contudo, que “o TU não é um simples receptor de mensagem, mas sim um sujeito que constrói uma interpretação em função do ponto de vista que tem sobre as circunstâncias de discurso”. É que dentro da concepção do pesquisador, além do TU-d há a presença do TUi, que tem o poder de questionar e rejeitar as mensagens que recebe.

Conforme Charaudeau (2009), o TUi age fora do ato de comunicação produzido pelo EUc. Ele escapa do domínio do EUc, podendo intervir no ato de linguagem, que

engloba os processos de produção e interpretação. O pesquisador comenta que enquanto o TUd está numa relação de transparência com o EUc, o TUi coloca-se num processo de opacidade. O TUi só depende dele mesmo para aderir ou rejeitar a mensagem que recebe.

Na convocação que fez aos fiéis (TU) para participarem da procissão para pedir chuva para São Paulo, publicada na sua edição 3.041, o jornal *O São Paulo* (04 a 10 de março de 2015), no seu papel de sujeito enunciador (EUE), e a Arquidiocese de São Paulo, como sujeito comunicante (EUC), podem pressupor que vão lidar com TU-d e conseguir uma grande adesão. Alguns destinatários, no entanto, podem assumir o papel de TUi e recusar o convite por considerarem que não são orações que vão resolver a crise hídrica do estado. Uma “queda de braço” pode se instaurar, podendo redundar num acordo ou numa ruptura.

O pesquisador explica como operam esses sujeitos dentro da situação de comunicação:

Em outras palavras, o EU dirige-se a um TU-destinatário que o EU acredita (deseja) ser adequado ao seu propósito linguageiro (a ‘aposta’ contida no ato de linguagem). No entanto, ao descobrir que o TU-interpretante (TU’) não corresponde ao que ele havia imaginado (fabricado), acaba por descobrir-se como um outro EU (EU’), sujeito falante suposto (fabricado) pelo TU-interpretante (TU’). (CHARAUDEAU, 2009, p. 44).

Esse outro EU é o quarto sujeito da situação de comunicação, que Charaudeau (2009) chama de EU-enunciador (EUE). Ele é um ser de fala sempre presente no ato de linguagem. O EUE pode ser visto de dois lados, ou seja, tanto pelo processo de interpretação quanto pelo de produção. Como já foi dito por Charaudeau, o TUi enxerga o EUE como uma hipótese (processo de intenção) de EUC no ato de produção.

Já do ponto de vista da produção, o EUC concebe o EUE como sua imagem de enunciador, isto é, uma espécie de máscara sob a qual ele se esconde para colocar em prática o seu projeto de fala. No artigo intitulado “A disciplina do reino de Deus”, publicada na edição 1.223 (13 a 19 de setembro de 2015) da *Folha Universal*, o bispo Edir Macedo é o EUC, mas assume o papel de EUE quando alerta os leitores sobre pessoas que agem como “corpos estranhos” que comprometem a harmonia da igreja. Como EUE, Macedo se coloca como defensor de uma instituição que só faz o bem e está ameaçada.

No papel de EUC, o fundador da Igreja Universal do Reino de Deus traçou uma estratégia de comunicação no sentido de fazer com que seus interlocutores, ou pelo

menos parte deles, assumam o papel de TUD. Ele estimula os leitores a denunciarem esses elementos nocivos para que eles sejam expelidos da igreja. Leitores que discordam do ponto de vista do bispo podem assumir o papel de TUi e contestá-lo. Uma “santa” disputa da qual terão mais chances de saírem vencedores os que utilizarem melhor seus recursos de comunicação ou que apelarem para sua posição superior dentro da hierarquia da igreja.

Charaudeau (2009, p. 48) deixa claro que “independentemente do lado em que esteja o foco, o EUE (assim como o TUD) é um ser que existe no e pelo ato de produção- interpretação. É esse ato que lhe dá um estatuto exclusivamente linguageiro, independente em parte, do EUC e do TUi”. O pesquisador cita o exemplo da ordem “Saia!”, que ao ser dada pelo EUE, faz com ele assuma o papel de autoridade. Ao ouvi-la, o TUD irá acatá-la, cumprindo seu papel de interlocutor ideal.

Essa transparência, contudo, é apenas parcial, pois Charaudeau adverte que o ato de linguagem é uma totalidade, na qual também estão presentes o TUi e o EUC. O pesquisador (2009, p. 48) acrescenta sobre o EUC que “ele é o iniciador do processo de produção, processo construído em função das Circunstâncias de Discurso que o ligam ao TU e que constituem sua intencionalidade”.

A situação de comunicação pode se complicar quando o EUE disser “Saia!” e o TUi não lhe der crédito. O EUC, que está por trás do EUE, verá sua autoridade ameaçada e perderá sua “aposta” de que iria fazer seu interlocutor assumir o papel de TUD. Diante disso, Charaudeau (2009, p. 49) postula que não existe uma relação de transparência entre EUE e EUC. “EUE é apenas uma representação linguageira parcial de EUC”, conclui.

O pesquisador prossegue dizendo que a relação entre EUE e EUC é de englobado e englobante do primeiro em relação ao segundo. EUE se revela como uma máscara do discurso usada por EUC. Conforme a sua estratégia de comunicação, este último realiza um jogo de transparências ou ocultação de EUE. Isso vai depender dos obstáculos que o TUi vai lhe impor.

Na reportagem intitulada “Os atentados em Paris e as profecias”, publicada na edição 1.567 do *Mensageiro da Paz* (Dezembro de 2015), o EUC (Assembleia de Deus) se esconde atrás da máscara do EUE (jornal), procurando fazer com que seus interlocutores assumam o papel de TUD e acreditem que os atentados que ocorreram em Paris (França), em 13 de novembro de 2015, foram resultado do cumprimento de

determinações das lideranças religiosas, afastar-se das igrejas, migrar para outras ou integrarem o grupo dos sem-religião (pessoas que têm fé, mas não se vinculam a nenhuma igreja ou ateus).

No caso do discurso midiático, podemos dizer que o EUC é representado por governantes, grupos políticos, industriais e empresariais, que financiam a imprensa de referência e controlam sua linha editorial. Os jornalistas responsáveis pelos veículos de comunicação assumem o papel do EUE, selecionando os temas que serão abordados. Os leitores que absorvem o material jornalístico de forma passiva (assujeitados) fazem as vezes do TUD, enquanto os que ficam atentos à ética cidadã e procuram se manifestar por meio de *e-mails*, telefonemas e cartas para as redações assume o papel de TUI.

O ato de comunicação é apresentado por Charaudeau (2009) como um dispositivo, que congrega o locutor e o interlocutor. Compõem esse dispositivo a situação de comunicação, que reúne os parceiros da troca linguageira, determinados por uma identidade (psicológica e social) e regidos por um contrato de comunicação; a língua, que forma o material verbal estruturado em categorias linguísticas; e o texto, que nada mais é que o resultado material do ato de comunicação.

O quarto elemento, que constitui o ato de comunicação, são os modos de organização do discurso, aos quais dedicaremos mais atenção por comporem as principais categorias de análise a serem utilizadas para tratar do *corpus* desta pesquisa, que apresentaremos mais adiante. De acordo com Charaudeau (2009, p. 75), “o locutor (...) consciente das restrições e da margem de manobra proposta pela Situação de comunicação, utiliza categorias de língua ordenadas por Modos de organização do discurso para produzir sentido, através da configuração de um texto”.

4.2.5 - Contratos e estratégias

Para se impor, o discurso necessita de condições específicas para a realização da troca linguageira. Charaudeau (2006) denomina esse quadro de situação de comunicação, que é o espaço utilizado pelos membros de uma determinada comunidade para realizar a comunicação. É um quadro de referência que ajuda esses sujeitos-comunicantes a entabularem alguma forma de comunicação com seus interlocutores.

Sem esse quadro-referência, a comunicação ficaria comprometida:

A situação de comunicação é um palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui o seu valor simbólico. Como se estabelecem tais restrições? Por um jogo de regulação das

práticas sociais, instauradas pelos indivíduos que tentam viver em comunidade e pelos discursos de representação, produzidos para justificar essas mesmas práticas a fim de valorizá-las. Assim se constroem as convenções e as normas de comportamento linguageiros, sem as quais não seria possível a comunicação humana. (CHARAUDEAU, 2006, p. 67).

Os jornais e outros veículos midiáticos são “personagens” importantes que circulam por essa situação de comunicação. É nesse palco que eles produzem seus discursos de representação e realizam suas trocas sociais com a instância de recepção, procurando considerar seus valores e crenças. As restrições e regulações precisam ser conhecidas e respeitadas para que essa comunicação flua sem grandes percalços.

Charaudeau (2006, p. 68) afirma que “o necessário reconhecimento recíproco das restrições pelos parceiros da troca linguageira nos leva a dizer que estes estão ligados por uma espécie de acordo prévio sobre os dados desse quadro de referência”. É como se locutor e interlocutor, instâncias de produção e de recepção midiáticas, firmassem um contrato de comunicação.

O pesquisador (2006) explica que o contrato de comunicação reúne dados externos e internos. Os dados externos estão presentes no campo de uma prática social determinada e dizem respeito às regularidades comportamentais das pessoas, que possibilitam as trocas linguageiras. Também são consideradas as constantes dessas trocas. O autor alerta que, ao contrário do que se verifica nos dados internos, os dados externos não são essencialmente linguageiros.

Com o auxílio da semiótica, os dados externos são convertidos em índices, que retirados do conjunto dos comportamentos sociais, convergem e dão sinais de constância. Charaudeau (2006) divide os dados externos em quatro categorias: condição de identidade, condição de finalidade, condição de propósito e condição de dispositivo. Cada uma delas apresenta uma função e, juntas, fazem funcionar os dados externos.

A condição de identidade está relacionada com os parceiros linguageiros, a elaboração de questões como “quem fala com quem” e como isso interfere no ato de comunicação. Charaudeau (2006) comenta que a condição de finalidade contempla os objetivos, a expectativa de sentido em relação à troca e a proposição da pergunta: “estamos aqui para dizer o quê?”.

Já a condição de propósito estabelece que todo ato de comunicação considere o domínio do saber. O pesquisador (2006) explica que ela é povoada por “universos de discurso tematizados” e a questão que apresenta é: “Do que se trata?”. Por fim, a condição de dispositivo abarca as circunstâncias materiais nas quais o ato de

comunicação se desenvolve. A pergunta a ser respondida é: “Em que ambiente se inscreve o ato de comunicação?”.

Passamos agora aos dados internos que, de acordo com Charaudeau (2006, p. 70), “constituem as restrições discursivas de todo ato de comunicação, são o conjunto dos comportamentos linguageiros esperados quando os dados externos da situação de comunicação são percebidos, depreendidos, reconhecidos”. Eles permitem responder à pergunta: “como dizer?”. O pesquisador os divide em três espaços: de locução, de relação e de tematização.

No espaço de locução, ocorre a “tomada da palavra” pelo sujeito falante, que se impõe como tal e identifica seu interlocutor. Charaudeau (2006) explica que no espaço de relação o sujeito falante constrói a sua identidade e a de seu interlocutor, além de definir se será seu aliado ou opositor dentro do campo linguageiro. No espaço de tematização, o sujeito falante define seu modo de intervenção e seu modo de organização discursiva particular.

No campo midiático, o contrato de comunicação tem aplicação diferenciada. Charaudeau (2006, p. 86) esclarece que ele se encontra num ambiente de tensão, no qual se sobressaem duas visadas:

Visada de fazer saber, ou visada de informação propriamente dita, que tende a produzir um objeto de saber segundo uma lógica cívica: informar o cidadão; uma visada de fazer sentir, ou visada de captação, que tende a produzir um objeto de consumo, segundo uma lógica comercial: captar as massas para sobreviver à concorrência. (CHARAUDEAU, 2006, p. 86).

O pesquisador (2006) comenta que o motivo desse estado de tensão do contrato de comunicação no campo midiático diz respeito a uma espécie de encruzilhada entre o informar (fazer saber) e o seduzir (fazer sentir). Ele diz que, a princípio, poderíamos relacionar o informar ao jornalismo e o seduzir à publicidade. Afinal de contas, o objetivo principal de um veículo de comunicação deve ser o de informar os cidadãos. Já a publicidade não esconde que quer “vender” o carro ou a cerveja, mesmo que o comercial mostre muito mais mulheres bonitas e sedutoras do que o próprio produto oferecido.

Acontece, contudo, que bem diferente de uma equação matemática, o contrato de comunicação e outros assuntos discursivos e linguísticos não operam de forma exata. Segundo Charaudeau (2006), poderia se afirmar que o contrato de informação midiática

é regido pela visada do “fazer sentir”, porém mesmo que isso de fato ocorra, acaba por não se encaixar dentro do ambiente das representações sociais.

Mesmo percebendo que muitas notícias veiculadas ou não veiculadas pela mídia sofrem interferências políticas e econômicas, a instância de recepção separa em “caixas” diferentes o que é informação e o que é publicidade. Ao ler uma notícia num jornal, o leitor está em busca de informação e de esclarecimento de fatos que ocorreram dentro de sua realidade e que, de alguma maneira, podem afetá-lo.

Por outro lado, quando esse leitor se detém durante a leitura desse mesmo jornal à frente de um anúncio publicitário, ele está analisando as qualidades daquele produto, as condições em que ele é oferecido, se necessita dele e se pode adquiri-lo. Pode acontecer, numa matéria jornalística, de o repórter enaltecer as belezas de uma determinada região do país, procurando incentivar o turismo, o que equivaleria a agregar a visada do fazer sentir à visada do fazer saber.

É comum viagens de jornalistas para cobrirem determinados eventos ou locais turísticos serem financiados por empresas. Há empresas jornalísticas que não aceitam esse tipo de “convite” e, se aceitam, informam no texto que a viagem foi feita a convite de determinado hotel ou empresa promotora. É uma forma “honestá”, do ponto de vista jornalístico, de lidar com esse tipo de questão. Resta saber se todas as empresas jornalísticas têm esse tipo de cuidado.

Charaudeau (2006) verifica uma contradição no contrato de comunicação midiática que, mesmo devendo ser regido pela finalidade do fazer saber e ter um grau zero de espetacularização da informação, acaba enveredando pela finalidade do fazer sentir. O autor (2006, p. 92) comenta que “a instância midiática acha-se, então, ‘condenada’ a procurar emocionar seu público, a mobilizar sua afetividade, a fim de desencadear o interesse e a paixão pela informação que lhe é transmitida”.

Tal contradição do contrato de comunicação midiática provoca um deslocamento no propósito dos profissionais de imprensa, que deveriam ser racionais no seu trabalho de fazer saber. Se seguissem, de fato, a cartilha do jornalismo que prima pelo racionalismo, eles “limpariam” seu texto de adjetivos, testemunhos emocionados e imagens “fortes” que tocam o coração da instância de recepção. No entanto, a comunicação e o discurso não funcionam assim, pois sempre há interesses em jogo e lógicas diversas que interferem no tratamento do discurso. Por exemplo, no caso do discurso jornalístico, há o contrato de informação, que exige estratégias discursivas de

credibilidade, e o contrato de captação, que exige estratégias de dramatização e de sedução para captar leitores e anunciantes.

Na imprensa popular e no jornalismo televisivo policial essa busca pela emoção da instância de recepção parece ser uma regra. Os casos de crimes, por exemplo, são explorados à exaustão, as câmeras parecem buscar as lágrimas, a voz embargada ou pelo menos os olhos embaçados de parentes e amigos das vítimas. Os apresentadores se colocam como defensores dos interesses dos cidadãos e cobram da polícia e das autoridades governamentais para que façam justiça.

Esse estado de tensão entre o “fazer-saber” e o “fazer-sentir”, exposto por Charaudeau (2006), também está presente na imprensa de referência. É comum lermos, ouvirmos e assistirmos reportagens que procuram impactar a instância de recepção, mexendo com seus afetos e paixões. Na cobertura da série de atentados que ocorreram em Paris (França), em 13 de novembro de 2015, isso pode ser observado nos jornais, rádios e TVs de referência.

As equipes de reportagem se esforçavam para apresentar, em primeira mão, uma nova imagem dos ataques ou depoimentos de pessoas que estavam nos locais em que os terroristas agiram. Também foram atrás de familiares e amigos das vítimas e tentaram “arrancar” delas algumas palavras de consternação ou simplesmente lágrimas. Valeu até manter equipes de reportagem nos aeroportos para mostrar passageiros chegando de Paris e seu encontro emocionado com os familiares.

Para a instância de recepção, esse tipo de contrato de comunicação com a mídia parece ter se tornado comum e muitos assistem, sem reclamar, essa sobreposição do fazer sentir (emoção) sobre o fazer saber (informação). Aliás, alguns ficaram sem entender direito por que algumas famílias, como a da psicóloga Camila Issa, que foi ferida num dos atentados em Paris, se recusam a falar com a imprensa. Esse tipo de atitude foge à regra.

No *corpus* da nossa pesquisa, ou seja, o jornalismo religioso impresso também fica evidente que em muitas reportagens o fazer sentir ganha mais destaque que o fazer saber. Na reportagem sobre a “tragédia de Bento Rodrigues”, em Mariana (MG), a edição 1.233, da *Folha Universal* (22 a 28 de novembro de 2015), apresenta os fatos, porém destaca o trabalho dos voluntários da Igreja Universal do Reino de Deus, que foram até o local para consolar as famílias que perderam suas casas e entregar as doações de roupas e alimentos. A reportagem é carregada de emoção e tem um claro propósito proselitista.

Para realizar o ato de linguagem também é necessário tomar-se certos cuidados e, de acordo com Charaudeau (2009, p. 56), definir-se estratégias de discurso. O pesquisador acredita que o grande responsável por esse projeto global de comunicação é o EUc. “O EUc deve organizar o que está disponível no conjunto de suas competências, levando em conta a margem de liberdade e de restrições de ordem relacional de que dispõe”, assinala.

O locutor (EUc) idealiza o destinatário (TUd) que ele busca trazer para o universo de seu discurso e, com ele, negociar o sentido. O objetivo é captar o sujeito interpretante (TUi), ser social e empírico, o que coloca em evidência a problemática do contrato de comunicação. Para obter êxito no seu ato de linguagem, o sujeito comunicante fará uso de contratos e de estratégias:

A noção de contrato pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais. Em decorrência disso, o sujeito comunicante sempre pode supor que o outro possui uma competência linguageira de reconhecimento análoga à sua. (...) A noção de estratégia repousa na hipótese de que o sujeito comunicante (EUc) concebe, organiza e encena suas intenções de forma a produzir determinados efeitos – de persuasão ou de sedução – sobre o sujeito interpretante (TUi) para levá-lo a se identificar – de modo consciente ou não – com o sujeito destinatário ideal (TUd) construído por EUc. (CHARAUDEAU. 2009, p. 56).

Machado (1995, p. 47) acrescenta que “o contrato parte da pressuposição que, indivíduos pertencentes ao mesmo corpo de práticas sociais procurarão se entender entre si”. Isso significa que o indivíduo vai se reconhecer na fala do outro, já que eles falam a mesma linguagem e têm capacidade de se influenciar. Estabelece-se uma relação de cumplicidade em relação aos ditos e ao texto.

Com relação à noção de estratégia, Machado (1995, p. 47) explica que por ela “o sujeito comunicante coloca em cena suas intenções (conscientes ou não), para produzir e obter certos efeitos no outro (sujeito interpretante)”. A pesquisadora ressalta que o efeito buscado é o de sedução, e o esforço é para que o ouvinte real se identifique com o ouvinte ideal.

O espírito de aventura previsto por Charaudeau para o ato de linguagem está relacionado à sua imprevisibilidade. Nem tudo pode sair como foi planejado pelo EUc. Isso pode ocorrer quando o TUi discordar das estratégias e não aderir ao contrato de comunicação. O pesquisador (2009, p. 57) adverte que “muitas vezes o sujeito-interpretante não está totalmente consciente do contexto sócio-histórico que deu origem ao ato de comunicação, o que pode alterar, consideravelmente, a sua interpretação”.

No encontro que o papa Francisco teve com as vítimas de abusos sexuais cometidos por padres e outros membros da Igreja Católica na viagem que fez aos Estados Unidos, como noticiou *O São Paulo*, num pequena nota na sua edição 3.071 (30 de setembro a 06 de outubro de 2015), o sumo pontífice lamentou o ocorrido e prometeu apurar as denúncias e punir os culpados. Ocorreu um apagamento da “voz” das vítimas.

Ao abordar esse mesmo assunto, a *Folha Universal*, na sua edição 1.238 (27 de dezembro de 2015 a 02 de janeiro de 2016), dedica uma página inteira ao tema. O título da reportagem é “Até quando o Vaticano vai esconder a pedofilia?” e Francisco, que aparece numa foto com a mão na testa num semblante de preocupação, foi acusado por representantes das vítimas de ser negligente e proteger os agressores.

Diante de problemas como este, Charaudeau (2009) insiste que todo ato de linguagem depende de um contrato de comunicação. O pesquisador esclarece que este contrato nada mais é do que um ritual sociolinguageiro. Ele depende do implícito codificado e é constituído pelo conjunto das restrições que codificam as práticas linguageiras.

Observem que no contrato que o jornal *O São Paulo* estabeleceu com seus leitores na visita do papa Francisco aos Estados Unidos, em setembro de 2015, foi dado destaque ao encontro do papa com o então presidente Barak Obama e seu pronunciamento no Congresso norte-americano. O encontro com as vítimas de abusos sexuais cometidos por padres e outros representantes da Igreja Católica é citado *en passant*, por meio de uma nota “escondida” no meio da página. Por se tratar de um assunto que compromete a credibilidade da instituição, o jornal optou por não destacá-lo.

Já a *Folha Universal* firmou um contrato diferente com seus leitores ao lidar com o mesmo assunto. Como tem na Igreja Católica uma de suas adversárias diretas, o jornal optou por dar ênfase ao assunto, fazendo inclusive uma chamada na primeira página. O repórter Eduardo Prestes (2015) aproveitou ainda para anunciar que, dentro de algum tempo, seria lançado um filme cuja temática seriam as investigações que uma equipe de reportagem do jornal *The Boston Globe* empreendeu sobre os casos de pedofilia na Igreja Católica. O trabalho lhe rendeu o prêmio *Pulitzer*, o mais importante no jornalismo dos Estados Unidos.

Pauliukonis & Monnerat (2008) tratam da imagem que o sujeito enunciador projeta de si mesmo em seu discurso, considerando as restrições e as manobras. A

construção dessa imagem depende do que Charaudeau (2009) chama de enunciação ampliada e enunciação restrita. As pesquisadoras explicam que a primeira consiste no exame que se faz dos parceiros e das circunstâncias de produção do ato comunicativo enquanto a segunda está relacionada ao enfoque de procedimentos linguísticos, que funcionam como marcas sinalizadoras que formam o *ethos* legitimador da fala enunciada.

Na enunciação ampliada, Pauliukonis & Monnerat (2008) destacam o princípio da alteridade e o princípio da identidade, que reforçam a base do ato comunicativo. Pelo princípio de alteridade, o ato de linguagem consiste num fenômeno de troca envolvendo dois parceiros que possuem semelhanças e diferenças. Eles são semelhantes em virtude de seus saberes partilhados e finalidades comuns e, por outro lado, diferentes por encarnarem papéis diferentes enquanto sujeitos numa situação de comunicação.

O princípio de identidade, conforme Pauliukonis & Monnerat, está centrado no próprio indivíduo e envolve a identidade do sujeito, que é complexa. As pesquisadoras (2008, p. 54) explicam que na identidade “se articulam dados biológicos (nosso corpo), dados psicossociais atribuídos (o que os outros dizem que somos) e dados construídos pelo nosso próprio comportamento (o que pretendemos ser)”.

Resultam desses componentes duas identidades: a identidade social e a identidade discursiva. Na conversa que o papa Francisco teve com as vítimas de abusos sexuais cometidos por representantes da Igreja Católica, na enunciação ampliada ele utilizou o princípio da identidade social, por ser o representante máximo da instituição. Provavelmente, o sumo pontífice se valeu da identidade discursiva ao ouvir as pessoas, prometer investigar os casos e punir os culpados. As reportagens publicadas pelas mídias religiosas, no entanto, não deixam isso claro. Em *O São Paulo*, da Igreja Católica, a voz das vítimas é “apagada”; e na *Folha Universal* Francisco é mostrado como negligente.

No que tange ao princípio de identidade, Pauliukonis & Monnerat (2008) informam que na sua constituição estão elementos psicossociais, que dizem respeito ao que os interlocutores pensam do sujeito falante. Na imprensa de referência, o papa é geralmente apresentado como um líder justo e disposto a combater os erros cometidos por integrantes da Igreja Católica. Na edição 1.238 da *Folha Universal* (27 de dezembro de 2015 a 02 de janeiro de 2016), ele é acusado pela fundadora da Rede dos Sobreviventes Abusados por Padres (SNAP), Bárbara Blaine (2015, p. 3), de se recusar a abrir os arquivos do Vaticano para que os nomes dos responsáveis por abusos sexuais

sejam divulgados. Como se vê, o princípio de identidade pode ser distinto dependendo dos interesses e pontos de vistas da mídia e de outras instâncias que o avaliam.

4.2.6 – Mídia religiosa e contrato

Vale a pena tratarmos também no âmbito da mídia religiosa, do processo de transformação de acontecimento em informação, abordado por Mouillaud (1997). É evidente que vários fatores interferem nessa transformação, como as normas, doutrinas e dogmas religiosos da igreja que é proprietária do veículo de comunicação, o contexto religioso (cristandade, fenômenos como o da mobilidade religiosa e “guerras santas”) e o perfil do jornalista (se é filiado a alguma igreja, conservador, progressista ou ateu).

Tudo isso vai interferir na produção e recepção do sentido. Mouillaud (1997) discute a transformação do sentido que é feita pela instância de recepção. As pessoas podem receber a notícia absorvê-la totalmente, em parte ou discordar do que foi dito. No campo da mídia religiosa, acreditamos que o comportamento da instância de recepção é o mesmo. Alguns dirão amém, outros nem tanto e haverá aqueles que irão “benzer a notícia com a mão esquerda” (negá-la).

Passamos agora à ideia de contrato de comunicação dos jornalistas e empresas de comunicação religiosa com a instância de recepção. Charaudeau (2006) esclarece que na mídia de referência é necessário ser firmado um “acordo” entre as duas partes para que a comunicação se dê de forma eficaz. Emediato (2007) chama a atenção para a proposta de Ghiglione (1984 *apud* Emediato, 2007) sobre a necessidade de validação dos princípios contratuais da “situação potencialmente comunicativa” (SPC) para que eles se efetivem como contratos de comunicação.

Para que isso ocorra, Emediato (2007) explica que algumas regras devem ser observadas e colocadas em prática (conversacionais, leis do discurso, saberes partilhados). Considerando a mídia religiosa, vale notar que, como muitos temas religiosos exigem um conhecimento especializado, como ressaltou Maingueneau (2008), o contrato de comunicação só seria firmado com um número menor de pessoas em comparação com a mídia de referência.

A validação em situações monolocutivas, no caso da mídia impressa, é tão problemática na mídia religiosa quanto na mídia de referência. A alternativa da validação *a priori*, proposta por Ghiglione (1984 *apud* Emediato, 2007) seria de considerar as SPC como contratos efetivos de comunicação. Emediato (2007)

acrescenta a figura imaginária do destinatário funcionando como instância pré-validante.

Ao definir a lista de temas que irá tratar na próxima edição do jornal ligado à alguma igreja, a equipe responsável “confia” que pode pré-validá-la porque acredita que a instância de recepção tem um perfil que ela mais ou menos já conhece. Podem ser assinantes do veículo ou frequentadores de cultos e missas que, de antemão, demonstraram aceitar normas, doutrinas e dogmas da instituição religiosa. A “aposta” é de que a validação vai ocorrer e a “SPC” se efetivará num contrato de comunicação.

Charaudeau (2006) acrescenta que o contrato de comunicação reúne dados externos e internos. Os dados externos estão relacionados à prática social, de cunho linguageiro, e se divide em quatro categorias, das quais destacamos duas que consideramos mais representativas no âmbito da mídia religiosa: a condição de propósito e a condição de finalidade.

A condição de propósito diz respeito ao domínio do saber e os temas religiosos costumam ser um pouco “áridos” e, às vezes, até maçantes para parte da instância de recepção não vinculada a nenhuma igreja. Como já foi exposto por Maingueneau (2008) até no meio científico há muitos pesquisadores que não se aventuram a pesquisar o discurso religioso por terem pouco conhecimento do seu interdiscurso. Essa dificuldade de muitas pessoas em lidar com a condição de propósito pode comprometer as bases do contrato de comunicação.

Já a condição de finalidade contempla as expectativas de sentido em relação à troca linguageira, ou seja, “estamos aqui para dizer o quê?”. Há jornais de cunho religioso que não escondem seu propósito de fazer proselitismo, procurando captar mais fiéis para a igreja que os mantêm. Ao perceber esse tipo de objetivo, a instância de recepção pode reagir de forma negativa e se recusar a ler tal publicação. Isso significa que temos mais um elemento para dificultar a efetivação do contrato de comunicação.

No que tange aos dados internos do contrato de comunicação, eles constituem as restrições discursivas do ato de comunicação. Charaudeau (2006) os divide em três espaços, entre os quais destacamos o de tematização, por considerarmos mais problemático em relação à mídia religiosa. Por ele, o sujeito falante define seu modo de intervenção e também o modo de organização discursiva.

A escolha de determinados temas feita pela mídia religiosa pode levar a instância de recepção não vinculada a nenhuma igreja a não firmar um “acordo” com o veículo. Os ataques a outras igrejas, por exemplo, podem ser atitudes que vão

desagradar a instância de recepção. Posturas moralistas na abordagem de certos assuntos, como o uso de contraceptivos e o aborto, também podem afastar leitores e comprometer o sucesso do contrato de comunicação.

Por fim, Charaudeau (2006) trata das visadas do “fazer-saber” e do “fazer-sentir”, especificamente no contrato de comunicação no campo midiático. A visada do “fazer-saber” informa o cidadão enquanto a visada do “fazer-sentir” tenta produzir um objeto de consumo, dentro da lógica comercial. A primeira deveria estar relacionada com a mídia informativa enquanto a segunda tem uma ligação maior com a publicidade. Não é isso que se vê de forma recorrente na mídia de referência e, a nosso ver, também na mídia religiosa.

Na reportagem intitulada “O que a pílula que promete tratar o câncer tem a ver com você?”, publicada na edição 1.233 da *Folha Universal* (22 a 28 de novembro de 2015), a repórter Rê Campbell (2015) trata da polêmica causada pelo produto. Ela esclarece, contudo, que enquanto veículos de comunicação como a *Rede Globo* criticaram a “pílula do câncer” sem o devido cuidado ou atendendo a interesses comerciais da indústria farmacêutica, a *Rede Record* o fez com zelo e ouvindo especialistas no assunto. A proposta parece ser jornalística, porém a comparação entre as emissoras tem objetivos comerciais.

Segundo Charaudeau (2006), ao desrespeitar essa fronteira entre a visada do “fazer-saber” para a visada do “fazer-sentir”, a instância midiática procura emocionar seu público, mobilizar sua afetividade e desencadear o interesse e a paixão pela informação. No caso da mídia religiosa, esse propósito patêmico visa também tentar converter as pessoas ou levá-las a tomar uma atitude, seja filiando-se à igreja que se envolveu em algum trabalho social ou a outra que promete fazê-las vencer a doença e a pobreza.

4.2.7 - Caráter antropofágico

Machado (2005) explica que, em suma, a semiolinguística trabalha sobre a ambiguidade, que é parte inerente da linguagem. A autora esclarece que essa teoria discursiva estuda o conflito que existe entre o sujeito individual, único, e o sujeito coletivo que nele habita e se faz ver. “Ela avança onde outras pararam, abrindo ao pesquisador uma gama de opções dentro das abordagens teórico-linguístico-discursivas”, comenta a pesquisadora (2005, p. 20).

Para Machado, a escolha do nome da teoria já é revelador do que ela representa:

Segundo Charaudeau (1995:98), Sémio-, vem de sémiosis, lembrando que a construção do sentido e sua configuração se fazem por meio de uma relação forma-sentido, relação esta que pode ocorrer em diferentes sistemas semiológicos. Tal construção está sob a responsabilidade de um sujeito, movido por uma determinada intenção, ou seja, um sujeito que tem, em sua mente, um projeto visando influenciar alguém: tal projeto está encaixado no mundo social no qual vivem e circulam os sujeitos-comunicantes. Quanto à presença de “- linguística” no nome, Charaudeau quis, com essa ocorrência, lembrar ou enfatizar que a forma de ação pretendida pelo sujeito comunicante é sobretudo constituída por um material linguageiro oriundo das línguas naturais. (MACHADO, 2001, p. 47).

Uma das características da teoria semiolinguística é seu caráter “antropofágico”. Machado (2001) destaca que ela reúne contribuições da etnometodologia, antropologia e sociologia. Também não descarta elementos da pragmática e do dialogismo bakhtiniano. É justamente por juntar ideias criativas e “pinçagens” teóricas, que a pesquisadora a considera uma metodologia bastante funcional.

Outros pesquisadores, cujos estudos foram aproveitados por Charaudeau na constituição da teoria semiolinguística, são citados por Machado (2001). A pesquisadora fala de Searle e do seu postulado de intencionalidade, que Charaudeau usa como base do ato de linguagem. Ela lembra também Sperber e Wilson, com seu postulado de pertinência, que explicam a capacidade do sujeito interpretante de “decodificar” o ato de linguagem.

Foi de suma importância para a teoria semiolinguística a concepção de Bakhtin de que o “eu” se constrói em colaboração. O problema é que essa colaboração pode ser impedida por forças sociais. Machado (2001, p. 48) explica que Charaudeau deu uma nova roupagem a essa ideia, acrescentando que a colaboração entre parceiros é forçada pela vida em sociedade. “Assim, o ato de linguagem é comandado pelas circunstâncias sociais do discurso e sua construção leva em conta o explícito e o implícito da linguagem”, salienta.

4.2.8 - Jogo de comunicação

Para Machado (2001), na Teoria Semiolinguística o discurso é um “jogo comunicativo” estabelecido entre a sociedade e suas produções linguageiras. Essa sua relação tão próxima com a sociedade deixa a seguinte dúvida: o social é que constrói o discurso ou é o discurso que constrói o social? A resposta da pesquisadora é que é necessário encontrar-se um equilíbrio entre as partes.

Ainda sobre o “jogo comunicativo”, Machado o entende como um dos pontos fortes da teoria semiolinguística. A pesquisadora (2001, p. 51) explica que nele “o ato de linguagem se mantém em uma constante manobra de equilíbrio e de ajustamento entre as normas de um dado discurso e a margem de manobras permitida pelo mesmo discurso”.

No discurso religioso, o uso deste “jogo comunicativo” é uma constante e é usado como estratégia de comunicação. O papa Francisco tem se revelado um “mestre” nesse tipo de jogo. Em pelo menos duas ocasiões, suspeitamos que ele tenha se valido desse tipo de recurso para expressar ideias contrárias às normas, dogmas e doutrinas da Igreja Católica para, logo em seguida, pedir que o assessor de comunicação do Vaticano, padre Federico Lombardi, justificasse que tinha havido um “mal-entendido”.

Na primeira ocasião, na entrevista coletiva que concedeu à imprensa durante o voo que o trazia ao Brasil, em 2013, para participar da “Jornada Mundial da Juventude”, Francisco alertou que “as famílias não podiam ser como coelhos e ter muitos filhos”. Houve uma reação negativa por parte de grupos tradicionalistas, já que a Igreja Católica discorda do controle de natalidade. No segundo caso, o papa declarou que a Igreja precisava aceitar os homossexuais, o que também contraria as normas da instituição sobre família.

Padre Federico Lombardi alegou, por meio de entrevista à imprensa de referência, que Francisco foi mal interpretado quando tratou da reprodução das famílias em comparação com a dos coelhos. Também alegou que, no caso da mudança de postura da Igreja Católica em relação aos homossexuais, o que o papa quis dizer foi que a instituição deveria ter uma postura de misericórdia e não de aceitação oficial em relação a esse grupo.

A pergunta que fazemos é: será que Francisco foi imprudente ao tratar desses temas polêmicos ou o fez deliberadamente? Se o fez de forma consciente, o papa pode ter usado o “jogo de comunicação” para demonstrar sua posição pessoal em relação ao controle de natalidade e aos homossexuais, mesmo sabendo que depois haveria um desmentido para que prevalecesse a posição oficial da Igreja Católica. É bom lembrar que as declarações do papa foram feitas em território neutro, ou seja, dentro do avião, no céu.

Outra terminologia utilizada por Charaudeau para explicar a situação de comunicação da Teoria Semiolinguística é a *mise em scène*. Machado (2001) considera essa ideia bastante feliz e explica que se prestarmos atenção vamos verificar que os atos

de linguagem sempre têm um lado “teatral”. A pesquisadora acrescenta que a AD, no seu sentido amplo, utiliza três tipos de discurso bem representativos do ponto de vista teatral da palavra: o discurso teatral, o discurso jurídico e o discurso lúdico.

Considerado o fulcro de nossa pesquisa, acrescentaremos a estes o discurso religioso, que tem um forte viés teatral. Isso é fácil de ser comprovado ao participarmos de uma celebração religiosa ou assistirmos na TV a um programa religioso da Igreja Católica, principalmente da vertente ligada à Renovação Carismática Católica (RCC), ou de muitas igrejas evangélicas. Padres, freiras e pastores se comportam como “atores”, realizando performances que incluem diferentes expressões faciais, gestos e entonações de voz. O objetivo parece ser o de utilizar esses recursos teatrais para transmitir suas mensagens religiosas de forma cada vez mais eficiente e convincente.

Estudiosos analisam como é o efeito dessa *mise en scène* no campo religioso:

O pastor-ator, por meio de suas palavras e gestos, procura integrar todos os presentes no processo de exteriorização-interiorização coletiva da fé. Como tal, ele é um personagem limítrofe, que se desloca entre as fronteiras do sagrado-profano e detém, por isso mesmo, as técnicas de bem conduzir a todos nesse processo de êxtase. Nas várias culturas, é normal o respeito pelos mágicos, sacerdotes, videntes, profetas, feiticeiros e outros indivíduos especializados em encaminhar pedidos dos leigos, endereçados às instâncias sagradas. (CAMPOS, 1997, p. 94).

Como se pode ver, a *mise en scène* que Charaudeau postula na situação de comunicação da sua Teoria Semiolinguística e que Machado confirma na AD no seu sentido amplo, se encaixa perfeitamente no campo religioso. Esse elemento talvez explique o êxito dos ramos pentecostal e neopentecostal do segmento evangélico do Cristianismo. No período atual, eles é que se encarregaram de “teatralizar” de forma efetiva as celebrações religiosas, tendo sido imitados mais tarde pela Igreja Católica, por meio da RCC.

Campos (1997, p. 92) acrescenta que “é fundamental que o espaço cênico e a ação dos atores sejam mediados pela presença de uma simbologia, devidamente compartilhada por todos os participantes”. São considerados os aspectos polissêmico, sintético, relacional e pré-hermenêutico desses símbolos. Em celebrações religiosas nos templos da Igreja Universal do Reino de Deus é comum a utilização de símbolos como objetos de papel para serem abençoadas e passadas em partes do corpo que estão “doentes” ou o sal, para afastar a inveja e o mau-olhado.

Segundo Campos (1997), a teatralização dos cultos da Igreja Universal do Reino de Deus é constituída por uma trama que envolve uma equipe de atores, que interage de

forma surpreendente com a plateia. O pastor-ator é responsável pela mediação entre o sagrado e o profano, sendo que para atingir seu objetivo ele se vale de uma estratégia de comunicação que vai desde o uso da roupa social, passando por orações e gritos que levam à histeria e à catarse coletiva. O pesquisador comenta que os obreiros se encarregam de escolher pessoas mais motivadas e articuladas para subirem até o palco e darem seus testemunhos. Na parte final do culto, o pastor-ator se incumbem de acalmar os fiéis e estimulá-los a dar sua contribuição financeira.

4.3 - Modos de organização do discurso

Os modos de organização do discurso são um dos quatro elementos que compõem o ato de comunicação, nomeado por Charaudeau (2009) como um dispositivo composto pelo sujeito falante e seu interlocutor. Os outros três são a situação de comunicação, a língua e o texto. O pesquisador (2009, p. 68) comenta que os modos de organização do discurso “constituem os princípios que dependem da finalidade comunicativa do sujeito falante: ENUNCIAR, DESCREVER, CONTAR, ARGUMENTAR”.

Charaudeau (2009, p. 74) explica que o modo enunciativo intervém na enunciação dos outros três e “sua vocação essencial é dar conta da posição do locutor com relação ao interlocutor, a si mesmo e aos outros – o que resulta na construção de um aparelho enunciativo.” As três funções do modo enunciativo são: alocutivo (estabelece relação de influência entre o locutor e o interlocutor), elocutivo (revela o ponto de vista do locutor) e delocutivo (retoma a fala de um terceiro).

Já o modo de organização descritivo apresenta um mundo imutável, que necessita ser reconhecido e mostrado. O sujeito é observador (dá detalhes), sábio (identifica, nomeia e classifica) e descreve com maestria. O autor (2009, p. 157) afirma que o “descritivo organiza o mundo de maneira taxionômica (classificação dos seres do universo), descontínua (nenhuma ligação necessária entre os seres entre si nem das propriedades entre elas), e aberta (nem começo nem fim necessários)”.

O modo de organização narrativo, por sua vez, constrói o mundo por meio de uma sucessão de ações, que se influenciam e se transformam. Charaudeau (2009, p. 157) acrescenta que “o narrativo organiza o mundo de maneira sucessiva e contínua, numa lógica cuja coerência é marcada por seu próprio fechamento (princípio/fim)”. O sujeito narrador exerce o papel de testemunha dos fatos que vivenciou.

O quarto modo de organização de discurso é o argumentativo. Charaudeau (2009) comenta que a argumentação está relacionada com a retórica dos antigos, que a utilizaram como fundamento das relações sociais (a arte de persuadir). Depois de ter vivido um longo período de crise e ostracismo, a retórica ganhou novo impulso, no século XX, mais precisamente no ano de 1958, na área acadêmica, por meio da publicação dos livros “Tratado da Argumentação – a nova retórica”, de Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca; e “Os usos do argumento”, de Stephen Toulmin. A abordagem e as perspectivas da utilização da retórica são distintas nas duas obras, que só ganharam notoriedade no meio acadêmico na década de 1970.

Depois de apresentar, brevemente, os conceitos de cada um dos quatro modos de enunciação do discurso, vamos tentar aprofundar as atribuições e usos que Charaudeau (2009) propõe para cada um deles. Isso será fundamental para entendermos o funcionamento desses princípios de organização da matéria linguística, que irão compor o ferramental teórico para análise do nosso *corpus*.

4.3.1 - Modo enunciativo

O modo enunciativo se destaca em relação aos outros três modos de organização do discurso por intervir na sua encenação. Charaudeau (2009, p. 74) assinala que “sua vocação essencial é a de dar conta da posição do locutor com relação ao interlocutor, a si mesmo e aos outros, o que resulta na construção de um aparelho enunciativo”. É como se o modo enunciativo comandasse os demais.

A primeira diferenciação que precisa ser feita é a do modo enunciativo com situação de comunicação. Charaudeau (2009) esclarece que enquanto essa última trata dos seres sociais ou externos da linguagem, o modo enunciativo está relacionado com os seres de fala ou internos da linguagem. Ele congrega o EU enunciativo (EUe) e o TU destinatário (TUd).

O significado do verbo “enunciar” deixa no ar uma certa ambiguidade. Charaudeau (2009) comenta que tanto ele pode significar “expor” e ser usado no sentido de “enunciar leis”; quanto pode ter um propósito referencial e ser identificado como um “enunciado”; ou ainda exercer a função de “ato de enunciação”, diferenciando-se de propósito.

Existe, contudo, outra aplicação do verbo, que é de maior interesse do pesquisador:

No âmbito da análise do discurso, que é a nossa perspectiva, o verbo **enunciar** se refere ao fenômeno que consiste em organizar as categorias da língua, ordenando-as de forma a que deem conta da posição que o sujeito falante ocupa em relação ao interlocutor, em relação ao que ele diz e em relação ao que o outro diz. (CHARAUDEAU, 2009, p. 82).

A partir dessa definição, Charaudeau (2009) aponta três funções para o modo enunciativo: alocutivo, que estabelece uma relação de influência entre locutor e interlocutor; elocutivo, responsável por revelar o ponto de vista do locutor; e delocutivo, que retoma a fala de um terceiro. Por essas funções, o locutor se depara com seu parceiro de fala, com ele mesmo e com influências de outras vozes.

No campo religioso, podemos observar que quando o pastor José Wellington Bezerra da Costa publica seu artigo “Brasas acesas espalhadas sobre o Brasil em todas as suas cidades”, na edição 1.567 do *Mensageiro da Paz* (dezembro de 2015), ele assume o papel de locutor e se comunica com os leitores do jornal, seus interlocutores (alocutivo). A partir do momento em que ele reflete sobre o assunto a ser tratado, escolhendo o que escreverá, estabelece-se a função elocutiva. Como o tema discutido tem relação com questões bíblicas, as referências a Deus configuram a função delocutiva.

Charaudeau (2009, p. 82) explica que pela função alocutiva “o sujeito falante enuncia sua posição em relação ao interlocutor no momento em que, com seu dizer, o implica e lhe impõe um comportamento”. Retomando o exemplo acima, a partir do momento em que o pastor José Wellington explica que os leitores precisam manter sua fé acesa como brasas, ele estará agindo sobre o grupo.

Conforme o pesquisador (2009), independente da identidade psicossocial do interlocutor, ele é estimulado, diante do ato de linguagem do locutor, a lhe dar uma resposta: aceitar ou discordar. Permanecendo no exemplo religioso, é bem provável que os leitores acatem, de forma explícita, a orientação do pastor. Ao atingir esse objetivo, o enunciador levou seu público a assumir o papel de sujeitos destinatários (TUd).

Pode acontecer, contudo, de parte dos leitores do *Mensageiro da Paz* discordarem, de maneira implícita, da orientação do pastor. Alguns deles gostariam, por exemplo, que o líder da Assembleia de Deus associasse mais diretamente a questão bíblica aos problemas políticos que o Brasil já enfrentava desde aquela época. A reação deles pode ser deixar de ler os artigos do pastor José Wellington ou enviarem uma carta ao jornal, protestando.

No caso de cidadãos comuns assumindo os papéis de locutor e interlocutor, dentro da função alocutiva, a liberdade de discordância é maior. Charaudeau (2009) trata de imposições do locutor para levar o interlocutor à execução de uma ação (“fazer

fazer” / “fazer dizer”). Surge entre eles uma relação de força, levando às modalidades de “injunção” e interpelação”.

Na função ou comportamento elocutivo, Charaudeau (2009, p. 83) comenta que “o sujeito falante enuncia seu ponto de vista sobre o mundo (o Propósito referencial), sem que o interlocutor esteja implicado nessa tomada de posição”. O objetivo é modalizar subjetivamente a verdade do propósito enunciado, revelando o ponto de vista do locutor.

Quando decidiu escrever o artigo tratando das brasas que, segundo o profeta Ezequiel (10,2) fizeram o coração de Paulo incendiar tamanha era sua fé, o pastor José Wellington traçou uma estratégia enunciativa. Utilizando a forma elocutiva, o líder religioso definiu que primeiro iria explicar a relação da fé com o fogo, para mais tarde convidar os leitores a “acenderem as brasas de seus corações”.

Segundo Charaudeau (2009), “o ponto de vista sobre o mundo” da função elocutiva pode ter cinco desdobramentos: do modo de saber (a maneira como o locutor tem conhecimento de um propósito), de avaliação (de que maneira o sujeito julga o propósito enunciado), de motivação (a razão pela qual o sujeito é levado a realizar o conteúdo do propósito referencial), de engajamento (o grau de adesão ao propósito) e de decisão (o estatuto do locutor quanto ao tipo de decisão que o ato de enunciação realiza).

O terceiro e último comportamento é o delocutivo, pelo qual o sujeito falante se apaga de seu ato de enunciação e também deixa o interlocutor fora dele. De acordo com Charaudeau (2009, p. 83), “ele testemunha a maneira pela qual os discursos do mundo (provenientes de um terceiro) se impõem a ele”. Bakhtin (1981) comenta que somos o resultado de muitas vozes que se cruzam e se interpõem.

Para Charaudeau (2009), a enunciação delocutiva caracteriza-se pela objetividade, tendo em vista que foge da subjetividade do locutor. Ela retoma propósitos e textos de âmbito externo. Assim, o propósito pode se impor por si só, com o locutor relacionando seu mundo a seu modo e grau de asserção; ou o propósito é um texto, com o locutor relatando o que o outro diz.

No âmbito religioso, o comportamento delocutivo se constitui de uma forma marcante. No seu artigo, o pastor José Wellington (2015, p. 2) convoca, inicialmente, a voz de profetas e do apóstolo Paulo para justificar que não se pode deixar que “as brasas da fé se apaguem”. Finalizando, ele orienta os leitores a se aproximarem de Deus para que ele “acenda o seu carvão da fé”.

4.3.2 - Modo descritivo

O modo descritivo, juntamente com o narrativo, foi classificado pela Semiótica moderna (R. Barthes, A.J. Greimas, G. Genette, P. Hamon) como um procedimento discursivo e não um texto. Conforme Charaudeau (2009), isso permitiu que descritivo se desvinculasse dos textos literários e adentrasse em outras instâncias linguísticas. Esse “procedimento” é chamado pelo pesquisador de “modo de organização do discurso”

Para Charaudeau (2009, p. 111), “do ponto de vista do sujeito falante, **Descrever** corresponde a uma atividade de linguagem que, embora se oponha às duas outras atividades, - **Contar** e **Argumentar** – combina-se com elas”. Mas o pesquisador esclarece que enquanto “descrever” significa ver o mundo com um “olhar parado”, nomeando, localizando e atribuindo qualidades aos seres, “contar” está ligado à exposição do que é da ordem da experiência e do desenvolvimento das ações no tempo.

Não se pode perder de vista, contudo, que “descrever” e “contar” estão diretamente ligados já que, de acordo com Charaudeau (2009, p. 111), “as ações só têm sentido em relação às identidades e às qualificações de seus actantes”. Existe, por exemplo, uma máxima no jornalismo que diz que “o cachorro morder uma criança não é notícia, mas a criança morder um cachorro é notícia”. Isso pôde ser comprovado, no final de 2015, em Mostardas (RS), quando os principais veículos da mídia de referência noticiaram que um menino, de um ano e meio de idade, tinha mordido uma cobra, matando-a³⁴. Se a cobra tivesse picado o menino, dificilmente a mídia iria divulgar a notícia.

Outra diferenciação feita por Charaudeau (2009) é entre o “descritivo” e o “argumentativo”. O pesquisador comenta que enquanto o “descrever” identifica e classifica os seres, não ligando-os por uma relação de causalidade; o “argumentar” efetua operações de ordem lógica, com o intuito de explicar ligações de causa e efeito entre os fatos. Mesmo com essas diferenças, há uma forte ligação entre ambos, que tomam emprestadas funções de uma e de outra para funcionarem devidamente.

O modo de organização descritivo possui três componentes, que funcionam de forma autônoma e indissociável: nomear, localizar-situar e qualificar. Charaudeau (2009) explica que eles são como a identidade civil, que reúne nome e sobrenome, data e local de nascimento, sinais particulares e fotos.

³⁴ <http://noticias.r7.com/cidades/menino-de-1-ano-mata-cobra-com-mordida-no-rs-02112015> - acesso em 20/01/2017.

O ato de “nomear” dá existência ao ser e, segundo Charaudeau (2009, p. 112), realiza uma dupla operação: “perceber uma diferença na continuidade do universo e simultaneamente relacionar essa diferença a uma semelhança, o que constitui o princípio da classificação”. O pesquisador demarca nesse meio a presença do sujeito, responsável pela visão de mundo.

Esse sujeito descritor limita a identificação dos seres do mundo, inscrevendo nela a sua subjetividade, restrições e coações da situação de comunicação. Isso termina por comprometer o processo que permite a verificação da existência dos seres do mundo por consenso (de acordo com os códigos sociais). Charaudeau (2009, p. 112) esclarece que “nomear não corresponde a um simples processo de etiquetagem de uma referência pré-existente. É o resultado de uma operação que consiste em fazer existir seres significantes no mundo, ao classificá-los”.

Já o componente “localizar-situar” está relacionado com a dêixis, tendo em vista que determina o lugar que um ser ocupa no espaço e no tempo. Charaudeau (2009) acrescenta que ele também atribui características a esse ser, que depende disso para existir e assumir seu papel social. É feito um recorte objetivo do mundo, porém a influência cultural dos grupos envolvidos é considerada.

O terceiro componente é “qualificar”, que está relacionado com o olhar que o sujeito lança sobre seus pares, revestido de sua subjetividade. Charaudeau (2009, p. 115) explica que “qualificar, portanto, assim como nomear, é reduzir a infinidade do mundo, construindo classe e subclasses de seres”. É atribuído um sentido particular aos seres, a partir de um esforço mais ou menos objetivo.

Ao realizar a descrição por meio da qualificação, o sujeito se sente “poderoso” no sentido de achar que assumiu as rédeas do mundo. Charaudeau (2009) comenta que ele se sente no direito de impor sua visão das coisas ao singularizar e especificar as coisas do mundo. Essa visão depende não só da sua racionalidade, mas também de seus sentidos e sentimentos.

No âmbito religioso, essa descrição por meio da qualificação leva o sujeito a se distinguir de seus pares, pois é criada uma nomenclatura eclesiástica que é incompreensível para os cidadãos comuns. Para decifrá-la é necessária uma hermenêutica, dominada quase que somente pelos integrantes desse grupo. O entendimento de itens lexicais como “encíclica”, “mitra” e “conclave” distingue o segmento e lhe garante um *status* de poder.

Em resumo, algumas características ajudam a definir de forma clara esse modo de organização do discurso:

Diremos que o **Descritivo** serve essencialmente para construir uma imagem atemporal do mundo. Realmente, a partir do momento em que os seres do mundo são nomeados, localizados e qualificados, é como se eles fossem impressos numa película para sempre. (...) O **Descritivo** se expande fora do tempo (o que explica que o presente e o imperfeito sejam os tempos privilegiados da descrição). (CHARAUDEAU, 2009, p. 116).

A encenação descritiva é mais um recurso desse modo de organização, pelo qual o sujeito falante assume o papel de descritor. Charaudeau (2009) comenta que isso pode ser feito de forma explícita ou não, produzindo os seguintes efeitos: de saber, de realidade e de ficção, de confiança e de gênero. Pelo efeito de saber, o descritor demonstra conhecer a fundo os detalhes do mundo, usando isso para dar veracidade ao seu relato ou argumentação.

Os efeitos de realidade e de ficção levam o narrador-descritor a alternar papéis que o colocam à parte do mundo descrito ou diretamente ligado à sua organização. Charaudeau (2009) comenta que esse recurso é utilizado no gênero fantástico da literatura, em textos jornalísticos (*fait divers* e proezas esportivas) e em autobiografias (nas quais se destaca a dominante realista, porém a subjetividade do autor está presente).

Utilizando recursos como reflexões de caráter geral (provérbios e máximas), parênteses, traços e comparações, o efeito de confiança consiste numa intervenção direta do descritor, que revela seu ponto de vista. Charaudeau (2009) explica que, nesse tipo de efeito, o descritor pode se manifestar revelando reflexões pessoais, interpelando diretamente o leitor, envolvendo-o numa reflexão do narrador, compartilhando com o leitor os critérios que norteiam a descrição e negar algumas qualificações para depois afirmá-las.

Por fim, o efeito de gênero se dá quando o descritor se vale de procedimentos de discurso, que são repetitivos e típicos de um gênero. Charaudeau (2009) cita como exemplo textos jornalísticos (reportagens, entrevistas e crônicas), que utilizam logo em sua parte inicial frases estereotipadas com o objetivo de criar um efeito de gênero como policial, realista ou fantástico.

Na mídia religiosa, observamos que, em alguns momentos, o descritor procura adotar recursos para dar aos seus textos efeitos de gênero religioso, político e até mesmo o policial-sensacionalista. Tudo isso depende do tema a ser tratado e do contexto. Na

edição 1.223 da *Folha Universal* (13 a 19 de setembro de 2015), por exemplo, há uma reportagem que lamenta a morte do ex-arcebispo católico Josef Wesolowski, acusado de pedofilia, antes do seu julgamento. O gênero que se procura imputar nos textos é o policial-sensacionalista.

4.3.3 - Modo narrativo

Antes de tudo, é preciso ficar claro que existe uma diferença entre narrativa, que Charaudeau (2009) entende como uma totalidade, e o narrativo, que é um dos componentes da primeira. A narrativa tem como finalidade o “que é contar?” e para colocar isso em prática realiza ações e qualificações. A narrativa engloba e utiliza os modos de organização do discurso descritivo e narrativo.

É necessário haver um cenário e a presença de alguns personagens para que essa ação se concretize:

Para que haja narrativa, é necessário um “contador” (que se poderá chamar de narrador, escritor, testemunha, etc.), investido de uma intencionalidade, isto é, de querer transmitir alguma coisa (uma certa representação da experiência do mundo) a alguém, um “destinatário” (que se poderá chamar de leitor, ouvinte, espectador, etc.) e isso, de uma certa maneira, reunindo tudo aquilo que dará um sentido particular à sua narrativa. (CHARAUDEAU, 2009, p. 153).

O “contador” descrito por Charaudeau tem como principal função “contar”, que não significa apenas descrever uma sequência de fatos e acontecimentos. O pesquisador explica que as atribuições languageiras/discursivas do “contar” são mais da linha da filosofia e implicam em ajudar a encontrar respostas para questões como: “quem somos?”, “qual o nosso destino?” e “qual a verdade do nosso ser?”. O “contar” envolve tensões e contradições.

A primeira delas é estar entre a ficção e a realidade. Charaudeau (2009, p. 154) explica que o “contar” é uma atividade que narra fatos de um tempo que já passou. O que se espera é que o “contador” seja fiel aos fatos da realidade que ficou para trás, mas quem garante que aspectos ficcionais não serão incluídos por ele na sua fala? A tensão surge porque, conforme o pesquisador, o que se busca na narrativa é o verdadeiro e não a invenção.

A segunda contradição do “contar” fica entre a unicidade e a pluralidade. Charaudeau (2009, p. 154) comenta que o “contar é também construir um universo de representação das ações humanas por meio de um duplo imaginário baseado em dois tipos de crenças que dizem respeito ao mundo, ao ser humano e à verdade”. A primeira

crença é sobre a “unidade do ser”, que parte do princípio que o “ser” é uma entidade única, que representa uma verdade homogênea e universal.

Tal crença produziu as chamadas narrativas míticas que, conforme Charaudeau (2009, p. 155), “buscam recuperar uma verdade (fundadora), que estaria ancorada na parte mais remota da memória coletiva de um povo”. Resultam dessas narrativas: as narrativas inalteráveis (textos sagrados que são repetidos para se tornarem verdades únicas compartilhadas), narrativas alegóricas (sofrem variações ao longo do tempo, mas conservam valores simbólicos, que se desejam universais. Ex. contos de fadas e evangelhos) e narrativas que idealizam heróis (presentes na literatura épica e nas hagiografias da Idade Média, procuram fazer desses heróis os arquétipos de um ideal de ser).

Já pela crença numa “realidade plural” do mundo e do ser, Charaudeau (2009, p. 155), esclarece que “o mundo, ao contrário, seria fragmentado numa materialidade lacunária sem começo e fim, e o ser seria partido numa multiplicidade de parcelas de existências das quais não se percebe nunca o todo”. Essa crença deu origem às narrativas realistas, que são contrárias à ilusão de uma verdade única, abstrata e homogênea. Elas procuram expor a autenticidade do vivido.

Uma diferenciação entre o sujeito que narra e o que descreve é feita por Charaudeau (2009), que explica que enquanto o primeiro é uma espécie de testemunha que está em contato direto com os fatos a serem narrados, o segundo assume o papel de um observador arguto, que sabe mostrar e evocar. Por exemplo, um repórter que está no local onde ocorreu um atentado e conta o que viu, utiliza o modo narrativo; já aquele que chegou depois do atentado e entrevista pessoas que testemunharam o acontecimento, assume o modo descritivo.

É preciso conhecer as nuances desse modo de organização discursivo:

O discurso construído pelo **Narrativo** dá-se em dois níveis: uma estrutura lógica subjacente à manifestação, espécie de espinha dorsal narrativa, e uma superfície semantizada que se baseia na estrutura lógica e, ao mesmo tempo, joga com ela, a ponto de transformá-la. (CHARAUDEAU, 2009, p. 157).

Na cobertura da celebração da aprovação dos seus estatutos e o reconhecimento eclesial da Comunidade Aliança de Misericórdia, no dia 1º de novembro de 2015, na Catedral da Sé, em São Paulo (SP), os repórteres Edcarlos Bispo e Renata Moraes fazem uma narrativa do evento. Durante a celebração, o cardeal dom Odilo Scherer

entrega os documentos aos padres responsáveis pela Comunidade. A reportagem, publicada na edição 3.076 de *O São Paulo* (05 a 10 de novembro de 2015), apresenta integrantes da comunidade e trata de seu trabalho espiritual e social. A visão dos repórteres contém a estrutura lógica e a superfície semantizada que transforma a celebração.

O modo de organização narrativo possui uma dupla articulação, que Charaudeau (2009) chama de organização da lógica narrativa e organização da encenação narrativa. Pela primeira, essa articulação se dá pela construção de uma sucessão de ações, por meio da lógica acional, constituindo a trama de uma história. Já a segunda ocorre por meio da realização de uma representação narrativa, que faz com que a história e sua organização acional se transformem no universo narrado.

Mesmo tendo como base o mundo referencial, a organização da lógica narrativa, não pode ser considerada como fonte primeira nem estrutura universal do universo contado. Charaudeau explica que ela é resultado da projeção sobre um plano (história). Já a encenação narrativa constrói o universo narrado por meio de um sujeito narrante, ligado por meio de um contrato de comunicação ao destinatário da narrativa. De acordo com o pesquisador (2009, p. 158), “esse sujeito age ao mesmo tempo sobre a configuração da organização lógico-narrativa e sobre o modo de enunciação do universo narrado jogando com sua própria presença”.

4.3.4 - Modo argumentativo

O uso do modo discursivo argumentativo nos remete à Grécia Antiga, na qual pensadores como Platão e Aristóteles criticaram e estruturaram a retórica. No século XX, mais precisamente em 1958, Perelman & Olbrechts-Tyteca publicaram a obra “Tratado da argumentação – a nova retórica”, na qual resgatam a retórica e lançam novos caminhos para a argumentação. Reservaremos espaço para tratarmos ainda da lógica informal (falácias), estudada por Walton (2006) e presente na argumentação.

Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) falam da necessidade de haver o orador e auditório, que pode ser particular ou universal, para que a argumentação se efetive. Uma série de barreiras precisa ser vencida no sentido de que o orador atinja o seu intento, que é o de persuadir o auditório. Os pesquisadores (1996, p. 17) ressaltam que “o mínimo indispensável à argumentação parece ser a existência de uma linguagem em comum, de uma técnica que possibilite a comunicação”.

Procurando criar uma comunidade efetiva de espíritos, o orador deve considerar as características do seu auditório. Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996, p. 29) esclarecem que “a extensão do auditório condiciona em certa medida os processos argumentativos, e isso independentemente das considerações relativas aos acordos nos quais nos baseamos e que diferem conforme os auditórios”.

O auditório universal representa um perigo para o orador, já que é heterogêneo em sua composição, reunindo pessoas de diferentes culturas e pontos de vista. Para fazer um acordo com esse auditório, o orador vai precisar de grande esforço para encontrar argumentos que enfrentem menos resistência nesse grupo. O risco de se deparar com opositores, que vão tentar desqualificar seus argumentos, é grande.

Já o auditório particular, que Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) chamam de auditório de elite, reúne um grupo mais restrito, homogêneo e que, em alguns casos, se considera de vanguarda. Pode parecer que é um auditório que vai exigir menos do orador por sua homogeneidade, porém ele demonstra ser mais exigente do que o auditório universal. Os pesquisadores (1996, p. 37 e 38) explicam que “muitas vezes, porém, o auditório de elite é considerado o modelo ao qual devem amoldar-se os homens para serem dignos desse nome; o auditório de elite cria, então, a norma para todo o mundo”.

Para tentar vencer as dificuldades impostas por seus auditórios, o orador precisa firmar acordos com eles, considerando tipos de objetos como fatos, verdades e presunções. Os fatos podem ser de observação, supostos, convencionais, possíveis ou prováveis. Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) esclarecem que as verdades são mais complexas e envolvem teorias científicas, filosóficas e religiosas, que transcendem a experiência. Já as presunções podem estar vinculadas, dependendo do caso, ao normal e ao verossímil.

Também devem ser considerados nesse esforço para se obter acordo com os auditórios, os valores, suas hierarquias e lugares. Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) explicam que os valores intervêm em todas as argumentações e são divididos em abstratos (justiça ou veracidade) e concretos (França ou a Igreja). Na sua estratégia argumentativa, o orador vai estabelecer uma hierarquia na utilização desses valores.

Também poderá agrupá-los, compondo lugares de quantidade e de qualidade. Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) informam que os lugares de quantidade expressam que uma coisa é melhor do que a outra por questões de quantidade. Uma igreja pode ser considerada mais importante do que a outra por ter um número maior de fiéis. Os

lugares de qualidade, por sua vez, contrapõem a virtude dos números. Uma igreja pode ter menos fiéis, mas pode ser mais respeitada porque é reconhecida por seus trabalhos sociais e humanitários.

Por fim, o orador deverá considerar as crenças desses auditórios, ou seja, coisas que as pessoas trazem de seus núcleos familiares, de suas comunidades e escolas, que vão estar presentes na sua formação. São princípios, normas morais e de comportamento que vão moldar seu caráter e interferir nas suas decisões. Mesmo sem respaldo científico, essas crenças podem ter grande peso nas opções feitas pelo auditório.

Presentes no meio argumentativo e interferindo no funcionamento nesse modo de organização do discurso, as falácias são o nome popular da lógica informal. Walton (2006) explica que as falácias descendem do que Aristóteles chamava de “refutações sofisticadas”. Elas se referem a um artifício que esconde uma incorreção lógica. Alguns estudiosos afirmam que na Grécia Antiga, os sofistas foram responsáveis por transformar a retórica numa banca de negócios, isto é, se eram remunerados eles utilizavam qualquer tipo de artifício para defender a causa, principalmente as falácias. Existem, contudo, controvérsias sobre o papel que os sofistas tiveram em relação à retórica. Há pesquisadores que atribuem aos sofistas o desenvolvimento da arte da retórica.

Entre as falácias mais conhecidas está a da autoridade, pela qual o orador se escuda no nome de alguém respeitado para tentar persuadir o auditório. Por exemplo, quando vai explicar a teoria da evolução na sua coluna “Você pergunta”, publicada na edição 3.076 de *O São Paulo* (05 a 10 de novembro de 2015), o padre Cido Pereira (2015, p. 4) afirma que “Deus estava por trás dessa evolução”. Isso dá respaldo à sua explicação, que é aceita pelos que têm fé e contestada pelos que não acreditam que a teoria da evolução tenha relação com o divino. Para este último grupo, o sacerdote se valeu de uma falácia.

Outras falácias bastante conhecidas são a *ad hominem*, pela qual o orador ataca seu adversário de forma pessoal, sem considerar seus argumentos; a *ad ignorantiam*, pela qual se pode afirmar que os fantasmas existem porque ninguém pode provar o contrário; e a do espantalho, que ocorre quando a fala do orador é apresentada de forma exagerada ou distorcida pelo adversário falacioso.

No âmbito do discurso religioso, o uso de falácias é tão comum como em qualquer outro. Entre elas destacamos a *ad populum* (ao povo), que Walton (2006, p.

116) explica ser “tradicionalmente definida como o apelo ao entusiasmo coletivo ou a sentimentos populares com o intuito de ganhar aceitação para uma conclusão que não se sustenta em boas provas”. Na reportagem “O que os mares de Israel têm a ver com você?”, publicada na edição 1.238 da *Folha Universal* (27 de dezembro de 2015 a 02 de janeiro de 2016), o repórter Marcelo Rangel (2015, p. B1-B2) explica que os leitores podem escolher ser como o Mar da Galileia (cheio de vida e próspero) ou o Mar Morto (excessivamente salgado e sem vida).

O orador completa que os que “são obedientes e praticam a fé inteligente” optam pelo Mar da Galileia e serão prósperos; já os adeptos do Mar Morto são descuidados com a fé, desobedientes e, no fim das contas, “o que sobra é um buraco cheio de sal e improdutivo”. O uso do item lexical “obediente” parece indicar as pessoas que se filiam à Igreja Universal do Reino de Deus e seguem as suas orientações. Já o uso dos itens lexicais “próspero” e “improdutivo” sugerem que ao fazer a escolha pelo Mar da Galileia (Igreja Universal do Reino de Deus) ou pelo Mar Morto (outras igrejas ou ateu), a pessoa poderá alcançar o sucesso financeiro ou não.

Seja usando falácias ou argumentos bem embasados, o certo é que esse modo de organização do discurso apresentado por Charaudeau (2009) tem a mesma relevância dos modos enunciativo, descritivo e narrativo. Se o aspecto argumentativo de um discurso, como afirma o pesquisador, encontra-se quase sempre no implícito, os analistas têm à sua disposição um vasto campo para trabalhar em suas pesquisas.

PARTE 2

Capítulo 5 - Metodologia da pesquisa

5.1. – Aspectos metodológicos

A metodologia utilizada nesta pesquisa consistiu na seleção de 13 exemplares dos jornais religiosos coletados no ano de 2015, sendo cinco de *O São Paulo* (semanal), cinco da *Folha Universal* (semanal) e três do *Mensageiro da Paz* (mensal). Para confirmar se há similaridade na relevância dos temas nas edições selecionadas com as demais, fizemos o sorteio de 13 edições da publicação e confirmamos que existe tal semelhança.

Nosso objetivo principal, nesta pesquisa, é mostrar a especificidade da imprensa religiosa e suas eventuais relações híbridas com a imprensa de referência, analisando alguns aspectos que regem a construção da mídia religiosa. Buscamos ainda evidenciar contrastes (discursivos) e regularidades entre duas importantes mídias religiosas da atualidade: a católica e a evangélica. Em especial, nos interessamos pela análise dos aspectos discursivos mobilizados por essas religiões nos jornais impressos que elas mantêm em circulação no Brasil, o que coloca em relação, em nossa tese, dois tipos discursivos: o religioso e o midiático (jornalístico).

Nosso propósito central é investigar a utilização da mídia por algumas igrejas, procurando entender como se dá essa relação entre os princípios do discurso midiático e aqueles próprios ao discurso religioso (uso dos gêneros jornalísticos tradicionais, como reportagens, editoriais, cartas de leitores, artigos de opinião, entrevistas, rubricas, etc.; respeito de parâmetros contratuais do jornalismo).

Nosso objetivo maior é, portanto, o de investigar como se dá a apropriação do discurso midiático pelo discurso religioso, em especial considerando ser este último um discurso constituinte e, portanto, autofundado, bem diferente do discurso midiático. Isso significa buscar compreender como alguns aspectos constitutivos do discurso jornalístico (credibilidade, factualidade, informatividade, problematidade,

genericidade, etc.) são atravessados, semanticamente, pela natureza do “campo religioso”, o que justificaria falar, portanto, de um “jornalismo religioso”.

A hipótese deste trabalho é de que o discurso religioso, ao se apropriar do discurso midiático, se serviria do dispositivo tecnológico como suporte do discurso constituinte, configurando, assim, um campo (ou subcampo) novo: o jornalismo religioso. Para desenvolver esta tese, buscaremos caracterizar os modos de apropriação da mídia pelo discurso constituinte religioso, descrevendo e analisando os seus diferentes modos de encenação, ou seja, sua organização discursiva.

Uma vez analisados os modos de organização e suas particularidades no jornalismo religioso, passaremos a uma análise contrastiva e interpretativa dos modos de apropriação do discurso jornalístico por três igrejas diferentes: Católica, Assembleia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus. Essa análise nos permitirá observar eventuais regularidades, variantes e especificidades no tratamento da informação jornalística religiosa pelos jornais católicos, pentecostais e neopentecostais.

Na busca que fizemos em portais *on-line* de teses e dissertações, assim como em sites de algumas das principais universidades do Brasil, não localizamos estudos em Análise do Discurso que estabeleçam um contraste entre o jornalismo religioso feito por católicos e evangélicos no Brasil, com o objetivo de observar como esse discurso constituinte se apropria do discurso jornalístico, determinando-o semanticamente e como se dão as variantes discursivas considerando duas igrejas (Católica e Evangélica) diferentes. Também não encontramos trabalhos em Análise do Discurso que se interessaram, especificamente, pelo jornalismo impresso realizado pelas igrejas a fim de mostrar a interseção operando entre o discurso jornalístico e o discurso religioso. Isso confere à esta tese o aspecto de ineditismo exigido pela Academia.

Pesquisas sobre a utilização da TV pelas religiões, em especial concentradas sobre as igrejas evangélicas, são mais comuns e prioritariamente voltadas para a natureza retórica ou às vezes manipuladora ou persuasiva desses programas. Não é esse o nosso objetivo. Embora o problema da persuasão possa surgir como uma questão instigante e inevitável ao longo da tese, nosso objetivo não é o de atestar ou contrariar um eventual caráter manipulatório do discurso religioso, seja católico ou evangélico, mesmo porque essa característica, se existir, não é exclusiva do discurso religioso, nem do discurso jornalístico.

Os estudos sobre o discurso midiático, assim como os estudos sobre comunicação social e o uso da mídia dentro do campo da Análise do Discurso, serão

também relevantes em nossa pesquisa, já que a imbricação entre os dois tipos discursivos, jornalístico e religioso, é central na nossa tese. Os trabalhos de Mouillaud (1997) sobre a estrutura do jornal, como a disposição das seções, dos títulos e das fotos, elementos que interferem no sentido das mensagens e na constituição do jornal, nos servirão de inspiração para a discussão que faremos sobre o discurso jornalístico, a fim de relacioná-los, em seguida, ao discurso religioso que dele se apropria.

Os trabalhos de Charaudeau (2007) também são fontes importantes para a nossa reflexão, em especial pela via do conceito de contrato de informação midiático e dos diferentes problemas que concernem à opinião pública e ao leitorado de jornais. No âmbito metodológico, os Modos de Organização do Discurso (Enunciativo, Descritivo, Narrativo e Argumentativo) propostos pelo autor comportam categorias importantes para um trabalho descritivo, em especial os modos enunciativo e narrativo.

Os trabalhos desenvolvidos por Emediato (2000, 2005, 2010), em sintonia com os de Charaudeau, ressaltam o caráter dialógico da relação entre a instância jornalística e a instância destinatária, bem como questões sobre o que ele chama de problematicidade implícita no tratamento da informação em diferentes gêneros jornalísticos. Essas questões levantadas por esse autor também norteiam nossa investigação no que tange à definição do que seja a problematicidade própria do jornalismo religioso, em hipótese bem distinta daquela que Emediato atribui ao jornalismo de referência (problematicidade ética cidadã).

Emediato (2005) cita o princípio de identificação, de Claude Chabrol (1997), que prevê que toda comunicação interlocutiva (face a face) ou monolocutiva (mediada por um canal) é propícia para a elaboração das identidades sociais e pessoais dos protagonistas. Isso o leva a repensar o papel da mídia na sociedade:

Nesse sentido, os produtos da mídia fazem parte de um processo dinâmico de negociação e de regulação dos horizontes de expectativas e das identidades dos parceiros da comunicação, o que relativiza – e muito – o imenso poder de influência atribuído às empresas de mídia e coloca o chamado “quarto poder” numa posição próxima a do manipulador manipulado. (EMEDIATO. 2005, p. 105).

Mesmo que alguns estudiosos das Ciências da Religião e da Comunicação Social apontem que o principal objetivo das igrejas ao usar a mídia seja atrair novos fiéis e persuadir os que estão nela a não debandarem, o essencial de nossa investigação é compreender melhor a natureza do jornalismo religioso, sua problematicidade e suas formas de apropriação do dispositivo jornalístico.

5.1.1 - Categorias e etapas

Selecionamos alguns dos exemplares mais representativos dos três jornais e, na nossa análise, observamos suas manchetes de capa, títulos, reportagens de destaque, fotografias, editoriais e anúncios publicitários. Isso permitiu verificarmos a presença do discurso religioso, sua imbricação com o discurso midiático, as diferenças entre o discurso religioso católico e o evangélico, os modos de organização de cada um deles, as formas de apropriação do discurso midiático, o uso das figuras de Deus e do demônio, o tratamento dado a questões como sofrimento, pobreza, felicidade, milagres e prosperidade. Nosso trabalho consiste, portanto, nas seguintes etapas e categorias:

- a) – descrição e análise da estrutura genérica dos jornais coletados (apropriação dos gêneros jornalísticos de referência: editoriais, reportagens, artigos de opinião, cartas de leitores, notícias, etc.)
- b) – descrição e análise da tematização (modos de tematização e paradigmas temáticos, circunscrição da relevância) e da problematização (modos de problematização, problematicidade);
- c) – Organização enunciativa: quem toma a palavra; como se toma a palavra (modalidades enunciativas), relação entre locutores e enunciadores, responsabilidade enunciativa;
- d) – Aspectos descritivos (símbolos e iconografias relevantes, modos de identificação e de localização, qualificação);
- e) – Aspectos narrativos (agentes e processos narrativos relevantes);
- f) – Aspectos argumentativos: não faremos um estudo exaustivo da estrutura argumentativa dos textos por se tratar de um *corpus* extenso. Nosso objetivo se centrará, aqui, nos componentes semânticos da lógica argumentativa: domínios de avaliação, fatos, verdades, presunções, valores, hierarquias, *ethos*. Esses elementos são os mais relevantes, a nosso ver, para compreender, de forma ainda mais ampla, a problematicidade do jornalismo religioso.

5.2 – Objetivo geral

O objetivo geral de nossa pesquisa é verificar a presença do discurso religioso (discurso constituinte) nos jornais estudados, através da análise de sua

problematicidade, e sua imbricação com o discurso midiático, através da análise das formas de apropriação do discurso midiático pelo discurso religioso. Faz parte, ainda, desse objetivo, observar semelhanças e diferenças no uso da mídia impressa pelas igrejas Católica, Assembleia de Deus (evangélica pentecostal) e Universal do Reino de Deus (evangélica neopentecostal).

5.2.1 - Objetivos específicos

Outros objetivos, que nomeamos específicos, também foram perseguidos:

- Analisar o conteúdo (tematização) de algumas seções dos jornais das três igrejas escolhidas, tentando identificar os seus princípios de relevância, bem como seus modos de problematização (problematicidade);
- Verificar os modos de organização do discurso das três igrejas, em seus respectivos jornais, fazendo uma análise contrastiva de sua organização enunciativa (locutores, enunciadores, pontos de vista), de sua organização descritiva (objetos, símbolos, formas de nominação, localização, etc.) e seus modos de narração;
- No campo argumentativo, investigar os acordos que os oradores de cada publicação buscam firmar com seus respectivos auditórios e quais são esses objetos de acordo (fatos, verdades, valores, domínios de avaliação, etc.);
- Observar como os três jornais analisados se apropriam dos gêneros e formas tradicionais do jornalismo de referência: nomenclaturas, seções, rubricas, tipos textuais, formatação;
- Analisar o tratamento que cada igreja, por meio de seu jornal, dá às figuras de Deus, do demônio, da mulher e dos homossexuais;
- Tentar compreender até que ponto os jornais religiosos reforçam ou desprezam símbolos e valores como a cruz, o sofrimento, a pobreza, o pecado, a prosperidade, a felicidade, o milagre, etc.

5.3 - Materiais e categorias de análise: o *corpus*

Para realizar nossa pesquisa, construímos nosso *corpus* com os jornais *Mensageiro da Paz* (Assembleia de Deus), *O São Paulo* (Igreja Católica) e *Folha Universal* (Igreja Universal do Reino de Deus). A coleta desse material foi realizada em

2015, ano em que essas igrejas buscam redefinir suas ações de comunicação, motivadas por alguns fatores.

A crise na Igreja Católica se agravou, nos últimos anos, e redundou em fatos bastante raros, como a renúncia do Papa Bento XVI, em 2013, e a eleição do Papa Francisco, o primeiro nascido na América Latina. A Igreja Universal do Reino de Deus também lançou, no mesmo ano, a campanha publicitária “Eu sou a Universal”, o que é uma estratégia pouco usual entre as instituições religiosas. Já a Assembleia de Deus procurou consolidar sua posição de maior igreja evangélica do Brasil, de acordo com o censo de 2010 do IBGE.

Apresentamos a seguir uma breve história dos três jornais que compõem o nosso *corpus*, seguindo a ordem cronológica:

5.3.1 - *Mensageiro da Paz*

O jornal *Mensageiro da Paz* é o mais antigo entre as três publicações que analisamos. Ele foi fundado em 1930, por meio de uma decisão de pastores da instituição, reunidos numa Convenção, em Natal (RN). Outras publicações foram criadas antes, por meio de lideranças e fiéis que acreditavam na força da mídia religiosa para evangelizar e para o processo de expansão da Assembleia de Deus.

Conde (2011) comenta que, em 1919, o sueco Gunnar Vingren, um dos fundadores da Assembleia de Deus no Brasil, se juntou a Otto Nelson e outros fiéis para criar o jornal *Boa Semente*. Ele substituiu o *Voz da Verdade*, fundado em 1917 e mantido com grandes dificuldades financeiras. O jornal não era considerado veículo de comunicação oficial da instituição.

O esforço para consolidar o jornal da Assembleia de Deus mobilizou o esforço de algumas lideranças, que não mediram tempo e dinheiro para levar adiante essa proposta. Conde (2011) relata que “em 1923 Samuel Nyström comprou algumas máquinas e montou a modesta tipografia que também se manteve à custa de esforços de toda ordem, principalmente de Samuel e de Nels J. Nelson, que nesse empreendimento empregaram tempo e dinheiro”.

Vingren (2011) relata que, pela Convenção de Natal, ficou decidido que seriam fundidos os jornais *Boa Semente*, editado no Pará, e *Som Alegre*, editado no Rio de Janeiro, para dar origem ao *Mensageiro da Paz*. A proposta era ambiciosa e a nova publicação teria sede no Rio de Janeiro, com circulação nacional.

Alencar (2010) complementa que o *Boa Semente* circulou no Pará, de 1919 a 1929, enquanto o *Som Alegre* só foi editado no ano de 1929, no Rio de Janeiro. O sueco Gunnar Vingren já se mudara para o Rio de Janeiro e assumiu a direção do *Mensageiro da Paz*³⁵. O pesquisador comenta que, nos dois primeiros anos, a missionária Frida Vingren, esposa de Vingren, ficou, extra-oficialmente, à frente do jornal. Isso porque as mulheres não podem ocupar cargos de comando na Assembleia de Deus.

A periodicidade do *Mensageiro da Paz* era irregular em razão de problemas econômicos e políticos³⁶ que se abatiam sobre a Assembleia de Deus. Os responsáveis pela publicação procuravam motivar os fiéis a ajudá-la a se consolidar:

O Mensageiro de Paz, é portador de Salvação que deve entrar em todos os lares. Todo crente que tiver o privilégio de lê-lo, deve esforçar-se para propagá-lo entre seus parentes amigos e conhecidos. Deus recompensa aquele que toma interesse pela evangelização (MP – Ano I nº 1, 12/30, grafia original *apud* ALENCAR, 2010, p. 114).

Para Alencar (2010), o *Mensageiro da Paz* era considerado pelas lideranças da Assembleia de Deus na época não um simples jornal, mas uma “causa”. Elas acreditavam que a publicação era um dos principais recursos que dispunham, diante de um país de dimensões continentais, para realizar seu trabalho de evangelização e proclamar a “verdade pentecostal”.

O conteúdo do *Mensageiro da Paz* nessa fase inicial era composto de artigos, poesia, notícias sobre a obra e anúncios sobre a venda da Harpa Cristã e o Psaltério Pentecostal³⁷. Alencar (2010) acrescenta que as revistas da Escola Bíblica Dominical, que haviam sido lançadas em 1922 como suplemento do extinto jornal *Boa Semente*, também eram divulgadas pelo *Mensageiro da Paz*. Na época, elas eram escritas por Samuel Nyström para reuniões de estudo bíblico, existindo até os dias atuais por meio da Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD). Há edições para o público infantil, adolescente, jovem e adulto.

Vale destacar que a fundação da CPAD, em 1940, ocorreu em grande parte para abrigar o *Mensageiro da Paz*, atendendo à uma exigência do Governo Vargas. Conde (2011, p. 354) informa que “um decreto do governo de então exigia que todos os jornais

³⁵ Alencar (2010) informa que inicialmente a publicação se chamava *Mensageiro de Paz* e, mais tarde, passou a se chamar *Mensageiro da Paz*.

³⁶ Getúlio Vargas foi eleito em 1930 e a Intentona Comunista ocorreu em 1935, lembra Alencar (2010).

³⁷ A Harpa Cristã é um hinário composto de músicas evangélicas utilizado até os dias de hoje nas celebrações da Assembleia de Deus. Alencar (2010) comenta que o Psaltério Pentecostal também pode ter sido um hinário utilizado, no início do século XX, que se perdeu com o tempo.

fossem registrados no DIP, um organismo controlador da imprensa”. Só entidades com personalidades jurídicas e pessoas físicas com títulos de propriedade poderiam ser donas de jornais.

O aspecto acanhado e a “simplicidade franciscana” do *Mensageiro da Paz*, na sua fase inicial, são salientados por Alencar (2010). De acordo com o pesquisador (2010, p. 115), o jornal “usa o mesmo tipo de letras, diagramado em doze páginas³⁸, pouquíssimas fotos, nenhuma ilustração e nenhuma propaganda”. Para ele, o *Mensageiro da Paz* perdia muito para o *Expositor Cristão*, que a Igreja Metodista editava na mesma época, só que com mais páginas (16), muitas ilustrações e até uma página infantil.

Com quase 90 anos de existência, o *Mensageiro da Paz* evoluiu bastante, tanto no aspecto gráfico quanto no de conteúdo em comparação com essa fase inicial. Hoje, ele conta com 28 páginas, é impresso em papel *couchê*, em quatro cores, com muitas fotos e algumas ilustrações. A publicação traz reportagens sobre eventos da instituição em várias partes do Brasil, a participação de alguns de seus integrantes na política partidária e vários artigos filosóficos e teológicos.

Em termos de conteúdo, o *Mensageiro da Paz* trata mais de questões religiosas, decisões pastorais e administrativas da Assembleia de Deus. Vez ou outra, repercute algum tema político, econômico ou de comportamento relacionado com a sociedade brasileira. Sua periodicidade é mensal, o que a diferencia dos jornais *O São Paulo* e *Folha Universal*, ambos semanais e que serão analisados nesta pesquisa. O editor-chefe do *Mensageiro da Paz*, em 2015, era Silas Daniel, que não apresenta títulos religiosos no expediente da publicação. Porém, confirmamos que ele é pastor numa das reportagens publicadas no jornal.

5.3.2 - *O São Paulo*

Dentro da escala cronológica do nosso *corpus*, o jornal *O São Paulo* vem em segundo lugar. Ele foi fundado, em 25 de janeiro de 1956, pelo então arcebispo metropolitano de São Paulo, cardeal dom Carlos Carmelo Vasconcelos Motta. Beltrami (1996) informa que nos anos 1990, das 253 paróquias da Arquidiocese de São Paulo, 174 recebiam 4,6 mil exemplares e outras 1,4 mil iam para assinantes no Brasil e no exterior. Considerando o percentual de católicos na época que, segundo o censo de 1991 do IBGE, girava em torno de 83,3% da população, a tiragem era bem pequena.

³⁸ O número de páginas variava para oito e até seis, sem nenhuma explicação, conforme Alencar (2010).

Outros jornais precederam *O São Paulo* como veículo oficial da Arquidiocese de São Paulo. Beltrami (1996) relata que, em 1905, o então bispo de São Paulo, dom José de Camargo Barros fundou o jornal *São Paulo* que, depois de algum tempo, passou a se chamar *Gazeta do Povo*. Outra mudança ocorreu em 1930, quando o então arcebispo dom Duarte Leopoldo e Silva transformou o *Gazeta do Povo* no tablóide *O Legionário*.

O cardeal Vasconcelos Motta inaugurou a Fundação Metropolitana Paulista, em 1955, para receber a concessão da rádio *Nove de Julho*, criada em 1954, para comemorar os 400 anos de São Paulo, como recorda Beltrami (1996). No ano seguinte, o arcebispo lançou *O São Paulo*, que circula até os dias de hoje.

Durante o regime militar, mais precisamente no período de 1968 a 1978, *O São Paulo* esteve sob censura. Beltrami (1996, p. 89) comenta que o jornal ficou “obrigado a apresentação prévia de suas matérias às autoridades e com a presença em sua redação de censores de caneta na mão”.

A situação ficou mais tensa em 1973, quando forças enviadas pelo regime militar lacraram os transmissores da rádio *Nove de Julho*. Nesta época, o arcebispo de São Paulo era o cardeal dom Paulo Evaristo Arns, que implementou um projeto em defesa dos direitos humanos, condenando as prisões, torturas e assassinatos cometidos pelos militares. Beltrami (1996, p. 89) relata que a justificativa para fechar a rádio foi de que “a defesa dos direitos humanos ameaçava a segurança nacional”.

Pessinatti (1998) acrescenta que dom Paulo Evaristo Arns considera que *O São Paulo* exerceu um importante papel de resistência durante o regime militar. Na opinião do arcebispo, esse posicionamento foi bastante significativo para a história da publicação e também do país. Dom Paulo comenta que, na época do regime militar, as pessoas costumavam tirar cópias das reportagens para distribuir para parentes e amigos, sendo que o próprio arcebispo chegou a ver algumas de suas páginas pregadas em árvores, na zona rural do município.

Tendo completado 61 anos de existência em 2017, *O São Paulo* é, visualmente, semelhante à qualquer tablóide da mídia de referência. Conta com 24 páginas e é impresso em papel jornal, em quatro cores. Tem bastante fotos, principalmente do arcebispo metropolitano de São Paulo, cardeal dom Odilo Pedro Scherer, ilustrações e alguns anúncios. Boa parte deles são de uma empresa farmacêutica, mas há também de vinho e de peregrinações a locais sagrados.

O diretor responsável e editor de *O São Paulo*, em 2015, era o padre Michelino Roberto. Isso talvez explique o espaço privilegiado que é dado ao cardeal dom Odilo

Pedro Scherer e aos temas religiosos, que ocupam a maioria das páginas. Matérias sobre a Igreja Católica no Brasil e no mundo, notícias do papa e um artigo do cardeal-arcebispo de São Paulo, na coluna intitulada “Encontro com o pastor”, são alguns exemplos.

O São Paulo aborda também temas da atualidade, relacionados às questões política, econômica e social do Brasil. A problematização, contudo, é quase sempre religiosa. Quando trata, por exemplo, de crises políticas ou casos de corrupção envolvendo os governos, normalmente o faz porque a Arquidiocese de São Paulo ou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) está desenvolvendo alguma campanha que envolve essas questões.

5.3.3 - *Folha Universal*

A *Folha Universal* foi fundada, em 1992, pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), pouco tempo depois de a instituição ter adquirido a *TV Record*, em 1989. Para alguns pesquisadores da religião, a data em que a Igreja Universal comprou a emissora marca o início da edificação de uma espécie de “império da comunicação” pelo fundador e principal liderança da instituição, bispo Edir Macedo.

No período de 1987 a 1991, Newton Cardoso foi governador de Minas Gerais. Para disputar espaço com os jornais *Estado de Minas* e *Diário da Tarde*, dos Diários Associados, que lhe faziam oposição, Cardoso havia adquirido, no final dos anos 1980, uma retransmissora da *TV Record*, o jornal *Diário de Minas* e criado o jornal *Hoje em Dia*. Para impressão desses jornais, o então governador criou a Ediminas, na época um moderno parque gráfico.

No final de seu governo, Newton Cardoso resolveu vender seus veículos de comunicação. O bispo Macedo era o principal interessado, já que poderia garantir a presença da *TV Record* em Minas e adquirir um parque gráfico que garantisse a produção de um jornal oficial, com enorme tiragem, para a Igreja Universal do Reino de Deus. Assim surgiu a *Folha Universal*, que chegou na sua fase inicial a uma tiragem de 2,5 milhões de exemplares por semana.

Campos (1997) recorda que antes de fundar a *Folha Universal*, a Igreja Universal lançou, em 1983, a revista *Plenitude*. De circulação bimestral, em julho de 1990 ela já estava em seu 50º número e a tiragem era de 200 mil exemplares. Circulava também nessa mesma época o jornal *Tribuna Universal*, com poucos recursos gráficos e que tinha como diretor o ex-bispo Renato Suhett. O pesquisador não comentou o

motivo, mas a mudança de estratégia de comunicação fez com que a Igreja suspendesse a revista e o jornal, passando a investir na *Folha Universal*.

A nosso ver, pode ter pesado a questão dos custos, já que a Igreja Universal tinha adquirido a Ediminas, no início dos anos 1990, com um parque gráfico apropriado para a impressão de jornais. Provavelmente, as lideranças também consideraram que a circulação semanal da *Folha Universal* teria mais efeito sobre o público que a revista, cuja periodicidade era bimestral.

Dentro de uma escala hierárquica, a importância da *Folha Universal* na estratégia da comunicação da Igreja Universal do Reino de Deus é ressaltada por pesquisadores:

Depois do púlpito, do rádio e da televisão, o jornal *Folha Universal* é o principal meio de comunicação usado pela Igreja Universal, tanto para marketing interno quanto externo. Trata-se de um jornal semanal, publicado em quatro cores, no mesmo formato dos jornais tradicionais do eixo Rio-São Paulo e chega em cada templo sempre aos sábados, com uma tiragem registrada sempre na primeira página, ao lado do título. (CAMPOS, 1997, p. 263).

A tiragem elevada da *Folha Universal* era destacada pelos editores, no início da década de 1990, com ressalvas como “Só para lembrar: a circulação por domingo da *Folha Universal* é maior do que a do *Jornal do Brasil* e, em outras vezes, citou-se o *Estado de Minas* e o jornal *O Povo* de Fortaleza” (CAMPOS, 1997, p. 263). As agências de publicidade recebiam o jornal com o lembrete de que seu produto poderia ser conhecido por um milhão de pessoas se elas anunciassem na *Folha Universal*.

Outras publicações impressas da Igreja Universal do Reino de Deus, principalmente revistas, são destacadas por Ferrari (2007), que cita a *Plenitude*, que trata de temas de evangelização; a *Ester*, com orientações para a mulher cristã; a *Obreiro da Fé*, com diretrizes sobre o serviço da igreja; a *Mão Amiga*, tratando de atividades assistenciais; e a *Folhinha Universal*, voltada para o público infantil.

A maior tiragem continua sendo da *Folha Universal*, que Ferrari (2007, p. 183) explica ser “um jornal de divulgação da instituição iurdiana, em grande parte distribuído pelos obreiros (as) nos templos e nas visitas à periferia. Não depende de assinantes”. É curioso observar que o jornal é distribuído gratuitamente ao público em geral, mas aos fiéis que o recebem é pedida uma contribuição financeira para ajudar na sua manutenção.

A questão é que o investimento volumoso em veículos de comunicação foi, desde o início, uma marca registrada da Igreja Universal do Reino de Deus e isso nunca foi visto com bons olhos por outras igrejas e empresas de comunicação. Mariano (1999, p. 67) comenta que “em fins dos anos 90, Macedo e pastores de sua estrita confiança eram proprietários de um verdadeiro império de comunicação, que cada vez mais crescia e incomodava as concorrências religiosa e empresarial”.

Com um quarto de século de existência, a *Folha Universal* continuava sendo em 2015 um dos jornais com a maior tiragem do Brasil, atingindo a marca de 1,7 milhão de exemplares por semana. O jornal publica matérias sobre atualidade, política e comportamento. Tem cadernos especiais como o “Caderno Universal” e a “Folha Mulher”, este último com dicas sobre roupas, sapatos e maquiagem. Eventualmente, o jornal traz matérias sobre escândalos na Igreja Católica, como os casos de pedofilia entre padres, e ataques à *Rede Globo*.

Um dos diferenciais da *Folha Universal* em relação a muitos jornais religiosos é que os responsáveis pela edição parecem ser jornalistas profissionais e não pastores ou bispos. Pelo menos é o que se observa nas semelhanças gráficas e na escolha dos temas em relação à mídia de referência. Sua editora, em janeiro de 2015, era Thaís Toledo, que não ostentava cargo religioso no expediente da publicação. Havia duas sub-editoras que a auxiliam e a equipe de reportagem era bastante numerosa, contando com 15 membros.

Capítulo 6 – Análises

6.1 -Análise do *corpus*

Nosso *corpus* é formado pelos jornais *Mensageiro da Paz* (Assembleia de Deus), *O São Paulo* (Igreja Católica) e *Folha Universal* (Igreja Universal do Reino de Deus), coletados nos anos de 2015. Foram selecionados 13 exemplares, sendo três do *Mensageiro da Paz* (mensal), cinco de *O São Paulo* (semanal) e cinco da *Folha Universal* (semanal).

No capítulo 5, que trata da metodologia da pesquisa, informamos nossas categorias de análise e os objetivos científicos que pretendemos atingir. Faremos, inicialmente, a análise dos três jornais da mídia religiosa de acordo com os modos de organização do discurso, considerando as peculiaridades deste subcampo do jornalismo, além do que os aproxima e o que os distancia da imprensa de referência. Na parte final deste capítulo, vamos comparar as semelhanças, diferenças e regularidades entre os jornais.

Começaremos nossa análise observando a tematização e problematização proposta pelos três jornais. Salientamos que em qualquer tipo de análise que se vá fazer de jornais e outros veículos de comunicação não se pode deixar de levar em conta essas duas questões.

No caso da nossa tese, é fundamental a análise da tematização e da problematização, já que iremos observar a imbricação do discurso midiático com o discurso religioso no tratamento de assuntos religiosos, seculares ou laicos. Além disso, a estrutura temática coloca em evidência *o princípio de relevância* (Charaudeau, 2005), ou seja, os saberes partilhados e reconhecidos pelos parceiros da mídia religiosa. O uso dos termos secular ou laico se referem a assuntos fora da esfera religiosa e serão eles que usaremos nesta tese quando nos referirmos a temas ou problematizações de cunho não religioso.

Na nossa análise vamos verificar de que maneira cada jornal utiliza os modos de organização do discurso para elaborar suas reportagens, artigos, fotos, charges e toda a estrutura gráfica. Tentaremos compreender não só a estrutura explícita, mas o implícito e o interdiscurso, que vão interferir na compreensão das mensagens por parte dos leitores.

Optamos por não seguir a ordem cronológica das edições para fazer a análise. Vamos analisar primeiro as edições com reportagens mais relevantes em termos de tematizações mais próximas da realidade dos jornais de referência. Em 2015, o Brasil vivia problemas políticos sérios, como o processo de *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff e a “Operação Lava Jato”; o mosquito *Aedes aegypti* fazia “estragos” na área da saúde pública; e a crise hídrica levava alguns estados a terem que fazer racionamento de água. Em âmbito internacional, ataques terroristas deixaram dezenas de mortos em Paris; e o papa Francisco visitou os Estados Unidos. Mesmo sendo um líder religioso, Francisco sempre atrai a atenção da mídia de referência.

Obviamente que, por se tratarem de jornais de cunho religioso, temas nesse âmbito dentro dos ambientes católico e evangélico mereceram uma ampla cobertura jornalística das três publicações e foram considerados na nossa análise. A pichação das paredes da Catedral da Sé por manifestantes favoráveis ao aborto; o seminário de mulheres da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), presidido por um pastor e só com palestrantes do sexo masculino; e a entrevista do bispo Edir Macedo ao portal de notícias UOL, explicando como os homossexuais são tratados na Igreja Universal do Reino de Deus foram assuntos que ganharam destaque em *O São Paulo*, no *Mensageiro da Paz* e na *Folha Universal*, respectivamente, e não passaram despercebidos aos nossos olhos.

6.2. – Estrutura genérica dos jornais

6.2.1 – *Mensageiro da Paz*

O jornal *Mensageiro da Paz*, da Assembleia de Deus, tem uma estrutura genérica que apresenta algumas semelhanças com os jornais de referência. Ele traz reportagens, artigos de opinião, seção de cartas, expediente, entrevista ping-pong (pergunta destacada, seguida de resposta), seções internacionais, cadernos especiais e anúncios.

Verificamos ainda o uso de nomenclaturas e rubricas que são comuns na imprensa de referência, como manchetes de primeira página, nomes destacados em páginas, colunas e seções, fotos “mais abertas” nas matérias principais. Há ainda a disposição das matérias mais importantes na parte de cima das páginas ímpares, publicação do artigo do principal líder da igreja, pastor José Wellington Bezerra da Costa, do expediente e da seção de cartas na página 2.

A estrutura genérica dos jornais de referência segue um determinado padrão:

A página articula uma coluna vertebral e um estrato transversal. Chamaremos “coluna” à unidade de referência da informação, desde seu título até os prolongamentos que dá pode ter no interior do jornal. O estrato corresponde à isotopia gráfica dos títulos (com seus diferentes níveis) e dos artigos. A coluna e o estrato constituem as unidades da página. (MOUILLAUD, 1997, p. 99).

Uma das diferenças que destacamos do *Mensageiro da Paz* em relação a um jornal da imprensa de referência é a problematização quase sempre religiosa da maioria dos temas, inclusive os da atualidade. Nas manifestações contra a corrupção e pelo *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, por exemplo, os fiéis são autorizados a participar, mas de uma forma mais orante. Já no atentado terrorista em Paris, em 13 de novembro de 2015, o jornal afirma que as profecias bíblicas se cumpriram e os analistas políticos internacionais falharam nas suas previsões sobre a redução dos conflitos mundiais.

Outra diferença que vale a pena destacar é que em algumas edições, o *Mensageiro da Paz* publica na capa uma manchete sobre um tema secular, porém a foto que vem logo abaixo é de um grande evento religioso da Assembleia de Deus. Num jornal de referência a manchete da primeira página sempre vem acompanhada de uma fotografia grande sobre o mesmo tema. O tipo de papel utilizado para impressão do *Mensageiro da Paz* também é diferenciado. Trata-se de um papel *couchê* brilhante, cujo preço é mais alto que o do papel jornal, sendo mais usado em revistas e jornais de empresas (*house-organs*).

Outra semelhança que o *Mensageiro da Paz* tem com os *house-organs* é o destaque que dá a algumas de suas lideranças, como o pastor José Wellington Bezerra da Costa e seu filho José Wellington Júnior, presidente do Conselho Administrativo da Casa Publicadora da Assembleia de Deus (CPAD). A presença destacada de ambos está em todas as edições analisadas. Como existe uma cultura de valorização familiar na transmissão de cargos na Assembleia de Deus, é provável que o primeiro, que cumpre seu último mandato à frente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), esteja preparando o terreno para que o filho o suceda.

O jornal também se diferencia da imprensa de referência na publicação de cadernos especiais sobre teologia e família. São artigos extensos, que tratam de temas religiosos com profundidade. É paradoxal que tais artigos sejam destinados ao público evangélico que, conforme o censo de 2010 do IBGE, possui baixo índice de

escolaridade. Mariz & Gracino Jr. (2013) informam que enquanto 9,3% da população brasileira têm nível superior completo, entre os evangélicos esse percentual é de apenas 4,1%.

Pode ser que os responsáveis pelo *Mensageiro da Paz* estejam interessados em atingir um público reduzido de pastores e lideranças que tenham um nível de escolaridade mais elevado. Eles também podem estar querendo conferir ao jornal uma melhor qualificação pelo alto nível intelectual de seus artigos. Ou ainda, quem sabe, motivar os leitores comuns a estudarem mais para poderem aproveitar todo o conteúdo do *Mensageiro da Paz*.

Chamou-nos a atenção também a forma como o *Mensageiro da Paz* valoriza o público masculino da Assembleia de Deus em detrimento do feminino. Não existem pastoras e todas as mulheres são chamadas de “irmãs”. Os cargos de liderança são ocupados exclusivamente por homens. Há ainda em algumas reportagens publicadas uma clara preferência pelos israelenses nos conflitos contra os palestinos.

6.2.2 – O São Paulo

O jornal *O São Paulo*, da Igreja Católica, apresenta uma estrutura genérica que em alguns quesitos tem semelhanças com a dos jornais da imprensa de referência. A começar pela primeira página, que contém manchete da matéria principal da edição, várias chamadas com títulos e um texto explicativo breve, fotos, ilustrações e gráficos coloridos. O editorial, assim como o expediente e um artigo de opinião estão na página 2. O mesmo espaço tradicionalmente dedicado a estes textos nos jornais de referência.

Nas demais 23 páginas de *O São Paulo* são publicadas reportagens, artigos de opinião, notas, entrevistas ping-pong (perguntas destacadas, seguidas de respostas), fotos, ilustrações, gráficos e anúncios. As nomenclaturas e rubricas dos jornais de referência, como numeração das páginas, títulos das matérias, “bigodes” (texto explicativo abaixo do título) e colunas fixas também estão presentes no jornal.

A estrutura do texto jornalístico também é semelhante à dos jornais de referência, com a construção do *lead* respondendo às questões: que, quem, quando, onde, por que e como. Há uso dos intertítulos, que tornam o texto mais “leve” e dão um tempo para o leitor “respirar”. *O São Paulo* também utiliza *boxes* para situar os leitores sobre questões históricas, políticas ou econômicas relativas ao tema tratado na reportagem. Emprega ainda gráficos e tabelas para ressaltar e facilitar a compreensão de dados estatísticos.

Apesar dos recursos gráficos que ajudam a estimular a leitura e chamar a atenção dos leitores para determinadas informações, *O São Paulo* tem um volume de textos muito grande em muitas reportagens e também na capa. Para “acondicioná-los” nas páginas, o diagramador precisa usar tamanhos de letras pequenos e não consegue incluir muitas fotografias e imagens, como fazem o *Mensageiro da Paz* e a *Folha Universal*. Acreditamos que isso desestimula a leitura.

Outra semelhança da publicação com os jornais da mídia de referência é com relação ao uso do papel jornal. De custo mais baixo do que o papel *couchê*, por exemplo, o papel jornal é usado pelo *O São Paulo* e é o mais encontrado nos jornais disponíveis nas bancas. Seu formato é o tabloide e o tipo de letra utilizada é a *Times New Roman*, ambos comuns nos jornais da imprensa de referência.

O grande espaço dado ao papa Francisco; ao arcebispo metropolitano de São Paulo, cardeal dom Odilo Pedro Scherer, e aos seus bispos auxiliares, tornam *O São Paulo* diferente dos jornais da imprensa de referência. Esse tipo de prática é comum nos *house-organs* (jornais de empresa). No campo da retórica, podemos dizer que o uso do discurso epidíctico³⁹ é uma constante no jornal quando as reportagens ou artigos são sobre a Igreja Católica e suas lideranças.

Boa parte das fotos publicadas mostra celebrações com bispos e padres paramentados, reuniões de pastorais em ambientes onde se sobressaem a cruz e outros símbolos religiosos. Uma prática típica de uma publicação com uma proposta endógena, que utiliza uma força centrípeta, ou seja, voltada para o público interno da Igreja Católica. Essa, aliás, é uma crítica que se faz aos veículos de comunicação da Igreja Católica, ou seja, “pescar dentro do seu próprio aquário”. Não se verifica em *O São Paulo* um esforço explícito no sentido de atingir pessoas fora da Igreja Católica.

Ao contrário dos jornais da imprensa de referência, que quase sempre se valem da ética cidadã, como Emediato (2009) explica no capítulo 3 desta tese, para problematizar seus temas, em *O São Paulo* isso não é comum. Em reportagens sobre temas religiosos ou mesmo temas seculares com problematização religiosa, o que se vê são as normas, doutrinas e dogmas da Igreja Católica se sobrepondo à ética cidadã. Para a publicação não importa, por exemplo, a pesquisa com células-tronco embrionárias trazer esperança de cura para determinadas doenças, se nos experimentos científicos são

³⁹ Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) explicam que o discurso epidíctico tem propósito argumentativo em forma de elogio e é usado, principalmente, em solenidades que homenageiam empresas ou pessoas, assim como em funerais para enaltecer o morto.

usados embriões vivos gerados em laboratórios. O argumento dos representantes da Igreja Católica é de que não se pode salvar vidas eliminando outras.

Alguns anúncios publicados em *O São Paulo* são voltados para o público religioso, como o dos móveis Cardeal, que oferece poltronas e bancos para igrejas. Mas há anúncios que também são veiculados nos jornais da imprensa de referência, como de remédios, tratamentos dentários e escritórios de advocacia. Uma pergunta que nos fazemos é: será que os anunciantes consideram que ao divulgar o seu produto num jornal da mídia religiosa – lembrando o aspecto constituinte do discurso religioso - o torna menos comercial e mais “puro”? Para respondê-la, teríamos que fazer uma pesquisa de recepção com o público-leitor, o que não é nosso propósito.

Um anúncio que podemos considerar inusitado para um jornal religioso é o do vinho chileno “Santa Carolina”. Por ter nome da santa alemã Carolina Gerherdinger, que nasceu no final do século XVIII e dedicou boa parte de sua vida religiosa a ensinar a devoção especial à eucaristia, e pelo fato de simbolizar o sangue de Cristo, depois de ser consagrado, o anúncio de uma bebida alcoólica parece ser veiculado sem preocupação pelos responsáveis pelo *O São Paulo*. Acreditamos que, dificilmente, o jornal publicaria o anúncio de uma cerveja, com a imagem de uma mulher seminua, bastante comum na imprensa de referência. No entanto, a presença do vinho, no discurso religioso, vem de uma longa tradição, pois essa bebida, além de fazer parte dos símbolos da liturgia, também vem associada, no imaginário cristão, às abadias e aos monges fabricantes de vinho.

6.2.3 – *Folha Universal*

A *Folha Universal* é publicada em papel jornal e faz questão de estampar na capa a sua tiragem: 1,7 milhão de exemplares, em 2015. Entre as cinco edições que analisamos, apenas a de número 1.235 (06 a 12 de dezembro), com destaque na capa de que era uma “Edição especial Rio de Janeiro”, ampliou essa tiragem para 2,4 milhões de exemplares. Ela traz uma série de denúncias de corrupção contra alguns políticos do Rio de Janeiro. No geral, o jornal tem, provavelmente, uma das maiores tiragens do Brasil, incluindo os principais jornais da imprensa de referência. Com periodicidade semanal, a *Folha Universal* tem 32 páginas coloridas – 20 do caderno principal, mais oito do “Caderno Universal” e quatro da “Folha Mulher”.

A capa tem sempre uma manchete principal, com foto, e chamadas para outras reportagens, algumas com fotos. Na página dois, são fixos o editorial, um artigo de

opinião e uma charge, que geralmente está relacionada com alguma das reportagens da edição. Os leitores são convidados a comentar a charge. Dos três jornais que analisamos, a *Folha Universal* é a única que publica charges regularmente.

Os leitores também podem participar da edição por meio da coluna “Seus comentários”, que publica *e-mails* e cartas. Ao lado dela sempre vem a foto de algum apresentador ou ator da *TV Record*, segurando uma edição da *Folha Universal* e dando um depoimento positivo sobre o jornal. No expediente consta que a *Folha Universal* é impressa em Belo Horizonte, no Rio Grande do Sul e no Amazonas, o que “agiliza” seu processo de distribuição.

No campo da argumentação, a *Folha Universal* é entre os três jornais analisados a que utiliza com mais frequência a forma erística para tratar determinados temas. Em reportagens sobre a Igreja Católica e a Rede Globo, por exemplo, o jornal retoma sempre os casos de pedofilia envolvendo padres e coberturas televisivas que consideram atacar gratuitamente a Igreja Universal, o seu fundador bispo Edir Macedo ou que acreditam distorcer dados estatísticos sobre celebrações realizadas pela instituição. No campo da política, o jornal também costuma atacar adversários políticos como o governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, e seu antecessor, Sérgio Cabral Filho.

Temas da atualidade são frequentes nos exemplares da *Folha Universal* que analisamos, sendo que em muitas reportagens a problematização também é secular. Entre os três jornais analisados, ela é que publica mais matérias com tematização e problematização seculares. Observamos que, muitas vezes, os temas estritamente religiosos são publicados no Caderno Universal. Nas demais páginas, é comum apresentarem um problema, como o alcoolismo, por exemplo, dar dados estatísticos, ouvir especialistas e na parte final do texto ou num *box* fala-se de algum trabalho social específico para esse público feito pela Igreja Universal.

Chama a atenção o tamanho da equipe de redação do jornal: uma editora, duas subeditoras, 18 repórteres, uma estagiária, uma revisora, um diretor de arte, três diagramadores e um profissional responsável pela infografia, ilustração e tratamento das imagens. Isso confirma o comentário do professor de Comunicação da USP, Luiz Sá Martino, durante palestra na Arquidiocese de Belo Horizonte, na década de 1990, de que uma das diferenças na forma de lidar com a comunicação da Igreja Universal do Reino de Deus é que ela forma equipes de profissionais capacitados para trabalhar nos

seus veículos, enquanto a Igreja Católica improvisa, utiliza equipes reduzidas, compostas algumas vezes por amadores e voluntários.

Em seus anúncios, a *Folha Universal* destaca os diferentes cultos e horários nos templos da Igreja Universal do Reino de Deus. Há ainda a divulgação de livros e CDs de pastores e outros membros da instituição, medicamentos (inclusive para aumento da libido) e sapatos.

Na sua estratégia de comunicação, a *Folha Universal* vale-se, para utilizarmos os termos de Charaudeau (2009), de uma força centrífuga, que gera um movimento exógeno. Em muitas das reportagens que analisamos, verificamos um esforço do enunciador no sentido de atingir ao público externo da Igreja Universal do Reino de Deus. Depois de divulgar testemunhos de pessoas que superaram dificuldades após ingressarem na instituição, é feito um convite aos leitores e dada uma orientação sobre como encontrar endereços de templos mais próximos de suas casas e também os horários das celebrações.

O acesso à *Folha Universal* também é bem fácil para o público externo da igreja, já que ela é disponibilizada na entrada dos templos, geralmente localizados em áreas centrais das cidades, onde há grande circulação de pessoas. Para esse público, ela é distribuída gratuitamente. O jornal chega aos templos aos sábados, para começar a ser distribuído no domingo, quando há uma afluência maior de pessoas.

6.3 – Categorias de análise

Para realizar a análise efetiva do *corpus*, criamos cinco categorias de análise, contemplando a tematização e a problematização, assim como os quatro modos de organização do discurso propostos por Charaudeau (2009). Esses últimos são: enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo. Na aplicação dessas categorias de análise, observamos principalmente três gêneros presentes e valorizados tanto na mídia religiosa quanto na imprensa de referência: as reportagens, os artigos de opinião e as primeiras páginas.

Em nossas análises, procuramos evidenciar tanto as especificidades da mídia religiosa presentes no nosso *corpus* quanto destacar elementos que comprovem ou neguem suas relações de hibridismo com a imprensa de referência. Por fim, apresentamos elementos jornalísticos e religiosos que mostram semelhanças e diferenças entre os três jornais analisados. Avaliamos que, dessa maneira, realizamos

uma análise mais criteriosa e estabelecemos comparações entre a mídia religiosa e a imprensa de referência, assim como entre os três jornais selecionados.

6.3.1 - Tematização e problematização

6.3.1.1 - Temas mais frequentes

Fizemos, inicialmente, um levantamento sobre os principais temas tratados nos três jornais, nas 13 edições analisadas. Nos quadros abaixo apresentamos as dez que aparecem com mais frequência no *Mensageiro da Paz*, em *O São Paulo* e na *Folha Universal*. Optamos por fazer quadros separados, pois há temas que não são comuns entre eles.

Mensageiro da Paz

Temas	Número de vezes
Assuntos bíblicos	24
Eventos na AD e em suas igrejas	13
Questões morais e de sexualidade	11
Arte e cultura	10
Questões administrativas e religiosas da AD	9
Testemunhos e milagres	9
Intolerância religiosa	9
Formação religiosa	7
Música gospel	7
Saúde	6

Quadro 7 - Temas mais tratados nas três edições do *Mensageiro da Paz* (2015), que compõem o nosso corpus.

Fonte: Elaborado por nós, com base no material coletado.

Entre os dez temas tratados com maior frequência pelo *Mensageiro da Paz* nas três edições que analisamos, oito são religiosos ou versam sobre questões relativas à religião. Os mais frequentes são: “assuntos bíblicos” (24), “eventos na Assembleia de Deus e em suas igrejas” (13) e “questões morais e de sexualidade” (11). Há vários artigos de pastores sobre questões bíblicas e teológicas e o jornal reserva grande espaço para mostrar as ações evangelizadoras e missionárias das igrejas afiliadas.

Apenas os temas de “arte e cultura” (10) e “saúde” (6), não se enquadram na temática religiosa entre os dez temas mais tratados nas três edições do *Mensageiro da Paz de 2015* que analisamos. No item “arte e cultura” não consideramos eventos e lançamentos de CDs, DVDs e livros de cunho religioso.

O São Paulo

Temas	Número de vezes
Arquidiocese de SP e suas Regiões Episcopais	57
Papa Francisco e notícias do Vaticano	24
Formação religiosa	15
Família	11
Política partidária	11
Questões de sexualidade e moral	10
Compromissos do cardeal dom Odilo Scherer	10
Eventos religiosos no Brasil e ações da CNBB	9
Teologia, ações sociais da IC, comunicação na IC, saúde	7 vezes cada
Vida dos santos, arte/cultura, esporte	5 vezes cada

Quadro 8 - Temas mais tratados nas cinco edições de *O São Paulo* (2015), que compõem o nosso corpus.

Fonte: Elaborado por nós, com base no material coletado.

Dos 15 temas que ficaram em primeiro lugar nas cinco edições de *O São Paulo* que analisamos, cinco estão fora da seara religiosa ou não se ligam diretamente a ela. São eles: família (11 vezes), política partidária (11 vezes), saúde (7 vezes), arte/cultura (5 vezes) e esporte (5 vezes). A realização do “Sínodo sobre a Família” no Vaticano e o recrudescimento da crise política que resultaria do *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, em 2015, podem ter contribuído para inflar as duas primeiras temáticas.

Os três temas que aparecem com mais frequência nas edições de *O São Paulo* que analisamos são todos de cunho religioso: Arquidiocese de São Paulo e suas Regiões Episcopais (57), papa Francisco e notícias do Vaticano (24) e formação religiosa (15). A Arquidiocese é dividida em seis regiões episcopais e o jornal parece destinar de uma a duas páginas para cada uma por edição, dependendo da quantidade de eventos que elas realizam. O papa Francisco tem lugar cativo em *O São Paulo*, o que demonstra a supervalorização da publicação em relação à hierarquia da Igreja Católica.

Folha Universal

Temas	Número de vezes
Política partidária	12
Assuntos bíblicos	10
Comportamento	9
Mulher	9

Pastores e fiéis	8
Ações sociais da Iurd, oportunidade/negócios, saúde	7 vezes cada
Arte/cultura, esporte	6 vezes cada
Casamento/sexualidade, moda/estética	5 vezes cada
Questões morais e de sexo, família, homens	4 vezes cada
Prosperidade/superação, Iurd e suas igrejas, ações da Iurd no exterior, turismo religioso	3 vezes cada

Quadro 9 - Temas mais tratados nas cinco edições da *Folha Universal* (2015), que compõem o nosso corpus.

Fonte: Elaborado por nós, com base no material coletado.

O número de matérias de cunho não religioso abordadas com mais frequência na *Folha Universal*, nas cinco edições de 2015 que analisamos, é maior proporcionalmente do que as que foram publicadas no *Mensageiro da Paz* e em *O São Paulo*. Dos 19 temas tratados, 12 são de cunho não religioso. Dos cinco temas mais presentes, três e inclusive o primeiro deles são laicos: política partidária (12), comportamento (9) e mulher (9). Os dois temas religiosos que aparecem em segundo e quinto lugares, respectivamente são: assuntos bíblicos (10) e pastores e fiéis (8).

6.3.1.2 - Temáticas dos três jornais

No que diz respeito às temáticas mais recorrentes nos três jornais analisados, entre as edições que selecionamos em 2015, verificamos que as questões religiosas se sobressaem no *Mensageiro da Paz* e no *O São Paulo*. O primeiro tem oito temas religiosos entre os dez mais frequentes, enquanto o segundo tem 10 entre os 15 que mais aparecem. Em termos percentuais, a temática religiosa ocupa 80% dos 10 mais recorrentes do jornal da Assembleia de Deus, enquanto na publicação da Igreja Católica ela aparece em 66,6%.

Já na *Folha Universal*, a temática religiosa ocupa menos espaço que os laicos. Dos 19 temas mais tratados nas cinco edições analisadas, 12 (63,15%) são laicos e 7 (36,85%) são religiosos. Precisamos fazer a ressalva de que a edição 1.235 (06 a 12 de dezembro de 2015), nomeada “Edição Especial do Rio de Janeiro”, trouxe uma série de reportagens e artigos de opinião sobre os casos de corrupção no estado. Isso, com certeza, contribuiu para inflar o tema “política partidária”.

Com esse levantamento preliminar dos temas que mais se sobressaem nos três jornais da mídia religiosa, verificamos que cada um deles faz a opção de se aproximar ou se distanciar da imprensa de referência. Acreditamos que na medida em que decide

abordar mais temas de cunho religioso, a publicação se mostra mais afastada dos jornais de referência e do público leigo ou não afiliado às religiões. Esses são os casos do *Mensageiro da Paz* e de *O São Paulo*.

Por outro lado, o jornal da mídia religiosa que opta por dar mais espaço a temas laicos se mostra, neste quesito, mais próximo da imprensa de referência. Mesmo sem possuímos dados estatísticos sobre o espaço que os jornais de referência dão aos temas religiosos, podemos supor que seja bem menor do que o que destina aos temas laicos. Tomando este quesito como base, podemos dizer que entre os três jornais analisados a *Folha Universal* é que tem mais semelhança com a imprensa de referência.

6.3.1.3 - A temática e a sua problematização

A escolha de temas laicos não implica, necessariamente, que o jornal da mídia religiosa fará uma problematização dentro dessa mesma linha. Aliás, observamos no nosso *corpus* que é bastante comum a publicação realizar uma problematização religiosa de um tema laico, o que evoca mais um traço de hibridização com o discurso jornalístico de referência. Esse tipo de comportamento diferencia a mídia religiosa da imprensa de referência, que algumas vezes faz exatamente o contrário, ou seja, faz a problematização laica de um tema religioso. Pode-se, por exemplo, fazer uma reportagem sobre a construção de um templo religioso considerando os gastos excessivos e questionando-se a origem do dinheiro investido. Esses comportamentos discursivos concorrentes colocam em evidência as relações interdiscursivas agindo no interior do espaço midiático, que se vê atravessado, nesse caso, por dois domínios de práticas discursivas: o religioso e o jornalístico.

Na nossa análise também mostramos uma diferença crucial da problematização dos temas feitos pelos jornais da mídia religiosa em relação à imprensa de referência. Enquanto os primeiros levam em conta as normas, dogmas e doutrinas das igrejas que os controlam, que postulamos ser a ética religiosa; os jornais de referência se baseiam na ética cidadã que, conforme Emediato (2009), considera valores universais dos leitores, como justiça social, honestidade nas relações políticas e econômicas, serviços públicos de qualidade, em especial educação, saúde e transporte, conservação do meio ambiente e combate à violência.

Faremos a seguir a análise de alguns excertos e figuras que extraímos do nosso *corpus* para tentar confirmar nossas afirmações:

[E1] Luiz Fernando Pezão, atual governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, o governador anterior, Eduardo Paes, prefeito, e os deputados Jorge, Leonardo e Rafael Picciani. A esse grupo, que comanda o Estado há nove anos e sua capital há sete anos, pode ser creditada a falência moral de uma das mais importantes unidades da federação. Desde que eles assumiram o Estado e sua capital, o Rio se viu mergulhado em acusações de negociatas e abandono. A dívida pública explodiu. Antes de Cabral assumir o governo estadual, era de R\$ 34 bilhões; em agosto deste ano saltou para R\$ 75 bilhões.

No excerto 1 (E1), que compõe o *lead* e o *sublead* da reportagem intitulada “A agonia do Rio”, publicada na página 3 da edição 1.235 (06 a 12 de dezembro de 2015) da *Folha Universal*, podemos observar que tanto o tema quanto sua problematização são laicos. O tema é a crise política e econômica que se abateu sobre o Rio de Janeiro. O ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, havia sido preso no dia 17 de novembro de 2015 pela “Operação Lava-Jato” e o assunto já vinha sendo tratado com destaque pela imprensa de referência.

Na problematização que faz do E1, a *Folha Universal* opta pela forma laica, nomeando os políticos que considera responsáveis por terem provocado a “falência moral” do Estado por meio de “negociatas e abandono”. Em seguida, o enunciador demonstra o aumento da dívida do Rio de Janeiro em mais de R\$ 40 bilhões desde que o grupo do ex-governador Sérgio Cabral assumiu o poder. O gênero reportagem investigativa utilizado pela publicação segue o mesmo caminho da imprensa de referência.

Ainda no E1, a *Folha Universal* não se furta de nomear os políticos de alto escalão que ocupavam na época o governo do Rio de Janeiro (Luiz Fernando Pezão), a prefeitura do Rio de Janeiro (Eduardo Paes) e a presidência da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Jorge Picciani). No campo argumentativo, podemos dizer que a publicação utiliza uma forma erística, que é bem menos usual em *O São Paulo* e no *Mensageiro da Paz*.

Uma prática comum na mídia religiosa, como já dissemos, é escolher temas laicos e problematizá-los de forma religiosa. Um exemplo disso pode ser observado no excerto 2 (E2) que se segue, extraído da reportagem intitulada “Seminário indica implicações biológica e sociais da ideologia de gênero”, publicada na página 23 da edição 3.071 (30 de setembro a 06 de outubro de 2015) de *O São Paulo*:

[E2] A visão médica e biológica sobre a ideologia do gênero foi apresentada pela Doutora Elisabeth Kipman, médica obstetra, ginecologista, coordenadora nacional de bioética do Movimento da

Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto – especialista em logoterapia, e diretora do Centro Interdisciplinar de Estudos em Bioética da CNBB. Elisabeth, ao falar sobre a sexualidade e afetividade dos seres humanos, comentou que “a sexualidade e a afetividade são um dos mistérios mais profundos, que se manifestam na capacidade de sair de si e ir ao encontro do outro. De uma fala médica e biológica, o ato sexual pleno é o que acontece entre um homem e uma mulher, onde até anatomicamente e fisiologicamente falando existe reciprocidade”.

O tema da reportagem foi a realização de um Seminário sobre a ideologia de gênero que, em 2015, mobilizou as áreas de educação do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas dos Estados quando da elaboração dos Planos de Educação. Pela ideologia de gênero, a opção das crianças e adolescentes pelo gênero masculino ou feminino pode se dar um pouco mais tarde. Realizado no dia 26 de setembro de 2015, no Colégio Madre Cabrini, em São Paulo (SP), o Seminário contou com a participação de dom Carlos Lema Garcia, bispo auxiliar da Arquidiocese de São Paulo e vigário episcopal para a Educação e a Universidade.

É interessante observar que no E2 *O São Paulo* apresenta a opinião da médica Elisabeth Kipman sobre o assunto. Antes, contudo, a publicação elenca suas especialidades médicas (obstetra, ginecologista e logoterapeuta) e sua ligação com a Igreja Católica. A profissional se vale do seu *ethos* para confirmar a posição contrária da instituição sobre o tema. Ela afirma que o ato sexual pleno só é possível entre um homem e uma mulher, o que pode ser justificado até do ponto de vista anatômico e fisiológico.

Certamente, há outros profissionais da área de saúde com uma visão diferente da médica Elisabeth Kipman tanto em relação à ideologia de gênero quanto dos modelos de família. Na reportagem de *O São Paulo*, contudo, elas não são mostradas. O que já demonstra uma diferença em relação à imprensa de referência, que geralmente procura mostrar opiniões divergentes tanto para cumprir uma norma das redações de que é preciso mostrar os dois lados das questões, principalmente as mais polêmicas, quanto de atrair a atenção dos leitores.

Em diversos casos, os jornais da mídia religiosa “casam” um tema de sociedade com a problematização religiosa. Um exemplo disso está no excerto E3, extraído do artigo intitulado “A Bíblia e a felicidade do casamento”, de autoria do pastor Jairo Ribeiro, publicado na página 1 do Caderno Família da edição 1.564 (setembro de 2015) do *Mensageiro da Paz*:

[E3] “Ter uma família, estar casado, gastar tempo com quem se ama é a receita da felicidade”. A conclusão é de uma milionária pesquisa mundial realizada pelo economista britânico Paul Dolan. Em texto publicado na revista *Veja*, edição de 10 de julho de 2015, o pesquisador concluiu que as pessoas mais felizes possuem uma fé sólida, desfrutam a vida da comunidade e os efeitos positivos mais duradouros da felicidade são percebidos no casamento. O que não é nenhuma novidade para quem conhece as Escrituras Sagradas. Os valores descobertos pelos cientistas estão estampados nas páginas da Bíblia e são experimentados diariamente por milhões de pessoas que vivem o genuíno Evangelho de Jesus Cristo. Apesar do modelo social confuso da atualidade, onde a mídia mostra que o casamento é monótono e sem graça, existem homens e mulheres que recusaram a conformar-se com o sistema mundano e lutam para viver os valores da Palavra de Deus.

Para a Assembleia de Deus e várias outras igrejas evangélicas e também para a Igreja Católica, o casamento é um sacramento e precisa ser celebrado por um pastor ou um padre para ter valor religioso. Isso faz com que os temas “casamento” e “família” sejam quase sempre apropriados pelas igrejas como se fossem religiosos. Aqueles casais que se casam apenas no civil ou vivem juntos estão em pecado. O enunciador, no E3, utiliza o resultado de uma pesquisa sobre a importância do casamento e da família para que as pessoas sejam felizes. Ele desdenha da pesquisa ao afirmar que a descoberta não é novidade para as pessoas que conhecem a Bíblia e vivem o “genuíno Evangelho de Jesus Cristo”.

A Bíblia é apresentada no E3, pelo pastor Jairo Ribeiro, como um documento sagrado e profético, que é bem mais avançado que a ciência. Subtende-se que aquelas pessoas que participam de alguma igreja, de preferência a Assembleia de Deus, e conhecem o “Livro Sagrado” terão um bom casamento e serão felizes. Para não serem tentados, os casais também devem desprezar a imprensa de referência, que ajuda a confundir a atualidade, e se informarem pela mídia religiosa, principalmente se for o *Mensageiro da Paz*.

Aliás, o pastor Jairo Ribeiro, que também se identifica como jornalista e radialista, adota uma postura paradoxal em relação à imprensa de referência, já que no início do E3, ele cita a revista *Veja*, como veículo de credibilidade no qual foi publicado o artigo do cientista Paul Dolan. Ribeiro parece estar assumindo sua preferência pela revista, considerando-a mais confiável que os outros veículos da imprensa de referência. Observem que mesmo num artigo de opinião em que a temática e a problematização são religiosas, o enunciador revela seu ponto de vista sobre questões laicas.

6.3.2 – Projeto gráfico, diagramação, nomenclaturas e rubricas

A parte gráfica e a genericidade dos três jornais da mídia religiosa analisados demonstra, em alguns casos, semelhança com a da imprensa de referência, e em outros uma diferença significativa. Nas primeiras páginas de alguns deles, as manchetes são atrativas e as fotos bem produzidas assim como na imprensa de referência. Outra semelhança está nas páginas 2 de alguns jornais da mídia religiosa, que a utilizam para publicar o editorial, um artigo de opinião, o expediente e uma charge. Nas outras páginas, há seções com nomenclaturas e rubricas idênticas aos da imprensa de referência como “Geral”, “Esporte”, “Pelo Brasil” e “Pelo Mundo”. Existem também páginas com diagramações “leves” e “arejadas”, com a utilização de fotos, gráficos e ilustrações.

As principais diferenças gráficas que observamos nos jornais da mídia religiosa em relação aos da imprensa de referência estão relacionadas com o excesso de textos, uso de fotos sem relevância jornalística e diagramação “pesada” e pouco atraente de algumas páginas dos primeiros em relação aos outros. Em alguns casos, eles fogem totalmente do padrão da imprensa de referência ao, por exemplo, publicarem a principal manchete da primeira página sem foto.

Analisaremos a seguir algumas páginas dos jornais da mídia religiosa, considerando os aspectos gráficos e apontando semelhanças e diferenças com a imprensa de referência:

Ex-satanista aceita Cristo e ganha presos
Pastor Washington Veloso, da AD Ministério de Todos os Santos (RJ), foi resgatado pelo poder do Evangelho e teve vida restaurada. Pág. 20

Visão de crescimento estrutural e espiritual
Pastor Perci Fontoura, novo líder da Convenção paranaense, e os projetos à frente da entidade que reúne mais de 4 mil ministros. Pág. 11

Mensageiro da Paz

Ano 85 • Número 1.567 • Dezembro de 2015 Órgão oficial das Assembleias de Deus no Brasil • Fundador: Gunnar Vingren **R\$ 2,95**

Atentado em Paris remete a profecias

Pág. 13



100 anos da AD em Alagoas



Fundada pelo missionário sueco Otto Nelson no ano de 1915, a Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Estado Alagoas celebra neste mês, com grande festa, seus 100 anos de existência. Pág. 14

Líderes de jovens de todo país em SP

Durante a realização do 1º Encontro Nacional de Líderes de Jovens e Adolescentes das Assembleias de Deus, ocorrido no Templo Central da AD Ministério do Belém em São Paulo (SP), foram anunciadas novidades que contemplarão toda juventude assembleiniana brasileira. Entre as novidades, foi apresentado ao público presente a proposta, aprovada por todos, de realização de um Congresso Nacional de Jovens e Adolescentes das Assembleias de Deus, ocasião em que se intenciona reunir, no mínimo, 100 mil jovens assembleinianos em grande concentração evangelística. Saiba mais sobre esse projeto e sobre o evento em São Paulo. **Págs. 4 e 5**

ARTIGOS

Brasão sobre as cidades
Pr. José Gonçalves / Pág. 16

Deus de dois sexos
Pr. José Gonçalves / Pág. 16

O incenso sacerdotal
Pr. Abraão de Almeida / Pág. 17

Teoria da Lacuna
Pr. Claudionor de Andrade / Pág. 17

Filhos mimados
Suzana Ciquetta / Pág. 18

Natal: mitos e verdades
Pr. Esquias Soares / Pág. 21

Salvação em Jesus
Pr. Sílvio Vinícius / Pág. 22

Aromas do outono
Sara Alice Cavalcanti / Pág. 25

O Céu não está em crise
Pr. Sérgio Assumpção / Pág. 26

O tempo foge
Edna Lourenço / Pág. 27

CADERNO TEOLÓGICO

A Bíblia, seus princípios e o pensamento pós-moderno



No *Caderno Teológico* desta edição do *Mensageiro da Paz*, reflexões contra a Bíblia apenas conter em vez de ser a Palavra de Deus; os benefícios oferecidos pelo estudo e prática das Escrituras Sagradas; os princípios do amor e da unidade contidos em suas páginas; e também sobre a influência do pensamento pós-moderno nos círculos pentecostais.

Conferência de ED da CPAD marca AD em Cuiabá (MT)

Com o tema *Instruindo para toda boa obra*, baseado em 2 Timóteo 3.17, a Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD) realizou a 24ª Conferência de Escola Dominical em Cuiabá (MT). O evento realizado no Centro de Evangelismo da Assembleia de Deus, Grande Templo liderado pelo pastor Sebastião Rodrigues de Souza fez parte da última programação na área do ensino cristão organizado pela editora em 2015. **Pág. 3**

90 anos da AD em Moçambique



Sob a divisa "Até aqui nos ajudou o Senhor" (1Sm 7.12), a Assembleia de Deus em Moçambique, África, comemorou, de 3 a 7 de novembro, seus 90 anos de fundação. **Pág. 15**

Comissão da CGADB publica mudanças no *Cremos da AD*

Nesta edição do *Mensageiro da Paz*, uma palavra do pastor Esquias Soares, presidente da Comissão Especial que trabalha o texto da *Declaração de Fé* das Assembleias de Deus, sobre as mudanças ocorridas no texto do *Cremos* da denominação, já publicado com as alterações na edição do mês passado deste periódico, e o comparativo do texto anterior com atual. Veja o que mudou. **Pág. 6**

Figura 01- Primeira página do *Mensageiro da Paz*
Fonte: *Mensageiro da Paz* – Edição 1.567 (dezembro de 2015)

Na figura 01, podemos ver que o *Mensageiro da Paz* destaca bem o nome da publicação, utiliza tipos e tamanhos de letra que facilitam a leitura e inclui seis fotos, dando mais destaque para a que está no centro da página. O problema é que ela não é da manchete principal “Atentado em Paris remete a profecias”, mas da reportagem que fica logo abaixo “Líderes de jovens de todo país em SP”. Verificamos essa mesma prática em outras edições do jornal quando o tema da manchete não é religioso. Um jornal da imprensa de referência dificilmente faria isso.

Ainda na figura 01, observamos que as reportagens e artigos considerados mais importantes pelo editor são dispostos na metade de cima do jornal, com fotografias. Mesma prática da imprensa de referência. Os títulos estão dentro do padrão jornalístico e muitos deles contêm siglas para ficarem mais curtos. Rubricas como “Caderno Teológico” e “Artigos” são usadas para destacar o conteúdo da edição e chamar a atenção dos leitores.

2 **opinião** - DOMINGO, 27 DE DEZEMBRO DE 2015 **FOLHA UNIVERSAL**

EDITORIAL

Não espere pelo caos para agir

O ano de 2015 se encerra com muitas questões em aberto no Brasil. A sombra da crise que paira na vida milhares de pessoas, as incertezas a respeito do futuro econômico e político do País, os escândalos de corrupção que fervilham cada dia mais, o modo de doenças como zika e as complicações causadas por ela que ainda não totalmente conhecidas, entre outras.

Em sua vida particular, imagino que o leitor também tenha sua dose de desafios para 2016. Uma doença para superar, uma situação financeira ou familiar para resolver ou quem sabe algo interno para melhorar.

Mas seja algo que aconteça no aspecto coletivo, seja no campo individual, questiono: será que não havia nada que pudesse ser feito para minimizar ou até mesmo evitar que o problema acontecesse?

Vamos usar o vírus zika como exemplo, já que é o tema da reportagem principal desta semana. Será que uma prevenção mais efetiva quando falvasse do mosquito apenas por causa da dengue não teria evitado tudo isso? Uma ação de parceria entre o Estado e a população não teria diminuído muito sua proliferação ou até erradicado a doença?

O mesmo vale para as questões políticas, a corrupção, a economia e também as pessoais. Será que todas elas eram inevitáveis e nada poderia ter sido feito para impedir que o caos se instalasse? Não caía no senso comum de arranjar desculpas para se justificar. Apenas refleta. Talvez você saiba até o que poderia ter feito para mudar. E não somente na sua vida pessoal como em favor do coletivo. Se houvesse de fato uma preocupação maior com o que afeta a todos, esses conflitos teriam outro desfecho. Exemplos de superação não faltam nos livros. Até mesmo o *Aries argypti*, o mosquito transmissor do zika, dengue e chikungunya, já foi erradicado uma vez no País.

A questão que quero deixar aqui é: até quando esperamos que a situação chegue ao ápice para tomar e cobrar uma providência efetiva? Até quando fingiremos que problemas sociais e de saúde pública não têm a ver conosco? Até que o mosquito pouse em nosso jardim? Até quando esperaremos um castigo fracassar para mudar ou a situação financeira se agravar para procurar alternativas? Até quando culparemos o outro ou ficaremos esperando que ele mude para então mudarmos? Pense sobre isso.

Boa leitura.

A situação precisa chegar ao ápice para que algo seja feito?

O leitor terá sua dose de desafios pessoais para 2016

ponto de vista

por Marcos Perreira
Compartilhe: universal.org/15119

Hora de reformar o Brasil

Temos a oportunidade de depurar a política brasileira

O Brasil passa por um processo de limpeza no seu sistema político. Nunca antes na história do País o poder teve sua nudez exposta como agora. Pela primeira vez desde a consolidação da República, testemunhamos tantos homens poderosos – sejam grandes empreiteiros, sejam políticos e agentes públicos – serem presos e condenados.

Há em curso um processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. Ela é acusada de maquiar as contas públicas, com o intuito de melhorar o balanço. Ela também é responsabilizada, de acordo com a denúncia, de conhecer a corrupção na Petrobras, que destruiu a maior empresa pública do Brasil, e de não ter feito nada para impedi-la.

A Procuradoria-Geral da República pediu, no dia 16 de dezembro, o afastamento do deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ) da presidência da Câmara. Ele é acusado de mentir em depoimento numa CPI quando negou possuir contas em bancos no exterior. Ele também responde processo por corrupção e lavagem de dinheiro.

O clima político tenso incide diretamente na economia brasileira. A recessão atinge em cheio o País. Mais de 1 milhão de pessoas perderam seus empregos e a dívida pública aumentou. O governo estourou suas contas e até mesmo os programas sociais correm risco de terem os repasses suspensos. Regredimos, em vez de crescer.

Todo esse cenário desolador, por absurdo que pareça, pode ser positivo. Desde a redemocratização em 1985 não se via esse desejo genuíno de passar o Brasil a limpo. As nossas instituições estão solidificadas e em pleno funcionamento, o que garante, embora a escuridão do momento, uma luz no fim do túnel. Precisamos agir.

Temos a oportunidade de depurar a política brasileira e eliminar tudo aquilo que não presta. É hora de mulheres e homens republicanos de verdade se levantarem para dar um basta à corrupção e à ineficiência do Estado. O cidadão não suporta mais ser penalizado pelos desmandos daqueles que conduzem a nação.

Os partidos sérios devem se unir em defesa do Brasil em uma postura muito além da mesquinha troca de cargos públicos por apoio. O fardo da história está passando. E está praticamente vazio. São poucos os que querem consertar o País verdadeiramente, mas eles existem. Essas pessoas, mais do que nunca, precisam do apoio de toda a nação.

O clima político tenso incide diretamente na economia brasileira

Marcos Perreira é presidente nacional do PSB

REDE

O TAMANHO DO PROBLEMA

NÃO ENTENDO POR QUE TANTO ALVOROÇO POR CAUSA DE UM MOSQUITINHO.

Comente esta charge: redacao@universal.org.br

Figura 02 – Página 2 da *Folha Universal*

Fonte – *Folha Universal* – Edição 1.238 (27 de dezembro de 2015 a 02 de janeiro de 2016)

Na figura 02, podemos observar como a página 2 da edição 1.238 (27 de dezembro de 2015 a 02 de janeiro de 2016) da *Folha Universal* se assemelha às páginas 2 de alguns jornais da imprensa de referência. No alto da página, vemos as rubricas “Opinião” à esquerda, seguida da data (a capa traz a data da semana, mas como o jornal é distribuído aos domingos nos templos da igreja, traz a data deste dia).

O editorial da figura 02 tem a rubrica do nome logo acima do título “Não espere pelo caos para agir”. O texto, com cerca de 3 mil caracteres, que está dentro dos padrões da mídia de referência, tem dois destaques em negrito para chamar a atenção do leitor. O artigo de opinião é publicado no espaço denominado “Ponto de vista” e nele também há destaques em negrito.

A charge completa a página, sendo que os leitores são convidados a comentá-la. Faltou apenas o expediente, que fica na página 14, na figura 02 para que a página 2 da *Folha Universal* ficasse ainda mais parecida com a de um jornal de referência.

OSÃO PAULO

www.arquidiocesedesapaulo.org.br | 4 a 10 de março de 2015 | Geral | 7

TV e internet transmitem ao vivo, diariamente, missa da Catedral da Sé

RAFAEL ALBERTO
ESPECIAL PARA O SÃO PAULO

No domingo, dia 1º, a TV UltraFarma (canal 33 do sinal analógico) transmitiu pela primeira vez, ao vivo, diretamente da Catedral da Sé, a missa dominical às 11h, presidida pelo Cardeal Odilo Pedro Scherer, arcebispo metropolitano. Graças a uma parceria com o presidente da rede de farmácias, Sidney Oliveira, a TV UltraFarma transmitirá as missas ao vivo da Catedral da Sé, de segunda a sábado, às 12h, e aos domingos, às 11h.

"A partir de hoje, teremos a companhia de telespectadores e internautas que nos acompanham no canal 33", afirmou o Cardeal no início da missa.

Alem de acompanhar pela TV, as pessoas podem participar da missa pela internet, por meio do site www.tvultrafarma.com.br. Para viabilizar a transmissão, dez profissionais estão presentes diariamente na Catedral da Sé.

"As transmissões pela TV e pela internet possibilitam que a nossa evangelização chegue a mais pessoas e também leva as belezas da nossa Catedral para todo o Brasil", defende o cura da Catedral, Padre Luiz EdUARDO Pinheiro Barotto. Ele explicou que as equipes litúrgicas estão se adaptando para que as celebrações sejam belas também para quem as acompanha pela TV e pela internet. Segundo o Padre, a Catedral está convidando corais de outras igrejas para cantar nas missas semanais.

Alem do canal 33, as missas das 11h de domingo podem continuar sendo acompanhadas

Desde o dia 1º, missas na Sé podem ser acompanhadas diariamente pelo canal 33; além da rádio 9 de Julho, aos domingos

Após a reinauguração da emissora, em 1999, transmissões de missas di-

retamente da Catedral passaram a ser feitas de modo esporádico em 2002, e de modo permanente em 2007 aos domingos, quando Dom Odilo tornou-se arcebispo metropolitano.



Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima está em São Paulo

REDAÇÃO
esapaulo@asil.com.br

Produzida segundo as indicações de Irmã Lúcia, Vidente de Fátima, Portugal, a primeira imagem da Virgem Peregrina de Fátima foi oferecida pelo Bispo de Leiria e coroada solenemente pelo arcebispo de Évora, no dia 13 de maio de 1947. A partir dessa data, a imagem percorreu, por diversas vezes, o mundo inteiro.

No dia 12 de maio de 2013 teve início, no Santuário de Nossa Senhora de Fátima do Rio de Janeiro, a peregrinação desta imagem, que deverá percorrer todas as dioceses do Brasil até ao dia 13 de outubro de 2017.

Pela ocasião, o Cardeal Secretário de Estado do Vaticano, Dom Tarcisio Bertone, dirigiu uma carta ao Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Orani João Tempesta, em que manifestou a alegria de Sua Santidade pela iniciativa evangelizadora sob os auspícios da Santíssima Virgem, fazendo votos de que fosse uma oportunidade para reforçar as consciências da importância e beleza da oração do Terço, que permite aprender de Nossa Senhora a con-

templar os Mistérios da vida de Jesus, percebendo sempre mais a Sua presença entre os fiéis.

Essa peregrinação, que tem por objetivo celebrar o Centenário das Aparições de Fátima, é coordenada pela Associação Arquidiocesana do Rio de Janeiro "Terço com Maria".

Em São Paulo, de 21 de fevereiro a 1º de março, a Imagem Peregrina foi acolhida na Paróquia Santa Rita do Pari. Depois, dos dias 5 a 8, segue para a Paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus (rua Manuel de Arrão, 85, na Vila Albertina).

Próximas visitas em março de 2015:
De sexta-feira (13) a domingo (15): Mosteiro da Luz (avenida Tiradentes, 676, na Luz).
De sexta-feira (20) a domingo (22): Paróquia Nossa Senhora das Dores (rua Lucila, 160, na Casa Verde).
Segunda-feira (23): Hospital Santa Catarina (avenida Paulista, 200, na Bela Vista).
Terça e quarta-feira (24 e 25): Paróquia Santa Rosa de Lima (rua Apiacá, 250, Pompeia).
Quinta-feira (26): Hospital Beneficência Portuguesa (Mestre Cardim, 769, na Bela Vista).

Com informações do Santuário de Nossa Senhora de Fátima em Portugal

Até dia 26, imagem peregrina estará em SP

ATOS DA CÚRIA

PRORROGAÇÃO DA NOMEAÇÃO DE COORDENADOR REGIONAL DE PASTORAL

Em 2 de fevereiro de 2015, foi prorrogada a nomeação do Coordenador Regional de Pastoral da Região Episcopal Santana, do Revmo. Pe. João Luis Miquelotti, pelo período de 2 (dois) anos.

PRORROGAÇÃO DA NOMEAÇÃO E PROVISÃO DE PARÓCO

Em 10 de fevereiro de 2015, foi prorrogada a nomeação e provisão de Paróco da Paróquia

Santa Joana D'Arc, da Região Episcopal Santana, do Revmo. Pe. José Roberto Abreu de Mattos, pelo período de 3 (três) anos.

Em 10 de fevereiro de 2015, foi prorrogada a nomeação e provisão de Paróco da Paróquia Nossa Senhora dos Prazeres, da Região Episcopal Santana, do Revmo. Pe. Humberto Robson de Carvalho, pelo período de 6 (seis) anos.

Em 23 de fevereiro de 2015, foi prorrogada a nomeação e provisão de Paróco da Paróquia Nossa Senhora da Esperança, da Região Episcopal Ipiranga, do Revmo. Côn. Dagoberto Boim, pelo período de 2 (dois) anos.

NOMEAÇÃO E PROVISÃO DE ADMINISTRADOR PAROQUIAL

Em 21 de fevereiro de 2015, foi nomeado Administrador Paroquial da Paróquia Sagrada Família, da Região Episcopal Santana, o Revmo. Pe. Erly Avelino Guillen Mosocco, MSA.

NOMEAÇÃO E PROVISÃO DE VIGÁRIO PAROQUIAL

Em 6 de fevereiro de 2015, foi nomeado Vigário Paroquial da Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Fátima, da Região Episcopal Sé, o Revmo. Frei Hilário Valcanais, TOR.

Em 22 de fevereiro de 2015, foi nomeado Vigário Paroquial da Paróquia Nossa Senhora do Carmo, da Região Episcopal Santana, o Revmo. Pe. Renildo Jesus Brito, MS.

Em 22 de fevereiro de 2015, foi nomeado Vigário Paroquial da Paróquia Nossa Senhora da Salette, da Região Episcopal Santana, o Revmo. Pe. Luciano Santos Batista, MS.

Em 23 de fevereiro de 2015, foi nomeado Vigário Paroquial da Paróquia Nossa Senhora Mãe de Jesus, da Região Episcopal Ipiranga, o Revmo. Pe. Ednardo José dos Santos Ribeiro, SJS.

Figura 03 - Página 7 – Geral de O São Paulo
Fonte: O São Paulo – Edição 3.041 (04 a 10 de março de 2015)

No aspecto gráfico, a página 7 da edição 3.041 (04 a 10 de março de 2015) de *O São Paulo* é semelhante a qualquer página de jornal da imprensa de referência, como se observa na figura 03. No alto da página vemos as rubricas com o nome da publicação, o endereço do site da Arquidiocese de São Paulo, a data da edição e nome da página que é “Geral”. A primeira reportagem, intitulada “TV e internet transmitem ao vivo, diariamente, missa da Catedral da Sé”, assinada por Rafael Alberto, possui foto e legenda.

A reportagem no meio da página que compõe a figura 03, intitulada “Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima está em São Paulo”, assinada pela redação do

jornal, também tem uma foto da imagem com legenda. Mesmo sendo sobre temas religiosos, as duas reportagens da página 7 de *O São Paulo* possuem o mesmo padrão gráfico das que são publicadas na imprensa de referência.

Já a parte de baixo da figura 03 é ocupada pela coluna “Atos da Cúria”, que tem no início o brasão da Arquidiocese de São Paulo e logo em seguida nomeações de padres para as paróquias e prorrogações de prazos de permanência dos mesmos. Na imprensa de referência, os leitores não são informados sobre contratações, transferências ou demissões de jornalistas. Determinados assuntos internos não são considerados notícias.

Ilustrações e grafismos são recursos comuns da imprensa de referência, que são usados também pelos jornais da mídia religiosa. Isso pode ser observado na figura 04, publicada na reportagem intitulada “Já pensou em ganhar dinheiro com a tecnologia da informação?”, publicada nas páginas 12 e 13 da edição 1.231 (08 a 14 de novembro de 2015) da *Folha Universal*. Esse recurso torna a diagramação mais “arejada” e facilita o entendimento das informações pelo leitor.



Figura 04: Grafismo na matéria sobre tecnologia da informação
Fonte: *Folha Universal* – Edição 1.231 (08 a 14 de novembro de 2015), p.13

Observamos ainda que existem situações em que os jornais da mídia religiosa aproveitam recursos parecidos com os da imprensa popular:



Figura 05: Capa da *Folha Universal* da Edição Especial Rio de Janeiro
Fonte: *Folha Universal* – Edição 1.235 (06 a 12 de dezembro de 2015), capa

A semelhança da capa da edição 1.235 da *Folha Universal* com as de jornais populares começa pela manchete “Comando do Rio”, em vermelho, que remete à organização criminosa “Comando Vermelho” e possui um tratamento sensacionalista. Logo abaixo as fotos das quatro principais lideranças políticas do Rio de Janeiro, identificadas e com semblante de preocupação. No texto complementar as acusações de “negociatas, troca de favores, descaso com o dinheiro público” que provocaram a crise econômica no Estado. Tudo isso é colocado sobre um fundo preto.

Alguns autores mostram que, dependendo do tipo de mídia, os contratos de leitura funcionam de forma distinta:

Podemos falar então de dois tipos de cumplicidade simbólica operando no contrato de leitura na imprensa popular e na imprensa de referência: a primeira consome a informação como uma intriga, um *récit*, e o sujeito-leitor não se coloca como agente da intriga como um leitor de *récit* e de *seus esquemas de prefiguração*; e a segunda consome-a como uma *história*, e o sujeito-leitor coloca-se como agente dessa história, como participante-cidadão. (EMEDIATO, 2007, p. 93).

Com base da explicação de Emediato (2007), podemos deduzir que ao utilizar o formato discursivo de jornal popular na sua edição 1.235, a *Folha Universal* quis estabelecer com seus leitores um contrato de leitura pelo qual eles são informados do caso polêmico, porém são alijados da participação na prefiguração da notícia. Assim como a população fluminense, eles apenas sofrem as consequências. Os responsáveis pela publicação assumiram o risco de apresentar a denúncia mesmo sabendo que parte dos leitores poderia rejeitá-la. Outra informação curiosa é que nenhuma das reportagens sobre o “Comando do Rio” é assinada. Talvez uma forma de preservar os repórteres de alguma represália por parte dos políticos denunciados.

Quando trata de “violência contra as mulheres” no texto complementar da figura 05, o enunciador se refere ao então secretário de Coordenação da Prefeitura do Rio de Janeiro, Pedro Paulo Carvalho, na época pré-candidato à Prefeitura do município apoiado pelo então prefeito Eduardo Paes. Ele é acusado de agredir a ex-esposa Alexandra Marcondes, e isso é mostrado na reportagem intitulada “Bater em mulher pode?”, publicada na página 20 desta mesma edição. Coincidência ou não, o vencedor das eleições municipais para prefeito do Rio de Janeiro, em 2016, foi o ex-senador Marcelo Crivella (PRB/RJ), bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus e sobrinho do bispo Edir Macedo.

6.3.3 - Modo Enunciativo

No modo de organização enunciativo nossa atenção deve se voltar para os seres de fala que, conforme Charaudeau (2009), protagonizam a encenação no ato de fala. Na mídia religiosa a questão se mostra mais complexa, pois os jornalistas precisam lidar com um sentido de hierarquia muito forte, no qual a “voz” do bispo sobrepõe a dos padres e pastores e a desses últimos, por sua vez, suplanta a dos fiéis-leigos. Já a “voz”

dos especialistas normalmente é convocada para corroborar as opiniões das lideranças religiosas ou as normas, doutrinas e dogmas das igrejas.

No caso de *O São Paulo*, que é da Igreja Católica, é preciso considerar ainda a “voz” do papa Francisco, autoridade máxima da instituição no âmbito terreno. Pelo Código de Direito Canônico, editado pela Santa Sé (figura jurídica do Vaticano) e que reúne as normas gerais da Igreja Católica, o papa é infalível e, portanto, suas opiniões e ideias não são contestadas pelos integrantes da instituição e muito menos pelos veículos de comunicação que lhes pertencem.

Já a “voz” de Deus rege todas as igrejas cristãs, está sempre presente nas falas e corrobora opiniões das lideranças religiosas que ocupam as páginas do *Mensageiro da Paz*, *O São Paulo* e *Folha Universal*. A heterogeneidade constitutiva, proposta por Authier-Revuz (2004), leva algumas dessas lideranças a misturarem suas “vozes” com a de Deus, buscando conquistar mais credibilidade entre os fiéis-leigos.

O modo enunciativo se manifesta por meio de três modalidades: alocutiva, elocutiva e delocutiva. Na análise do nosso *corpus* mostraremos as variações da posição do locutor e do interlocutor em cada uma delas. Como se tratam de jornais da mídia religiosa, há elementos que os aproximam e outros que os distanciam da imprensa de referência.

6.3.3.1 - Modalidades alocutivas

A função alocutiva mede a relação de influência entre locutor e interlocutor. Em virtude de as hierarquias das igrejas terem com a maioria de seus fiéis uma posição de superioridade, é recorrente em nosso *corpus* encontrarmos as modalidades alocutivas de “interpelação”, “autorização”, “sugestão”, “aviso” e “injunção”. Observamos que por meio delas é estabelecida uma relação de força entre o locutor e o interlocutor. Tanto na relação dos bispos com padres e pastores, quanto destes com os fiéis-leigos transparece muitas vezes uma posição de verticalidade.

Em 2015, o município de São Paulo vivia um período de seca bastante severo e a população sofria com o racionamento de água. Aproveitando que 22 de março é o “Dia Mundial da Água”, *O São Paulo*, na sua edição 3.041 (04 a 10 de março de 2015), publicou a reportagem intitulada “22 de março: Dia de pedir chuva para São Paulo”, da qual extraímos o excerto 4 (E4):

[E4] Em carta enviada a toda a Arquidiocese, Dom Odilo faz o convite para a manifestação religiosa e pede para que no domingo anterior, 15, “se faça intensa oração nas missas das paróquias e comunidades para pedir chuva”, e indica uma oração do Beato Paulo VI nesta intenção. (...) Para recordar essa tradição, na procissão do dia 22 também serão carregadas as imagens de Nossa Senhora da Penha, padroeira da cidade de São Paulo, e de São José, cuja festa se celebra em 19 de março. A caminhada passará pelo viaduto do Chá e em frente à Prefeitura; depois pelo largo São Francisco. “Recomendo que levem todos uma garrafinha de água para beber e para receber a bênção da água. Podem ser feitas faixas com dizeres religiosos sobre a água, ou com frases educativas sobre o bom uso da água”, motiva Dom Odilo na carta.

A redação de *O São Paulo* assina a reportagem, da qual extraímos o E4, e esta abre espaço para que o convite aos leitores seja feito pela autoridade máxima da Arquidiocese de São Paulo, o cardeal dom Odilo Scherer. A primeira interpelação do locutor é feita aos padres para que eles aproveitem as missas do domingo que antecede a caminhada para motivar os fiéis-leigos. Ele ainda sugere aos padres para que orientem os fiéis a rezarem a oração do beato Paulo VI. A escolha do ex-papa Paulo VI não foi aleatória. Simpático a uma igreja mais voltada para questões sociais e políticas, ele dá essa conotação à “manifestação religiosa”.

A redação de *O São Paulo* (2015) assume o papel de locutor logo em seguida e comunica ao interlocutor que a procissão contará com as imagens de Nossa Senhora da Penha e São José. A primeira é padroeira de São Paulo e o Dia de São José, em 19 de março, é tradicional em regiões secas quando se espera uma chuva forte chamada de “enchente das goiabas”. Para a religiosidade popular, a data é a última esperança de que chova antes do inverno. A passagem da procissão em frente à Prefeitura de São Paulo não deixa de ser uma forma de pressão às autoridades.

Na parte final do E4, dom Odilo (2015) reassume seu papel de locutor e desta vez interpela os fiéis-leigos dando-lhes duas atribuições: a primeira de levar uma garrafinha de água para beber e ser abençoada; e a segunda de levar faixas, que são elementos que aparecem mais nas manifestações políticas. Porém, o locutor adverte que seus dizeres devem ser “religiosos ou educativos sobre a água”. Um modelo pós-moderno de procissão, que conta com imagens de santos e faixas e pode confundir os interlocutores que a virem em frente à Prefeitura.

Na seção “A Bíblia tem a resposta” da edição 1.564 (setembro de 2015, p. 17) do *Mensageiro da Paz*, o pastor Agissé Levi da Silveira responde uma pergunta do leitor Rolindo Marques, do Espírito Santo, sobre a data em que Jesus retornará à terra

para arrebatá-las das pessoas. O excerto 5 (E5) exemplifica a função alocutiva do modo discursivo enunciativo:

[E5] Amado leitor, pense bem: uma mulher grávida, antes de dar à luz, passa por contrações e dores, que indicam que está próxima a chegada do bebê; no entanto, o nascimento propriamente dito ainda não aconteceu. Do mesmo modo, vemos que Jesus referiu-se a aspectos que sinalizariam o tempo de Sua vinda, mas sem determinar em que geração ela aconteceria. Não obstante, não podemos pensar que o “princípio das dores” durará para sempre, e, assim sendo, passemos a nos esquecer da Sua maior promessa, que é a Sua vinda para nos buscar.

Em primeiro lugar é preciso esclarecer que a Assembleia de Deus é uma das igrejas evangélicas que acreditam no retorno de Jesus à terra para salvar os que fazem por merecer, ou seja, seguem seus ensinamentos. No E5, o locutor (2015) interpela o interlocutor e utiliza uma metáfora para se comunicar melhor com ele, associando o mundo em que vivemos a uma mulher grávida que enfrenta “contrações e dores”. Uma prática comum de algumas igrejas evangélicas tradicionais e pentecostais e da Igreja Católica é de difundir que para alcançar a salvação após a sua morte, o fiel precisa viver com resignação um período de provação e sofrimento.

Assumindo uma posição de superioridade no que tange ao entendimento dos ensinamentos de Deus, no E5 o locutor (2015) comunica ao interlocutor que o retorno de Jesus está próximo, porém não se sabe ao certo quando isso vai ocorrer. Ele adverte, contudo, que “o princípio das dores” não durará para sempre e que Jesus cumprirá a sua promessa de vir resgatar os que merecerem. Entendemos que o pastor utiliza uma estratégia de controle do interlocutor para que ele permaneça ligado à igreja e siga as orientações de seus líderes até que Jesus retorne à terra para resgatá-lo. Levando a questão para o lado político-musical, podemos comparar os fiéis que seguem essa orientação ao personagem da música “Pedro, pedreiro” (Chico Buarque), sempre “esperando, esperando, esperando...”.

6.3.3.2 - Modalidades elocutivas

Entre as modalidades elocutivas optamos por analisar a de “opinião”, pela qual segundo Charaudeau (2009) o locutor expressa seu ponto de vista; e a de “declaração”, pela qual segundo o autor (2009, p. 98), o locutor “supõe que o interlocutor ignora esse saber ou dúvida da verdade desse saber”. Na mídia de referência, a opinião é modalidade utilizada com frequência, principalmente nos editoriais e artigos de opinião.

Na mídia religiosa essa utilização também é recorrente, porém a maioria dos temas tratados é da seara religiosa. É bom lembrar que nas modalidades elocutivas o interlocutor não é implicado na ação, ocupando o papel de testemunha a ser convencida ou convertida.

Para exemplificar a utilização das modalidades elocutivas de “opinião” e “declaração” em nosso *corpus* vamos analisar alguns artigos dos principais líderes das igrejas que controlam os jornais que escolhemos. Em seu artigo intitulado “Barnabé: um exemplo permanente de obreiro a ser seguido”, publicado na edição 1559 (abril de 2015) do *Mensageiro da Paz*, o pastor José Wellington Bezerra da Costa, presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), opina sobre o modelo de fiel mais adequado para a igreja. Podemos verificar isso no excerto 6 (E6):

[E6] Barnabé era um homem de bem, dedicado à oração, que buscava direção do Espírito Santo para tomar decisões. Ele encorajava seus companheiros e estava sempre disposto a oferecer a segunda oportunidade a quem necessitasse. Possuía uma grande visão, enxergava o potencial nas pessoas e procurava ajudá-las. Todos nós tivemos, ou ainda temos, um Barnabé em nosso ministério, em nossa vida espiritual. Alguém que confiou em nós.

O enunciador (2015) deixa a entender que um líder religioso precisa de “Barnabés” que confiem nele e o ajudem a construir a sua igreja. Os “Barnabés” parecem encarnar pessoas boas e ingênuas que estão no mundo para serem guiadas pelos líderes, ou seja, assujeitadas. Na imprensa de referência, as lideranças políticas provavelmente não serão tão explícitas ao tentarem arregimentar os “Barnabés” que irão reforçar seu *ethos* de competência e credibilidade.

Ainda na imprensa de referência, entre os funcionários públicos do período atual, “Barnabé” virou sinônimo daquele que ocupa cargo de baixo escalão, trabalha muito, recebe salário mais baixo e não reclama de nada. Sem muitas vezes saber quem é esse personagem bíblico, os repórteres da imprensa de referência fazem a associação correta entre o discípulo e o funcionário público que se encontram numa posição de assujeitamento.

No seu artigo intitulado “Purificar o olhar de nossa fé”, publicado na edição 3.041 (04 a 10 de março de 2015) de *O São Paulo*, o cardeal dom Odilo Scherer, arcebispo metropolitano de São Paulo, também mostra o modelo de fiel a ser seguido pelos católicos. Veja o excerto 7 (E7):

[E7] No 2º Domingo da Quaresma, a Liturgia nos trouxe o texto do sacrifício de Abraão: para pôr a sua fé à prova, Deus lhe pediu que oferecesse em sacrifício o seu filho Isaac; Abraão já estava pronto para fazê-lo, mas então Deus o impediu, pois se tratava apenas de uma prova: “agora sei que temes a Deus, pois não me recusaste teu filho único”. E Deus recompensou Abraão com uma descendência numerosa e com uma bênção, que se estendeu para toda a humanidade. O que Deus esperava de Abraão era uma fé confiante e sem limites; e Abraão foi capaz de fazer os maiores sacrifícios para corresponder a Deus e obedecer àquilo que Deus lhe pediu. A fé purificada e autêntica se traduz na fidelidade e na obediência a Deus.

Observem que o enunciador (2015) utiliza Abraão como exemplo, pois ele não hesitou em quase sacrificar seu filho único para atender a um pedido de Deus, que estava pondo a sua fé à prova. Parece-nos assustador que Abraão, dotado de uma fé “cega”, seja apontado como modelo de fé, já que sua atitude nos lembra a de mais de 900 pessoas que, em 1979, na Guiana, se suicidaram por ordem do pastor Jim Jones. Muitos podem achar absurda essa comparação de Deus com Jim Jones, porém líderes religiosos insanos conseguem mobilizar pessoas e até multidões, convencendo-as de que são enviados divinos e levando-as a praticarem crimes e outros tipos de loucura.

Também nos chama atenção no E7 o perfil de Abraão destacado pelo enunciador (2015). O discípulo é mostrado como uma pessoa que fez inúmeros sacrifícios e obedeceu a todas as ordens de Deus. Como o papa e os bispos são os principais representantes de Deus na terra, como consta nas normas da Igreja Católica, fica subentendido que o que se espera é que os fiéis sejam obedientes e se sacrifiquem em nome da instituição. A recompensa que terão pode ser a mesma dada a Abraão, ou seja, uma descendência numerosa e muitas bênçãos. Bem pouco para os fiéis cansados de sofrer e que ouvem propostas mais chamativas de outras igrejas.

Um exemplo disso está no artigo intitulado “Para mudar a vida”, publicado na edição 1.238 (27 de dezembro de 2015 a 02 de janeiro de 2016) da *Folha Universal*, no qual o bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, utiliza a modalidade elocutiva de declaração para explicar como se deve praticar um novo modelo de fé para ter resultados concretos. Isso pode ser observado no excerto 8 (E8):

[E8] O segredo para mudar de vida é mudar de mente. Se você quer ter uma nova vida, precisa absorver novos pensamentos. Só assim estará apto para tomar novas atitudes. E, conseqüentemente, terá novas oportunidades e novos resultados. Foi o que Gideão fez. Primeiro ele mudou de pensamento - pensou em ter mais em vez de se contentar. Depois, mudou de atitude – foi malhar o trigo no lagar em vez de ficar na caverna. Logo, teve uma nova oportunidade – a de

sacrificar para Deus. E, por fim, obteve novos resultados – libertou Israel da opressão dos midianitas e ficou riquíssimo.

Quando o locutor (2015) explica no E8 o que deve ser feito para a mudança de vida, referindo-se a “mudança de mente” e “novos pensamentos”, nos parece que ele quer dizer que é necessário converter-se a alguma igreja – ficando subentendido o nome da Igreja Universal do Reino de Deus – ou migrar de uma igreja para outra. Segundo ele, essa mudança mental levará o interlocutor a tomar “novas atitudes”, que resultarão em “novas oportunidades e novos resultados”. Os sintagmas utilizados pelo locutor parecem ter clara ligação com o sucesso profissional e financeiro do interlocutor.

Isso se confirma quando Macedo (2015) cita Gideão como modelo de mudança de mentalidade para se alcançar o sucesso financeiro. Essa personagem bíblica se sacrificou para Deus, mas em compensação ficou riquíssima e encontra-se numa situação bem melhor que a de Barnabé e Abraão, citados anteriormente pelo pastor José Wellington Bezerra da Costa e dom Odilo Scherer, respectivamente. Vale lembrar que Igreja Universal é a única das três instituições que controlam os jornais analisados que adota a teologia da prosperidade nos seus fundamentos. Por ela, os fiéis que contribuem financeiramente com a sua igreja são recompensados por Deus e se tornam prósperos.

Há algumas décadas, a teologia da prosperidade e o sucesso financeiro das igrejas parecia encontrar muito mais resistência na imprensa de referência. Na década de 1990, uma série de denúncias de enriquecimento ilícito, estelionato e curandeirismo foram feitas contra o bispo Edir Macedo, que chegou a ficar preso durante 11 dias. De algum tempo para cá, a imprensa de referência costuma produzir reportagens sobre líderes religiosos que estão se destacando e quase sempre acumulam muito dinheiro, porém tende a ir mais para o lado da ironia do que cobrar providências das autoridades policiais para que investiguem os casos.

6.3.3.3 - Modalidades delocutivas

Bastante utilizadas pela imprensa de referência, as modalidades delocutivas também encontram um bom espaço na mídia religiosa. Charaudeau (2009) explica que elas são desvinculadas do locutor e do interlocutor, abrindo espaço para uma terceira voz. Sua utilização se dá por meio de asserções ou pelo discurso relatado. Observamos no nosso *corpus*, que essa “terceira voz” vem corroborar opiniões das igrejas investigadas, que muitas vezes não estão de acordo com a ética cidadã; ou tenta reforçar o *ethos* de modernidade e acolhimento de algumas lideranças religiosas.

aparecia na mídia de referência em reportagens relacionadas a estelionato, enriquecimento ilícito e curandeirismo. Isso parece ter mudado a partir do momento em que ele demonstrou ser, além de líder religioso, um empresário bem sucedido.

Outro destaque da página, na figura 06, traz a frase do bispo Macedo “A Universal sempre aceitou e aceita todos os homossexuais, como acolhe qualquer ser humano do jeito que ele é”. A reportagem reproduz a entrevista que o fundador da Igreja Universal deu a Feltrin (2015, p. 3), porém algumas respostas demonstram contradição. Quando Feltrin pergunta “a Universal, portanto, não considera a homossexualidade um pecado?”, o bispo Macedo (2015) responde: “a Universal está 100% de acordo com a Bíblia, o que significa que considera que **homossexualismo** não é maior ou menor que qualquer outro pecado”. (grifo nosso). Ele ainda acrescenta em outra resposta que “tanto o Velho quanto o Novo Testamento condenam essas práticas (a homossexualidade)”.

Nos três jornais investigados, a homossexualidade é tratada como uma anormalidade, doença ou desvio de comportamento. Daí o uso do léxico “homossexualismo”. Do ponto de vista moral, as três igrejas que controlam os jornais que analisamos consideram essa opção sexual como pecado.



Figura 07: Páginas 4 e 5 do Mensageiro da Paz
Fonte: Mensageiro da Paz – Edição 1.567 (dezembro de 2015)

O repórter Edilberto Silva (2015), ao tratar da reportagem reproduzida na figura 07, utiliza o discurso relatado na forma integrada que, segundo Charaudeau (2009, p.

104), “é relatado em terceira pessoa, e então os pronomes assim como o tempo verbal dependem, não do momento de enunciação de enunciação de origem, mas do momento de enunciação do Locutor que relata”.

Depois de dar as informações gerais sobre o “1º Encontro Nacional de Líderes de Jovens e Adolescentes”, realizado de 05 a 07 de novembro de 2015, no templo-central da Assembleia de Deus Ministério do Belém, em São Paulo (SP), o locutor (2015) informa que no dia 07 o evento recebeu a visita dos promotores de Justiça Edi Fonseca do Lago e Guilherme Athayde Ribeiro Franco. Segundo Silva (2015), o primeiro é pastor e o segundo integrante da AD. A dupla participou do evento para tratar de dois assuntos que consideram importantes para a formação da juventude.

O primeiro assunto diz respeito a uma campanha popular para arrecadar 5 milhões de assinaturas e enviar uma solicitação ao STF para que não descriminalize as drogas para consumo pessoal. O repórter (2015, p. 5) acrescenta que “os irmãos também pediram apoio para abaixo-assinado promovido pelo Ministério Público de São Paulo com o objetivo de se realizar projeto de lei de iniciativa popular para restringir propaganda de cerveja e outras bebidas alcoólicas na TV”. O *slogan* da campanha era “Cerveja também é álcool”.

Na imprensa de referência, a proposta dos promotores de Justiça sobre a campanha “Cerveja também é álcool” dificilmente obteria espaço, já que as cervejarias são grandes anunciantes⁴⁰. Em relação à primeira ação dos promotores de Justiça para coletar assinaturas para solicitar ao STF que não descriminalize as drogas para uso pessoal, acreditamos que seguindo a ética cidadã a mídia de referência provavelmente não defenderia a descriminalização das drogas, porém daria voz a pessoas e entidades que o fazem, assim como poderiam tratar a informação por meio de analogias com países que aprovaram legislações nesse sentido ou ainda para tratamento de saúde. O tratamento do jornal de referência tende mais para uma problematização social do tema do que para a sua problematização moral, mais pertinente à imprensa religiosa.

Também nos chamou a atenção nesta reportagem apresentada na figura 07, que a informação sobre o *ethos* dos promotores de Justiça como integrantes da Assembleia de Deus tenha sido destacada. Silva (2015) informa que Edi Fonseca do Lago é pastor e assessor do Procurador Geral de Justiça no Centro de Tecnologia, Informática e Comunicação do Ministério Público do Estado de São Paulo. A imprensa de referência

⁴⁰ De acordo com dados publicados na revista *Exame*, no primeiro semestre de 2012, a Ambev foi o quarto maior anunciante brasileiro do período, desembolsando R\$ 793, 2 bilhões.

poderia considerar que, pelo fato de o Brasil ser um país laico, este promotor estaria impedido de conciliar o cargo com a função de pastor.

Assim como na imprensa de referência, a “voz” dos repórteres da mídia religiosa fica geralmente “apagada” e encarrega-se mais de apresentar os fatos e convocar as “vozes” das autoridades para comunicar as decisões, emitir juízos de valores sobre elas e corroborá-los com as “vozes” de Deus, do papa e outros líderes religiosos pertencentes à igreja que controla o veículo de comunicação no qual eles trabalham. No seu papel de defensores dos direitos dos cidadãos, como postula Charaudeau (2006), acreditamos que os repórteres da imprensa de referência encontram mais espaço para, nas entrelinhas dos seus textos, expor um pouco da sua visão crítica ou mesmo ironizar ações de autoridades com as quais os veículos de comunicação nos quais trabalham têm algum tipo de ligação. No caso dos repórteres da mídia religiosa, o espaço para que eles possam divergir de algum posicionamento da igreja ou dos seus líderes religiosos é bem mais limitado.

6.3.4 - Modo descritivo

Tanto na hora de produzir uma reportagem sobre um evento religioso ou de uma manifestação com propósitos políticos, os jornalistas da mídia religiosa e da imprensa de referência usarão, respectivamente, artifícios semelhantes para elaborar um relato, contar ou descrever o que ocorreu. Parecem ações iguais, porém Charaudeau (2009) afirma que existe uma diferença entre “contar” e “descrever”. Para o autor, ao descrever uma situação, o profissional de imprensa “congela a cena” e nela nomeia os seres, indica sua localização e aponta suas qualidades e defeitos. O contar, por sua vez, envolve a experiência vivida por quem conta assim como o desenvolvimento das ações no tempo.

Uma das funções da descrição é identificar os seres do mundo, ou seja, os jornalistas a usarão para descrever e identificar um líder religioso. Pensemos, por exemplo, no papa Francisco e no seu antecessor papa Bento XVI. Observamos que a mídia de referência no Brasil em geral é bastante simpática ao papa Francisco. Não sabemos se é pelo fato de ele ter uma postura mais moderada em relação a alguns valores morais e religiosos, por ser carismático e originário de um país latino-americano (e olhe que brasileiros e argentinos têm uma histórica rivalidade no futebol) ou se pela soma de todos eles.

Já com relação ao papa Bento XVI, que renunciou em 2013, a imprensa de referência brasileira manifestou antipatia em relação a ele desde a sua eleição, em 2005, como comprovamos em nossa monografia⁴¹. Talvez pelo fato de Bento XVI ser mais conservador do ponto de vista moral e religioso, pouco carismático e ter perseguido o ex-frade brasileiro Leonardo Boff por causa da Teologia de Libertação ou pela soma de todos esses fatores.

Os jornalistas da mídia religiosa católica, por sua vez, tratam os dois papas com a mesma deferência. Mesmo que alguns deles possam ter sentimentos semelhantes aos colegas da imprensa de referência, nos veículos em que trabalham não existe espaço para externá-los. Charaudeau (2009, p.113) adverte que no modo descritivo a “identificação é limitada, e mesmo coagida pela finalidade das Situações de comunicação nas quais se inscreve, e relativizada, tornando-se até mesmo subjetiva, pela decisão do sujeito descritor”.

A nota intitulada “‘Deus chora’ pelos abusos”, publicada na página 4 da edição 3.071 (30 de setembro a 06 de outubro de 2015) de *O São Paulo*, descreve o encontro do Papa Francisco, durante sua visita aos Estados Unidos, em setembro de 2015, com as vítimas de abusos sexuais cometidos por integrantes da Igreja Católica e depois com os bispos presentes no Encontro Mundial das Famílias. Observem o teor do seu conteúdo no excerto 9 (E9)

[E9] O Papa Francisco se reuniu na manhã de domingo, 27, com as vítimas de abusos sexuais cometidos por membros da Igreja. “Peço que acreditem que o Santo Padre ouve e acredita em vocês. Sinto profundamente que alguns bispos tenham falhado na sua responsabilidade de proteger as crianças. É muito preocupante saber que, em alguns casos, tenham sido os próprios bispos a cometerem os abusos. Prometo-lhes que seguiremos o caminho da verdade, aonde quer que nos leve. O clero e os bispos serão chamados a prestar contas se abusaram de crianças ou não foram capazes de protegê-las”, disse o Papa. “Deus chora profundamente. Os crimes e pecados dos abusos sexuais em menores não podem ser mantidos em segredo por mais tempo”, relatou o Papa, aos bispos hóspedes do Encontro Mundial das Famílias.

O jornalista (2015), no E9, utiliza o discurso relatado para descrever o encontro do papa com dois grupos para tratar de um assunto bastante espinhoso para a Igreja Católica: os abusos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes por membros da

⁴¹ Apresentada, em 2005, no curso de especialização “Imagens e culturas midiáticas” do Departamento de Comunicação Social da Fafich/UFMG, ela compara a eleição do papa Bento XVI, em 2005, com a de João Paulo II, em 1978, nas coberturas feitas pelas revistas *Veja* e *Isto É*.

Igreja Católica. A data é informada e a escolha do domingo, dia dedicado ao Senhor e no qual a maior parte dos católicos praticantes vai à missa, tem um simbolismo especial. Em seguida, o descritor abre espaço para que Francisco se pronuncie.

Nesse momento, podemos observar a qualificação do papa no E9. Primeiro, Francisco responde aos críticos de que a hierarquia da Igreja Católica se mostrava negligente aos casos de pedofilia cometida pelos seus integrantes. Ele garantiu que ouvia e acreditava nas vítimas. Em seguida, o sumo pontífice admitiu que membros da instituição tinham falhado em duas instâncias: por terem cometido abusos sexuais e por terem acobertado os crimes. Por fim, ele garante que a instituição seguirá o caminho da verdade e os responsáveis responderão por seus crimes.

Uma das coisas que chama a atenção é que *O São Paulo* parece adotar a mesma postura da Igreja Católica de não dar destaque aos abusos sexuais cometidos por seus integrantes. Nas cinco páginas que o jornal dedicou à visita do papa Francisco aos Estados Unidos, na edição 3.071 (30 de setembro a 06 de outubro de 2015), há apenas uma nota “escondida” no meio de uma página, como mostra a figura 08, e uma pequena referência ao assunto na chamada de primeira página. A mídia de referência e a *Folha Universal*, como veremos no caso da segunda no modo argumentativo desta análise, deram muito mais destaque ao assunto.



Figura 08: Nota sobre o papa e as vítimas da pedofilia

Fonte: *O São Paulo* – Edição 3.071 (30 de setembro a 06 de outubro de 2015), p. 3

Na reportagem “Os atentados em Paris e as profecias”, publicada na edição 1.567 (dezembro de 2015) do *Mensageiro da Paz*, o recurso da identificação é utilizado como mostramos no excerto 10 (E10):

[E10] O dia 13 de novembro de 2015 entrará para a história como o dia em que o Ocidente após o maior ataque terrorista da história da Europa, com quase 150 mortos, deu a sua maior guinada rumo a um regime de menos liberdade em nome da segurança. Que fique claro: as medidas tomadas agora pela França, vítima desta vez, como em janeiro, dos radicais do Estado Islâmico, não são equivocadas. Se tivessem sido implementadas desde os atentados de janeiro, na mesma Paris, provavelmente os atentados do mês passado não teriam ocorrido. Entretanto, o governo do socialista François Hollande, em nome do politicamente correto, com medo de ser taxado (sic) de “islamofóbico” por uma parte da imprensa e pela própria população islâmica no país, que é cada vez maior, não tomou medidas de segurança após os ataques de janeiro e deu no que deu.

O descritor (2015), no E10, trata do atentado terrorista que ocorreu em Paris, apresentando a data e quantificando o número de mortos. Na qualificação do então presidente francês François Hollande, o jornalista o responsabiliza pelo atentado, já que não tomou as medidas de segurança que seriam necessárias depois do primeiro atentado terrorista em Paris, em janeiro de 2015. Os motivos da negligência de Hollande, de acordo com o descritor, são os fatos de ele ter sido politicamente correto, ter ficado com medo de ser tachado de “islamofóbico” e também por ser socialista.

O recrudescimento das medidas de segurança na França, após o atentado de 13 de novembro de 2015, é visto pelo descritor (2015), como positivo, porém trouxe reflexos para a liberdade das pessoas. De forma subjetiva, o jornalista comenta no E10 que a imprensa de referência e os imigrantes islâmicos na França, cuja população tem aumentado no país, de certa forma interferiram na decisão do Governo Francês de retardar as medidas de segurança que poderiam ter impedido o ataque de novembro de 2015. Um claro exemplo de xenofobia, que a imprensa de referência na maior parte das vezes evita.

Consideramos por bem extrair mais um excerto da reportagem “Os atentado em Paris e as profecias” para explicar essa relação que o *Mensageiro da Paz* estabelece entre o terrorismo e a profecias bíblicas. Prestem atenção no excerto 11 (E11):

[E11] O século XX terminou e o século XXI começou com previsões equivocadas da maioria dos analistas internacionais de política e economia dizendo que, com o fim da Guerra Fria, o Ocidente entraria em um processo longo sem guerras e com prosperidade. Entretanto,

não é isso que a Bíblia Sagrada vaticinara para o final dos tempos. Pela própria maldade no coração humano, Jesus anunciou em seu Sermão Profético em Mateus 24.6,7 que haveria ainda mais guerras e rumores de guerras na proximidade do final dos tempos, e é isso que estamos vendo. (...) Com se não bastassem a histórica perseguição aos cristãos em países comunistas e a constante guerra do secularismo contra o cristianismo no Ocidente, tentando amordaçar os cristãos, temos dezenas de milhares de cristãos assassinados no mundo por causa da sua fé pela instrumentalidade de regimes ou grupos islâmicos. As profecias novamente se cumprem à risca. Jesus está voltando. Você está preparado?

No E11, o descritor (2015) desqualifica os analistas internacionais de política e economia por eles não terem considerado as profecias bíblicas quando fizeram suas previsões de que o mundo viveria um período de paz com o fim da Guerra Fria. O “ser humano” também é desqualificado por ele, por ter sempre a maldade em seu coração. Está subentendido que as pessoas precisam converter-se e ingressar em alguma igreja para que “seus corações se tornem bons”.

Para o descritor (2015), no E11, o Cristianismo é atacado de todos os lados, ou seja, é vítima dos comunistas, do secularismo e do Islamismo. A situação é parecida com a dos três primeiros séculos d.C., conhecido como “Cristianismo primitivo”, no qual os cristãos eram perseguidos e mortos, só conseguindo professar a sua fé nas catacumbas. O descritor vê nos atentados terroristas e nas perseguições aos cristãos o prenúncio de que Jesus Cristo não vai demorar a retornar à terra.

A imprensa de referência pode até publicar a entrevista de algum líder religioso que afirme que “os atentados terroristas são a confirmação de uma profecia bíblica”, porém isso será questionado e ironizado. Aliás, a reportagem “Os atentados em Paris e as profecias” não tem a assinatura do descritor. Para tentar entender essa prática da mídia religiosa de, em algumas situações, usar o transcendente ou os mistérios da fé para tentar explicar situações reais podemos recorrer aos estudos de Charaudeau (2009, p. 125), que explica que “os procedimentos de construção subjetiva do mundo consistem em permitir ao sujeito falante descrever os seres do mundo e seus comportamentos através de sua própria visão, a qual não é necessariamente verificável”.

6.3.5 - Modo narrativo

Três elementos são essenciais para que se configure o modo discursivo narrativo: o contador, a sua intenção de transmitir uma história ou informação e o destinatário. Parece simples, porém é bem mais complexo que se possa imaginar. Charaudeau (2009) adverte que contar é bem mais do que simplesmente narrar uma

sequência de fatos que deem sentido a uma história com princípio, meio e fim. Existe um viés filosófico no modo narrativo que, conforme o autor (2009, 154), obriga o narrador a responder perguntas fundamentais como: “Quem somos? Qual é a nossa origem? Qual é nosso destino? Qual é a verdade do nosso ser?”

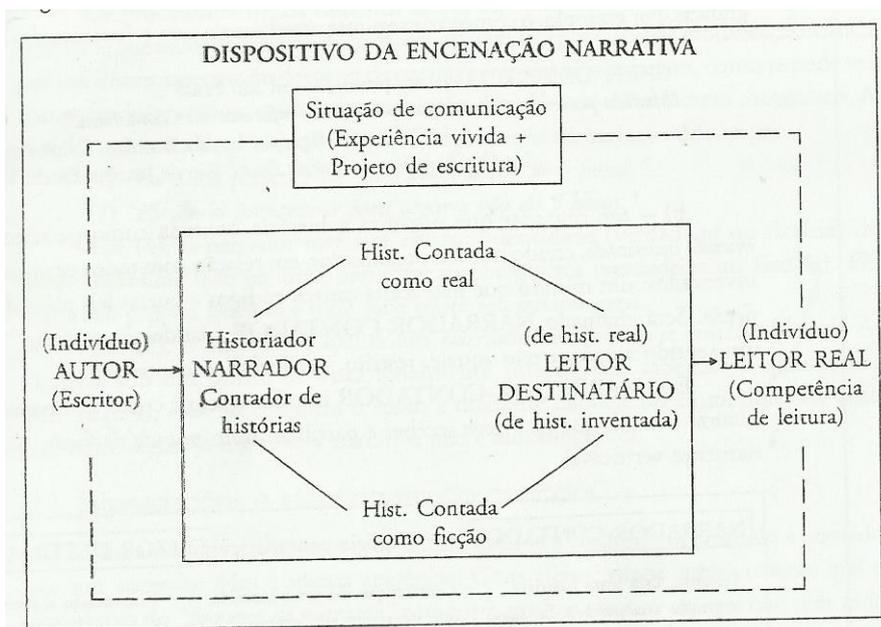
Essas características tornam o modo narrativo um “prato cheio” para a mídia religiosa, já que as igrejas tratam frequentemente dessas questões filosóficas. Para essas instituições é muito fácil imprimir um cunho religioso nessas dúvidas existenciais e usá-las para captar novos fiéis ou fidelizar os que já possuem. É mais simples para muitas pessoas entenderem sua origem por meio da fé, guiarem suas ações por meio da bondade de Deus e fugirem das tentações imaginando o “calor do inferno”.

Isso torna o aspecto mítico da narrativa um recurso frequente da mídia religiosa. Os evangelhos, por exemplo, são constantemente citados em reportagens, artigos de opinião e outros gêneros jornalísticos que a compõem. Charaudeau (2009, p. 155) explica que os evangelhos fazem parte das “narrativas alegóricas, que se transmitem no tempo e no espaço, sofrendo variações, mas guardando certos valores simbólicos que se desejam universais”.

Também integram o “arsenal” comunicativo da mídia religiosa as narrativas que, conforme Charaudeau (2009), idealizam heróis que são arquétipos de um ideal de ser. Um dos exemplos citados pelo autor são as hagiografias da Idade Média. Estas, aliás, são um protótipo clássico de imbricação da realidade com a ficção. É difícil percebermos nas fatalidades e glórias das vidas dos santos, construídas com o claro objetivo de torná-los modelos para a humanidade, a tênue linha que separa essas duas facetas.

A dupla articulação do modo discursivo narrativo, que se dá por meio da organização da lógica narrativa e da organização da encenação narrativa, completa essa teia que as igrejas, por meio diversos recursos e entre eles a mídia religiosa, utilizam para tentar enredar os “destinatários”. Charaudeau (2009) explica que a lógica narrativa é composta por actantes, que desempenham seus papéis no desenvolvimento de processos e sequências narrativas. Há três modelos de actantes: os que agem, os que sofrem a ação e os que gravitam em torno deles.

Para tratar da encenação narrativa, optamos por comentar o quadro que se segue, denominado por Charaudeau (2009) “Dispositivo da Encenação Narrativa”:



Quadro 10: Dispositivo da Encenação Narrativa

Fonte: CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 184.

Inicialmente, precisamos observar que este quadro é uma adaptação feita pelo autor do seu quadro “O ato de linguagem e seus sujeitos”, que reúne os quatro sujeitos: comunicante (EUC), enunciador (EUE), destinatário (TUD) e interpretante (TUI). No quadro sobre “Dispositivo da Encenação Narrativa” o “autor” faz as vezes de EUC, o “narrador” de EUE, o “leitor destinatário” de TUD e o “leitor real” de TUI. Isso significa que o “autor” ocupa a parte externa do ambiente narrativo, e utiliza o “narrador” para realizar o trabalho narrativo. O “autor” ainda idealiza o “leitor destinatário”, que ele acredita que irá absorver a narrativa sem fazer questionamentos. No entanto, também do lado de fora do circuito narrativo está o “leitor real”, dotado de competência de leitura ou visão crítica.

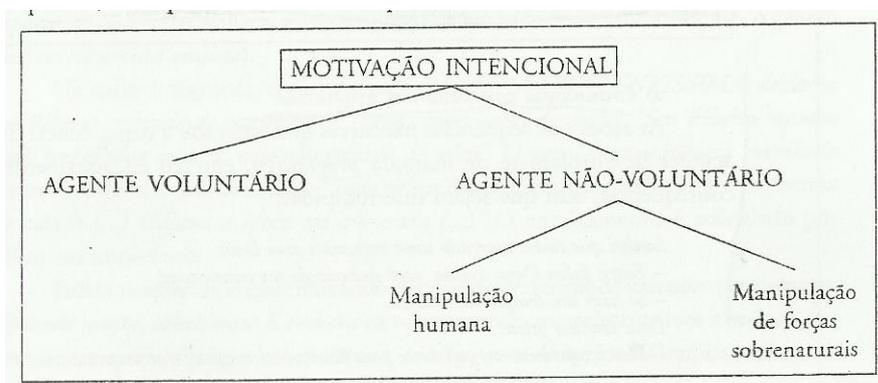
Faremos agora um paralelo dos elementos que compõem o “Dispositivo de Encenação Narrativa” com a mídia religiosa. O papel de “autor” é assumido pelas igrejas, que se valem da encenação narrativa para evangelizar, captar e fidelizar fiéis. A mídia religiosa assume o papel de “narrador”, ou seja, se encarrega de transmitir a mensagem de fé das instituições que a controlam. Os fiéis-leigos que são convencidos pelas informações que recebem da mídia religiosa fazem as vezes do “leitor destinatário” (assujeitado), enquanto os que discordam e questionam o conteúdo são os “sujeitos da religião”, sobre os quais já nos referimos na primeira parte desta tese.

Da reportagem intitulada “Ex-trafficante se converte após oração da mãe e evangeliza favela”, publicada na página 20, denominada “Testemunhos”, da edição

1.559 (abril de 2015) do *Mensageiro da Paz* extraímos o excerto 12 (E12), que analisaremos logo a seguir:

(E12) O diácono Ednilson Ribeiro, membro da AD em Curitiba (PR), liderada pelo pastor Wagner Gaby, era um dos traficantes mais perigosos e procurados da região até passar por uma experiência de conversão marcante, cujo testemunho já ganhou muitas vidas para Cristo. (...) Crescido na periferia de Curitiba, conhecida como Parolin, o irmão Ednilson só frequentou a escola até seus 12 anos de idade. Quando, infelizmente, sua infância fora roubada pelo mundo do crime. Aos 13 anos ele já usava drogas e andava com criminosos, que segundo lembra, nenhum se encontra vivo hoje, ceifados pelo caminho que escolheram. (...) Certa vez, segundo conta nosso irmão, houve uma intensa troca de tiros e bem próximo a ele uma pessoa morreu e duas foram atingidas. Mas sem entender como, naquela época, o tiroteio estrondoso, que parecia vir de todas as direções não lhe atingia, ele saiu ileso. Chegando em casa, ainda sem saber como tinha escapado daquela cena de horror, ele ouviu sua mãe orando: “Senhor, por favor, traz meu filho em segurança. Não deixe o inimigo ceifar a vida do meu filho”. Ele começou então a crer que esse Deus Todo-Poderoso ouvia as orações e estava o livrando. (...) “E ali eu larguei a arma, larguei as drogas, o crime e entreguei minha vida a Jesus”. Para a honra e glória do nome do Senhor, desde então Ednilson está há oito anos liberto e ganhando muitas almas para Jesus.

Podemos observar que o actante principal do E12 é Deus, que se manifesta por meio da mãe do traficante, irmã Antonina, integrante da Assembleia de Deus, sempre orando pela proteção e transformação do filho. Ednilson Ribeiro é o actante que sofre a ação. Charaudeau (2009, p. 176) explica que a motivação intencional pode ser feita por um agente não-voluntário que poderá sofrer uma manipulação humana ou não-humana, como mostra o quadro 11. Neste último caso, o autor explica que isso ocorre quando ele “é dotado de um poder tal que possa influenciar o actante em questão, sem que este o saiba (manipulação sobrenatural)”.



Quadro 11 - Motivação Intencional

Fonte: CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 176

No E12, a narrativa é feita por meio de uma cronologia de progressão, ou seja, as ações e sequências são guiadas por um mesmo actante e evoluem de forma progressiva. O narrador (2015) conta inicialmente a saga de Ednilson, que parou de estudar e entrou para a “vida do crime” na adolescência. Acabou tornando-se um dos traficantes mais perigosos da favela de Parolin, em Curitiba (PR). O que ele não entendia é como conseguia escapar ileso de tiroteios e emboscadas.

20 Mensageiro da Paz ABRIL 2015

TESTEMUNHOS

Ex-trafficante se converte após oração da mãe e evangeliza favela

Ednilson, diácono da AD do Parolin (PR), recebeu também inúmeros livramentos de morte enquanto sua mãe intercedia

Voto ao Senhor
A Paz do Senhor! Fiz um voto a Deus e preciso cumpri-lo para honra e louvor do nome de Jesus. Quando meu primeiro filho, Abdiel, tinha um mês de nascido os médicos disseram que ele estava com bronquite. Ele ficou internado por um mês e piorou devido a uma infecção hospitalar grave. A médica o desenganou, dizendo que ele não resistiria. Ao ponto de me autorizar a assinar a alta dele para ele morrer em casa. Mas eu o coloquei nas mãos do meu Deus Todo-Poderoso. E o Senhor nos deu vitória. Abdiel se recuperou totalmente. Hoje está com 39 anos, porque só Deus tem poder sobre a história. Peço perdão pela demora em cumprir o voto e deixo para a vossa edificação o Salmo 20,7.

Maria Cecília Barbosa, Rio Comprido, AD do Rio de Janeiro (RJ)

Milagres
No ano de 2013, por causa de um câncer, passei por uma cirurgia para a retirada do tumor e também de quimioterapia e

Ednilson Ribeiro, terceiro à partir da esquerda, louva a Deus pela libertação ao lado da família



diácono Ednilson Ribeiro, membro da AD em Curitiba (PR), liderada pelo pastor Wagner Gabry, era um dos traficantes mais perigosos e procurados da região até passar por uma experiência de conversão marcante, cujo testemunho já ganhou muitas vidas para Cristo. Hoje, na congregação da AD do Parolin, seu pastor, Cleveson Padilha, testifica sobre o agir transformador do Espírito Santo em sua vida.

“O Ednilson é um grande cooperador, muito temente a Deus, que tem um amor muito grande pelas almas. Eu tive uma experiência pessoal com ele na nossa primeira saída de evangelismo juntos. Um rapaz quando o viu empalideceu, apavorado. Quando questionei, ele disse que preferia ver o diabo, mas não o Amor [apelido do diácono]”, afirma o pastor.

a casa da minha mãe atirando e dizendo que iam me matar. Em uma dessas ocasiões de grande troca de tiro meu pai foi baleado e quase morreu”, lamenta.

Ednilson recorda que nesse momento, por instinto, não se em segurança. Não deixou o inimigo ceifar a vida do meu filho”. Ele começou então a crer que esse Deus Todo-Poderoso ouvia as orações e estava o livrando. Nessa mesma ocasião, não querendo ser interrompido, foi para o quarto e

minha vida. Mas eu, com a arma na cintura, ainda pensava: “Como vou aceitar Jesus se tem tanta gente querendo me matar?”. E Deus tomou o menino para falar comigo: “Você acha que precisa de dinheiro para sustentar, mas sou

Figura 09: Ednilson Ribeiro hoje é evangelista da AD
Fonte: Mensageiro da Paz – Edição 1.559 (abril de 2015), p. 20.

A narrativa ganha contornos dramáticos quando Ednilson descobre que é protegido por Deus por meio das orações de sua mãe. Isso leva-o a repensar a sua vida e reconhecer a força do “Todo-Poderoso”. O ápice narrativo ocorre quando o traficante resolve abandonar a arma, as drogas e o crime, libertando-se. Apesar de estar implícito, essa libertação se refere às forças do mal ou ao demônio, superadas pela *epifania religiosa*. A figura 09 mostra que por trás de tudo isso está a Assembleia de Deus, igreja da qual faz parte a mãe de Ednilson.

Adepta da Teologia da Prosperidade, a Igreja Universal do Reino de Deus utiliza seu jornal para narrar histórias de pessoas que com seu apoio conseguiram superar as dificuldades financeiras e enriquecerem. Isso pode ser observado no excerto 13 (E13), extraído da reportagem “Por que é difícil perceber o sofrimento dos outros?”, publicada na página 18 da edição 1.231 (08 a 14 de novembro de 2015) da *Folha Universal*:

[E13] Em 1999, Gonçalo Lopes da Silva foi morar embaixo de um viaduto na cidade de São Paulo. Na época, a empresa que ele mantinha junto com um sócio acabara de falir. Abandonado pela esposa, Gonçalo não via solução para os seus problemas. (...) “Com a falência, todas as pessoas se afastaram, eu fiquei 100% sozinho. Perdi carro, comércio, casa, fui para a lata do lixo”, relembra. (...) Ele viveu 15 dias nas ruas da capital, mas recebeu atenção de voluntários da Universal que faziam evangelização. “Esse apoio foi muito importante, eles olharam para mim. Recebi carinho e convite para ir à Universal. Aquilo me deu forças e vontade de me reerguer outra vez”, afirma. (...) “Depois de 15 anos de lutas e perseverança, sou um empresário bem-sucedido. Deus me deu de novo tudo o que perdi. Tenho casa própria, dois carros importados, negócios aqui e em Sergipe”, resume.

A repórter Rê Campbell (2015) assume o papel de narradora da história de Gonçalo Lopes da Silva no E13. Mais uma vez, o actante principal é Deus, que age por intermédio dos voluntários e da Igreja Universal do Reino de Deus. O processo narrativo se dá por meio de cronologia contínua em progressão. A falência empresarial, a perda dos bens e o fim do casamento são as ações sofridas pelo actante Gonçalo. Desiludido, ele não sabia como sair do buraco em que se metera.

No E13, a encenação narrativa é construída com a ida de Gonçalo, um ex-empresário, para as ruas, para viver embaixo de um viaduto. As nuances da ficção histórica, que Charaudeau (2009) explica que existem em narrativas sobre o passado, estão presentes. Abandonado por todos, “nosso herói” se sente dentro da lata de lixo. A transformação começa a ocorrer quando Gonçalo se encontra com os voluntários da Universal e é convidado a participar da igreja.

O narrador esclarece, no E13, que o contato com os voluntários da Igreja Universal levou esperança e vontade de se reerguer a Gonçalo, porém foram necessários 15 anos de “lutas e perseverança”. Isso significa que Deus ajuda a pessoa a “sair do buraco”, porém a transformação não se dá como num passe de mágica. É preciso participar e contribuir financeiramente com a igreja, como prevê a Teologia da Prosperidade que explicamos na primeira parte desta tese. O ex-empresário fez tudo como manda o figurino, superou todos os obstáculos, recuperou o que perdeu e se tornou próspero novamente.

Imaginem o efeito da narrativa sobre a história de Gonçalo Lopes da Silva sobre empresários falidos – lembrando que no cenário econômico do Brasil nessa segunda década do ano 2000, esse número aumentou consideravelmente – e desesperados, em busca de uma solução para seus problemas? Assim como os voluntários da Igreja

Universal fazem seu papel social e de evangelização, a *Folha Universal* se encarrega de difundir narrativas que contribuem para atrair pessoas que se encontram nos mais diversos tipos de situação até os templos da instituição.



Figura 10- Cardeal Odilo Scherer conversa com jovens que limpam pichações
Fonte: O São Paulo – Edição 3.076 (05 a 10 de novembro de 2015), capa

Em determinadas situações, Charaudeau (2009, p. 164) comenta que as narrativas são utilizadas para descrever agressões sofridas por um dos actantes. Isso pode ser dar por meio de “uma ação física (murro), um insulto, um comportamento de recusa, etc”. Na figura 10 e no excerto 14 (E14), extraído da reportagem intitulada “Catedral é alvo de vandalismo abortista”, publicada na página 10 da edição 3.076 (05 a 10 de novembro de 2015) de *O São Paulo*, isso pode ser verificado.

[E14] Após manifestação realizada na sexta-feira, 30, no centro de São Paulo, contra o projeto de lei 5.069/2013, que, entre outras medidas, dificulta o aborto e restringe a venda de medicamentos abortivos no País (leia mais abaixo), a Catedral da Sé amanheceu com portas e paredes pichadas, no sábado, 31. Em nota, os padres que administram a Catedral lamentaram e repudiaram o ato de vandalismo. O caso foi registrado no 8º Distrito Policial de São Paulo. (...) Dom Odilo Pedro Scherer, arcebispo metropolitano, também falou aos fiéis sobre o ocorrido. “Não foi um gesto bonito e nem respeitoso. Será que

esse ato dignifica a mulher? Devemos lutar pela dignidade e respeito à mulher, mas também pelo respeito à vida não nascida”. (...) Ainda no domingo, jovens de diversos grupos e movimentos da Arquidiocese de São Paulo se reuniram voluntariamente para fazer a limpeza das paredes que foram pichadas. Munidos de material de limpeza, eles chegaram cedo na Catedral e começaram o trabalho.

A repórter Renata Moraes (2015) narra, no E14, a agressão sofrida pela Catedral da Sé, em São Paulo. Inicialmente, os actantes que agem são os manifestantes pró-aborto que, insatisfeitos com a aprovação de projeto de lei que dificulta a prática, picharam o principal templo da Igreja Católica em São Paulo (SP). A instituição sempre se posicionou contra o aborto e procura exercer pressões no ambiente político para impedir a legalização dessa prática.

Na narrativa presente no E14, o cardeal dom Odilo Scherer e os padres responsáveis pela Catedral da Sé assumem a “voz” do actante agredido, ou seja, a Igreja Católica. A primeira providência foi registrar uma ocorrência policial. O arcebispo de São Paulo desqualifica a pichação, dizendo que ela não foi “bonita e nem respeitosa”. Ele ainda questiona se tal ato dignifica a mulher e finaliza dizendo que a Igreja Católica defende tanto a dignidade da mulher quanto as vidas não nascidas, ou seja, embriões que correm o risco de serem abortados.

Renata Moraes (2015) procura dar, no E14, um fecho à sua narrativa introduzindo outros actantes que também agem para contrapor os vândalos que picharam a Catedral da Sé. São jovens, que ela destaca terem se reunido “voluntariamente”, para limpar as pichações. Fica evidente a estratégia narrativa de *O São Paulo* de mostrar jovens, que no geral estão mais próximos das bandeiras abortistas do que das religiões, limpando as paredes da Catedral, em pleno domingo. Avaliamos que o efeito da reportagem sobre os destinatários seria bem menor se só fossem mostradas as paredes pichadas ou se fosse exibido um grupo de freiras, idosos ou funcionários da Arquidiocese fazendo a limpeza. Na figura 10, dom Odilo conversa com os jovens, demonstrando que a Igreja Católica conta com o apoio das novas gerações em questões que envolvem a moral e a ética religiosas.

6.3.6 - Modo argumentativo

O modo discursivo argumentativo remete à Grécia Antiga e à retórica, desenvolvida por filósofos gregos como Aristóteles com o propósito de persuadir o outro. Os críticos da retórica, entre eles Platão, consideram que a arte não priorizava a verdade. Os sofistas são acusados de terem deturpado a retórica para vencer as

demandas jurídicas, incluindo as falácias no seu repertório argumentativo. Há, no entanto, estudiosos contemporâneos que discordam dessa má reputação atribuída aos sofistas, argumentando que eles deram importante contribuição para o desenvolvimento da retórica.

O certo é que a retórica caiu no ostracismo durante séculos e só retornou ao cenário acadêmico na década de 1950. A dupla de autores belgas Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca foi uma das responsáveis por reintroduzir o tema nas universidades ao lançarem o livro “Tratado da argumentação – A nova retórica” (1958). Para eles, o cenário argumentativo é constituído por um orador que utiliza uma estratégia para persuadir o auditório que pretende atingir.

Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) explicam que o bom orador precisa reconhecer as exigências do auditório e procurar firmar um acordo com ele. Entre os objetos de acordo estão os fatos e as verdades. No caso da mídia religiosa, é comum que sejam usadas as verdades de fé, ou seja, situações que não podem ser comprovadas no campo real, mas que são aceitas por pessoas que acreditam em forças sobrenaturais ou transcendentais. A imprensa de referência não pode se valer dessa prática, pois perderia sua credibilidade.

Os valores também são objetos de acordo que o orador procura firmar com seu auditório. A mídia religiosa faz uso recorrente de alguns deles como a ética, a caridade, a solidariedade, a misericórdia e a justiça. Eles são hierarquizados de acordo com a estratégia argumentativa. Observamos nos jornais que compõem o nosso *corpus* que são estabelecidos alguns domínios de avaliação, entre os quais o da ética costuma ter mais peso que o da pragmática. Dentro de um cenário nacional marcado pela corrupção e injustiças sociais, as igrejas são mostradas como repositórios da ética, que podem guiar a sociedade para um mundo melhor como fez Moisés na condução do povo hebreu que vivia escravizado para o Egito.

Os lugares são agrupamentos dos valores e também funcionam como objeto de acordo entre o orador e o auditório. Destacam-se os lugares de quantidade, no qual um evento religioso com a presença de mais fiéis ganha mais importância; e os de qualidade, que no meio religioso pode se valer do argumento que um jornal da mídia religiosa merece mais crédito que outro da imprensa de referência por tratar de questões divinas. Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) relatam que Calvino gostava de usar o segundo em situações diversas.

Verificamos ainda que a mídia religiosa utiliza com certa frequência o gênero epidíctico, que Aristóteles inclui na retórica junto com o deliberativo e o judiciário. Os oradores fazem uso dele para enaltecer as igrejas e as lideranças religiosas, defendendo valores tradicionais. Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996, p. 57) comentam que “os discursos epidícticos apelarão com mais facilidade a uma ordem universal, a uma natureza ou a uma divindade que seriam fiadoras dos valores incontestes e que são julgados incontestáveis”.

Gostaríamos de destacar também a distinção que os autores belgas fazem de “discussão” e “debate”, por acreditarmos que integra o cenário argumentativo da mídia religiosa. Para Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996), enquanto a “discussão” tem um aspecto argumentativo heurístico, isto é, abre espaço para o diálogo e a troca de ideias; o “debate” apresenta uma proposta erística de ataques frontais ao adversário, buscando o triunfo de sua própria tese.

Por fim, verificamos no nosso *corpus* a utilização de falácias quando do uso do modo discursivo argumentativo. Walton (2006) explica que falácias eram chamadas por Aristóteles de refutações sofisticas, por usarem argumentos fracos e facilmente contestáveis. O autor (2006, p. 23) comenta que “o termo ‘sofístico’ se refere a uma ilusão ou artifício que esconde uma incorreção lógica”.

No excerto 15 (E15) extraído da reportagem intitulada “Até quando o Vaticano vai esconder a pedofilia?” publicada na página 3 da edição 1.238 (27 de dezembro de 2015 a 02 de janeiro de 2016) da *Folha Universal* podemos verificar o uso de alguns desses elementos que compõem o modo discursivo argumentativo:

[E15] Os casos de pedofilia na Igreja Católica são um mal do qual até agora a instituição não conseguiu se livrar. Se nos últimos anos a tática era esconder e abafar qualquer tipo de informação que levasse à divulgação dos casos, a situação chegou a um ponto em que não é mais possível negar o problema. Em 2012, durante um simpósio sobre pedofilia no Vaticano, surgiu a informação da existência de mais de 4 mil casos de abusos sexuais a menores cometidos por padres em todo o mundo. Contudo, o número pode estar ainda muito aquém da realidade, pois nem todos os casos vêm à tona. (...) Em janeiro do próximo ano, um longa-metragem internacional será lançado e promete trazer à tona mais uma denúncia. A trama apresentará ao público os detalhes das investigações feitas por repórteres norte-americanos sobre padres pedófilos que abusaram sexualmente de crianças. O longa, ambientado em 2002, é baseado em fatos reais.

Na argumentação que faz no E15, o repórter Marcelo Prestes (2015) utiliza contravalores como desconfiança, descrédito e negligência para associar a Igreja

Católica à pedofilia. O lugar de quantidade também é incluído quando o orador informa que existe uma suspeita de 4 mil casos de abusos sexuais de crianças e adolescentes cometidos por membros efetivos da Igreja Católica, porém há indicativos de que esse número possa ser ainda maior.

O auditório, que são os leitores da *Folha Universal*, tem grandes chances de se decepcionar e se indignar com a Igreja Católica. O fato novo na reportagem é o anúncio do lançamento de um longa-metragem sobre os casos de pedofilia na Igreja Católica. Apesar de o filme ser ambientado em 2002, o orador salienta no início do E14, que a instituição não conseguiu extirpar esse mal.

FOLHA UNIVERSAL DOMINGO, 27 DE DEZEMBRO DE 2015 - panorama 3

Até quando o Vaticano vai esconder a pedofilia?

Investigações sobre assédio de padres a jovens meninos em Boston, nos Estados Unidos, serão retratadas em filme

Os casos de pedofilia na Igreja Católica são um mal do qual até agora a instituição não conseguiu se livrar. Se nos últimos anos a tática era esconder e abafar qualquer tipo de informação que levasse à divulgação dos casos, a situação chegou a um ponto em que não é mais possível negar o problema.

Em 2012, durante um simpósio sobre pedofilia no Vaticano, surgiu a informação da existência de mais de 4 mil casos de abusos sexuais a menores cometidos por padres em todo o mundo. Contudo, o número pode estar ainda muito aquém da realidade, pois nem todos os casos vêm à tona.

Em setembro deste ano, o papa Francisco visitou os Estados Unidos e na ocasião foi acusado por organizações da sociedade civil de negligenciar denúncias de abusos sexuais contra crianças e adolescentes por parte de religiosos. "Se o papa falou sobre vocês a ferida dos últimos anos e acompanhei o seu generoso empenho para curar as vítimas e trabalhar para que tais crimes não aconteçam nunca mais", declarou o pontífice em terras norte-americanas.

A fundadora da Rede dos Sobreviventes Abusados por Padres (SNAP) na sigla em inglês), Barbara Blaine, que foi violentada por um padre na infância, defende a abertura dos arquivos do Vaticano para a divulgação de nomes dos acusados em todo o mundo. "O papa nega o que se vive e o problema é exatamente a situação. Ele nega que crianças continuam sendo violadas. Deveria mandar os casos para que a polícia investigasse", afirmou em entrevista à BBC. Mas, até agora, isso não foi feito.

Repercussão nas telonas
Muitas notícias sobre escândalos sexuais no Vaticano já estamparam as capas de jornais e as telas de TV. Agora é a vez do cinema amplificar a realidade e retratar os fatos.

Em janeiro do próximo ano, um longa-metragem internacional será lançado e promete trazer à tona mais uma denúncia. A trama apresentará ao público os detalhes das investigações feitas por repórteres norte-americanos sobre padres pedófilos que abusaram sexualmente de crianças. O longa, ambientado em 2002, é baseado em fatos reais.

A equipe do jornal *The Boston Globe* denunciou ao longo dos últimos anos o assédio de padres da arquidiocese da cidade a jovens meninos. Os casos não eram denunciados à polícia. Em vez disso, os padres passavam pelo conselho interno e eram transferidos de paróquia. Diante das denúncias feitas pelo jornal, um dos cardeais católicos renunciou ao cargo em 2002. O filme mostrará o trabalho de investigação da equipe de reportagem, que ganhou o prêmio de jornalismo mais importante dos Estados Unidos: o Pulitzer.

A produção deixa claro que o Vaticano sabia dos casos de pedofilia que ocorriam há anos, mas, em vez de punir os responsáveis, encobria os abusos sexuais.

Qualquer semelhança com a realidade não é mera coincidência.

O PAPA FRANCISCO pediu que crimes de pedofilia não se repitam mais na Igreja Católica. A declaração foi feita durante visita aos Estados Unidos, neste ano. Apesar da declaração, as denúncias persistem e o Vaticano insiste na omissão dos casos de abuso e violência contra menores



Figura 11: Reportagem sobre pedofilia na Igreja Católica

Fonte: *Folha Universal* – Edição 1.238 (27 de dezembro de 2015 a 02 de janeiro de 2016), p. 3

Consideramos relevante incluir a figura 11 porque ela tem um propósito argumentativo significativo. A começar do título “Até quando o Vaticano vai esconder a pedofilia?”, cujo tom é provocador e erístico. A foto do papa Francisco, com a cabeça apoiada sobre a mão, aparentando preocupação, sobre um fundo escuro, parece ter o propósito de mostrar ao auditório que a situação não está nada bem e o sumo pontífice está “num beco sem saída”. A legenda da foto e um dos destaques reforçam a omissão da hierarquia da Igreja Católica sobre os crimes.

O *pathos* é um dos elementos da retórica utilizado pelo orador para gerar algum tipo de emoção no auditório. Pretende-se que algumas delas provoquem efeitos devastadores:

A cólera traz consigo desgosto, mas o ódio não é acompanhado de desgosto, visto que o colérico sente desgosto, enquanto aquele que odeia, não. O primeiro poderia sentir compaixão em muitas circunstâncias, mas o outro em nenhuma; um deseja que o causador de sua cólera sofra por seu turno, enquanto o outro, que ele desapareça. (ARISTÓTELES, 2000, p. 29).

No nosso entendimento, ataques em tom erístico como o que a *Folha Universal* faz na figura 11, com a clara intenção de gerar indignação nos seus leitores ou mesmo cólera e ódio, como explica Aristóteles (2000), têm um efeito discursivo relativo. Acreditamos que essa estratégia é menos eficaz do que a de apresentar narrativas ou testemunhos de pessoas que se valeram da fé para superar dificuldades e alcançar a cura de doenças graves, riqueza e a felicidade.

Observamos ainda que o orador (2015) faz no E15 uso da falácia *post hoc*, que Walton (2006) explica ser um argumento injustificado de um acontecimento causar outro pelo simples motivo de haver uma correlação entre eles. O fato de terem sido registrados vários casos de padres, bispos e outros religiosos que abusaram sexualmente de crianças não significa que todos os integrantes da Igreja Católica são suspeitos de pedofilia.

Na reportagem “Brasil à deriva: para onde estamos indo?”, publicada na página 14 da edição 1.559 (abril de 2015) do *Mensageiro da Paz*, há também um uso incontestado do modo discursivo argumentativo, como mostramos no excerto 16 (E16):

[E16] Inflação em alta, dólar em disparada, PIB do país encolhendo, impostos altíssimos, corrupção generalizada e governo sem credibilidade – o Brasil está à deriva. Estamos vivendo, sem dúvida alguma, uma das maiores crises da história do nosso país, razão pela qual o brasileiro, em resposta a tudo isso, despertou e saiu às ruas para

protestar. Não apenas aqueles que já eram oposição ao governo, mas também aqueles que votaram no atual governo e sentem hoje traídos e frustrados com tudo que está acontecendo, saíram às ruas para protestar. O protesto de 15 de março, em todo o Brasil, foi o maior protesto político da história do nosso país. Nada se compara. Nem as manifestações das “Diretas Já”, nem as manifestações pelo *impeachment* de Collor e nem as manifestações de 1964 pela derrubada de Jango. (...) A igreja, obviamente, não é contra protestos pacíficos realizados por motivos realmente justos, mas sua principal posição neste momento deve ser no campo espiritual: orar pela nação, para que o nosso país passe por esse difícil processo político da melhor forma possível, da maneira menos dolorosa.

O orador (2015) utiliza no E16 fatos, isto é, números da economia brasileira em crise, os casos de corrupção e as dificuldades do então Governo Dilma Rousseff para compor a sua argumentação. O cenário apresentado por ele está tão ruim que o país é comparado a um navio sem rumo. Os lugares de quantidade também são utilizados pelo orador em dois momentos: primeiro para dizer que aquela era uma das piores crises da história do país e depois para afirmar que a manifestação do dia 15 de março de 2015 foi a maior que já ocorreu no país.

O Governo Dilma Rousseff é o alvo principal do orador (2015), que a responsabiliza pelas crises política e econômica vividas pelo Brasil. Utilizando um tom erístico, ele afirma no E16 que saíram às ruas não só os que faziam oposição ao Governo Federal, mas aqueles que haviam votado nos seus representantes àquela época e se decepcionado. Nenhuma referência é feita às manifestações favoráveis ao Governo Dilma Rousseff, que também ocorreram naquele período.

Quando trata da participação da Assembleia de Deus nas manifestações, o orador (2015) usa o valor da solidariedade para explicar que a instituição não é contrária aos “protestos pacíficos realizados por motivos realmente justos”. O difícil é definir o que são “motivos justos” para os vários segmentos da sociedade brasileira. A opção da instituição para participar das manifestações, conforme o orador, no E16, é por meio de orações. A intenção parece ser a de separar a religião da política, porém a Assembleia de Deus está entre as igrejas com maior número de representantes na chamada “bancada evangélica” do Congresso Nacional. Um deles é o deputado federal e ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB/RJ), preso pela “Operação Lava-Jato”.

Coincidência ou não, o orador (2015) ajudou a “por mais lenha na fogueira” da crise brasileira e, no início de dezembro de 2015, o evangélico Cunha aceitou o pedido de *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff. Transcorridos os trâmites legais, a

cassação do seu mandato se deu em 31 de agosto de 2016. A prisão de cunha, acusado de corrupção, ocorreu no dia 19 de outubro do mesmo ano.

No excerto 17 (E17) extraído da reportagem intitulada “Ensino da Igreja a respeito da família – Relatório final do Sínodo – Parte II”, publicada na edição 3.076 (05 a 10 de novembro de 2015) de *O São Paulo* verificamos uma outra forma de orador empregar o modo discursivo argumentativo:

[E17] A segunda parte do relatório trata da Palavra de Deus e do ensino da Igreja a respeito da família. O objetivo é oferecer uma “bússola” para orientar as famílias em todas as situações e desafios que foram analisados na primeira parte do relatório. (...) O Matrimônio, ferido pelo pecado, conheceu diversas formas no Antigo Testamento (poligamia, permissão ao divórcio etc); Cristo não apenas “restituiu o Matrimônio e a família à sua forma original, mas também elevou o Matrimônio a um sinal sacramental do seu amor pela Igreja”. (...) Sobre a indissolubilidade, o relatório explica que “a fidelidade irrevocável de Deus à sua aliança é o fundamento da indissolubilidade do Matrimônio”. (...) Por fim, os padres sinodais encerram essa segunda parte lembrando que “a Igreja deve acompanhar os seus filhos mais frágeis”, fomentando-lhes a fé e a esperança, como “a luz do farol de um porto ou de uma tocha levada em meio às pessoas para iluminar os que se desviaram do caminho ou estão no meio de uma tempestade”, porque “a misericórdia é o centro da revelação de Jesus Cristo”.

Observamos que no E17 o orador (2015) utiliza o discurso epidíctico para destacar a importância do trabalho que Igreja Católica realiza em prol da família. Ele adverte o auditório que a instituição funciona como uma “bússola” para guiar seus passos. Se as famílias se encontram “perdidas”, elas podem contar com o apoio da Igreja Católica para poderem se orientar.

É preciso contextualizar a situação para poder entender a estratégia argumentativa de *O São Paulo*. O “Sínodo dos Bispos” foi realizado em outubro de 2015, no Vaticano, reuniu bispos do mundo inteiro e teve como tema principal “A vocação e a missão da família na Igreja e no mundo contemporâneo”. Na ocasião, a imprensa de referência produziu reportagens sobre a expectativa de mudanças das normas da Igreja Católica no sentido de aceitar os novos modelos de família, como casais divorciados e casados em segunda união e uniões homoafetivas. Surgiram boatos de que parte dos delegados sinodais insistiu para que houvesse mudanças, porém a maioria decidiu que o único modelo de família reconhecido pela instituição é o que une um homem e uma mulher. Os divorciados continuam impedidos de participar de alguns

sacramentos, como o da comunhão; e os casais homoafetivos nem são citados de forma efetiva nos trechos do relatório final do Sínodo, reproduzidos pelo *O São Paulo*.

Na parte final do E17, o orador (2015) insiste que a Igreja Católica deve assumir o papel de “farol” ou “tocha” para iluminar o caminho dos que “se desviaram do caminho ou estão no meio de uma tempestade”. A instituição não vê necessidade de se adequar à nova realidade e acolher os novos modelos de família. Para suas lideranças, os divorciados, os recasados e os homossexuais é que “se perderam” ao deixarem de seguir as normas da instituição. Como consta no E17, eles são “seres frágeis” que precisam ser tratados com “misericórdia”. Essa determinação em manter os valores tradicionais e não aceitar o “novo” confirma a estrutura do discurso epidíctico.

A página denominada “A escola do amor”, publicada regularmente na *Folha Universal*, é de responsabilidade dos denominados “professores” o bispo Renato Cardoso e de sua esposa Cristiane Cardoso, filha do bispo Edir Macedo. Na edição 1.231 (08 a 14 de novembro de 2015), eles respondem à questão “Como faço para ser ‘difícil’ na fase da conquista?”, enviada pela leitora Débora (o sobrenome não é revelado), denominada “aluna”. O tom argumentativo da resposta pode ser observado no excerto 18 (E18):

[E18] **Renato** – O que as mulheres fazem hoje em dia é tomar a iniciativa para conversar, se aproximar do rapaz e ir para cima dele, como se estivessem caçando. Isso é errado porque ela se desvaloriza, perde a sua feminilidade e a sua graciosidade. Antes a mulher se vestia de forma discreta e não precisava mostrar nada para chamar a atenção. O que chamava a atenção era a sua personalidade, o sorriso e o fato dela ter talentos. O que ela sabia e como ela era chamavam a atenção do homem. E quando isso acontecia, ele abordava o pai dela para perguntar se podia conhecê-la melhor. Ele tinha todo esse trabalho, fazia o papel da conquista e a mulher ficava na dela. Normalmente, não havia contato físico, beijo, abraço, pegação e muito menos iam para a cama. Isso valorizava muito a mulher, porque o homem é quem tinha que oferecer alguma prova de que merecia aquela donzela.
Cristiane – Se ele tinha que fazer tudo isso, você consegue imaginar o valor que ele dava a ela.

O orador 1 (Renato) utiliza valores como recato e pudor para descrever as mulheres que, no passado, não se davam ao desfrute e esperavam que o homem tomasse a iniciativa de se aproximar e conversar. Ele condena as mulheres de hoje, ao assumirem o papel de “caçadoras”, que deve ficar restrito aos homens. O orador 1 também valoriza os homens do passado que, quando se interessavam por uma “donzela”, pediam autorização aos pais para cortejá-la.

No imaginário discursivo de tradição do orador 1, nessa época também não havia contato físico e seus “complementos” e isso ajudava a valorizar as mulheres. A tal “prova de amor”, que era o sexo antes do casamento que os homens pediam às mulheres, se invertia e os homens é que preservavam sua castidade até o matrimônio. A oradora 2 (Cristiane) acrescenta que todo esse esforço feito pelo homem levava-o a valorizar a mulher de forma significativa.

Qual o objetivo dos “professores” da “Escola do Amor” em relação à “aluna” Débora e aos leitores da *Folha Universal*? Persuadi-los de que precisamos retornar ao passado e resgatar os modelos de conquista dos nossos avós. As mulheres nunca devem tomar a iniciativa de se aproximar dos homens e aquelas que assumem o papel de “caçadoras” estão equivocadas. Os homens, por sua vez, também precisam mudar sua postura, valorizando as mulheres que preservam a sua “pureza”.

O argumento usado pelos oradores corrobora os da campanha “Vale a pena esperar”, desenvolvida por algumas igrejas evangélicas para que os jovens aguardem para fazer sexo depois do casamento. Para boa parte das igrejas cristãs, as mulheres devem ser submissas aos homens, cuidar da casa e dos filhos e ocupar cargos menores nas igrejas – em nenhuma das três instituições que investigamos existem bispas, pastoras ou sacerdotisas.

A reportagem intitulada “Encontro reúne 15 mil mulheres em SP”, publicada na página 8 da edição 1.564 (setembro de 2015) do *Mensageiro da Paz*, por exemplo, mostra que 15 mil mulheres se reuniram para ouvir cinco preletores (palestrantes) homens. Como consta na figura 12, a coordenação do evento ficou a cargo da irmã Wanda Freire, esposa do pastor José Wellington Bezerra da Costa, presidente da CGADB, que conduziu os trabalhos. Silenciadas do ponto de vista discursivo, às mulheres coube orar, louvar, cantar e agradecer pelas bênçãos alcançadas.



Figura 12: Encontro de mulheres da AD

Fonte: Mensageiro da Paz – Edição 1.564 (setembro de 2015), p. 08.

Uma das respostas mais comuns de alguns líderes religiosos sobre o porquê de as mulheres não ocuparem cargos de comando nas igrejas é de que Jesus Cristo só escolheu homens para serem seus apóstolos. Esta é uma falácia de tradição, ou seja, se a Bíblia e outros supostos documentos da época informam isso, essa tradição não pode ser mudada. Para alguns estudiosos da religião, a figura de Eva é utilizada por muitas igrejas cristãs para associar as mulheres ao pecado e mantê-las afastadas do seu círculo de poder.

Boff (2002, p. 94) lamenta que essa imagem negativa de Eva tenha permanecido no imaginário coletivo, tornando as mulheres seres inferiores no meio religioso. O ex-religioso explica que “daí a razão do seu submetimento histórico, agora ideologicamente justificado: ‘estarás sob o poder do teu marido e ele te dominará’ (Gn 3, 16). Eva será para a cultura patriarcal a grande sedutora e a fonte do mal”. Conforme o autor, as teólogas feministas Riane Eisler e Françoise Gange comentam que a leitura tradicional do pecado original é uma forma de reforçar o patriarcado e “apagar” o matriarcado do meio religioso.

As mulheres que ousam criticar esse organograma religioso de poder são punidas. Uma delas é a freira e teóloga Ivone Gebara, que há décadas vem questionando esse papel inferior destinado à mulher pela Igreja Católica e, por esse motivo, já sofreu várias sanções disciplinares. Ela considera que a conjuntura da mulher dentro da igreja

decorre das inúmeras significâncias pejorativas construídas para a figura de Eva ao longo dos séculos:

Todas as mulheres tornaram-se Eva, responsáveis pela corrupção inicial da humanidade e, em parte, pela origem do mal. Por isso, homem e mulher temem aquilo que a mulher representa, mesmo que, como dissemos, historicamente a mulher tenha sofrido mais as consequências do exílio e desprezo em que sua própria imagem a aprisionou. Isso nos faz compreender, por que para grande parte das tradições judaicas e outras, nascer mulher é uma maldição. (GEBARA, 1999, p. 31).

A teóloga argumenta que ainda vivemos um modelo de sociedade patriarcal, hierarquizante e excludente. O movimento feminista tem se empenhado para alterar esse quadro, mas há muitos pontos de resistência. Segundo Gebara (1999), um dos mais fortes está no meio religioso, onde se acredita que essa hierarquização é sagrada, ou seja, determinação de Deus. Ela (1999, p. 23) comenta que os homens das igrejas em geral “sentem-se ameaçados com as propostas de partilha de responsabilidade nas decisões ou, em outros termos, pela ascensão do poder das mulheres por causa de sua crescente influência nas diferentes comunidades cristãs”.

Considerações finais

Após a análise do nosso *corpus*, constatamos que algumas de nossas hipóteses apontadas na introdução desta tese sobre a apropriação do discurso midiático pelo discurso religioso pelos jornais *Mensageiro da Paz*, *O São Paulo* e *Folha Universal*, constituindo o novo subcampo da mídia religiosa, foram confirmadas e outras não. No nosso percurso analítico, também verificamos semelhanças e diferenças entre os três jornais, que demonstram os pontos em comum e as distinções entre a Assembleia de Deus, a Igreja Católica e a Igreja Universal que, respectivamente, os controlam.

Utilizando o ferramental teórico dos modos de organização do discurso da Teoria Semiolinguística, de Charaudeau (2009), e estudos sobre o discurso midiático e o discurso religioso feitos por Emediato (2007, 2008, 2009, 2010, 2013, 2017) e Maingueneau (2005, 2008, 2009) comprovamos que os três jornais se apropriam de gêneros da imprensa de referência como reportagens, editoriais, artigos de opinião, notas e seção de cartas dos leitores. O texto jornalístico, caracterizado pelo primeiro parágrafo denominado *lead*, respondendo a seis perguntas (o que, quem, quando, onde, por que e como), a problematização e a conclusão do tema, também estão presentes em boa parte das reportagens.

Outra semelhança dos jornais da mídia religiosa com os da imprensa de referência é a utilização frequente da voz de especialistas para referendar o tema tratado. Na reportagem intitulada “Dengue: altas temperaturas e armazenamento errado de água aumentam riscos”, publicada na edição 3.041 de *O São Paulo* (04 a 10 de março de 2015), o repórter Edcarlos Bispo entrevista o biólogo e coordenador do Plano Municipal de Combate ao *Aedes Aegypti*, Alessandro Giangola, que justifica o porquê do aumento do número de casos de dengue na capital.

Há ainda grandes semelhanças na formatação, diagramação, uso de fotografias, rubricas e nomenclaturas, ou seja, na parte visual dos três jornais analisados em relação aos da imprensa de referência. Nas primeiras páginas, existe a preocupação em fazer manchetes e colocar fotos jornalísticas, ou seja, que estejam relacionadas com o tema, com boa qualidade técnica e em tamanho maior. A única exceção é o *Mensageiro da Paz* que, algumas vezes, não respeita essa norma jornalística. Na sua edição 1.559 (abril de 2015), por exemplo, a manchete “Brasil em crise: o que a igreja pode fazer?” foi publicada sem fotografia.

Observamos ainda que os três jornais utilizam grafismos e ilustrações para deixar a diagramação mais “leve” e agradável aos olhos dos leitores. Na reportagem intitulada “Já pensou em ganhar dinheiro com tecnologia da informação?”, publicada nas páginas 12 e 13 da edição 1.231 da *Folha Universal* (08 a 14 de novembro de 2015), o grafismo “Dicas para o negócio dar certo” cumpre bem esse papel. Entre os três, a *Folha Universal* é que prima por ter uma diagramação mais “arejada” e convidativa, valendo-se ainda de recursos como *boxes*, colunas e variações de cores.

O *Caderno Universal*, por exemplo, que publica reportagens e artigos de cunho religioso, privilegia a cor azul escuro. Já a *Folha Mulher*, com reportagens e dicas para o público feminino, tem a cor rosa como padrão. Mesmo sendo visualmente a mais parecida com os jornais de referência, a *Folha Universal* não perde a chance de fazer proselitismo e tentar atrair os leitores para um de seus templos, direcionando-os para algum grupo ou celebração específica.

Na reportagem de capa intitulada “O nome de seu parceiro está em um site de traição?”, publicada na sua edição 1.223 (13 a 19 de setembro de 2015), por exemplo, a *Folha Universal* trata do site Ashley Madison. Ele é voltado para o público que busca casos extraconjugais e a reportagem mostra que *hackers* conseguiram invadir seus arquivos e divulgar nomes de usuários. Isso gerou muitos problemas entre os casais, como separações e até suicídios. Um *box*, no final da reportagem, convida os leitores a

assistirem ao programa “A Escola do Amor Responde”, apresentando na TV Record, e que trata de assuntos conjugais. Uma sutil estratégia de captação.

Itens lexicais como “amor”, “misericórdia” e “paz” aparecem com muita frequência nos títulos, reportagens e artigos dos três jornais analisados. Arriscamo-nos a dizer que nos jornais de referência, itens lexicais como “amor” costumam aparecer só em reportagens sobre datas especiais como o “Dia dos Namorados” ou crimes passionais. Já “misericórdia” é um termo quase exclusivo das publicações religiosas.

No *Mensageiro da Paz* e em *O São Paulo* tratam mais de temas religiosos do que de assuntos laicos. É possível encontrar-se temas da atualidade neles, porém ao contrário da imprensa de referência, as problematizações são quase sempre religiosas. Na reportagem de capa “Atentado em Paris remete a profecias”, publicada na sua edição 1.567 (dezembro de 2015), o *Mensageiro da Paz* aborda o atentado que ocorreu na capital francesa, em 13 de novembro de 2015, deixando quase 150 mortos. Há um relato do atentado, são feitas críticas ao governo francês por não ter cuidado bem da segurança, porém as causas são atribuídas ao cumprimento de profecias bíblicas.

A *Folha Universal* aborda mais temas laicos do que religiosos nos exemplares que analisamos, porém não perde a chance e incluir algum trabalho da Igreja Universal do Reino de Deus que esteja relacionado com ele. São tratadas temáticas seculares nas mais diversas áreas, como política, saúde pública e questões sociais. No caso da tragédia ambiental como a que atingiu o distrito de Bento Rodrigues, em 05 de novembro de 2015, em Mariana (MG), por exemplo, o proselitismo é ressaltado na problematização da matéria publicada na sua edição 1.233 (22 a 28 de novembro de 2015). É ressaltado o trabalho de um grupo de voluntários da Igreja Universal, que se deslocou até Mariana, levando dois caminhões com doações. Algumas vítimas também são entrevistadas e demonstram sua gratidão à instituição.

Assim como nos jornais da imprensa de referência, os três jornais analisados possuem colunas com notícias nacionais e internacionais. Elas mesclam notas com temática secular e religiosa. Com exceção do *Mensageiro da Paz*, que só publica anúncios de livros, CDs, DVDs e outros produtos religiosos da Assembleia de Deus, os outros dois jornais também publicam anúncios de produtos diversificados.

Dos três jornais, o *Mensageiro da Paz* é o único impresso em papel *couchê*, que é típico de *house-organs* (jornais de empresa). *O São Paulo* e a *Folha Universal* são impressos em papel jornal, o que os aproxima da imprensa de referência. O destaque dado às celebrações e encontros da Assembleia de Deus e da Arquidiocese de São

Paulo, assim como o excesso de fotografias do pastor José Wellington Bezerra da Costa e do cardeal dom Odilo Scherer, respectivamente, fazem com que o *Mensageiro da Paz* e *O São Paulo* se assemelhem mais a *house-organs* do que a jornais de referência.

No nosso *corpus* verificamos ainda que a capa da edição 1.235 (06 a 12 de dezembro de 2015) da *Folha Universal* tem proposta discursiva semelhante à da imprensa popular. As principais lideranças políticas do Rio de Janeiro são comparadas à organização criminosa “Comando Vermelho”. Coincidência ou não, nas eleições municipais de 2016 o vencedor nas eleições para prefeito do Rio de Janeiro foi o ex-senador Marcelo Crivella, bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus e sobrinho do bispo Edir Macedo.

Aliás a temática política partidária foi tratada em algumas ocasiões pelos demais jornais. A reportagem intitulada “Brasil à deriva: para onde estamos indo?”, publicada na edição 1.559 (abril de 2015) do *Mensageiro da Paz*, trata da crise política e econômica do país, das manifestações e do processo de *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff. Os fiéis da Igreja são orientados a participar por meio de orações. Coincidência ou não, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que aceitou o pedido de *impeachment* da ex-presidente, é membro da Assembleia de Deus.

Observamos ainda que o uso da ética cidadã na problematização dos temas abordados pelos três jornais analisados muitas vezes perde lugar para a ética religiosa, regida pelas normas, dogmas e doutrinas das igrejas que os controlam. Isso os distancia da imprensa de referência que, conforme Emediato (2009), leva em conta a ética cidadã para fazer a problematização de seus temas. Ao optarem pela ética religiosa, os responsáveis pelos três jornais analisados provavelmente querem reforçar a tradição e a moral cultivadas pelas instituições religiosas. Com isso, essas publicações podem ser mais aceitas pelos fiéis dessas igrejas que não questionam suas determinações (assujeitados). Porém, aqueles que não aceitam essas imposições (sujeitos da religião) e o público externo, que exige seus direitos de cidadãos, têm grandes chances de discordar das problematizações feitas por esses jornais e repeli-los.

Na nota intitulada “Estados Unidos – Estudo: uso de pílula anticoncepcional prejudica o cérebro?”, publicada na página 9 da sua edição 3.052 (20 a 26 de maio de 2015), *O São Paulo* comenta que pesquisa realizada na Universidade da Califórnia (EUA) “sugere” (aspas nossas) que o uso do contraceptivo pode prejudicar o funcionamento do cérebro. Apesar de explicar que os resultados ainda são ambíguos e

preliminares, a nota não deixa de causar preocupação nos leitores. Consideramos que é uma forma de reforçar as normas da Igreja Católica contra o controle de natalidade e contrariar princípios da ética cidadã, já que se espera que os casais sejam responsáveis para fazer seu planejamento familiar.

Também sem levar em conta a ética cidadã, o *Mensageiro da Paz* publica na sua edição 1.564 (setembro de 2015) a reportagem intitulada “Missão África New Hope celebra 14 anos”, na qual é narrada a história do missionário Nono, que contraiu o vírus da Aids, após ser contaminado pela esposa que o traía. A reportagem não faz menção ao uso da camisinha para prevenir a doença e nem se refere ao coquetel anti-Aids para salvá-lo. O pastor Ismael Fernandes de Jesus, responsável pela missão, informa apenas que Nono está bem debilitado e pede orações para que ocorra um milagre.

No que tange aos modos de organização do discurso, verificamos que os três jornais utilizam de forma equitativa as formas enunciativa, descritiva, narrativa e argumentativa e em todas elas podemos encontrar traços de problematidade religiosa. A *Folha Universal* parece utilizar mais o modo argumentativo com características erísticas do que os outros dois jornais, principalmente porque possui alguns “inimigos declarados”, como a Igreja Católica e a Rede Globo, as quais ataca com certa regularidade.

O modo descritivo é usando com grande frequência pelo *Mensageiro da Paz* e *O São Paulo*, que dedicam espaço significativo em suas páginas para descrever reuniões e celebrações religiosas em seus templos. Já o modo narrativo é comum nos testemunhos de fiéis, que são publicados nos três jornais, mas mais destacado na *Folha Universal* e no *Mensageiro da Paz*. Como postulam Emediato & Franco (2017), as narrativas e testemunhos são estratégias utilizadas pelas igrejas com o propósito de captação e conversão, podendo ser um recurso mais eficiente do que a argumentação feita por padres, pastores e bispos em celebrações, pregações e missões.

Com relação ao modo enunciativo, o que podemos dizer é que a forma delocutiva (voz terceira) aparece frequentemente nos três jornais, principalmente nas evocações feitas a Deus, ao Papa (no caso da Igreja Católica) e à hierarquia das igrejas. Os repórteres dos três veículos, ao contrário dos colegas da imprensa de referência, estão sempre respaldando suas matérias nas afirmações contidas na Bíblia, nos documentos oficiais e pronunciamentos das lideranças de suas respectivas igrejas.

Em relação às mulheres, os três jornais refletem o mesmo tratamento que as igrejas que os controlam dão a elas, ou seja, são tratadas como seres inferiores e fúteis,

que não são capazes de ocupar os cargos de comando das instituições. No “Círculo de Oração” que reuniu 15 mil mulheres no templo-central da Assembleia de Deus, em São Paulo (SP), a edição 1.564 do *Mensageiro da Paz* (setembro de 2015) informou que todos os preletores (palestrantes) eram homens.

Já a edição 1.223 da *Folha Universal* (13 a 19 de setembro de 2015) publica a reportagem “7 tipos de mulher com os quais não se casar”, na qual alerta os homens sobre esse risco. Entre os defeitos apontados estão o das mulheres materialistas, sedutoras e controladoras. As vozes de Ester dos Santos e do marido Sílvio, coordenadores da Pastoral da Família da Arquidiocese de São Paulo, por sua vez, foram “silenciadas” na reportagem intitulada “A família precisa ser uma ‘fábrica do amor’”, publicada na edição 3.071 (30 de setembro a 06 de outubro de 2015) de *O São Paulo*. Eles participaram do “Encontro Mundial das Famílias”, realizado na Filadélfia (EUA), porém apenas o bispo dom Sérgio Borges e o padre Zacarias Paiva, também presentes, falaram do evento ao jornal. Um claro exemplo de clericalização e desvalorização dos fiéis-leigos católicos.

Reportagens que incentivam os leitores a montarem negócios próprios e outras que exaltam pessoas que conseguiram superar as dificuldades e alcançar o sucesso financeiro são uma das marcas da *Folha Universal*. No *Mensageiro da Paz* e no *O São Paulo* não verificamos esse tipo de tema. Na reportagem intitulada “Aconteceu com eles”, publicada na edição 1.223 (13 a 19 de setembro de 2015) da *Folha Universal*, é mostrado o caso do casal Francisco e Daiane. Depois de viverem um período de dificuldades financeiras, tendo que trabalhar como pedreiro e camelô, além de morarem com os pais, eles participaram da reunião “Jejum das causas impossíveis”, da Igreja Universal. A partir daí, seguiram as orientações recebidas e, depois de algum tempo, prosperaram e se tornaram empresários. A Igreja Universal é adepta da Teologia da Prosperidade, que estabelece que quanto mais os fiéis contribuírem financeiramente com a instituição mais chances terão de ficarem ricos.

Nota-se ainda uma forma diferente de lidar com Deus nos artigos das principais lideranças das igrejas que controlam os três jornais. O bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal, no artigo “O convite de Deus”, publicado na edição 1.235 (06 a 12 de dezembro de 2015) da *Folha Universal*, conclama os fiéis a atenderem os convites de Deus, como lhe levar os dízimos, para depois comprovarem a sua contrapartida no atendimento de seus pedidos. Pode-se dizer que é quase uma relação de negócios. Já nos artigos do pastor José Wellington Bezerra da Costa, presidente da Convenção Geral das

Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), e do cardeal dom Odilo Scherer, arcebispo metropolitano de São Paulo, publicados nas edições dos jornais analisados, o trato com Deus é mais respeitoso e de subserviência a ele. Os fiéis são orientados a cultivar bons valores e rezarem para que Deus atenda as suas súplicas. O sofrimento na vida terrena deve ser aceito com resignação.

Se na imprensa de referência nota-se uma predominância da ética cidadã, com temas e problematizações voltados para o debate social e político, na mídia religiosa um dos maiores cuidados é para não ferir as normas, doutrinas e dogmas das instituições, isto é, a ética religiosa. A preocupação maior, em ambos os casos, é harmonizar-se com saberes e valores partilhados pelas diferentes áreas de difusão, ou seja, os diferentes leitorados, o que traz implicações significativas e distintivas para o funcionamento dos princípios de base da atividade discursiva, ou seja, os princípios de alteridade, influência, pertinência e regulação. É isso, afinal, que parece justificar a existência de diferentes subcontratos de informação jornalística, cada um com sua problematicidade própria, ao mesmo tempo em que todos partilham os parâmetros de base do discurso jornalístico, situados entre contrato de informação e contrato de captação.

Referências

- ALENCAR, Gedeon. *Assembleias de Deus – Origem, implantação e militância (1911-1946)*. São Paulo: Arte Editorial, 2010.
- ALTEMEYER JÚNIOR, Fernando; BOMBONATTO, Vera. Trindade, mistério de comunhão e comunicação. In: ALTEMEYER JÚNIOR, Fernando; BOMBONATTO, Vera (orgs.). *Teologia e comunicação: corpo, palavras e interfaces cibernéticas*. São Paulo: Paulinas, 2011.
- ANTONIAZZI, Alberto; MATOS, Henrique Cristiano José. *Cristianismo – 2000 anos de caminhada*. São Paulo: Paulinas, 1996.
- ARNS, Paulo Evaristo. *O evangelho – Incomoda? Inquieta? Interessa?* São Paulo: Edições Loyola, 1975.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault. In: BARONAS, Roberto Leise (org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos (SP): Pedro & João Editores, 2007.
- ARISTÓTELES. *Retórica das paixões*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade – um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EdipucRS, 2004.
- AZZI, Riolando. *Ascensão ou decadência da igreja?* São Paulo: Editora das Américas, 1962.
- AZZI, Riolando. Método missionário e prático de conversão na colonização latino-americana. *REB/147*, fasc. 185, 1987, p. 83.
- BELLOTTI, Karina Kosicki. *A mídia presbiteriana no Brasil – Luz para o Caminho e Editora Cultura Cristã (1976-2001)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.
- BELLOTTI, Karina Kosicki. *“Delas é o reino dos céus”: mídia evangélica infantil na cultura pós-moderna do Brasil (anos 1950 a 2000)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2010.
- BELTRAMI, Arnaldo. *Como falar com os meios de comunicação da igreja – Vicariato da Comunicação – Arquidiocese de São Paulo*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.
- BENEDETTI, Luiz Roberto. Evangelização e mídia: aspectos sociológicos. *Perspectiva Teológica*. Belo Horizonte – set/dez 2002. V. 34. Nº94 – P.319-334.

- BERG, Daniel. *Enviado por Deus*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2011.
- BERGE, Christa. Tensão entre os campos religioso e midiático. In: MELO, José Marques de; GOBBI, Maria Cristina; ENDO, Ana Claudia Braun (orgs.). *Mídia e religião na sociedade de espetáculo*. São Bernardo do Campo/SP: Universidade Metodista de São Paulo, 2007.
- BERNAL, Sérgio. *CNBB: da Igreja da cristandade à Igreja dos pobres*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.
- BERNSTEIN, Carl; POLITI, Marco. *Sua santidade João Paulo II e a história oculta de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.
- BITTENCOURT FILHO, José. Remédio amargo. In: ANTONIAZZI *et al.* (orgs.). *Nem anjos nem demônios – Interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BOFF, Leonardo. *Igreja, carisma e poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.
- BOFF, Leonardo; MURARO, Rose Marie. *Feminino e masculino – Uma nova consciência para o encontro das diferenças*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.
- BRANDÃO, Jacyntho José Lins. Prefácio. In: JESUS, Santa Teresa de. *Castelo interior ou moradas*. São Paulo: Paulus, 1981.
- BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*. Bauru, SP: Edusc, 2003.
- CALIMAN, Cleto. Os leigos e a evangelização. Visão eclesiológica do Sínodo. In: LIBANIO, João Batista *et al* (orgs.). *América Latina: 500 anos de evangelização*. São Paulo: Paulinas, 1990.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. *Teatro, templo e mercado*. Petrópolis, São Paulo, São Bernardo do Campo: Vozes, Simpósio Editora e UMESP, 1997.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. Pneumatologias em conflito: “Pentecostais clássicos” e “Neopentecostais” brasileiros. *Revista Concilium*. Nº 342. P. 85-97. Julho/2011.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. “Evangélicos de missão” em declínio no Brasil – Exercícios de demografia religiosa à margem do censo de 2010. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (orgs.). *Religiões em movimento – O censo de 2010*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- CAMURÇA, Marcelo Ayres. O Brasil religioso que emerge do Censo de 2010: consolidações, tendências e perplexidades. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (orgs.). *Religiões em movimento – O censo de 2010*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

- CARRANZA, Brenda. *Catolicismo midiático*. Aparecidas/SP: Ideias & Letras, 2011.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Coordenação de tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso, In: PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Orgs.) *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro : Lucerna, 2005, p. 11-27., 2005
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: LARA, Glaucia Muniz Proença; MACHADO, Ida Lúcia; EMEDIATO, Wander (orgs.). *Análises do discurso hoje – vol. 1*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008 (Lucerna).
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso – modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2009.
- CHARAUDEAU, Patrick. O discurso propagandista: uma tipologia. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (orgs.). *Análises do discurso hoje – vol. 3*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010 (Lucerna).
- CHARAUDEAU, Patrick. Identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal. In: LARA, Glaucia Proença; LIMBERTI, Rita Pacheco (orgs.). *Discurso e (Des)Igualdade social*. São Paulo: Contexto, 2015.
- CHAUNU, Pierre. *O tempo das reformas (1250-1550) – História religiosa e sistema de civilização. II A Reforma Protestante*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2002.
- CHAVES, Aline Saddi; e RODRIGUES, Marlon Leal. Discurso, silêncio e identidade indígena. In: LARA, Glaucia Proença; LIMBERTI, Rita Pacheco (orgs.). *Representações do outro - Discurso, (des)igualdade e exclusão*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- CIDADE, Hernâni. *Padre António Viera*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- COMBLIN, José. Evangelização na atualidade. In: SILVA, Antônio Aparecido da (org.). *América Latina: 500 anos de evangelização*. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.
- COMBLIN, José. *O povo de Deus*. São Paulo: Paulus, 2002.
- COMPARATO, Fábio Konder. *Ética – Direito moral e religião no mundo contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CONDE, Emílio. *História das Assembleias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2011.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. *A evangelização no presente e no futuro da América Latina. Conclusões Puebla. Texto oficial da CNBB*. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

CORNWELL, John. *O papa de Hitler – A história secreta de Pio XII*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

CORREA, Marina Aparecida dos Santos. *Assembleia de Deus – Ministérios, carismas e exercícios de poder*. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.

CORTINA, Adela. *Aliança e contrato – Política, ética e religião*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

COSTA, José Silveira da. *Tomás de Aquino – a razão a serviço da fé*. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 1993.

ELIADE, Mircea. *História das crenças e das ideias religiosas – I – Da Idade da Pedra aos mistérios de Elêusis*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

ELIADE, Mircea. *História das crenças e das ideias religiosas – II – De Gautama Buda ao triunfo do Cristianismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2011.

EMEDIATO, Wander. Contrato de leitura, parâmetros e figuras de leitor. Em: MARI, H. WALTY I., FONSECA, M. N. S. *Ensaio sobre leitura 2*. Belo Horizonte: Editora Puc-Minas, 2007.

EMEDIATO, Wander, Os lugares sociais do discurso e o problema da influência, da regulação e do poder nas práticas discursivas. In: *Análises do discurso hoje*, vol. 1, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008, p. 71-91.

EMEDIATO, Wander. Representações discursivas de cidadania na mídia. Em: SILVA, Denize Elena Garcia da, et al (orgs.). *Discurso em questão*. Goiânia: Câne Editorial, 2009.

EMEDIATO, Wander. Argumentação na mídia. Problematicidade e avaliação ética. in. MACHADO, I. MELO, Renato de. *Análises do discurso hoje*. V.3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010 (Lucerna).

EMEDIATO, Wander (Org.) *A Construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013.

EMEDIATO, Wander; FRANCO, Eduardo Assunção. Discurso religioso, argumentação e cognição da fé. In: MELO, Mônica Santos de (org.). *Reflexões sobre o discurso religioso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2017.

- FEITLER, Bruno. Poder episcopal e ação inquisitorial no Brasil. In: VAINFAS, Ronaldo, *et al* (orgs.). *A inquisição em cheque – temas, controvérsias, estudos de caso*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.
- FERRARI, Odêmio Antonio. *Bispo S/A – A Igreja Universal do Reino de Deus e o exercício do poder*. São Paulo: Editora Ave Maria, 2007.
- FOLHA UNIVERSAL. Ano 23. Número 1.123. De 13 a 19 de setembro de 2015.
- FOLHA UNIVERSAL. Ano 23. Número 1.231. De 8 a 14 de novembro de 2015.
- FOLHA UNIVERSAL. Ano 23. Número 1.233. De 22 a 28 de novembro de 2015.
- FOLHA UNIVERSAL. Ano 23. Número 1.235. De 6 a 12 de dezembro de 2015.
- FOLHA UNIVERSAL. Ano 23. Número 1.238. De 27 de dezembro de 2015 a 02 de janeiro de 2016.
- FONSECA, Alexandre Brasil. Religiões e meios de comunicação – Possibilidades na construção da cidadania. *Tempo e presença*. V. 17, nº 281. P. 35 a 38 – 1995.
- FONSECA, Alexandre Brasil. *Evangélicos e mídia no Brasil*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco; Curitiba: Faculdade São Boaventura, 2003. 306p. (Estudos Franciscanos – Instituto Franciscano de Antropologia – IFAN).
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas – uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- FRANCO, Eduardo Assunção. *Progressismo e conservantismo no discurso da Igreja Católica: análise dos editoriais do Jornal de Opinião de 1989, 1999 e 2009*. Mestrado em Linguística do Texto e do Discurso. 203 f. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2012.
- FREITAS, Maria Carmelita de. América Latina: 500 anos de evangelização. In: LIBANIO, João Batista *et al* (orgs.). *América Latina: 500 anos de evangelização*. São Paulo: Paulinas, 1990.
- FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI *et al*. (orgs.). *Nem anjos nem demônios – Interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- GEBARA, Ivone. *As incômodas filhas de Eva na Igreja da América Latina*. São Paulo: Edições Paulinas, 1999.

- GHIGLIONE, Rodolphe. *Situations potentiellement communicatives et contrats de communication effectifs*. Verbum, Nancy, v. 7, 1984.
- GOMES, Pedro Gilberto. *Cultura, meios de comunicação e igreja*. São Paulo: Edições Loyola, 1987.
- GOMES, Pedro Gilberto. Decifra-me ou te devoro... Sobre a evangelização e a mídia do ponto de vista da comunicação. *Perspectiva Teológica*. Belo Horizonte – set/dez 2002. V. 34. Nº 94 – P. 335-350.
- GORESTEIN, Lina. *A inquisição contra as mulheres. Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2005.
- GRANJEIRO, Cláudia Rejanne Pinheiro. Foucault, Pêcheux e a formação discursiva. In: BARONAS, Roberto Leise (org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos (SP): Pedro & João Editores, 2007.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso – diálogos e duelos*. São Paulo: ClaraLuz, 2004.
- GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: BARONAS, Roberto Leise (org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos (SP): Pedro & João Editores, 2007.
- JESUS, Santa Teresa de. *Castelo interior ou moradas*. São Paulo: Paulus, 1981.
- KATER FILHO, Antônio Miguel. *O marketing aplicado à Igreja Católica*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- LIBANIO, João Batista. *A volta à grande disciplina – Reflexão teológico-pastoral sobre a atual conjuntura da Igreja*. São Paulo: Edições Loyola, 1984.
- LIBANIO, João Batista. *Qual o caminho entre o crer e o amar?* São Paulo: Paulus, 2004.
- LIBANIO, João Batista. Crenças religiosas, fanatismo e secularidade na América Latina. *Perspectiva Teológica*. 40 (2008), p. 55 a 76.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Em busca da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- LIMA, Cyntia R.J.; REFKALEFSKY, Eduardo. Posicionamento e marketing religioso iurdiano: uma liturgia semi-importada da umbanda. In: MELO, José Marques de; GOBBI, Maria Cristina; ENDO, Ana Claudia Braun (orgs.). *Mídia e religião na sociedade do espetáculo*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2007.

- LIMA, Alceu Amoroso. *Em busca da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- LIMA, Venício A. de. *Mídia – teoria e política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- LOSCALZO, Vitor Alves. Bíblia: uma obra de Deus com o homem. In: *O São Paulo*. Ed. 3.071. São Paulo: S.A. O Estado de São Paulo, 30 de setembro a 06 de outubro de 2015.
- MACEDO, Edir. *Nada a perder, vol. 1. Minha biografia. Momentos de convicção que mudaram minha vida*. São Paulo: Planeta, 2012.
- MACHADO, Edgar de Godói Mata. *O cristão e a cidade. Cristianismo e direito – catolicismo e política – missão da cultura cristã*. Belo Horizonte: Livraria Duas Cidades, 1959.
- MACHADO, Ida Lúcia. A análise do discurso da “2ª geração” com ênfase para a semiolinguística. In: MACHADO, Ida Lúcia (org.). *Analisando discursos (2ª parte)*. Belo Horizonte: NAPq – FALE/UFMG, 1995.
- MACHADO, Ida Lúcia. Uma teoria de análise do discurso. A semiolinguística. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (orgs.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001.
- MACHADO, Ida Lúcia. Algumas considerações sobre a teoria semiolinguística de Patrick Charaudeau. In: MACHADO, Ida Lúcia; SANTOS, João Bosco Cabral dos; e MENEZES, William Augusto (orgs.). *Movimentos de um percurso em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD, POSLIN, FALE/UFMG, 2005.
- MACHADO, Ida Lúcia. Algumas reflexões sobre a teoria semiolinguística. *Letras & Letras*, Uberlândia 22 (2) 13-21, jul.dez. 2006.
- MAFRA, Clara. *Os evangélicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- MAFRA, Clara. O que os homens e mulheres podem fazer com números que fazem coisas. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (orgs.). *Religiões em movimento – O censo de 2010*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Trad. S. Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

- MAINGUENEAU, Dominique. Polifonia e cena de enunciação na pregação religiosa. In: LARA, G., MACHADO, I., EMEDIATO, W. (orgs.). *Análises do discurso hoje* – volume 1. São Paulo: Lucerna, 2008-A.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008-B.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais – sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- MARITAIN, Jacques. *Cristianismo e democracia*. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1945.
- MARIZ, Cecília L.; GRACINO Jr., Paulo. As igrejas pentecostais no Censo de 2010. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (orgs.). *Religiões em movimento – O censo de 2010*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- MÁTTAR NETO, João Augusto. *Metodologia científica na era da informática*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- MATOS, Henrique Cristiano José. *Caminhando pela história da igreja – Uma orientação para iniciantes – vol. II*. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1995.
- MEDEIROS, Magno. Mídia e poder – dinâmica conflituosa e sujeito-desejante. In: TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa (org.). *Mídia, cidadania e poder*. Goiânia: Facomb/Funape, 2011.
- MELO, Mônica Santos de (org.). *Reflexões sobre o discurso religioso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2017.
- MENSAGEIRO DA PAZ*. Órgão Oficial das Assembleias de Deus no Brasil. Ano 85. Número 1.559. Abril de 2015.
- MENSAGEIRO DA PAZ*. Órgão Oficial das Assembleias de Deus no Brasil. Ano 85. Número 1.564. Setembro de 2015.
- MENSAGEIRO DA PAZ*. Órgão Oficial das Assembleias de Deus no Brasil. Ano 85. Número 1.567. Dezembro de 2015.
- MIGUEL, Luis Felipe. *Política e mídia no Brasil: episódios da história recente*. Brasília: Plano Editora, 2002.

MIRA, João Manoel Lima. Reflexão sobre a evangelização do negro no Brasil. In: LIBANIO, João Batista *et al* (orgs.). *América Latina: 500 anos de evangelização*. São Paulo: Paulinas, 1990.

MOUILLAUD, Maurice. Crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.). *O JORNAL – da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

MOUILLAUD, Maurice. O título e os títulos. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O JORNAL – da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

MUHANA, Adma. *Os autos do processo de Vieira na inquisição*. São Paulo: Editora Unesp; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1995.

NEVES, Lucília de Almeida; DULCI, Otávio Soares; e MENDES, Virgínia dos Santos (org.). *Edgar de Godói da Mata Machado – Fé, cultura e liberdade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1993 (Edições Loyola, São Paulo).

NUZZI, Gianluigi. *Sua santidade – As cartas secretas de Bento XVI*. Rio de Janeiro: Leya, 2012.

O SÃO PAULO. Semanário da Arquidiocese de São Paulo. Ano 60. Edição 3.041. 2 a 10 de março de 2015.

O SÃO PAULO. Semanário da Arquidiocese de São Paulo. Ano 60. Edição 3.052. 20 a 26 de maio de 2015.

O SÃO PAULO. Semanário da Arquidiocese de São Paulo. Ano 60. Edição 3.071. 30 de setembro a 6 de outubro de 2015.

O SÃO PAULO. Semanário da Arquidiocese de São Paulo. Ano 60. Edição 3.075. 28 de outubro a 3 de novembro de 2015.

O SÃO PAULO. Semanário da Arquidiocese de São Paulo. Ano 60. Edição 3.076. 5 a 10 de novembro de 2015.

OLIVEIRA, Ivo Xavier de. *Igreja Universal do Reino de Deus – Uma instituição inculturada?* São Paulo: Edições Pulsar, 2004.

ORO, Ari Pedro. Igreja Universal: um poder político. In: ORO, Ari Pedro *et. al.* (orgs.). *Igreja Universal do Reino de Deus – Os novos conquistadores da fé*. São Paulo: Paulinas, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: Michel Pêcheux*. Textos escolhidos por: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: 3ª edição – Pontes Editores, 2012.

PALÁCIO, Carlos. Do templo tradicional ao púlpito eletrônico – considerações teológicas sobre evangelização e mídia. *Perspectiva Teológica*. Belo Horizonte – set/dez 2002. V. 34. Nº94 – P. 301-318.

PAULIUKONIS, Maria A.L.; MONNERAT, Rosane S.M. Operações discursivas na enunciação. In: LARA, Glaucia Muniz Proença; MACHADO, Ida Lúcia; EMEDIATO, Wander (orgs.). *Análises do discurso hoje* – vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008 (Lucerna).

PAVEAU, Marie-Anne. *Os pré-discursos* – Sentido, memória, cognição. Campinas: Pontes Editores, 2013.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso* – uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação* – a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PESSINATTI, Nivaldo Luiz. *Políticas de comunicação da Igreja Católica no Brasil*. Petrópolis/RJ: Vozes; São Paulo: Unisal, 1998.

PISSOLATO, Elisabeth. “Tradições indígenas” nos censos brasileiros – Questões em torno do reconhecimento indígena e da relação entre indígenas e religião. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (orgs.). *Religiões em movimento – o censo de 2010*. Petrópolis: Vozes, 2013.

PITTA, Marcelo Trindade; FERNANDES, Sílvia Regina Alves. Meios de comunicação e religião. In: SOUZA, Luiz Alberto Gómez; FERNANDES, Sílvia Regina Alves (orgs.). *Desafios do catolicismo na cidade*. São Paulo: Paulus, 2002.

PRANDI, Reginaldo. As religiões afro-brasileiras em ascensão e declínio. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (orgs.). *Religiões em movimento – o censo de 2010*. Petrópolis: Vozes, 2013.

PUNTEL, Joana. *Cultura midiática e Igreja: uma nova ambiência*. São Paulo: Paulinas, 2005.

RODRIGUES, Cândido Moreira. *Aproximações e conversões* – o intelectual Alceu Amoroso Lima no Brasil dos anos 1928-1946. São Paulo: Alameda, 2013.

ROLIM, Francisco Cartaxo. *Pentecostais no Brasil* – Uma interpretação sócio-religiosa. Petrópolis: Vozes, 1985.

RUIZ, João Álvaro. *Metodologia científica* – Guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

- SANCHIS, Pierre. Prefácio. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (orgs.). *Religiões em movimento – o censo de 2010*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- SCHIATTARELLA, Sandro. *Conversando sobre a Assembleia de Deus*. Aparecida: Editora Santuário, 1991.
- SOCIEDADE BÍBLICA CATÓLICA INTERNACIONAL e PAULUS. *Bíblia Sagrada – Edição Pastoral*. São Paulo: Paulus, 1990.
- SOARES, Ismar de Oliveira. *Do santo ofício à libertação – O discurso e prática do Vaticano e da Igreja Católica no Brasil sobre a comunicação social*. São Paulo: Paulinas, 1988.
- SOUZA, Andre Ricardo de. *Igreja in concert – Padres cantores, mídia e marketing*. São Paulo: Fapesp e Annablume, 2005.
- SUNG, Jung Mo. *Desejo, mercado e religião*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- SUNG, Jung Mo. O que está por trás da notificação sobre Jon Sobrino? In: VIGIL, José Maria (org.). *Descer da cruz os pobres – Cristologia da libertação*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- TAVOLARO, Douglas; LEMOS, Christina (reportagem). *O bispo – a história revelada de Edir Macedo*. São Paulo: Larousse do Brasil, 2007.
- TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (orgs.). *Religiões em movimento – O censo de 2010*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- TILGHMAN, B.R. *Introdução à filosofia da religião*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- TORQUATO, Francisco Gaudêncio. *Comunicação empresarial, comunicação institucional*. São Paulo: Summus Editorial, 1986.
- VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- VIEIRA, Antonio. *Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício*. Lisboa: Aguiar e Souza Ltda e Livraria e Progresso Editora, 1957.
- VINGREN, Ivar. *Gunnar Vingren – Diário de um pioneiro*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2011.
- WALTON, Douglas. *Lógica informal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- <http://veja.abril.com.br/noticia/mundo/estado-islamico-executa-30-cristaos-etiofes-em-novo-video> - acesso em 20/04/2015.

<http://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/mercado/band-pede-r-1-bilhao-para-vender-canal-de-tv-igreja-universal-10489> - acesso em 18/02/2016.

<http://www.mackenzie.br/7088.html> - acesso em 22/02/2016.

<http://www.metodista.org.br/tudo-novo-no-expositor-cristao-de-junho> - acesso em 22/02/2016.

<http://www.luteranos.com.br/conteudo/primeiro-veiculo-surgiu-ha-92-anos> - acesso em 22/02/2016.

<http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/83.pdf> - acesso em 22/02/2016.

<http://www.paulinas.org.br/sepac/pt-br/?system=paginas&action=read&id=1675> - acesso em 22/02/2016.

<http://www.a12.com/radio-aparecida/institucional/detalhes/historia-radio-aparecida> - acesso em 22/02/2016.

<http://radio.cancaonova.com/radio/am-cachoeira-paulista/historico/> - acesso em 22/02/2016.

<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/retrato/um-catolico-na-praca-publica> - acesso em 19/02/2016.

<http://g1.globo.com/Noticias/PapanoBrasil/0,,MUL18989-8524,00-PAPA+JOAO+PAULO+II+VISITOU+TRES+VEZES+O+BRASIL.html> - acesso em 03/01/2017.

<https://noticias.terra.com.br/brasil/politica/conheca-marco-feliciano-que-preside-a-comissao-de-direitos->

<humanos,b78c30c6c63ad310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html> - acesso em 07/01/2017.

<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/08/deputado-marco-feliciano-e-acusado-de-tentativa-de-estupro-e-agressao.html> - acesso em 07/01/2017.

<http://www.exponewsbrasil.com.br/2016/12/16/prisao-coercitiva-do-pastos-silas-malafia-leva-internet-loucura/> - acesso em 07/01/2017.

<https://www.impd.org.br/institucional> - acesso em 07/01/2017.

<http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/12/apostolo-emergente-das-igrejas-neopentecostais-promete-apagar-memoria-dos-fieis.html> - acesso em 08/01/2017.

<http://epocanegocios.globo.com/Inspiracao/Vida/noticia/2013/01/forbes-lista-pastores-milionarios-no-brasil.html> - 08/01/2017.

<http://mundoestranho.abril.com.br/religiao/qual-a-ligacao-entre-os-santos-catolicos-e-os-orixas/> - acesso em 13/01/2017.

<http://www.infoescola.com/religiao/umbanda/> - acesso em 13/01/2017.

<http://www.infoescola.com/historia/concilio-de-trento/> - acesso em 13/01/2017.

<http://noticias.r7.com/cidades/menino-de-1-ano-mata-cobra-com-mordida-no-rs-02112015> - acesso em 20/01/2017.

<http://odia.ig.com.br/economia/2017-01-28/isencoes-fiscais-respondem-por-30-do-deficit-da-previdencia.html> - acesso em 08/06/2017.

<https://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/cnv-chancela-versao-de-que-a-folha-emprestou-carros-para-a-ditadura-3323.html> - acesso em 10/06/2017.

<http://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/mercado/band-pede-r-1-bilhao-para-vender-canal-de-tv-igreja-universal-10489> - acesso em 21/10/2017.

<http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/12/apostolo-emergente-das-igrejas-neopentecostais-promete-apagar-memoria-dos-fieis.html> - acesso em 21/10/2017.

<http://www.rccbrasil.org.br/interna.php?paginas=42> – acesso em 30/10/2017.